**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
**INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ABRIL
2016

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
# INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do Exercício 2015 apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015.

ABRIL
2016

Presidenta da República
**DILMA VANA ROUSSEFF**

Ministro da Educação
**Aloizio Mercadante**

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
**Marcelo Machado Feres**

Reitor
**PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS**

Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional
**Miguel Roberto Muniz Terra**

Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico
**Helena Torquilho**

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
**Elizabeth Augustinho**

Pró-Reitor de Extensão
**Francisco José Sobral**

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
**Mira Wengert**

**DIRETORES GERAIS DOS CAMPI**

Campus Arraial do Cabo
**JOÃO GILBERTO SILVA DE CARVALHO**

Campus Duque de Caxias
**PEDRO PAULO MERAT**

Campus Engenheiro Paulo de Frontin
**RODNEY C. DE ALBUQUERQUE**

Campus Mesquita
**GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA**

Campus Nilópolis
**WALLACE VALLORY NUNES**

Campus Paracambi
**CRISTIANE HENRIQUES DE OLIVEIRA**

Nilo Peçanha - Pinheiral
**REGINALDO RIBEIRO SOARES**

Campus Realengo
**ELISA POÇAS**

Campus Rio de Janeiro
**FLORINDA DO NASCIMENTO CERSÓSIMO**

Campus São Gonçalo
**TIAGO GIANNERINI DA COSTA**

Campus Volta Redonda
**SILVÉRIO AFONSO ALBINO BALIEIRO**

Campus Avançado Resende
**ALINE MORAES DA COSTA**

**SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS ORGANIZAÇÃO**

**DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E EXPANSÃO**

**Marcos José Clivatti Freitag**
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E EXPANSÃO

**Suzete Viana Nascimento**
Pedagoga

**Fabrício Pinheiro Lima**
Tecnólogo em Gestão Pública

**Cristiane Teixeira de Oliveira**
Bibliotecária e Documentalista

**Assessoria de Comunicação**
Criação de Arte

# LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABQ | Associação Brasileira de Química |
| AGU | Advocacia Geral da União |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo |
| APL | Arranjo Produtivo Local |
| APADEM | Associação de Pais de Autistas e Deficientes Mentais |
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais |
| ASCOM | Assessoria de Comunicação |
| AUDIN | Auditoria Interna |
| CA | Ciências Agrárias |
| CAEG | Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação |
| CAET | Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico |
| CANP | Colégio Agrícola Nilo Peçanha |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPOG | Conselho Acadêmico de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CAT | Comunicado de Acidente de Trabalho |
| CANP | Campus Nilo Peçanha - Pinheiral |
| CB | Ciências Biológicas |
| CB-25 | Comitê Brasileiro da Qualidade |
| CC | Conceito de Curso |
| CD | Cargo de Direção |
| CEDERJ | Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CERTIFIC | Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada |
| CET | Ciências Exatas e da Terra |
| CEUA | Comissão de Ética nos Ursos Animais |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CGA | Coordenação Geral de Administração |
| CGC | Comitê Gestor Central |

| | |
|---|---|
| CGFIC | Coordenação Geral de Formação Inicial e Continuada |
| CGIEE | Coordenação Geral de Integração Escola-Empresa |
| CGPG | Coordenação Geral de Pós-graduação |
| CGPP | Coordenação Geral de Programas e Projetos |
| CGU | Controladoria Geral da União |
| CH | Ciências Humanas |
| CIEP | Centro Integrado de Escolas Públicas |
| CID | Classificação Internacional de Doenças |
| CLA | Comitê Local de Acompanhamento |
| CNAE | Classificação Nacional de Atividades Econômicas |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| COALM | Coordenação de Almoxarifado |
| COCAM | Conselho do Campus |
| COEX | Coordenação de Extensão |
| COGED | Coordenação Geral de Diversidades |
| COIEE | Coordenação de Integração Escola-Empresa |
| COMUT | Comutação Bibliográfica |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| CONIF | Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica |
| CONSUP | Conselho Superior do Instituto Federal do Rio de Janeiro |
| COPI | Coordenação de Pesquisa e Inovação |
| COOP-PROALT | Cooperativa de Produtos e Trabalhos Alternativos |
| COTP | Coordenação Técnico Pedagógica |
| CPA | Comissão Própria de Avaliação |
| CPC | Conceito Preliminar de Curso |
| CPGF | Cartão de Pagamento do Governo Federal |
| CPPD | Comissão Permanente de Pessoal Docente |
| CRC | Conselho Regional de Contabilidade |
| CRE | Coordenadoria de Registros Escolares |
| CREAL | Campus Realengo |
| CS | Ciências Sociais |
| CSG | Campus São Gonçalo |

| | |
|---|---|
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| CST | Curso Superior de Tecnologia |
| CTC | Comitê Técnico Científico |
| DADI | Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Institucional |
| DAGDI | Direção Adjunta de Gestão e Desenvolvimento Institucional |
| DAPI | Diretoria Adjunta de Pesquisa Institucional |
| DBR | Declaração de Bens e Rendas |
| DCA | Diretoria de Controle Acadêmico |
| DCPS | Diretoria de Concursos e Processos Seletivos |
| DDH | Defensores dos Direitos Humanos |
| DGA | Diretoria de Gestão Acadêmica |
| DGP | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| DGTI | Diretoria de Gestão da Tecnologia de Informação |
| DIEx | Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão |
| DIRAE | Diretoria Rede de Assistência Estudantil |
| DLCOF | Diretoria de Licitação, Compras, Orçamento e Finanças |
| DN | Decisão Normativa |
| DOU | Diário Oficial da União |
| DPDG | Diretoria de Programas para o Desenvolvimento da Graduação |
| EAD | Educação à Distância |
| ECI | Espaço Ciência Interativa |
| EDGP | Envolvimento de Docentes com a Pós-graduação |
| EDIPQ | Envolvimento de Discentes com a Pesquisa |
| EDPQ | Envolvimento de Servidores com Pesquisa |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMT | Ensino Médio e Técnico |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho de Estudantes |
| ENDTO | Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| EPCT | Educação Profissional Científica e Tecnológica |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| ERECEF | Encontro Regional de Educação em Ciências no Ensino Fundamental |
| EUA | Estados Unidos da América |

| | |
|---|---|
| FAETEC | Fundação de Apoio à Escola Técnica |
| FAMINAS | Faculdade de Minas |
| FAPERJ | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro |
| FDE | Fórum de Dirigentes de Ensino |
| FDI | Fórum de Desenvolvimento Institucional |
| FEVRE | Fundação Educacional de Volta Redonda |
| FG | Função Gratificada |
| FIC | Formação Inicial e Continuada |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FORGRAD | Fórum de Pró-reitores de Graduação |
| FUNARTE | Fundação Nacional de Artes |
| GCA | Gastos Correntes por Aluno |
| GR | Gabinete do Reitor |
| GT | Grupo de Trabalho |
| GDEE | Grupo de discussão sobre Ensino de Engenharia |
| IBC | Instituto Benjamin Constant |
| IBCCF | Instituto de Biofísica Carlos Chaga Filho |
| IBCIT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IBM | *International Business Machines* |
| IC | Iniciação Científica |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| ICT | Instituição de Ciência e Tecnologia |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IF | Instituto Federal |
| IFAC | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre |
| IFET | Instituto Federal de Educação e Ciência Tecnológica |
| IFRJ | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro |
| IGC | Índice Geral de Curso |
| IN | Instituição Normativa |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| INPI | Instituto Nacional de Propriedade Industrial |
| IPVA | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores |

| | |
|---|---|
| IRFE | Índice de Retenção de Fluxo Escolar |
| ISO | *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para padronização) |
| IST | Instituto Superior Técnico |
| ITE | Inovação Tecnológica |
| ITCD | Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação |
| JCPAR | Jornada Científica Paracambi |
| JICEPF | Jornada de Iniciação Científica de Engenheiro Paulo de Frontin |
| JIT | Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica |
| LABMET | Laboratório de Metodologias de Ensino de Ciência e Matemática |
| LACE | Linguagens Artísticas, Cultura e Educação |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LISEDUC | Laboratório de Informática, Sociedade e Educação |
| LLA | Linguística, Letras e Artes |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| MAST | Museu de Astronomia e Ciências Afins |
| MEC | Ministério da Educação |
| MP | Ministério Público |
| MPOG | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| MS | Ministério da Saúde |
| NADP | Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos |
| NAPNE | Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades Específicas |
| NEAB | Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros |
| NEABI | Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas |
| NEAD | Núcleo de Educação a Distância |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| NIT | Núcleo de Inovação Tecnológica |
| OCC | Outros Custeios e Capital |
| OCI | Órgão de Controle Interno |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPAS | Organização Panamericana de Saúde |
| OSHAS | *Occupational Health and Safety Assessment Services* (Série de |

| | |
|---|---|
| | Avaliação da Segurança e Saúde no Trabalho) |
| PAE | Programa de Assistência Estudantil |
| PAR | Plano de Ação Articulada |
| PARFOR | Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica |
| PBP | Programa de Bolsa Permanência |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PDP | Plano de Desenvolvimento de Pesquisa |
| PET | Programa de Educação Tutorial |
| PFRH | Programa de Formação de Recursos Humanos Petrobrás |
| PG | Pós-graduação |
| PGM | Procuradoria Geral do Município |
| PGP | Programa de Gestão Participativa com Liderança em Educação |
| PGOC | Percentual de Gastos com Outros Custeios |
| PI | Propriedade Intelectual |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PIBICJR | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior |
| PIBICT | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica |
| PIBID | Programa Institucional de Iniciação à Docência |
| PIBITI | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica |
| PIG | Pesquisa de Indicadores da Graduação |
| PIVICT | Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica |
| PLOA | Projeto de Lei Orçamentária Anual |
| PMVR | Prefeitura Municipal de Volta Redonda |
| PNE | Pessoas com Necessidades Especiais |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PPA | Plano Plurianual da União |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| PPI | Projeto Político Institucional |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |

| | |
|---|---|
| PPRA | Programa de Prevenção de Riscos Ambientais |
| PROAD | Pró-Reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| PROEX | Pró-Reitoria de Extensão |
| PROET | Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico |
| PROCIENCIA | Programa de Fomento ao Pesquisador |
| PROPPI | Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação |
| PROGRAD | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação |
| PROEJA | Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PTRES | Programa de Trabalho Resumido |
| RA | Relatório de Auditoria |
| RFE | Retenção de Fluxo Escolar |
| RIP | Registro Imobiliário Patrimonial |
| RFPA | Renda Familiar Per Capita |
| RNP | Rede Nacional de Ensino e Pesquisa |
| RSC | Reconhecimento de Saberes e Competências |
| SBC | Sociedade Brasileira de Computação |
| SCDP | Sistema de Concessão de Diárias e Passagens |
| SEBRAE | Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEEDUC | Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro |
| SEFOR | Setor de Execução Financeira e Orçamentária |
| SEMAC | Semana de Arte e Cultura |
| SEMACIT | Semana Científico Tecnológica do IFRJ |
| SEMATEC SUL | Semana de Tecnologia, Educação, Ciência e Cultura do Sul Fluminense |
| SEMET | Secretaria de Ensino Médio e Técnico |
| SERES | Secretaria de Regulação do Ensino Superior |
| SERSA | Serviço de Saúde |
| SESU | Secretaria de Educação Superior |
| SETEC | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica |
| SETRERJ | Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro |
| SF | Suprimento de Fundos |

| | |
|---|---|
| SGA | Sistema de Gestão Ambiental |
| SGE | Sistema de Gestão de Excelência |
| SGI | Sistema de Gestão Integrado |
| SGQ | Sistema de Gestão da Qualidade |
| SGSST | Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho |
| SIAFI | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal |
| SIAPE | Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos |
| SIASS | Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor |
| SIASG | Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais |
| SIG | Sistema de Informações Gerenciais |
| SICONV | Sistema de Gestão das Transparências Voluntárias da União |
| SIGA | Sistema Integrado de Gestão Acadêmica |
| SIGA-EDU | Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação |
| SIMEC | Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| SIORG | Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal |
| SISAC | Sistema de Controle de Ações de Comunicação |
| SISTEC | Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| SLTI | Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação |
| SNCT | Semana Nacional de Ciência e Tecnologia |
| SPO | Subsecretaria de Planejamento e Orçamento |
| SRP | Sistema de Registro de Preços |
| TCC | Trabalho de conclusão de curso |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UG | Unidade Gestora |

| | |
|---|---|
| UJ | Unidade Jurisdicionada |
| UO | Unidade Orçamentária |

## Lista de Figuras

Figura 1 Balanço financeiro .....199

Figura 2 Balanço financeiro (continuação) .....200

Figura 3 Receitas orçamentárias.....201

Figura 4 Receitas orçamentárias (continuação).....202

Figura 5 Despesas orçamentárias .....203

Figura 6 Despesas orçamentárias (continuação) .....204

Figura 7 Ativo e passivo.....205

Figura 8 Ativo e passivo (continuação).....206

Figura 9 Destinação de recursos.....207

Figura 10 Variações patrimoniais quantitativas .....207

Figura 11 Variações patrimoniais quantitativas (continuação) .....208

Figura 12 Variações patrimoniais quantitativas (continuação) .....209

Figura 13 Fluxos das atividades das operações.....210

Figura 14 Fluxos das atividades das operações (continuação).....211

Figura 15 Fluxos das atividades das operações (continuação).....212

Figura 16 Revisão analítica VPA .....216

Figura 17 Revisão analítica VPA (2).....217

Figura 18 Revisão analítica VPA (3).....218

Figura 19 Revisão analítica VPA (4).....219

Figura 20 Variação Patrimonial – VPD.....221

Figura 21 Variação Patrimonial – VPD (2).....222

Figura 22 Variação Patrimonial – VPD (3).....223

Figura 23 Variação Patrimonial – VPD (4).....224

Figura 24 Despesas dos pessoal.....230

Figura 25  Formulário de Controle de Tráfego.....252

Figura 26  Estrutura do PPRA .....268

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais parcerias em 2015 ..... 52

Tabela 2 Pesquisa de egressos do Programa de Aproximação de Ex-alunos/IFRJ ..... 64

Tabela 3 Pesquisa de egressos do Programa de Aproximação de Ex-alunos/IFRJ ..... 64

Tabela 4 Relação candidato/vaga ..... 95

Tabela 5 Relação ingressos/alunos ..... 96

Tabela 6 Relação concluintes/alunos ..... 96

Tabela 7 Índice de eficiência acadêmica/concluintes ..... 96

Tabela 8 Índice de retenção do fluxo escolar ..... 97

Tabela 9 Relação alunos/docentes em tempo integral ..... 97

Tabela 10 Gastos correntes por aluno ..... 97

Tabela 11 Percentual de gastos com pessoal ..... 97

Tabela 12 Percentual de gastos com outros custeios ..... 98

Tabela 13 Percentual de gastos com investimentos ..... 98

Tabela 14 Renda familiar per capita – Alunos ..... 98

Tabela 15 Renda familiar per capita – Alunos 2012-2015 ..... 98

Tabela 16 Corpo Docente: Titulações x Ano ..... 99

Tabela 17 Corpo Docente: Titulações x Ano ..... 99

Tabela 18 Resultados dos indicadores – Acórdão TCU N.º 2.267/2005 ..... 100

Tabela 19 Envolvimento Docente com a Pesquisa ..... 105

Tabela 20 Capacidade de orientação ..... 106

Tabela 21 Envolvimento discente total com a pesquisa ..... 106

Tabela 22 Status do diretório de grupos de pesquisa ..... 108

Tabela 23 Número de grupos de pesquisa ..... 108

Tabela 24 Capacidade de Orientação 2015 ..... 109

Tabela 25 Avaliação de demandas processo seletivo PIBICT ..... 109

Tabela 26 Produtividade bibliográfica .....110

Tabela 27 Produtividade bibliográfica (PROCIÊNCIA).....111

Tabela 28 Quantitativo de alunos que aderiram ao Programa CSF entre 2012–2015...111

Tabela 29 Quantitativo de projetos e de recursos disponibilizados no Programa EQUIPAR entre 2012 –2015 .....113

Tabela 30 Lista de cursos de Pós-graduação oferecidos pelo IFRJ.....106

Tabela 31 Retorno das avaliações realizadas por curso .....116

Tabela 32 Número de vagas dos cursos de pós-graduação nos editais .....123

Tabela 33 Número de docentes envolvidos na Pós-graduação nos últimos quatro anos .....125

Tabela 34 Patentes depositadas .....126

Tabela 35 Relação de convênios firmados pelo IFRJ e empresas parceiras .....126

Tabela 36 Cursos Técnicos ofertados no PRONATEC entre 2012 e 2015.....145

Tabela 37 Atos regulatórios dos cursos de graduação.....149

Tabela 38 Cursos de graduação do IFRJ e vagas em 2015 .....151

Tabela 39 Composição da Auditoria .....168

Tabela 40 Principais trabalhos e constatações de Auditoria.....169

Tabela 41 Procedimentos apuratórios.....173

Tabela 42 Índice de manifestações por área.....182

Tabela 43 Manifestações por categoria .....182

Tabela 44 Índice de manifestações por categoria e área (2015).....183

Tabela 45 Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação – ano 2015.....187

Tabela 46 Status dos pedidos .....188

Tabela 47 Características dos pedidos de acesso à informação.....188

Tabela 48 Temas das solicitações (Top 10).....188

Tabela 49 Razões da negativa de acesso .....189

Tabela 50 Meios de envio de resposta.....189

Tabela 51 Perfil dos solicitantes por tipo de pessoa.....190

Tabela 52 Perfil dos solicitantes por gênero.....190

Tabela 53 Grau de escolaridade dos solicitantes.....190

Tabela 54 Profissão dos solicitantes.....190

Tabela 55 Perfil dos solicitantes pessoa jurídica.....191

Tabela 56 Origem das solicitações por estados.....191

Tabela 57 Revisão Analítica Ativo.....212

Tabela 58 Revisão Analítica Passivo Circulante e Não Circulante.....213

Tabela 59 Revisão Analítica – PL.....214

Tabela 60 Revisão analítica VPA.....215

Tabela 61 Valor mensal da concessão de auxílio.....236

Tabela 62 Alunos inscritos/contemplados por campus no Programa de Auxílio Permanência – ano de 2015.....237

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Renda familiar per capita – Alunos 2012-2015 .....99

Gráfico 2 Estudantes IFRJ no CSF por país .....113

Gráfico 3 Distribuição de projetos contemplados por Campus do IFRJ no período de 2012–2015.....114

Gráfico 4 Distribuição de projetos contemplados por Campus do IFRJ no período na edição 2015 do PROATC .....115

Gráfico 5 Os alunos se sentiram motivados pelos professores.....118

Gráfico 6 Domínio dos professores em relação aos assuntos abordados .....119

Gráfico 7 Satisfação dos alunos em relação ao curso.....119

Gráfico 8 Por que escolheu uma Pós-graduação no IFRJ .....120

Gráfico 9 Encontra a informação necessária na home page do curso .....120

Gráfico 10 Grau de satisfação com o acervo da biblioteca .....121

Gráfico 11 : Grau de relevância e pertinência do currículo.....121

Gráfico 12 Grau de satisfação com sistema de comunicação.....122

Gráfico 13 Grau de satisfação em relação aos convênios, acordos e parcerias para financiamento do desenvolvimento do ensino/pesquisa .....122

Gráfico 14 Quantidade de pedidos de acesso à informação em 2015 .....187

Gráfico 15 Pedidos por tipo de resposta .....189

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (A.1.1.1): Identificação da UJ: Relatório de Gestão Individual .....37
Quadro 2 Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS .....69
Quadro 3 Ação/Subtítulos – OFSS .....71
Quadro 4 Ações não previstas LOA do exercício – Restos a pagar – OFSS .....74
Quadro 5 Despesas por modalidade de contratação .....75
Quadro 6 Despesa por grupo e elemento de despesa.....76
Quadro 7 Obrigações assumidas .....77
Quadro 8 Restos a pagar de exercícios anteriores .....77
Quadro 9 Realização das receitas .....79
Quadro 10 Execução das despesas .....87
Quadro 11 Utilização de suprimento de fundos .....87
Quadro 12 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência .....88
Quadro 13 Regularização Dominial do Imóvel – Campus Niterói .....92
Quadro 14 Processo finalístico - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológico – PIBICT.....103
Quadro 15 Processo finalístico - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica - PIVICT.....103
Quadro 16 Processo finalístico - Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e artístico-cultural - Bolsa de Pesquisa Prociência .....104
Quadro 17 Processo finalístico - Programa de Apoio à Aquisição de Equipamentos (EQUIPAR) .....104
Quadro 18 Processo finalístico - Programa Publique Incentivo a Publicação no Exterior .....104
Quadro 19 Processo finalístico – Programa de Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico - Culturais (PROATC) 104
Quadro 20 Processo finalístico – Incentivo à prospecção de mapa de oportunidades junto aos arranjos produtivos locais (PROSPECTAR) .....105
Quadro 21 Plano de metas .....127

Quadro 22 Ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação.....129
Quadro 23 Gastos com os Correios .....139
Quadro 24 Calendário de envio de informações .....169
Quadro 25 Ações pendentes do PAINT .....169
Quadro 26 Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....176
Quadro 27 Declaração do Contador .....196
Quadro 28 Força de trabalho da UJ .....227
Quadro 29 Distribuição da lotação efetiva .....229
Quadro 30 (A.11.3): Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....229
Quadro 31 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....232
Quadro 32 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....239
Quadro 33 Composição do quadro de estagiários .....239
Quadro 34 Gestão da frota de veículos próprios da Reitoria.....240
Quadro 35 Frota de veículos – Campus Arraial do Cabo.....243
Quadro 36 Frota de veículos – Campus Duque de Caxias .....244
Quadro 37 Frota de veículos – Campus Engenheiro Paulo de Frontin .....245
Quadro 38 Frota de veículos – Campus Mesquita.....246
Quadro 39 Frota de veículos – Campus Nilópolis.....247
Quadro 40 Frota de veículos – Campus Paracambi.....248
Quadro 41 Frota de veículos – Campus Pinheiral .....249
Quadro 42 Frota de veículos – Campus Realengo .....250
Quadro 43 Frota de veículos – Campus Rio de Janeiro .....251
Quadro 44 Frota de veículos – Campus São Gonçalo.....252
Quadro 45 Frota de veículos – Campus Volta Redonda .....253
Quadro 46 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....255
Quadro 47 Situação dos imóveis da União.....258
Quadro 48 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....258
Quadro 49 Regularização Dominial do Imóvel.....259
Quadro 50 Infraestrutura física.....260

Quadro 51 Contratos Gerados TI .....265
Quadro 52 Aspectos da Gestão Ambiental.....268
Quadro 53 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....272
Quadro 54 Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....285
Quadro 55 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....316
Quadro 56 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário .....329
Quadro 57 Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....386

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO** .....35

**2 APRESENTAÇÃO** .....36

**3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS** .....37

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....37

3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS .....39

3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA UNIDADE .....43

3.4 BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE .....44

3.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....44

3.6 ORGANOGRAMA .....45

3.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....46

3.8 COMPOSIÇÃO ADICIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL .....65

3.9 PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES .....65

3.10 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO .....65

**4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL** .....66

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL .....66

**4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução** .....67

**4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício** .....67

**4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico** .....67

**4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos** .....67

**4.1.5 Desdobramento do plano estratégico** .....67

4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS .....67

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO .....68

**4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados** .....68

**4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade** .....69

**4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho** .....75

**4.3.4 Demonstrativo de execução de despesas** .....75

**4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento** .....77

**4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores** .....77

**4.3.7.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias** .....77

**4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal** .....78

**4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras** .....78

**4.3.7.4 Informações sobre os projetos desenvolvidos por fundações de apoio** .....78

**4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas** .....78

**4.3.7.6 Informações sobre os auxílios prestados por intermédio de convênios** .....79

**4.3.7.7 Informações sobre os termos de cooperação firmados com a Organização Pan- Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde - Opas/OMS** .....79

**4.3.7.8 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016** .....79

**4.3.8 Informações sobre a realização das receitas** .....79

**4.3.9 Informações sobre a execução das despesas** .....80

**4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal** .....80

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL .....89

**4.4.1 Manutenção Rodoviária** .....89

**4.4.2 Construção e duplicação de rodovias** ..... 89

**4.4.3 Manutenção de obras de arte especiais** ..... 89

**4.4.4 Sinalização viária** ..... 89

**4.4.5 Controle de velocidade nas rodovias** ..... 89

**4.4.6 Controle de peso de veículos** ..... 89

**4.4.7 Planejamento de obras rodoviárias** ..... 90

**4.4.8 Gestão Ambiental** ..... 90

**4.4.9 Desapropriações** ..... 90

**4.4.10 Gestão da estrutura aquaviária** ..... 90

**4.4.11 Gestão da estrutura ferroviária** ..... 90

**4.4.12 Ordenamento da estrutura fundiária** ..... 90

**4.4.12.1 Informações sobre a regularização de imóveis rurais não incluído no Programa Terra Legal** ..... 90

**4.4.12.2 Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal** ..... 90

**4.4.13 Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento** ..... 91

**4.4.13.1 Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício** ..... 91

**4.4.14 Desenvolvimento de projetos de assentamento** ..... 91

**4.4.14.1 Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico** ..... 91

**4.4.14.2 Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento** ..... 91

**4.4.14.3 Informações consolidadas sobre o cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental em vigor** ..... 91

**4.4.15 Licenciamento ambiental** ..... 91

**4.4.16 Monitoramento, controle e proteção ambiental** ..... 92

**4.4.17 Avaliação e controle de substâncias químicas**.....92

**4.4.18 Gestão da qualidade ambiental** .....92

**4.4.19 Uso sustentável e gestão da biodiversidade** .....93

4.5 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO .....93

4.6 INFORMAÇÕES SOBRE A CARTEIRA E AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO .....93

4.7 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016..93

4.8 PRINCIPAIS PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....93

4.9 DESEMPENHO QUANTO ÀS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....93

4.10 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA .....94

4.11 GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.....94

4.12 PROJETOS DE OBRAS DE AUDIOVISUAL .....94

4.13 RENÚNCIA DE RECEITAS .....94

**4.13.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Política de Informática/MCTI**.....94

**4.13.2 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/MCTI** .....94

**4.13.3 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus/Suframa**.....94

**4.13.4 Informações sobre convênios firmados nos termos da Lei 8.387/1991** .....95

4.14 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO .....95

**4.14.1 Indicadores específicos**.....95

**4.14.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional**.....95

**4.14.3 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União** .....95

**4.14.4 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico**.....102

**4.14.5 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino superior** .....102

4.15 ACOMPANHAMENTO E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR.....102

4.16 INFORMAÇÕES SOBRE EMPREENDIMENTOS REALIZADOS POR INTERMÉDIO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE .....102

4.17 INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO .....103

4.18 INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO - PINMG E SOBRE O PLANO DE EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO – PEX.....127

4.20 INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....129

4.21 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFI NOS POSTOS DIPLOMÁTICOS .....129

4.22 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO .....129

4.23 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO .....129

4.24 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON.....130

4.25 ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO APROVADO PARA O OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO .....131

4.26 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES.....131

4.27 ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANP .....131

4.28 INFORMAÇÕES SOBRE OS RESSARCIMENTOS PELOS PLANOS DE SAÚDE AO SUS.....131

4.29 ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANATEL .....131

4.30 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....131

4.31 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS COM CONTRATO DE GESTÃO .....137

4.32 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E RESULTADOS RELACIONADOS A CONTRATOS DE GESTÃO REGIDOS PELA LEI 9.637/1998.....137

4.33 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E DOS RESULTADOS RELACIONADOS A TERMOS DE PARCERIA REGIDOS PELA LEI 9.790/1999.....137

4.34 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL .....137

4.35 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO .....137

4.36 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MINISTÉRIO DA DEFESA .....137

4.37 INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SOBRE AS AÇÕES RELACIONADAS AO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM GRANDES EVENTOS.....138

4.38 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS .....138

4.39 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CONDUZIDOS PELA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE.....138

4.40 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA.....138

4.41 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA.....138

4.42 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS CONTRATOS DE FRANQUIA DO SERVIÇO POSTAL .....138

4.43 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS CORPORATIVOS.....139

4.44 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES TÉCNICAS ESPECÍFICAS .....139

**4.44.1 Superintendência de participações governamentais** .....153

**4.44.2 Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural**154

**4.44.3 Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis**.....154

**4.44.4 Superintendência de Planejamento e Regulamentação** .....154

**4.44.5 Superintendência de Fiscalização** .....154

**4.44.6 Superintendência de Controle de Obrigações**.....154

**4.44.7 Superintendência de Relação com Consumidores**.....154

4.45 DESEMPENHO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA - INTERÁGUAS .....154

4.46 RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO.....155

4.47 INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADORES UTILIZADOS PELA ENTIDADE PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO.....155

4.48 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE GESTÃO.....155

4.49 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE NEGÓCIO .....156

4.50 INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO ..... 156

4.51 VISÃO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO DAS OBRAS COM RECURSOS DO FUNDO ..... 156

**5 GOVERNANÇA** ..... 157

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA ..... 157

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS ..... 157

5.3 PAPÉIS E FUNCIONAMENTO DOS COLEGIADOS ..... 161

5.4 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADOS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ..... 167

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO ..... 167

5.6 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ..... 167

5.7 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ..... 167

5.8 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS ..... 173

5.9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS ..... 176

**5.9.7 Relatórios semestrais sobre os controles internos do Banco elaborados em observância à Resolução CMN 2.554/98** ..... 178

5.10 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS ..... 179

5.11 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA ..... 179

5.12 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE ..... 179

5.13 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE ..... 179

5.14 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE .....179

5.15 ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS.....179

**6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE** .....181

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO .....185

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....186

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS .....186

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES REVELANTES SOB A ATUAÇÃO DA UNIDADE .....192

6.5 AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....192

6.6 AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....192

6.7 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....193

6.8 INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.....193

6.9 INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.....193

**7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS** .....194

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO .....194

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR .....194

**7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão**.....195

**7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados** .....195

**7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994**.....195

7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS .....195

7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE .195

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL...195

7.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL .....196

7.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....197

7.8 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESAPROPRIADOS .....225

7.9 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO E REGISTRO CONTÁBIL DOS CRÉDITOS A RECEBER .....225

7.10 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....225

7.11 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/64 E 6.404/1976) .....225

7.12 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI .404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS .....225

7.13 REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A CLASSIFICAÇÃO A NOS NÍVEIS DE RISCO E DA AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....225

7.14 INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....225

7.15 INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS EM QUE ATUA O CONGLOMERADO .....226

7.16 INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO.....226

7.17 DEMONSTRATIVO ESPECIFICO SOBRE OS SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL ....226

7.18 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS ELABORADAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECIFICA....226

7.19 DESEMPENHO FINANCEIRO DO CONGLOMERADO ....226

7.20 DEMONSTRAÇÃO E ANALISE DOS DESEMPENHOS ECONÔMICO-FINANCEIROS ....226

7.21 INFORMAÇÕES SOBRE AS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO DE ITAIPU BINACIONAL....226

**8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO** ....227

8.1 GESTÃO DE PESSOAS ....227

**8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade** ....227

**8.1.1.1 Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação Geral de Inovação Tecnológica** ....229

**8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal** ....229

**8.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal** ....230

**8.1.4 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal** ....231

**8.1.5 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal**....231

**8.1.6 Medidas para ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias**....234

**8.1.7 Demonstração de iniciativas de cobranças de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes** ....235

**8.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas** ....235

**8.1.9 Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes**..235

**8.1.10 Contratação de pessoal de Apoio e de estagiários** ....239

**8.1.11 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**.....240

**8.1.12 Contratação de mão de obra temporária**.....240

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....240

**8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada**.....240

**8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**.....254

**8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**.....255

**8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**.....257

**8.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União**.....258

**8.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização**.....258

**8.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros**.....258

**8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim**.....259

**8.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade**.....259

**8.2.10 Informações sobre a infraestrutura física**.....260

8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....261

**8.3.1 Principais sistemas de informações**.....261

**8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI**.....264

**8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas**.....267

8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....268

**8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**.....268

**8.4.2 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade**.....268

8.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS.....269

**8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade** .....269

**8.5.2 Programas e fundos setoriais** .....270

**8.5.3 Fundos providos por encargos setoriais** .....270

**8.5.4 Fundos de aval ou garantidores de créditos**.....270

**8.5.5 Fundos de investimento**.....270

**8.5.6 Fundo Partidário** .....270

**8.5.7 Fundo de Indenização ao Trabalhador Portuário Avulso**.....270

**8.5.8 Fundo de Investimento Setorial do Turismo - Fiset/Turismo** .....270

**8.5.9 Fundos de Investimento Setoriais de Reflorestamento e de Pesca - Fiset/Reflorestamento e Fiset/Pesca** .....270

**8.5.10 Fundo Socioambiental**.....270

**8.5.11 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social** .....271

**8.5.12 Fundo de Universalização de Telecomunicações**.....271

**8.5.13 Fundo de Fiscalização de Telecomunicações** .....271

**8.5.14 Fundo Nacional de Aviação Civil**.....271

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS .....271

**9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE**.....272

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....272

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....285

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....329

9.4 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA A COBRANÇA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA E NÃO PREVIDENCIÁRIA.....339

9.5 INFORMAÇÕES SOBRE O CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.....340

9.6 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO EM BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA .....340

9.7 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE CERTIFICADOS DE ENTIDADES BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....340

9.8 INFORMAÇÕES SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS OFICINAS REGIONAIS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PERANTE O INMETRO.....340

9.9 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....340

9.10 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO.....340

9.11 GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....341

9.12 INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF DESTINADOS ÀS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO .....341

9.13 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO .....341

9.14 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....341

**10 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**.....342

10.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ITAIPU BINACIONAL.....342

**APÊNDICES**.....343

# 1 INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão Anual integra o processo de prestação de contas do Instituto Federal do Rio de Janeiro, exercício 2015. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pelo Instituto no esforço de melhor cumprir a sua finalidade institucional, como uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

O presente relatório visa apresentar aos órgãos de controle interno e externo a prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade se obriga, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições da Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015.

As informações são estruturadas por item, de acordo com o Anexo Único da Portaria N º 321 de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre as orientações para a elaboração de conteúdo dos Relatórios de Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício de 2015, adequando-se ao Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

As figuras, os quadros e as tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto.

Alguns itens referenciados na Portaria -TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, bem como alguns dos quadros não foram apresentados no Relatório, por tratarem de situações que não se aplicam ao IFRJ.

Considerando que este Relatório de Gestão estará disponível no portal do TCU (www.tcu.gov.br) para consulta pública, entende-se que o documento fornecerá à sociedade informações para a avaliação da Gestão do IFRJ em 2015.

## 2 APRESENTAÇÃO

O IFRJ é uma autarquia federal, com autonomia universitária, organizado em uma estrutura *multicampi* e pluridisciplinar, onde são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Com atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, realiza, ainda, ações de inclusão social; desenvolve pesquisa científica em vários campos do saber visando à inovação tecnológica; e, proporciona a divulgação e popularização da ciência.

Atualmente conta com a Reitoria, 11 (onze) unidades instaladas, 04 (quatro) unidades em instalação e 03 (três) unidades previstas.

# 3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

## 3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1 (A.1.1.1): Identificação da UJ: Relatório de Gestão Individual

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo | | | |
| **Órgão de Vinculação**: Ministério da Educação | | | **Código SIORG**: 244 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Denominação completa**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | |
| **Denominação abreviada**: IFRJ | | | |
| **Código SIORG**: 100930 | **Código LOA:** 26433 | **Código SIAFI:** 158157 | |
| **Situação:** ativa | | | |
| **Natureza Jurídica**: Autarquia Federal | | | |
| **Principal Atividade**: Educação Profissional de Nível Tecnológico | | **Código CNAE:** 8542-2/00 | |
| **Telefones/Fax de contato**: | (021)3293-6000 | (021)3293-6001 | (021)3293-6002 |
| **Endereço Eletrônico**: gr@ifrj.edu.br | | | |
| **Página na Internet**: http://www.ifrj.edu.br | | | |
| **Endereço Postal**: Rua Pereira de Almeida, 88 – Praça da Bandeira – CEP: 20.260-100 – Rio de Janeiro – RJ | | | |
| **Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Regimento Geral – aprovado pela Resolução nº 16 do Conselho Superior do IFRJ em 10 de agosto de 2011.<br><br>Estatuto – aprovado pela Resolução do Conselho Superior do IFRJ, publicado no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2009. | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |

| Reportar ao site institucional. |
|---|
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada |

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

| Código SIAFI | Nome |
|---|---|
| 158157 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro |
| 158482 | IFRJ - Campus Duque de Caxias |
| 158483 | IFRJ - Campus Nilópolis |
| 158484 | IFRJ - Campus Paracambi |
| 158485 | IFRJ - Campus Pinheiral |
| 158486 | IFRJ - Campus Realengo |
| 158487 | IFRJ - Campus São Gonçalo |
| 158488 | IFRJ - Campus Volta Redonda |
| 158502 | IFRJ - Campus Rio de Janeiro |

**Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

| Código SIAFI | Nome |
|---|---|
| 26433 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro |

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
|---|---|
| 158157, 158482, 158483, 158484, 158485, 158486, 158487, 158488, 158502 | 26433 |

**Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

| Código SIAFI | Nome |
|---|---|
| 158482 | IFRJ - Campus Duque de Caxias |
| 158483 | IFRJ - Campus Nilópolis |
| 158484 | IFRJ - Campus Paracambi |
| 158485 | IFRJ - Campus Pinheiral |
| 158486 | IFRJ - Campus Realengo |

| | |
|---|---|
| 158487 | IFRJ - Campus São Gonçalo |
| 158488 | IFRJ - Campus Volta Redonda |
| 158502 | IFRJ - Campus Rio de Janeiro |

Fonte: IFRJ (2016)

## 3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O IFRJ atua nos vários níveis e modalidades de educação profissional, desde a Qualificação Inicial para o Trabalho, passando pelo Ensino de Nível Médio, Ensino de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu*. A Instituição possui cinco Pró-Reitorias, a saber: Pró- Reitoria de Graduação, Pró- Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Pró- Reitoria de Ensino Técnico, Pró- Reitoria de Extensão e a Pró- Reitoria de Administração.

A Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico (PROET) apresenta como competências planejar, desenvolver, acompanhar, supervisionar e avaliar as políticas para a educação profissional técnica de nível médio que serão homologadas pelo Conselho Superior do IFRJ, por meio de ações que visem à qualidade do ensino, ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes, considerando-se a articulação com a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação (MEC) e as orientações recebidas do respectivo Conselho Acadêmico (CAET).

A Pró- Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) é um órgão da administração superior responsável pelo assessoramento ao Reitor nas questões relativas ao ensino de graduação. Compete ao órgão planejar, desenvolver, acompanhar, supervisionar e avaliar as políticas para o ensino de graduação; bem como, tratar das questões relacionadas à implantação, ao acompanhamento, ao reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de ensino de graduação, por meio de ações que visem à qualidade do ensino, acesso, permanência e êxito estudantil, considerando-se a articulação com a pesquisa e a extensão. Presta, ainda, apoio ao Procurador Institucional na interlocução com o MEC, no que diz respeito à regulação, supervisão e avaliação dos cursos de graduação.

A PROGRAD fomenta e orienta o processo coletivo de elaboração de regulamentos, diretrizes pedagógicas e de projetos pedagógicos de cursos para este nível de ensino; bem como, articula os diferentes campi, órgãos colegiados – especialmente o

Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG) – e instâncias em torno do ensino de graduação.

A PROGRAD conduz o desenvolvimento de programas e projetos que proporcionem o desenvolvimento da graduação, oferecendo suporte às propostas que são submetidas aos órgãos de fomento e resultam no financiamento das atividades previstas, inclusive com o oferecimento de bolsas de estudo para professores e estudantes envolvidos. Estas atividades são desenvolvidas em articulação com comissões locais de acompanhamento e avaliação, nas quais há participação de coordenadores, discentes, docentes e comunidade externa.

Destaca-se, ainda, a participação da PROGRAD nas ações que possibilitem a internacionalização da graduação conjuntamente com a PROPPI, PROEX, PROET e Assessoria Internacional (ASSINT). Além do Programa Ciência Sem Fronteiras, em 2015 houve a assinatura do Termo de Convênio Internacional que garantiu a parceria com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) possibilitando a concretização do edital para seleção de 02 estudantes do Ensino de Graduação do IFRJ para cursarem disciplinas no IPB durante um semestre letivo.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPPI) do Instituto Federal do Rio de Janeiro é um órgão sistêmico, ligado à Reitoria. Esta Pró-Reitoria é a representante legal da pós-graduação, pesquisa e inovação desta instituição, apresenta como principais atribuições e competências: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integradas ao ensino e a extensão, bem como, promover ações de intercâmbio com Instituições e Empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

Em 2015, no âmbito da pesquisa, foram lançados editais de fomento à pesquisa (Prociência); de publicação científica no exterior (Publique); de aquisição de equipamento permanente (Equipar); de bolsas de iniciação científica e tecnológica (ICT) para os estudantes dos níveis médio e graduação (PIBICT) e dois editais inéditos, a saber, o Programa de incentivo à apresentação de trabalhos em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais (PROATC) e o Programa de incentivo à prospecção de mapa de oportunidades junto aos arranjos produtivos locais (PROSPECTAR).

Na área de inovação foi aprovado o Regulamento Geral do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que regulamenta as atividades do NIT-IFRJ. Além disso, uma nova patente foi depositada e foram firmados convênios com diversas empresas e instituições de ensino. Na pós-graduação, foram criados 09 grupos de trabalho, sendo 07 deles para a

criação de projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e dois para a criação de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados profissionais).

Por definição institucional compete à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX): planejar, desenvolver, controlar e avaliar a política de extensão, integração e de intercambio do IFRJ com os setores produtivos e a sociedade. Realizando sua missão mediante ações, programas e projetos que garantam a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como o diálogo e a inserção da instituição nas comunidades atendidas. Constituem-se objetivos da PROEX e que repercutem nas atividades nos *campi*:

- **Fomentar e Desenvolver Projetos Tecnológicos**: Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;
- **Fomentar e Estimular Eventos**: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna**;**
- **Desenvolver e apoiar Projetos Sociais**: Projetos transformadores, desenvolvidos na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;
- **Ampliar oportunidades de Estágio e Empregos**: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/ emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação, visitas técnicas, de aproximação e gerenciais)**;**
- **Ampliar Cursos de Extensão**: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular;
- **Apoiar Projetos Culturais, Científicos, Artísticos e Esportivos;**
- **Desenvolver a cultura do Empreendedorismo e Cooperativismo**: Apoio à formação empreendedora através de programas institucionais e cursos de profissionalização (Mulheres Mais) para comunidade;
- **Realizar o Acompanhamento de Egressos**: Constitui-se no conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional de egressos, na perspectiva de identificar cenários no mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão**;**

- **Promover as Relações Interinstitucionais**: Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação interinstitucionais, bem como celebração de convênios, como instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa no âmbito da extensão;
- **Estimular Parcerias e Relações Internacionais**: Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacionais, bem como celebração de convênios, como instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa no âmbito da extensão.

O planejamento estratégico da PROEX no ano de 2015, teve como foco o cumprimento dos objetivos gerais a que se propõe. A PROEX buscou:

- Ampliação de todos os seus programas e projetos institucionais de extensão;
- Diversificação dos cursos de extensão visando à melhoria da qualidade do ensino e pesquisa, e ampliar a oferta de atividades nas Semanas Acadêmicas e nos demais eventos dos Campi, para as comunidades onde se inserem;
- Diversificação dos cursos de qualificação profissional, e a implementação do Programa Mulheres Mais;
- Programa de fomento interno para a realização de ações e eventos visando promover a inclusão socioeducativa e a divulgação cultural, científica e tecnológica, bem como a aproximação da comunidade com o IFRJ;
- Criação e apoio a projetos e políticas indutivas para o desenvolvimento de Extensão visando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e estimulando e potencializando o cooperativismo e o empreendedorismo como culturas institucionais;
- Captação de recursos financeiros junto aos órgãos de fomento públicos;
- Estabelecimento de mecanismos internos para análise das demandas socioculturais, econômicas e profissionais locais, como forma de fortalecer a ação da PROEX junto às comunidades atendidas pelo IFRJ.

As ações/programas/projetos da PROEX estão sistematizados com base em um fluxograma hierárquico basicamente em dois níveis administrativos, a saber:

1. Nível Sistêmico (Pró-reitoria) – no qual a PROEX estabelece as políticas e diretrizes de extensão garantindo a articulação entre os Campi e a sociedade;

2. Nível de Campus[1] - que abrange a execução e melhoria das políticas de Extensão sistêmica no Campus, através da ação da PROEX junto às Coordenações de Extensão (CoEX) e de Integração Escola-Empresa (COIEE). A PROEX através destas coordenações vem levando a Extensão aos espaços formais e não formais, atuando junto aos campi nas atividades para comunidade, nos programas de estágio e emprego e no acompanhamento de egressos, entre outras ações e desenvolvido divulgação e gestão de informações sobre os projetos e programas que se desenvolvem nas unidades.

## 3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA UNIDADE

O IFRJ foi criado pela lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e norteia-se, desde então, por seus princípios. O IFRJ está vinculado ao Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Adicionalmente, o funcionamento da Instituição está alinhado com as diretrizes e objetivos do Plano Plurianual - PPA - do Governo Federal (MPOG, 2011), bem como ao atendimento dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (IFRJ, 2012-2018). Também merece destaque o Acordo de Metas e Compromissos formalizado entre a SETEC/MEC e o IFRJ (SETEC, 2010), o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRJ, 2014-2018) e o Plano Pedagógico Institucional (IFRJ, 2014-2018). Além das normas e regulamentos internos da Instituição.

## 3.4 BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ) e a integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF).

---

[1] Cada Campus do IFRJ possui uma representação local, instituída como Coordenação de Extensão (COEX), e uma Coordenação de Integração Escola-Empresa (COIEE) que estão subordinadas à Direção Geral, mas atua em articulação e orientação da Pró-reitoria.

O IFRJ está organizado em uma estrutura *multicampi*, e atualmente possui 12 (doze) unidades: a Reitoria, com sede no Rio de Janeiro e os *campi*: Rio de Janeiro, Realengo, Nilópolis, Duque de Caxias, Nilo Peçanha/Pinheiral, São Gonçalo, Paracambi, Volta Redonda, Arraial do Cabo, Resende e Engenheiro Paulo de Frontin. Também, estão em implantação as unidades Belford Roxo, Mesquita, Niterói e São João de Meriti.

É uma autarquia do Poder Executivo Federal, administração indireta, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Em decorrência da história, perfil e vocação institucional, o IFRJ configura-se como um centro de reconhecida competência na formação inicial e continuada de profissionais, contando com aproximadamente 11 mil alunos matriculados em cursos de diferentes níveis e modalidades.

## 3.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal do Rio de Janeiro tem como um dos seus princípios a verticalização do ensino, da educação básica à superior. Conforme a Lei que criou os Institutos Federais, no seu art. 2º:

> Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, plurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas nos termos desta lei.

No que diz respeito ao Ensino Médio e Técnico, a Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico (PROET) atua no planejamento, desenvolvimento, acompanhamento, supervisão e avaliação das políticas para a educação profissional técnica de nível médio. No escopo da sua atuação são ofertados cursos técnicos nas formas integrada, concomitante/subsequente e subsequente ao ensino médio e também nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação à Distância.

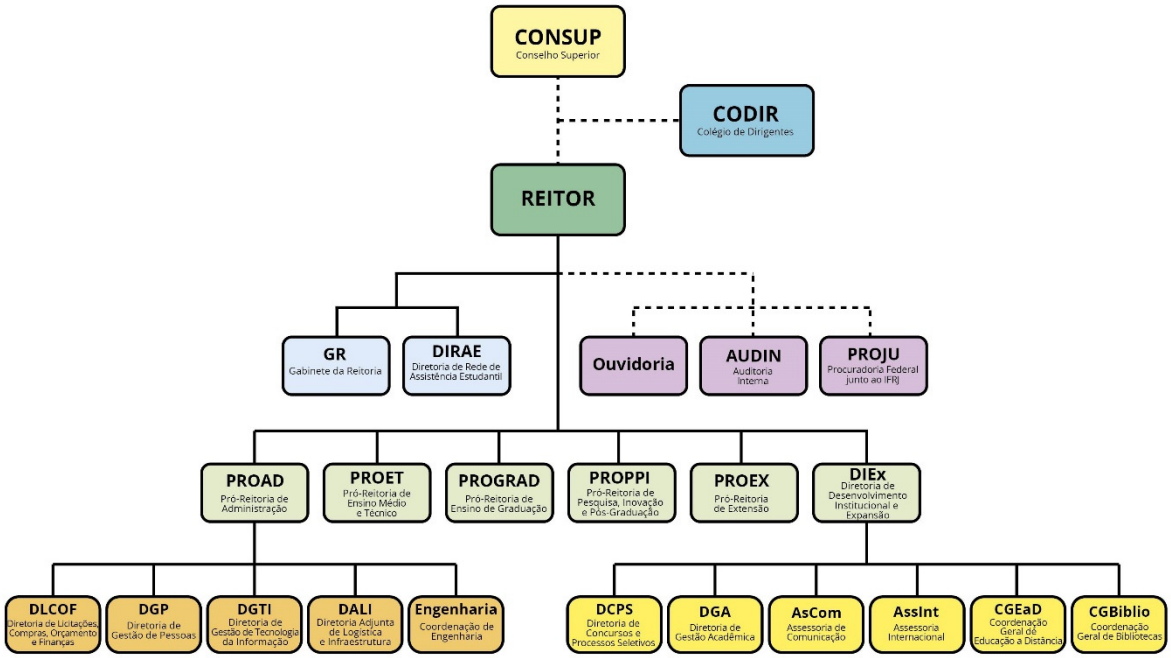
O art. 6° da Lei de criação dos Institutos Federais define as finalidades e características relacionadas ao Ensino de Graduação: ministrar cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando

à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Considerando a abrangência da demanda, faz-se necessária a participação em diferentes fóruns de abrangência externa e interna. Externamente, houve a participação ativa nos fóruns relacionados a nossa área de atuação, como o Fórum dos Dirigentes de Ensino (FDE) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), Fórum dos Pró-reitores de Ensino de Graduação (FORGRAD), Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente (FEPAD).Internamente, participamos: da Comissão Interna de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIPE) coordenando esse trabalho; das comissões de implantação de campi novos – Belford Roxo e Niterói; do Grupo de Trabalho de Capacitação Docente na Área de Licenciatura; do Grupo de Trabalho de Acessibilidade.

Em relação aos cursos de graduação, a PROGRAD acompanha a oferta dos cursos desse nível de ensino e possui uma interlocução contínua com os *campi* que possuem oferta de Ensino de Graduação, que são: Nilópolis, Engenheiro Paulo de Frontin, Volta Redonda, Paracambi, Duque de Caxias, Realengo e Rio de Janeiro. Atualmente temos os seguintes cursos de graduação: Licenciatura em Química, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Química, Bacharelado em Produção Cultural, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Farmácia, Bacharelado em Terapia Ocupacional e Bacharelado em Fisioterapia, Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos, Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial. Existe ainda um projeto pedagógico em elaboração de um Curso de Licenciatura em Computação, no *campus* Pinheiral.

## 3.6 ORGANOGRAMA




## 3.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos descritos pelas Pró-Reitorias abaixo listadas, representam as atividades fins da instituição, integrando ensino, extensão, pesquisa e inovação. Cabe ressaltar que, o desenvolvimento destas atividades ocorrem em consonância com os campi. Observa-se que não foi utilizado o quadro referenciado como sugestão para os macroprocessos finalísticos, cabendo a cada Pró- Reitoria desenvolver o item, tendo em vista as especificidades da Instituição Educacional.

No âmbito do Ensino Médio e Técnico, as ações fins propostas pela PROET foram subsidiadas por estudos das legislações externa e interna voltadas para o ensino médio e técnico, participação em eventos ligados à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e pelo levantamento de desafios apresentados por nossos índices de eficiência e eficácia. Além disto, é fundamental mencionar a busca permanente de diálogo com a comunidade afim de captar e debater as demandas advindas dos campi e de seus respectivos cursos técnicos.

A manutenção da qualidade do ensino construída ao longo de várias décadas e a articulação com a pesquisa e a extensão - desafio exigido desde a transformação em Instituto Federal - norteiam nossas ações no IFRJ, materializadas pelos macroprocessos de apoio que se apresentaram em dois grandes eixos: Gerenciamento e aprimoramento da qualidade dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Planejamento, implementação e acompanhamento das políticas de acesso, permanência e sucesso estudantil.

Em parceria com as Direções de Ensino, as Coordenações Técnico Pedagógicas, a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil realizou-se o acompanhamento e avaliação da recuperação paralela, inclusive com realização de visitas aos campi para discussões, esclarecimentos e definição de encaminhamentos. Desta forma, buscou-se valorizar o caráter contínuo do processo de ensino aprendizagem, enfatizando a dimensão processual e possibilitando aos alunos maiores oportunidades de aprendizagem e superação das dificuldades.

A partir de um desdobramento do Fórum de Diretores de Ensino, Coordenações Técnico Pedagógicas e Diretoria da Rede de Assistência Estudantil foi criado um fórum de discussões acerca dos cursos da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Este fórum buscou retomar os encaminhamentos e proposições realizadas na imersão realizada em 2013 e aprofundar o debate sobre as especificidades desta modalidade de oferta afim de aprimorar os seus processos pedagógicos.

Foi criado também, a partir de um desdobramento das discussões do Fórum de DEs, CoTPs e DIRAE, um grupo de discussão sobre avaliação. Inicialmente formado para construir um evento que debatesse o tema na Instituição, o grupo acabou optando por conceber a realização do evento como ápice de um processo de sensibilização da comunidade para o debate pedagógico, em especial acerca dos temas avaliação e formação integrada. Neste processo, elaborou um questionário de sensibilização para ser respondido por todos os docentes do IFRJ. O tema também foi levado ao CAET e associado à regulamentação vigente sobre os cursos técnicos no IFRJ, em especial o Regulamento dos Conselhos de Classe, propiciando a oportunidade de discutir o papel do conselho de classe frente aos processos pedagógicos e formativos.

O grupo de Trabalho sobre a evasão, com a participação de todas as Pró-Reitorias, apesar de ter sua ação mais voltada para o mapeamento e elaboração de estratégias de combate à evasão em todos os níveis de ensino do IFRJ, também acabou por debater os processos de ensino e aprendizagem na medida em que as dificuldades

desse processo podem contribuir para o incremento da evasão. Este grupo realizou visitas em todos os campi para debater os resultados do mapeamento em cada contexto e, posteriormente, apresentou em um evento para toda a comunidade o seu relatório final com o diagnóstico do problema e propostas de encaminhamento.

A partir de uma demanda do Ministério da Educação foi criada a Comissão Interna de Permanência e Êxito reunindo representantes das Pró-Reitorias ligadas ao Ensino, da DIRAE e dos *campi*. Esta comissão iniciou seus trabalhos a partir dos resultados elencados pelo GT sobre evasão. Na sequência elaborou um diagnóstico quantitativo de indicadores ligados a permanência e ao êxito nos campi passando, posteriormente, a elaborar um diagnóstico qualitativo para depois construir um plano estratégico de ações visando a permanência e o êxito.

**Processo seletivo – cursos integrados, concomitantes e EJA**

Os processos seletivos para os cursos oferecidos pelo IFRJ com ingresso em 2015 foram realizados como de costume com um ligeiro acréscimo no número de vagas ofertadas em 2014 para os cursos integrados, concomitantes/subsequentes, e na modalidade EJA. A classificação dos candidatos deu-se por meio de dois sistemas de vagas: o de Ampla Concorrência e o Sistema de Reserva de Vagas para Escolas Públicas. Foi realizado também o Processo Seletivo para preenchimento de vagas relativas ao curso Técnico em Massoterapia oferecido pelo Instituto Benjamin Constant, de forma concomitante/subsequente ao Ensino Médio, nos termos do artigo 39 da Lei Nº 9.394/96, para o 1º semestre do ano letivo de 2015 e também para o curso Técnico em Arte Circense, subsequente, ofertadas pela Escola Nacional de Circo.

A partir de uma iniciativa do Colégio de Dirigentes foi criado um Grupo de Trabalho para debater estratégias para melhorar divulgação da Instituição e dos seus cursos, em especial dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e dos cursos técnicos do Programa de Educação de Jovens e Adultos.

**Gerenciamento e aprimoramento dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

Visando aprimorar a qualidade dos cursos de Educação profissional técnica de nível médio foi dada continuidade ao fórum que reúne as Diretorias de Ensino, as

Coordenações Técnico Pedagógicas, a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil e a Pró-Reitoria de Ensino Médio Técnico. Este fórum se debruçou sobre vários temas diretamente relacionados aos processos pedagógicos e ao aprimoramento dos cursos. Assim, além do acompanhamento e avaliação da oferta de recuperação paralela foram debatidos também a oferta da disciplina espanhol, a situação das disciplinas filosofia e sociologia, o conselho de classe, a avaliação, a formação integrada, os cursos concomitantes/subsequentes, os cursos de educação de jovens e adultos, a proposta de base nacional comum curricular apresentada pelo MEC, os processos seletivos, entre outros.

A partir de uma proposição surgida no Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico deu-se início a um mapeamento dos ambientes tecnológicos dos cursos técnicos visando realizar um levantamento das condições estruturais de funcionamento destes cursos.

Foi aprovado no Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico e no Conselho Superior o Curso Técnico em Arte Circense subsequente, o Curso Técnico em Guia de Turismo concomitante/subsequente, o Curso Técnico em Agroindústria integrado ao ensino médio, além da oferta pelo campus Resende do Curso Técnico em Segurança do Trabalho. Ainda no âmbito do CAET e CONSUP foi alterada a matriz do Curso Técnico em Agroindústria na modalidade EJA, a partir de demanda trazida pelo campus Pinheiral. Da mesma forma, após um processo de debate que incluiu Diretores de Ensino, Coordenadores, Coordenações Técnico Pedagógicas e Docentes dos três campi envolvidos foi aprovada a alteração matriz do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

A partir de uma iniciativa do colégio de dirigentes foi criada em parceria com as demais Pró-Reitorias e representantes dos campi um grupo de trabalho para elaboração de curso de capacitação de docentes sem licenciatura. A atualização constante de nossos profissionais é demanda a ser perseguida, para além dos processos de titulação, com programas de capacitação desenvolvidos institucionalmente. A necessidade de novos profissionais que dêem conta das questões envolvidas é permanente, mas por vezes, esbarra na falta de sincronicidade entre as demandas por servidores e a necessária autorização para abertura de concurso público por parte do Ministério do Planejamento.

Junto ao CAET e em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação foi elaborado o Regulamento de Exercícios Domiciliares, em substituição ao Regulamento de Alunas Gestantes. Com este será possível atualizar os procedimentos adotados para atender aos

alunos que tenham necessidade de afastamento temporário, garantindo assim os direitos previstos na legislação sobre o tema.

A partir de uma demanda advinda do grupo de professores da disciplina foi criado o Grupo de Trabalho para reformulação das diretrizes pedagógicas da Educação Física. O grupo tem como objetivo não só debater a inserção da Educação Física nas matrizes curriculares como também avaliar como a área vem atuando na instituição, em especial nos cursos técnicos.

Participação no grupo de trabalho para divulgação dos cursos técnicos, criado a partir do colégio de dirigentes. Este grupo tem como objetivo elaborar estratégias para divulgação da instituição e em especial dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e dos cursos técnicos na modalidade EJA.

Participação no Grupo de Trabalho sobre acessibilidade criado pela Pró-Reitoria de Extensão. Este grupo tem por objetivo debater e buscar estratégias para aprimorar a acessibilidade, a permanência e o êxito de estudantes com necessidades específicas.

**Educação a distância**

Foram aprovadas no CAET e CONSUP alterações nas matrizes dos Cursos Técnicos em Agente Comunitário de Saúde e Secretaria Escolar.

As Coordenações atuam por meio de macroprocessos específicos (finalísticos), desenvolvendo diversas ações, que visam resultados mensuráveis ao longo do tempo, e que possuem alinhamento com o desenvolvimento das atividades fim da PROEX. Constituem os macroprocessos da PROEX:

a) **Macroprocesso de formação e capacitação profissional e tecnológica**

Este macroprocesso é desenvolvido na CGFIC e envolve a gestão e acompanhamento dos cursos de formação inicial e continuada, tais como: Cursos de qualificação profissional – modalidade FIC, Cursos de formação continuada para mulheres em vulnerabilidade social (MULHERES MAIS) e Cursos de Extensão. A CGFIC também realiza o acompanhamento pedagógico e registro das atividades realizadas nos cursos, assim como promove, a seleção (por meio de editais públicos), e o acompanhamento de docentes e não docentes para atuação nos cursos ligados aos convênios.

b) **Macroprocesso de ações afirmativas e inclusivas**

Este Macroprocesso é gerenciado pela CoGED, que é a responsável por elaborar Programas e Projetos que contribuam para a criação de um ambiente escolar que promova o respeito às diferenças existentes entre as pessoas, tanto quanto à raça-etnia, o gênero, a diversidade sexual e trata também da inclusão (com qualidade) no ambiente escolar das pessoas com deficiência.

A CoGED é responsável pela execução de diversas ações e debates sobre políticas inclusivas e implantação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) em todos os campi do IFRJ. O NAPNE tem como missão pesquisar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da inclusão das pessoas com deficiência nas instalações, cursos, e propostas de pesquisa e extensão dos *campi*.

A CoGED também produz e estimula eventos e debates sobre NEABI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas, reforçando a concepção de criação em cada campus, de um espaço, cujo propósito é discutir as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, fomentar estudos, pesquisas e extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento.

O NEABI deverá sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações; ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil.

**c) Macroprocesso da Integração ao Mundo do Trabalho**

Este macroprocesso é de responsabilidade da CGIEE. A CGIEE dentro deste macroprocesso faz a Gestão da Integração e Articulação Empresa – Escola, e realiza o dentro desta Pesquisas de Satisfação do aluno Concluinte e das empresas e parceiros conveniados com IFRJ, proporcionando um perfil da empregabilidade dos alunos que se formam nos cursos da instituição. E também dentro deste processo está o Programa de Aproximação de Ex-alunos que visa estabelecer uma pesquisa permanente sobre o andamento das carreiras dos egressos do IFRJ.

A CGIEE também acompanha indicadores sobre as visitas de aproximação com órgãos de governos e empresas, como um apoio as atividades dos COEX e COIEE dos campi, e os auxilia e orienta quanto a organização e formalização de Convênios com

empresas, prefeituras e demais órgãos de Governo municipal, estadual e federal inclusive para obtenção de recursos e parcerias nos programas e projetos da PROEX.

**d) Macroprocesso de Programas e Projetos Extensionistas**

Este Macroprocesso é gerenciado pela CGPP. Neste macroprocesso é feita a gestão de indicadores de desenvolvimento e fomentos de programas e projetos, tais como: Programa Extensão Cultural, projetos das Semanas Acadêmicas dos Campi, projetos de eventos e cursos de extensão ofertados nos campi junto à comunidade externa, entre outros. A CGPP também acompanha Programas e Projetos de extensão realizados pelos servidores e alunos do IFRJ através de editais de fomento internos como o PROEXTENSÃO, PIBIEX e LabEx, e em editais do MEC como o programa PROEXT SESU/MEC.

**Entraves aos macroprocessos finalísticos identificados em 2015**

- Dificuldades encontradas na interação com prefeituras e parcerias para os convênios que venham de encontro às políticas públicas de governo;
- Demora no repasse de verbas do governo para início das ações ligadas às demandas de políticas de inclusão e profissionalização;
- Diálogo com demais programas interministeriais de apoio à inclusão de trabalhadores ao mercado de trabalho;
- Disponibilidade de fontes de dados para viabilização de estudos e análises de APL's para oferecimento de cursos;

Contamos em 2015 com continuidade de algumas parcerias, e também formalizamos novas. Desde empresas médias a grandes, e micro e pequenas empresas como também com o SESC, prefeituras, escolas e cooperativas. Segue a baixo uma lista dos parceiros de 2015.

Tabela 1: Principais parcerias em 2015

| | EMPRESAS PARCEIRAS EM 2015 |
|---|---|
| **1** | AÇOUGUE PRINCIPAL DO ST. AGOSTINHO |

| | |
|---|---|
| **2** | AFR - ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE REABILITAÇÃO |
| **3** | AGIEL - AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA |
| **4** | ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A |
| **5** | ASSOCIAÇÃO COLÉGIO FILGUEIRAS E ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DO INSTITUTO FILGUEIRAS LTDA |
| **6** | ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA - COLÉGIO MERCURIO |
| **7** | ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO - CAMPUS NITERÓI |
| **8** | AVENTURA ENTRETENIMENTO |
| **9** | BAKTRON MICROBIOLOGIA LTDA |
| **10** | BFU DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA |
| **11** | BRASKEM S/A |
| **12** | CALL MED |
| **13** | CBPAK TECNOLOGIA S/A |
| **14** | CEDEP - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL |
| **15** | CENTRO DE AÇÕES CULTURAIS ECOLÓGICAS E SOCIAIS DO SUBÚRBIO CARIOCA |
| **16** | CENTRO EDUCACIONAL RECANTO DO SABER LTDA. |
| **17** | CENTRO PAN-AMERICANO DA FEBRE AFTOSA |
| **18** | CETEM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA |
| **19** | CIEE- CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO |
| **20** | COLÉGIO CENTRO DE ENSINO E CULTURA EPP LTDA (COLÉGIO EUCLIDES DA CUNHA) |
| **21** | COLÉGIO CURSO INTELLECTUS LTDA |
| **22** | COLÉGIO E CURSO FATOR SOCIEDADE SIMPLES LTDA |
| **23** | COLÉGIO E CURSO MILLENIUM |
| **24** | COLÉGIO E ESCOLA TECNICA SILVA E SOUZA |
| **25** | COLÉGIO EQUIPE GRAU LTDA (COLÉGIO SER E CRESCER LTDA). |
| **26** | COLÉGIO FRANCISCO DE ASSIS |
| **27** | CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ALMIRANTE COX. |

| | |
|---|---|
| **28** | CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - COLÉGIO ANGELORUM |
| **29** | CONSREFOR SERVICOS, MANUTENCAO E CONSTRUCOES LTDA - EPP |
| **30** | COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES |
| **31** | COSMATEC COM. E ASS.TECNICA LTDA ME |
| **32** | CRAC INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA. |
| **33** | CTA FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA ME |
| **34** | DIZ FERRAMENT. E ESTAMPARIA LTDA |
| **35** | ECOTRONIC COMÉRCIO E MANUFATURA RESERVA EIRELI |
| **36** | EDITORA NOVA FRONTEIRA PERTICIPAÇOES S/A |
| **37** | ELLEGANCE ELEVADORES |
| **38** | EMPRESA FLUMINENSE SERVIÇOS LTDA. - EPP |
| **39** | EMPRESA GERENCIAL DE PROJ. NAVAIS |
| **40** | EMPREZA CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA |
| **41** | ENOVA FOODS S.A |
| **42** | FACULDADE GAMA E SOUZA - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E EDUCAÇÃO SANTA TERESA - ACEST |
| **43** | FACULDADE SIGNORELLI |
| **44** | FACULDADES CATÓLICAS, ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – PUC RIO |
| **45** | FARMAÉTICA FARMÁCIA |
| **46** | FARMOQUIMICA S/A |
| **47** | FLAVIENSE DO BRASIL |
| **48** | FUND MOV UNIVERSITARIO DE DESENVOLVIMENTO ECON E SOCIAL (MUDES) |
| **49** | FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES FUNARBE |
| **50** | FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA |
| **51** | FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA |
| **52** | FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA |
| **53** | FUTURO 3D EMPREENDIMENTOS LTDA |
| **54** | GAS GERENCIAMENTO ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA |

| | |
|---|---|
| **55** | GI GROUP RECURSOS HUMANOS LTDA |
| **56** | HAUTEC SOLUÇÕES PARA A GESTÃO EM QUALIDADE, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EIRELI-ME |
| **57** | HBIOSS |
| **58** | HOCMAH - SISTEMAS DE INFORMÁTICA |
| **59** | HOMEOPATIA QUINTESSÊNCIA LTDA - EPP |
| **60** | HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES |
| **61** | HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HFSE |
| **62** | HYGIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA APLICADA S.A |
| **63** | INQC INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO |
| **64** | INSTITUTO BASTISTA DE EDUCAÇÃO BELFORD ROXO |
| **65** | INSTITUTO FEDERAL DE EDUC. CIE. E TEC. GOIANO - IFGOIANO |
| **66** | INSTITUTO MARIA TONÁZIA |
| **67** | INTERAÇÃO AMBIENTAL |
| **68** | INVESTIGAÇÃO RADAC'S LTDA - ME |
| **69** | JK COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COSMÉTICO |
| **70** | JMR-C0N ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA |
| **71** | JOFEGE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA |
| **72** | KHAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDIMENTOS LTDA. |
| **73** | KONUS ICESA S.A |
| **74** | LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS DR. HERCULANO GOMES LTDA |
| **75** | LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EVERSON LTDA |
| **76** | LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA |
| **77** | LABORATORIO MORINST |
| **78** | LIGA VALENCIANA DE DESPORTOS |
| **79** | MARCELO EMANUEL IVENS DE ARAUJO 62217763768 (FREE INFORMÁTICA) |
| **80** | MÁXIMA SEGURANÇA DO TRABALHO S/S LTDA |
| **81** | MILLS ESTRUTURA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A |

| | |
|---|---|
| **82** | MRS LOGÍSTICA S.A. |
| **83** | MUNICÍPIO DE PINHEIRAL |
| **84** | N. D. DA SILVA TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - M.E. |
| **85** | NASSER TAPAJÓS ACADEMIA LTDA |
| **86** | NEW TEMPER INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA |
| **87** | NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S A |
| **88** | OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA |
| **89** | OSM DO BRASIL |
| **90** | PELA NOITE PRODUÇÕES ARTISTICAS |
| **91** | PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO |
| **92** | PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS |
| **93** | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - SEC. DE TURISMO E CULTURA |
| **94** | PROLAGOS S/A |
| **95** | RADIX ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S.A |
| **96** | RIO AÇÃO EVENTOS CULTURAIS LTDA EPP |
| **97** | ROSSI PERFORMANCE CONSTRUÇÕES LTDA |
| **98** | SAYLUJ - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA |
| **99** | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RJ (NÃO OBRIGATÓRIO) |
| **100** | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RJ (OBRIGATÓRIO) |
| **101** | SH INDUSTRIA DE METALURGIA E SERVIÇOS LTDA |
| **102** | SILO CONTR.DE QUALID. EM ALIMENTOS E PRODUTOS LTDA |
| **103** | SINTICOM RELAÇÕES TRABALHISTAS |
| **104** | SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA REALENGO - SEARA (FACULDADES SÃO JOSÉ) |
| **105** | STEEL ROCHA INSTALAÇÕES COMERCIAIS |
| **106** | TECMA TECNOLOGIA EM MEIO AMBIENTE LTDA |
| **107** | TRIM 2007 CONSERVAÇÃO E LIMPEZA |
| **108** | UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - TIJUCA |

| | |
|---|---|
| **109** | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF |
| **110** | UNIVERSIDADE FEEVALE |
| **111** | UNIVERSIDADE IGUAÇU - UNIG |
| **112** | USILIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE USINAGEM LTDA |
| **113** | VIAÇÃO MAUÁ |
| **114** | YURI ANDERSON DA SILVA VIEIRA (INFO ARRAIAL) |

Fonte: IFRJ (2016).

No ano de 2015 a PROET focou suas atividades na ampliação da participação da comunidade do IFRJ em processos decisórios ligados à Pró-Reitoria; na participação no processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); no debate para o ajuste do calendário acadêmico; no processo de acompanhamento e avaliação da recuperação paralela; na atualização da documentação referente aos cursos técnicos; no debate acerca da proposta de Base Nacional Comum Curricular elaborada pelo MEC; na discussão em parceria com a PROGRAD, PROPPI e PROEX acerca da elaboração de um curso de capacitação para os docentes sem licenciatura, em grupo de trabalho criado para este objetivo; na elaboração em Parceria com a PROGRAD e junto ao Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico (CAET) do Regulamento de Exercícios Domiciliares em substituição ao Regulamento de Alunas Gestantes; na Aprovação pelo CAET e CONSUP do Cursos Técnicos em Arte Circense subsequente, Guia de Turismo concomitante/subsequente e Agroindústria integrado ao ensino médio; na aprovação junto ao CAET e CONSUP de alterações nas matrizes dos Cursos Técnicos em Agente Comunitário de Saúde e Secretaria Escolar na modalidade EaD, Segurança do Trabalho concomitante/subsequente e Agroindústria integrado ao ensino médio na modalidade EJA; na revisão da forma de oferta da disciplina espanhol para os cursos técnicos integrados; no mapeamento dos ambientes tecnológicos dos cursos técnicos, junto com o CAET; na consolidação do Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH) em parceria com a Petrobras; no acompanhamento do desenvolvimento do convênio visando a consolidação do Programa de Capacitação e Disseminação da Energia Solar em parceria com a UFRJ; no acompanhamento dos Cursos Técnicos em Massoterapia, em convênio com o Instituto Benjamin Constant, e de Arte Circense, junto a Escola Nacional de Circo e a FUNARTE; na parceria com Diretoria da Rede de Assistência Estudantil, Direções de

Ensino e Coordenações Técnico Pedagógicas efetivada no fórum de debates sobre as questões pedagógicas mais diretamente relacionadas ao Ensino Médio e Técnico; no mapeamento debate e elaboração de estratégias de combate da evasão em grupo de trabalho criado para este fim com a participação das demais Pró-Reitorias; na participação na Comissão Interna de Permanência e Êxito, a partir de demanda do MEC, em parceria com as demais Pró-Reitorias, a DIRAE e os representantes dos campi; no debate dos temas avaliação e formação integrada em grupo de discussão criado para debater e fomentar a discussão sobre o tema; na consolidação do credenciamento dos cursos técnicos junto aos Conselhos Profissionais; no debate acerca da reformulação das diretrizes pedagógicas da Educação Física nos cursos técnicos integrados; na participação no Grupo de Trabalho de divulgação dos cursos concomitantes/subsequentes e de PROEJA; na participação no Grupo de Trabalho sobre acessibilidade criado pela Pró-Reitoria de Extensão; no acompanhamento pedagógico dos cursos técnicos amparados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); na participação no Fórum de Dirigentes do Ensino – FDE/CONIF.

No âmbito da graduação, a gestão dos cursos de é compreendida como um único macroprocesso finalístico, em torno do qual os macroprocessos internos de apoio orbitam, de maneira que as atividades de acompanhamento, orientação e supervisão dos cursos e as políticas de acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes sejam desenvolvidas para o alcance da Missão Institucional.

Durante o ano de 2015, as ações da PROGRAD estiveram voltadas, especialmente, ao acompanhamento dos cursos em atividade e à orientação dos processos de criação de novos cursos. Para o acompanhamento dos cursos de graduação, a PROGRAD implementou uma metodologia de visita técnica com o propósito de verificar a organização didático-pedagógica e o estágio de efetivação da infraestrutura física e de pessoal necessária ao seu funcionamento. Para tanto, tomou como referência o Instrumento de Avaliação de Cursos do INEP/MEC, o Catálogo Nacional do Cursos Superiores de Tecnologia, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação.

A visita técnica consiste na realização de reuniões com os gestores e servidores envolvidos com o ensino, bem como na visita aos ambientes educacionais, secretaria acadêmica e biblioteca, dentre outros setores de apoio. Foram priorizados os cursos em processo de reconhecimento, como preparo para a fase de avaliação *in loco* pelo INEP, conforme previsto na legislação educacional. Os relatórios das visitas técnicas são

encaminhados à Direção-Geral do *Campus* e ao Reitor, para subsidiar a tomada de decisões administrativas e pedagógicas necessárias ao alcance dos objetivos de formação previstos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

No ano de 2015, a PROGRAD realizou visitas técnicas aos cursos de Bacharelado em Produção Cultural (Campus Nilópolis) e CST em Jogos Digitais (Campus Eng. Paulo de Frontin), com vistas a preparação para o Reconhecimento desses cursos e ao Bacharelado em Química (campus Nilópolis), com vistas a Reestruturação Curricular. Em relação à criação de novos cursos, em 2015 a PROGRAD orientou a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação, cuja oferta está prevista para o *campus* Pinheiral e realizou duas visitas ao *campus*.

No que concerne ao desenvolvimento dos cursos de graduação, a PROGRAD conta com o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG). Seguindo as diretrizes do Regimento Geral do IFRJ e do Regimento do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação, instituído pela Resolução Nº 28[2], de 26 de agosto de 2015, o CAEG é uma instância de caráter consultivo, subsidiando a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o Conselho Superior e a Reitoria nas discussões e processos decisórios no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação. A PROGRAD coordena também o acesso aos cursos de graduação e conta com o apoio da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos.

## Objetivos, Metas e Ações da PROEX

Foram metas consolidadas pela PROEX no seu Planejamento Estratégico para o ano de 2015:

- Investir na manutenção e ampliação das metas alcançadas em 2013. **Resultado**: A PROEX deu continuidade na avaliação dos indicadores definidos no Planejamento Estratégico institucional definido para 2012 (os resultados serão apresentados no próximo item).
- Ampliar os mecanismos para o estabelecimento de programas de acompanhamento de egressos. **Resultado**: Em 2015 por meio da implementação do Sistema integrado de gestão a PROEX por meio da CGIEE realizando um estudo das funcionalidades necessárias para melhoria do

[2] Disponível em: http://www.ifrj.edu.br/node/3247.

programa de acompanhamento de egressos. Com previsão de atendimento pleno até o final de 2016.

- Reorganizar e aprovar os regulamentos que norteiam o desenvolvimento do Programa de Estágios, de Cursos, Programas e Projetos de Extensão no IFRJ. **Resultado**: Foi aprovado no CAEX o regulamento de Cursos FIC, aguardando avaliação no CONSUP e aprovação do regulamento de estágio do Ensino Médio e Técnico.
- Reestruturar a política de integração escola-empresa do IFRJ, promovendo reorientações nos termos de cooperação, que permitam ampliação das atribuições de ambas as partes com o intuito de oferecer uma formação em serviço mais ampla aos alunos do IFRJ bem como mão de obra mais qualificada para as empresas parceiras. **Resultado**: Em 2015 desenvolvemos ações de continuidade da política de aproximação entre diferentes Instituições ofertantes de oportunidades de estágio e emprego com o corpo discente e egressos.
- Instituir a cultura da inovação, do empreendedorismo e da tecnologia nas ações da PROEX e de suas coordenações, sem perder de vista o objetivo primordial da atividade extensionista: construção de um conhecimento participativo e cidadão. **Resultado**: Em 2015 foram aprovados por meio do edital Pró-extensão três projetos que visam o desenvolvimento de ações voltadas para a economia solidária e um projeto abordando o empreendedorismo e a extensão tecnológica.
- Desenvolver programas e projetos de extensão que promovam a interação dos Campi, bem como programas e projetos interinstitucionais que permitam o diálogo com outras instituições. **Resultado**: Em 2015 a PROEX, através da CGPP lançou dois editais ligados ao programa de fomento a projetos de extensão que tinham viés de associação do ensino e da pesquisa, e que previam atendimento à comunidade, cursos de extensão, resultados de pesquisa aplicada (com participação obrigatória de alunos) e com a geração de produtos ou serviços (materiais didáticos, sites/blogs didáticos, cartilhas, apostilhas, artigos, assim como eventos junto à sociedade, curso de capacitação, entre outros).

- Ampliar o programa de extensão cultural que permita a democratização do acesso à cultura às comunidades interna e externa do IFRJ. **Resultado**: Em 2015 foram distribuídos 412 ingressos para 4 eventos.
- Desenvolver projetos de ação social em todos os Campi, que envolvam reconhecimento de saberes e competências não-formais, bem como projetos de ação inclusiva e de tecnologia social, preferencialmente para as comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade socioeconômica. **Resultado**: 6 (seis) projetos desta natureza foram contemplados no edital Pro-Extensão durante 2015.
- Ampliar os programas e projetos que permitam a adoção e implementação de políticas afirmativas e inclusivas, democratização do acesso, a permanência e o êxito no processo formativo e a inserção sócio-profissional, preferencialmente das comunidades em situação de desvantagem social. **Resultado**: Em 2015 a PROEX através da CoGED reativou o Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas (NAPNE) e o Núcleo de estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) nos campi Nilópolis e Duque de Caxias. Foram apoiados por meio do edital Pró-extensão 12 projetos relacionados a essas questões.
- Participar ativamente dos estudos de demandas e dos diagnósticos locais, tendo em vista a expansão da Rede de EPCT, em especial no que diz respeito à ampliação da área de abrangência física, e a constituição dos novos Campi do IFRJ. **Resultado**: A PROEX participou ativamente das reuniões com as Prefeituras de Belford Roxo, São João de Meriti, Niterói e Mesquita com o objetivo de viabilizar a construção de novos campi e implementar cursos FIC nas futuras instalações.
- Participar ativamente do diálogo com as demais instâncias político-pedagógicas e administrativas do IFRJ na constituição de seu Planejamento Estratégico. **Resultado**: A PROEX realizou o seu planejamento estratégico a partir de coleta de demandas das suas coordenações sistêmicas e das demandas apontadas pela comunidade através dos COEX e COIEE.
- Melhorar os indicadores de acompanhamento dos programas e projetos de extensão no IFRJ. **Resultado**: Foi feito pela PROEX um cadastro das ações de extensão desenvolvidas no IFRJ, fomentadas por editais internos e externos, que possibilitou o mapeamento de alguns dados interessantes sobre

os projetos em desenvolvimento, como área de atuação, número de estudantes bolsistas e voluntários envolvidos e público alvo. Conforme avaliação da PROEX até o momento de coleta de dados sobre os projetos obtivemos os seguintes indicadores de produção: projetos desenvolvidos em 16 áreas temáticas diferentes, 68 estudantes bolsistas, participando ativamente do projeto (sob orientação) e 13 estudantes participando dos projetos como voluntários. Esses projetos preveem o atendimento de cerca de 80.000 pessoas de diferentes faixas etárias provenientes das comunidades do entorno dos campi onde são desenvolvidos os projetos. Mais dados estão sendo avaliados para caracterizar melhor os impactos dos projetos na comunidade interna e externa.

Ainda no âmbito da PROEX, os objetivos e indicadores estratégicos analisados no presente relatório encontram-se na dimensão de missão institucional (IFRJ, 2012, p.64). Alguns destes indicadores não estavam previstos no Acordo com MEC feito à época do Plano de Metas (SETEC, 2010), mas constam no planejamento estratégico institucional (IFRJ, 2012) e foram acompanhados e reavaliados também em 2015.

Seguem abaixo os objetivos, indicadores e metas (resultados esperados) conforme o planejamento de 2012. Em seguida estão apresentados o que foi obtido efetivamente no período de 2015 e uma justificativa especifica a cada meta.

| |
|---|
| **Objetivo Estratégico:** Fortalecer e integrar as ações no âmbito do ensino, pesquisa, inovação e extensão |

**Indicador**: Total de Projetos apoiados por fomento externo

- **Meta Prevista**: aumento percentual de 10% ao ano, no total de projetos em todos os níveis;
- **Meta Obtida**: Em 2012 = em aberto. Em 2013 = 11 projetos e/ou programas. Em 2015 = 14 projetos e/ou programas;
- **Justificativa**: Foram desenvolvidos 4 projetos aprovados no edital Pró-Saúde 2012/2015 da CAPES e SUS, e que novamente foram comtemplados no edital Pró-Saúde 2013/2015, 3 projetos aprovados na Chamada MEC/SETEC/CNPq N º 94/2013 e 1 projeto aprovado na chamada SENAES/CNPq nº 89/2013.

**Indicador**: Total de Projetos apoiados por fomento interno

- **Meta Prevista**: aumento percentual de 5% ao ano. (A PROEX não possui programa de fomento interno em 2011, por isso não há referência anterior para valoração da meta);
- **Meta Obtida**: Em 2012 = 29. Em 2013 = 38. Em 2015 = 62;
- **Justificativa**: Em 2015, 62 projetos foram apoiados pelo edital Pró-extensão (bolsas de estímulo às atividades de extensão articuladas com ensino e pesquisa).

**Objetivo Estratégico:** Consolidar a rede de convênios para estágio, bem como incrementar estratégias para a realização desses estágios.

**Indicador:** Taxa de convênios ativos (com estagiários) em relação aos convênios existentes

- **Meta Prevista:** aumento percentual de 10% ao ano nos convênios em vigor;
- **Meta Obtida:** Em 2012 = 47,3%, em 2013 = 49,69%, em 2014 = 65,86%. Em 2015 tivemos 59,39%;
- **Justificativa:** Em 2015 contabilizou-se 866 convênios ativos e 1458 convênios existentes. Com essa avaliação tivemos um decréscimo de 6,47% nos convênios em vigor se compararmos com o ano de 2014. Tivemos um total de 114 convênios novos e renovados em 2015. No ano de 2015 tivemos a redução de cerca de 9,09% no aproveitamento. Isso se deve ao fato de termos um número menor de convênios realizados em 2015.

**Indicador**: Relação percentual entre total de visitas de aproximação às empresas versus convênios realizados (taxa inicial de 75% de eficiência)

- **Meta Prevista**: Em 2012= 80%, em 2013=90%, 2014=100%, em 2015 = 100%;
- **Meta Obtida**: Em 2012 = 84,38%, em 2013 = 86,30%, em 2014 = 98,4%. Em 2015 = 94,54%;
- **Justificativa**: Estivemos bem perto de alcançar a meta prevista para 2015, pois as visitas de aproximação realizadas totalizaram 110 e foram efetivados 104 convênios. A previsão para 2016 é que tenhamos 100% de aproveitamento.

**Objetivo Estratégico:** Criar o programa de acompanhamento de egressos

**Indicador**: Total de alunos efetivamente empregados

- **Meta Prevista**: Em 2012=criação dos mecanismos de acompanhamento discente, para 2013= 10%, em 2014=15%, em 2015 = 50%. Para 2016 = 55%;
- **Meta Obtida**: 2015 = 51%;
- **Justificativa**: Em 2012 foi realizado primeiro evento de lançamento do programa, a criação do espaço no site institucional para busca de informação por parte dos ex-alunos. Em 2013 o programa foi implementado em quatro Campi (São Gonçalo, Nilópolis, Duque de Caxias e Nilo Peçanha/Pinheiral), tivemos no total a participação de aproximadamente 1250 egressos, e estes foram chamados a fazer parte da pesquisa de acompanhamento das informações referentes a continuidade dos estudos. Em 2015 encontra-se ativo na página institucional o questionário, com a proposta de que este seja uma ferramenta para a coleta de informações para a auto avaliação contínua. Os dados coletados para este indicativo tiveram como fonte o questionário de concluintes das Coordenações de Integração Escola-Empresa e nos mostram que dos 750 alunos cerca de 85% (638) encontram-se efetivamente empregados.

**Indicador**: Total de alunos que deram continuidade aos estudos em todos os níveis de ensino

- **Meta Prevista**: Em 2012=criação dos mecanismos de acompanhamento discente, para 2013= 20%, em 2014=30%, 2015 = 50%. Para 2016 = 50%;
- **Meta Obtida**: Em 2012 = Criação do programa de aproximação de ex-alunos. Em 2013 o programa foi implementado em quatro Campi, tivemos participação de aproximadamente 1250 egressos, e estes foram chamados a fazer parte da pesquisa de acompanhamento das informações referentes a continuidade dos estudos, entre outros dados (pesquisa está em andamento). Porém dados fornecidos pelas CoIEEs, em 2015, nos mostram que do total de 750 alunos que responderam ao questionário de concluinte, 327 alunos deram continuidade aos estudos (cerca de 43,6%).

**Indicador**: Total de alunos empregados nas empresas onde realizaram estágio

- **Meta Prevista**: Em 2012= criação dos mecanismos de acompanhamento discente, para 2013= 20%, em 2014=30%, 2015 = 30%;
- **Meta Obtida**: Em 2012 = Criação do Programa de Aproximação de Ex-alunos, em 2013 = 18%, em 2014 = 19,95%. Em 2015 = 13,77%;
- **Justificativa**: No ano de 2015 tivemos uma pequena redução, cerca de 6% neste indicativo em relação ao ano de 2014 (19,95%). Dos 1249 alunos em estágio, apenas 172 foram efetivados no estágio. Como a meta ainda não foi atingida, em 2016 queremos dar continuidade a 30%, mantendo a mesma meta de 2015.

**Indicador**: Total de contratação para atuar em P&D após a diplomação (estágio e emprego)

- **Meta Prevista**: Em 2012= criação dos mecanismos de acompanhamento discente, para 2013= 5%, em 2014=10%. Em 2015 = 10%
- **Meta Obtida**: Em 2012 = Criação do programa de aproximação de ex-alunos e de avaliação do concluintes. O referido programa está em fase de coleta dos dados e esta informação não foi contabilizada no atual estágio de avaliação.

**Indicador**: Taxa de egressos que atuam em sua área de formação.

- **Meta**: Em 2012= criação dos mecanismos de acompanhamento discente, para 2013= 30%, em 2014 = 50%. Em 2015 = 50%;
- **Meta Obtida**: Em 2012 = Criação do programa de aproximação de ex-alunos e de avaliação do concluintes. Em 2014 = 37%, em 2015 = 32,34%;
- **Justificativa**: Conforme obtido no questionário do programa de aproximação de Ex-alunos, contabilizamos que dentre 750 egressos que responderam ao questionário até o atual estágio do programa,15% não estão trabalhando e 85% disseram estão trabalhando, porém destes apenas 32,34% que atuam na sua área de formação, sendo que a maioria nos setores autônomo e privado (ver tabela abaixo), e cerca de 67,65% responderam que não atuam na área de formação. Os dados continuarão sendo coletados ao longo do tempo, pois a meta para 2015 não foi atingida, conforme Tabela 2. As justificativas dadas pelos egressos para a não atuação na área de formação vemos na tabela 3.

Tabela 2: Pesquisa de egressos do Programa de Aproximação de Ex-alunos/IFRJ

| Resposta | Contagem de indivíduos responderam | Percentagem |
|---|---|---|
| Sim, autônomo | 4 | 11,76% |
| Sim, setor privado | 4 | 11.76% |
| Sim, setor público | 3 | 8.82% |
| Não | 23 | 67.65% |
| Sem resposta | 0 | 0.00% |

**Fonte**: IFRJ (2016)

Tabela 3: Pesquisa de egressos do Programa de Aproximação de Ex-alunos/IFRJ

| Resposta | Contagem de indivíduos responderam | Percentagem |
|---|---|---|
| Mercado saturado | 0 | 0,00% |
| Melhor oportunidade em outra área | 7 | 20,59% |
| Opção pessoal | 9 | 26,47% |
| Melhores rendimentos financeiros | 0 | 0,00% |
| Sem resposta | 0 | 0,00% |
| Outros | 18 | 52,94% |

**Fonte**: IFRJ (2016)

A PROEX tem dialogado com as comunidades internas e externas dos campi sobre a ampliação da oferta e do acesso à cultura, através de programas e parcerias com a secretaria de cultura do Estado do Rio de Janeiro, com a criação do programa Extensão Cultural e ainda com a elaboração do plano de cultura do IFRJ. Destacamos ainda o fomento às atividades de extensão em áreas estratégicas para a ampliação do atendimento de pessoas em vulnerabilidade social, com a implementação do Programa Mulheres Mais.

A política do IFRJ para pesquisa e desenvolvimento tecnológico consiste no fortalecimento da pesquisa através do estímulo a inovação e transferência de tecnologia articulada com os cursos de pós-graduação e, consequentemente, fortalecendo a integração da pesquisa com o ensino e a extensão. A gestão da Pesquisa compete planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas de pesquisa. Trabalhar em consonância com os parceiros, listados a seguir: CNPq, CAPES, FAPERJ e ANP/PETROBRAS, respeitando o princípio da autonomia autárquica do IFRJ.

Em 2015, no âmbito da pesquisa, foram lançados editais de fomento à pesquisa (Prociência); de publicação científica no exterior (Publique); de aquisição de equipamento permanente (Equipar); de bolsas de iniciação científica e tecnológica (ICT) para os estudantes dos níveis médio e graduação (PIBICT) e dois editais inéditos, a saber, o Programa de incentivo à apresentação de trabalhos em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais (PROATC) e o Programa de incentivo à prospecção de mapa de oportunidades junto aos arranjos produtivos locais (PROSPECTAR).

Na área de inovação foi aprovado o Regulamento Geral do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que regulamenta as atividades do NIT-IFRJ. Além disso, uma nova patente foi depositada e foram firmados convênios com diversas empresas e instituições de ensino.

Na pós-graduação, foram criados nove grupos de trabalho, sendo sete deles para a criação de projetos pedagógicos de cursos de especialização e dois para a criação de mestrados profissionais.

## 3.8 COMPOSIÇÃO ADICIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Não se aplica.

## 3.9 PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES

Não se aplica.

## 3.10 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Não se aplica.

# 4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

## 4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

A partir da sua missão, a instituição traça planos e metas que se encontram-se alinhados às políticas e diretrizes do Governo Federal expressas no Plano Plurianual 2012-2015, no Planejamento Estratégico IFRJ 2012-2018 e Acordo de Metas SETEC/MEC 2010-2022, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional. Os objetivos e metas consideram o diagnóstico dos fatores internos e externos, as perspectivas acadêmicas e administrativas, a educação inclusiva e de qualidade, e a contribuição para o desenvolvimento regional e nacional. Destacam-se: Implantar políticas e programas de capacitação e qualificação de pessoal; Planejar, implantar e consolidar os sistemas de informação e comunicação; Implementar políticas de acesso, permanência e sucesso estudantil; aprimorar e fortalecer os mecanismos de gestão democrática e participativa; fortalecer e integrar as ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão; ampliar convênios para estágio; fortalecer a autoavaliação institucional; planejar diretrizes e políticas de expansão do IFRJ; promover o uso de Indicadores de Gestão e Desempenho como suporte ao planejamento; planejar a construção de normas e instruções para a qualificação de servidores; consolidar a EaD; consolidar o Programa de Assistência Estudantil (PAE); organizar, acompanhar e avaliar cursos, presenciais e à distância, em atendimento à legislação e políticas institucionais e governamentais; alcançar o percentual de oferta de vagas em cursos técnicos e licenciaturas (Lei 11.892/2008); promover o aprimoramento contínuo dos PPCs; Melhorar índices de retenção, evasão, eficiência e eficácia dos cursos; favorecer a verticalização do ensino, a continuidade na formação do estudante, a articulação dos saberes com as demandas; normatizar os procedimentos de adaptações curriculares para estudantes com necessidades educacionais específicas; disseminar a cultura de avaliação dos cursos de pós-graduação no padrão Capes; implantar, organizar e desenvolver a gestão, estrutura física e de pessoal do NIT/IFRJ; desenvolver metodologia de prospecção de pesquisa e acordos cooperação técnica em articulação com o NIT; elaborar diretrizes/normas para organização interna dos grupos de pesquisa.

### 4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016.

### 4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016.

### 4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016.

### 4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016.

### 4.1.5 Desdobramento do plano estratégico

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016.

## 4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A instituição almeja a criação de um planejamento em consonância com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que será elaborado em 2016, tendo em vista a inclusão de mecanismos de monitoramento da execução do planejamento institucional.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

### 4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

São os objetivos e resultados do IFRJ no ano de 2015:

**Objetivo 1** - Expansão e reestruturação de instituições federais de educação - Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.

**Resultado**: Da dotação de R$ 17.000.000,00 foram empenhados em 2015 R$ 8.392.756,82. Esse valor foi aplicado nos Campi, sendo importante ressaltar o início das obras do Campus Niterói. Foi estabelecido um limite orçamentário de 53% da dotação inicial, não permitindo o empenho de todo capital disponível.

**Objetivo 2** - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional - expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

**Resultado**: Da dotação de R$ 59.024.726,00 foram empenhados em 2015 R$ 44.813.398,85. Esse valor foi aplicado pela Reitoria e pelos Campi nas diversas despesas necessárias ao seu funcionamento. Foi estabelecido um limite orçamentário de 90% da dotação inicial, não permitindo o empenho de todo capital disponível.

**Objetivo 3** – Assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica - Ampliação do acesso em cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e cursos

de Formação Inicial e Continuada, em instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.

**Resultado**: Da dotação de R$ 7.144.259,00 foram empenhados em 2015 R$ 7.143.859,00 Esse valor foi aplicado para atendimento aos alunos com carência de transporte, alimentação e baixa renda. Não foi estabelecido limite orçamentário da dotação inicial.

### 4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução física e financeira é demonstrada através dos quadros abaixo:

Quadro 2: Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **20RG** | **Tipo: Atividade** | |
| Título | EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCACÃO | | |
| Iniciativa | 02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante. Da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 | | |
| Ação Prioritária | ( ) Sim ( x )Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras | | |
| **Lei Orçamentária do exercício** | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira** | | | |

| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 17.000.000,00 | 17.000.000,00 | 8.392.756,82 | 1.044.233,04 | 539.800,11 | 504.432,93 | 7.348.523,78 |

Execução Física

| Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Prevista | Reprogramada | Realizada |
| Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação. | Unidade | 16 | 16 | 3 |

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor em 1º janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 3.893.647,55 | 7.886.996,27 | 2.499,00 | Projeto viabilizado | Unidade | 2 |

**Identificação da Ação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **20RL** | **Tipo: Atividade** | |
| Título | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | | |
| Iniciativa | 02A0 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 | | |
| Ação Prioritária | ( ) Sim ( x )Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras | | |

**Lei Orçamentária do exercício**

**Execução Orçamentária e Financeira**

| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 58.925.456,00 | 59.024.726,00 | 44.813.398,85 | 30.135.252,62 | 24.500.416,91 | 5.634.835,71 | 14.678.146,23 |

Execução Física

| Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Prevista | Reprogramada | Realizada |
| Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, | Unidade | 12.000 | 12.000 | 6000 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. | | | | |

| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | |
| Valor em 1º janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 16.808.821,06 | 11.144.048,73 | 1.340.671,12 | Estudante matriculado | Unidade | 4000 |

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **2994** | **Tipo: Atividade** | |
| Título | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | | |
| Iniciativa | 02A5 - Ampliação do acesso em cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada, em instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes. | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 | | |
| Ação Prioritária | ( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras | | |

| **Lei Orçamentária do exercício** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira** | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7.144.259,00 | 7.144.259,00 | 7.143.859,00 | 6.259.079,91 | 5.749.523,09 | 509.556,82 | 884.779,09 |

| Execução Física | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
| | | Prevista | Reprogramada | Realizada |
| Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante. | Unidade | 6.000 | 6.000 | 5.900 |

| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | |
| Valor em 1º janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 745.195,88 | 461728,71 | 134.902,69 | Benefício concedido | Unidade | 200 |

**Fonte**: IFRJ (2016)

## Quadro 3: Ação/Subtítulos – OFSS

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **20RG** | **Tipo: Atividade** | |
| Descrição | Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação. | | |
| Iniciativa | 02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante. | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro | | |
| Ação Prioritária | ( ) Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras | | |

| Lei Orçamentária Anual do exercício | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | | |
| Nº do subtítulo/ Localizador | Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
| | Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0033/Expansão E Reestruturação de Institui - No Estado do Rio de | 17.000.000 | 17.000.000 | 8.392.756,82 | 1.044.233,04 | 539.800,11 | 504.432,93 | 7.348.523,78 |
| Execução Física da Ação | | | | | | | |

| Nº do subtítulo/ Localizador | Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Reprogramada (*) | Realizada |
| 0033/Expansão E Reestruturação de Institui - No Estado do Rio de | Projeto viabilizado | Unidade | 16 | 16 | 3 |

| | Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº do subtítulo/ Localizador | Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Metas | | |
| | Valor em 1º de janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 7030 - Expansão e Reestruturação de Institui - Campus Nilo Peçanha | 94.957,18 | 69.400,00 | - | | | |
| 0033/Expansão E Reestruturação de Institui - No Estado do Rio de | 7.792.039,09 | 3.824.247,55 | 2.499,00 | Projeto viabilizado | Unidade | 2 |

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| Código | **20RL** | Tipo: Atividade | |
| Descrição | Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. | | |
| Iniciativa | 02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante. | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro | | |
| Ação Prioritária | ( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras | | |

| Lei Orçamentária Anual do exercício | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | | |
| Nº do subtítulo/ Localizador | Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
| | Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 7006 / Campus Engenheiro Paulo de Frontin | 500.000,00 | 500.000,00 | 350.000,00 | 74.106,00 | 500.000,00 | 74.106,00 | 275.894,00 |
| 7010 / Campus Volta Redonda | 200.000,00 | 200.000,00 | 150.000,00 | 66.325,56 | 10.019,36 | 56.306,20 | 83.674,44 |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | 58.225.456,00 | 58.324.726,00 | 44.313.398,85 | 9.994.821,06 | 24.490.397,55 | 5.504.423,51 | 14.318.577,79 |

| Execução Física da Ação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº do subtítulo/ Localizador | Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
| | | | Prevista | Reprogramada (*) | Realizada |
| 7006 / Campus Engenheiro Paulo de Frontin | Estudante matriculado | Unidade | 100 | 100 | 20 |
| 7010 / Campus Volta Redonda | Estudante matriculado | Unidade | 1 | 1 | 1 |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | Estudante matriculado | Unidade | 12.000 | 12.000 | 6.000 |

| | Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº do subtítulo/ Localizador | Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Metas | | |
| | Valor em 1º de janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 0076 / Campus Nilo Peçanha | 24.193,20 | 18.562,46 | | Estudante matriculado | Unidade | 0 |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | 16.784.627,86 | 11.125.486,27 | 1.340.671,12 | Estudante matriculado | Unidade | 4.000 |

**Fonte**: SIMEC (2016)

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **2994** | **Tipo: Atividade** | |
| Descrição | Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante. | | |
| Iniciativa | 02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes. | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro | | |

| Ação Prioritária | ( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras |
|---|---|

| Lei Orçamentária Anual do exercício | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | | |
| Nº do subtítulo/ Localizador | Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar do exercício | |
| | Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | 7.144.259,00 | 7.144.259,00 | 7.143.859,00 | 6.259.079,91 | 5.749.523,09 | 509.556,82 | 884.779,09 |

| Execução Física da Ação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº do subtítulo/ Localizador | Descrição da meta | Unidade de medida | Meta | | |
| | | | Prevista | Reprogramada (*) | Realizada |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | Benefício concedido | Unidade | 6000 | 6000 | 5900 |

| | Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº do subtítulo/ Localizador | Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Metas | | |
| | Valor em 1º de janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada |
| 0033 / No Estado do Rio de Janeiro | 16.784.627,86 | 11.125.486,27 | 1.340.671,12 | Benefício concedido | Unidade | 20 |

**Fonte**: SIMEC (2016)

Quadro 4: Ações não previstas LOA do exercício – Restos a pagar – OFSS

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| Código | **6380** | Tipo: Atividade | |
| Título | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | | |
| Iniciativa | Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão | | |
| Objetivo | Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. | Código: 0582 | |
| Programa | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | Código: 2031 | Tipo: Temático |
| Unidade Orçamentária | 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro | | |

| Ação Prioritária | ( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | |
| Valor em 1º de janeiro | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizado |
| 175.271,87 | 42.653,86 | 6.117,00 | | | |

**Fonte**: SIMEC (2016)

### 4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O IFRJ destaca como fator interveniente no desempenho orçamentário de 2015 os cortes de limite realizados pelo MEC. Os cortes de limite foram de, aproximadamente, de 47% de Capital e 10% de Custeio e impactaram significativamente nas atividades desenvolvidas e naquelas previstas.

### 4.3.4 Demonstrativo de execução de despesas

O demonstrativo pode ser verificado através dos quadros abaixo:

Quadro 5: Despesas por modalidade de contratação

| **Modalidade de Contratação** | **Despesa liquidada** | | **Despesa paga** | |
|---|---|---|---|---|
| | **2015** | **2014** | **2015** | **2014** |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g) | 22.114.950,80 | 20.658.644,11 | 16.971.024,78 | 16.893.295,30 |
| a) Convite | - | - | - | |
| b) Tomada de Preços | 727.183,92 | 62.659,50 | 504.495,27 | - |
| c) Concorrência | - | 278.530,15 | - | 179.894,63 |
| d) Pregão | 21.167.209,19 | 20.317.454,46 | 16.466.529,51 | 16.713.400,67 |
| e) Concurso | - | | - | |
| f) Consulta | - | | - | |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas | 220.557,69 | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (h+i) | 5.642.943,08 | 4.044.240,19 | 4.640.695,35 | 3.857.258,68 |
| h) Dispensa | 3.911.131,78 | 2.336.963,58 | 3.379.970,57 | 2.195.622,41 |
| i) Inexigibilidade | 1.731.811,30 | 1.707.276,61 | 1.260.724,78 | 1.661.636,27 |
| 3. Regime de Execução Especial | 17.577,37 | 19.082,97 | 17.577,37 | 19.082,97 |
| j) Suprimento de Fundos | 17.577,37 | 19.082,97 | 17.577,37 | 19.082,97 |
| 4. Pagamento de Pessoal (k+l) | 231.763.411,19 | 189.490.905,06 | 231.720.014,29 | 187.374.342,52 |
| k) Pagamento em Folha | 230.923.861,31 | 188.731.014,31 | 230.899.595,89 | 186.623.672,35 |
| l) Diárias | 839.549,88 | 759.890,75 | 820.418,40 | 750.670,17 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5. Outros | 9.899.718,30 | 16.645.015,51 | 8.907.655,80 | 15.691.029,31 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 269.438.600,74 | 230.857.887,84 | 262.256.967,59 | 223.835.008,78 |

**Fonte**: SIMEC (2016)

Quadro 6: Despesa por grupo e elemento de despesa

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | |
| 1. Despesas de Pessoal | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 153.105.932,68 | 126.437.979,64 | 153.105.932,68 | 126.437.979,64 | - | - | 153.105.932,68 | 126.437.950,23 |
| Obrigações Patronais | 31.913.781,83 | 25.331.545,53 | 31.474.511,24 | 25.082.521,34 | 439.270,59 | 249.024,19 | 31.474.511,24 | 23.001.560,88 |
| Demais elementos do grupo | 33.911.147,25 | 31.923.349,91 | 33.910.089,06 | 31.923.349,91 | 1.058,19 | - | 33.909.018,95 | 31.923.349,91 |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| Nome do elemento de despesa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ... | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais elementos do grupo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| Outros Serviços de Terceiros Pj - Op.Int.Orc. | 22.864.132,70 | 13.064.929,52 | 12.469.518,09 | 10.196.198,60 | 10.394.614,61 | 2.868.730,92 | 10.411.431,35 | 8.802.245,15 |
| Locação de Mão-de-obra | 13.018.765,84 | 11.228.936,76 | 9.853.127,31 | 10.192.971,07 | 3.165.638,53 | 1.035.965,69 | 7.769.831,72 | 7.931.242,34 |
| Auxílio Financeiro A Estudantes | 11.380.136,19 | 11.296.784,56 | 8.135.614,34 | 8.386.888,23 | 3.244.521,85 | 2.909.896,33 | 7.333.376,30 | 7.629.547,03 |
| Auxílio-Alimentação | 6.554.788,82 | 6.309.691,05 | 6.554.788,82 | 6.309.691,05 | - | - | 6.554.788,82 | 6.309.691,05 |
| Outros Serviços De Terceiros – P. Física | 2.726.074,89 | 1.605.526,24 | 1.483.818,32 | 1.334.879,13 | 1.242.256,57 | 270.647,11 | 1.434.735,20 | 1.302.729,23 |
| Demais elementos do grupo | 14.575.138,53 | 11.896.673,89 | 9.800.333,45 | 9.291.902,07 | 4.774.805,08 | 2.604.771,82 | 8.850.306,65 | 8.975.426,18 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| 4. Investimentos | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Obras e Instalações | 8.773.480,17 | 3.409.968,58 | 1.104.674,43 | 341.189,65 | 7.668.805,74 | 3.068.778,93 | 523.455,63 | 179.894,63 |
| Equipamentos e Material permanente | 4.116.025,91 | 6.334.958,75 | 1.021.728,59 | 1.083.740,59 | 3.094.297,32 | 5.251.218,16 | 452.260,26 | 1.064.795,59 |
| Demais elementos do grupo | 904.690,95 | 1.524.215,22 | 524.464,41 | 276.576,56 | 380.226,54 | 1.247.638,66 | 437.318,79 | 276.576,56 |
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| Nome do elemento de despesa | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome do elemento de despesa | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

**Fonte**: SIMEC (2016).

### 4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Foram obrigações assumidas no ano de 2015:

Quadro 7: Obrigações assumidas

| Conta Contábil | | ISF Lançamento | Mês Lançamento | | Saldo Final 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Favorecido | | Movimento Devedor | Movimento Credor | Saldo Atual |
| 213110400 | = CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS | P | 29212545000143 | NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 213110400 | = CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS | P | 14659386000152 | RDL ASSEIO E CONSERVACAO LTDA - EPP | 0,00 | 0,00 | 6.211,19 |
| 213120400 | = CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS -INTRA OFSS | P | 110245 | FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC. | 315.000,00 | 315.000,00 | 0,00 |

**Fonte**: Tesouro Gerencial data da extração (2016)

### 4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

O demonstrativo de restos a pagar pode ser verificado através do quadro abaixo:

Quadro 8: Restos a pagar de exercícios anteriores

| Órgão UGE | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Métrica | Saldo Atual - R$ (Item Inf.) | | | | | | | |
| Ano Emissão NE CCor | RP Não Processados - Montante 01/01/2015 | RP Não Processados - Pagamento | RP Não Processados - Cancelamento | RP Não Processados - Saldo a Pagar em 31/12/2015 | RP Processados - Montante em 01/01/2015 | RP Processados - Pagamento | RP Processados - Cancelamento | RP Processados - Saldo a Pagar em 31/12/2015 |
| 2014 | 19.506.671,81 | 11.835.486,19 | 2.589.368,98 | 5.081.816,64 | 7.022.879,06 | 6.929.819,88 | | 93.059,18 |
| 2013 | 6.424.304,91 | 1.551.787,72 | 619.404,76 | 4.253.112,43 | 556.903,76 | 491.340,13 | 0,00 | 65.563,63 |
| 2012 | 3.128.735,74 | 507.200,50 | 56.199,07 | 2.565.336,17 | 153.250,33 | 60.226,26 | | 93.024,07 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2011 | 178.965,44 | | | 178.965,44 | 22.725,89 | | | 22.725,89 |
| 2010 | 6.000,00 | | | 6.000,00 | 2.466,93 | 2.366,93 | | 100,00 |
| 2009 | | | | | 516,48 | | | 516,48 |
| **Total** | **29.244.677,90** | **13.894.474,41** | **3.264.972,81** | **12.085.230,68** | **7.758.742,45** | **7.483.753,20** | **0,00** | **274.989,25** |

**Fonte**: Tesouro Gerencial (2016)

### 4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.3.7.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.3.7.4 Informações sobre os projetos desenvolvidos por fundações de apoio

Em 2015, O IFRJ não contou com projetos desenvolvidos por fundações de apoio.

#### 4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Informação contemplada no item no item 8, referente as áreas especiais de Gestão (Gestão de Pessoas)

**4.3.7.6 Informações sobre os auxílios prestados por intermédio de convênios**

Não se aplica ao IFRJ.

**4.3.7.7 Informações sobre os termos de cooperação firmados com a Organização Pan- Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde - Opas/OMS**

Não se aplica ao IFRJ.

**4.3.7.8 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**

Não se aplica ao IFRJ.

### 4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

A realização das receitas pode ser verificada através do quadro abaixo:

Quadro 9: Realização das receitas

| Natureza Receita | | Ano Lançamento | 2015 | Total |
|---|---|---|---|---|
| | | Fonte SOF | Saldo Atual | Saldo Atual |
| 13110000 | ALUGUEIS | 0250 | 4.733,33 | **4.733,33** |
| 13153000 | TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS | 0250 | 13.964,92 | **13.964,92** |
| 13330100 | REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC | 0250 | 34.507,62 | **34.507,62** |
| 14100000 | RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL | 0250 | 4.219,41 | **4.219,41** |
| 14200000 | RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS | 0250 | 198.623,23 | **198.623,23** |
| 16001300 | SERVICOS ADMINISTRATIVOS | 0250 | 1.360,00 | **1.360,00** |
| 16002100 | SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO | 0250 | 9.159,50 | **9.159,50** |
| 16005000 | TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS | 0250 | 279.545,00 | **279.545,00** |
| 17610000 | TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES | 0281 | 2.499.357,00 | **2.499.357,00** |
| 17640000 | TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS | 0281 | 35,00 | **35,00** |
| 19199900 | OUTRAS MULTAS | 0250 | 0,81 | **0,81** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 19220700 | RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES | 0250 | 120,00 | **120,00** |
| **Total** | | | **3.045.625,82** | **3.045.625,82** |

**Fonte**: SIAFI (2016)

### 4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

A execução das despesas pode ser verificada através dos quadros abaixo:

Quadro 10: Execução das despesas

| Grupo Despesa | Natureza Despesa | | Programa Governo | Ação Governo | | Métrica | | Saldo Atual (Item Inf.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Unidade Orçamentária | | DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO) | PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO E RAP) |
| 4 | 449030 | MATERIAL DE CONSUMO | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 6.374,82 |
| | 449039 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC. | 2031 | 20RG | EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 528.858,97 | 1.235.550,69 |
| | | | | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 371.832,98 | 1.320.873,00 |
| | 449051 | OBRAS E INSTALACOES | 2031 | 20RG | EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 7.863.897,85 | 2.535.658,57 |
| | | | | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 909.582,32 | 303.660,36 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 2027 | 20ZF | PROMOCAO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA | 42902 | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 100.199,76 | |
| | | | 2031 | 20RG | EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 29.812,76 |
| | | | | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 4.015.826,15 | 4.156.384,18 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 6380 | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 23.228,68 |
| | | | | 8252 | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA A DISTANCIA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 73.144,95 |
| | | | 2032 | 20GK | FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI | 26291 | FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | | 47.730,00 |
| | 449092 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 3.999,00 | 3.990,00 |
| 3 | 335041 | CONTRIBUICOES | 0910 | 00OL | CONTRIBUICOES E ANUIDADES A ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 64.108,00 | 64.108,00 |
| | 339004 | CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL | 2109 | 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 5.077,45 | 5.077,45 |
| | | | | 2011 | AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 75.107,67 | 75.107,67 |
| | | | | 2012 | AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 200.057,22 | 200.057,22 |
| | 339008 | OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 2109 | 00M1 | BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 58.917,26 | 58.917,26 |
| | | | | 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 267.688,37 | 267.688,37 |
| | 339014 | DIARIAS - PESSOAL CIVIL | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 3.000,49 | 1.112,20 |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 489.706,13 | 490.596,23 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2032 | 0487 | CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR | 26291 | FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 1.630,42 | |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 289.149,24 | 287.287,82 |
| | 339018 | AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 2.524.066,74 | 2.030.030,38 |
| | | | | 20RW | APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 1.842.668,00 | 168.844,00 |
| | | | | 2994 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 6.945.291,75 | 6.759.726,37 |
| | | | | 6380 | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL | 26101 | MINISTERIO DA EDUCACAO | 68.109,70 | 68.109,70 |
| | | | | | | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 17.494,90 |
| | 339020 | AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 577.696,42 | 461.196,42 |
| | | | 2032 | 0487 | CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR | 26291 | FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 3.000,00 | |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 1062 | 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 2.366,93 |
| | | | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 9.609,13 | |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 2.632.987,10 | 1.637.911,75 |
| | | | | 20RW | APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 11.565,09 |
| | | | | 2994 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 27.548,20 | 35.259,14 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 6380 | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 1.896,75 |
| | | | | 8252 | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA A DISTANCIA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 12.484,34 |
| | | | 2076 | 4590 | QUALIFICACAO, CERTIFICACAO E PRODUCAO ASSOCIADA AO TURISMO | 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 4.990,00 | |
| | 339031 | PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 6.241,00 | 6.241,00 |
| | 339032 | MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA | 2030 | 8744 | APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE) | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 275.794,26 | 360.633,68 |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 24.988,22 | 38.444,82 |
| | | | | 2994 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 12.442,30 | |
| | 339033 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 76.985,73 | |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 1.158.178,38 | 997.985,02 |
| | | | | 2994 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 136.295,65 | 80.682,49 |
| | | | | 8252 | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA A DISTANCIA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 9.414,36 |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 235.267,75 | 172.420,80 |
| | 339035 | SERVICOS DE CONSULTORIA | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 8.450,00 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 339036 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 46.400,20 | 15.139,53 |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26406 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO | 1.490,44 | 1.490,44 |
| | | | | | | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 1.386.279,20 | 1.359.088,89 |
| | | | | | | 26434 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE | 4.395,60 | 4.395,60 |
| | | | | 20RW | APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 979.555,95 | 208.878,00 |
| | | | | 6380 | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 7.800,00 |
| | | | 2032 | 0487 | CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR | 26291 | FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 0,00 | |
| | | | 2076 | 4590 | QUALIFICACAO, CERTIFICACAO E PRODUCAO ASSOCIADA AO TURISMO | 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 300.000,00 | |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 7.953,50 | 7.953,50 |
| | 339037 | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 12.718.765,84 | 10.848.071,08 |
| | | | | 6380 | FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL | 26101 | MINISTERIO DA EDUCACAO | 300.000,00 | 5.154,93 |
| | 339039 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC. | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 246.319,84 | |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 16.716.908,69 | 13.154.014,41 |
| | | | | 2994 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 22.281,10 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 8252 | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA A DISTANCIA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 343.267,70 |
| | | | 2076 | 4590 | QUALIFICACAO, CERTIFICACAO E PRODUCAO ASSOCIADA AO TURISMO | 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 5.046.401,05 | |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 641.319,36 | 433.199,35 |
| | 339046 | AUXILIO-ALIMENTACAO | 2109 | 2012 | AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 6.554.788,82 | 6.554.788,82 |
| | 339047 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 251.697,07 | 192.339,76 |
| | 339048 | OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 144.096,44 | 131.983,00 |
| | | | | 20RW | APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 1.586.433,08 | 754.056,30 |
| | | | 2076 | 4590 | QUALIFICACAO, CERTIFICACAO E PRODUCAO ASSOCIADA AO TURISMO | 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 354.940,00 | |
| | 339049 | AUXILIO-TRANSPORTE | 2109 | 2011 | AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 2.476.894,75 | 2.476.894,75 |
| | 339092 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 246.892,10 | 246.892,10 |
| | | | 2109 | 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 3.284,10 | 3.284,10 |
| | | | | 2011 | AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 8.637,50 | 8.637,50 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | | 2.600,00 |
| | 339093 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 65.575,88 | 63.501,64 |
| | | | 2109 | 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 1.923.640,27 | 1.891.961,60 |
| | | | | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 10.542,03 | 10.542,03 |
| | 339139 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC. | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 186.271,66 | 172.868,21 |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 4.631,00 | 6.477,00 |
| | 339147 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 2030 | 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 8.032,00 | |
| | | | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 28.521,44 | 22.108,20 |
| | | | | 20RW | APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 355.911,39 | 42.665,59 |
| | | | | 8252 | EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA A DISTANCIA | 26298 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | | 5.525,58 |
| | | | 2076 | 4590 | QUALIFICACAO, CERTIFICACAO E PRODUCAO ASSOCIADA AO TURISMO | 54101 | MINISTERIO DO TURISMO | 120.000,00 | |
| | | | 2109 | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 288,00 | 288,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 339192 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2031 | 20RL | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 344.836,09 | 29.836,09 |
| 1 | 319001 | APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR | 0089 | 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 24.592.657,44 | 24.591.587,33 |
| | 319003 | PENSOES DO RPPS E DO MILITAR | 0089 | 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 6.261.386,63 | 6.261.386,63 |
| | 319004 | CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL | 2109 | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 2.113.280,33 | 2.113.280,33 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 2109 | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 153.105.932,68 | 153.105.932,68 |
| | 319016 | OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL | 2109 | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 391.284,93 | 390.226,74 |
| | 319091 | SENTENCAS JUDICIAIS | 0089 | 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 335.910,45 | 335.910,45 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2109 | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 215.163,60 | 215.163,60 |
| | 319113 | OBRIGACOES PATRONAIS | 2109 | 09HB | CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 31.213.396,00 | 33.060.340,46 |
| | | | | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 700.385,83 | 495.131,24 |
| | 319192 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2109 | 20TP | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO | 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 1.463,87 | 1.463,87 |

**Fonte**: SIAFI (2016)

### 4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

O IFRJ utiliza suprimento de fundos no Campus Pinheiral, o demonstrativo encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro 10: Concessão de suprimento de fundos

| Exercício Financeiro | Unidade Gestora (UG) do SIAFI | | Meio de Concessão | | | | Valor do maior limite individual concedido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Conta Tipo B | | Cartão de Pagamento do Governo Federal | | |
| | Código | Nome ou Sigla | Quantidade | Valor Total | Quantidade | Valor Total | |
| 2015 | 158485 | Inst. Fed. do RJ / Campus Pinheiral | Nada a declarar | Nada a declarar | 8 | 29.400,00 | 5.000,00 |
| 2014 | 158485 | Inst. Fed. do RJ / Campus Pinheiral | Nada a declarar | Nada a declarar | 7 | 29.070,73 | 5.000,00 |

**Fonte**: Coordenação de Orçamento e Finanças – Campus Pinheiral RJ (2016)

Quadro 11: Utilização de suprimento de fundos

| Exercício | Unidade Gestora (UG) do SIAFI | | Conta Tipo B | | Cartão de Pagamento do Governo Federal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Saque | | Fatura | Total (a+b) |
| | Código | Nome ou Sigla | Quantidade | Valor Total | Quantidade | Valor dos Saques (a) | Valor das Faturas (b) | |
| 2015 | 158485 | Inst. Fed. do RJ / Campus Pinheiral | Nada a declarar | Nada a declarar | Nada a declarar | Nada a declarar | 17.577,37 | 17.549,22 |
| 2014 | 158485 | Inst. Fed. do RJ / Campus Pinheiral | Nada a declarar | Nada a declarar | Nada a declarar | Nada a declarar | 19.105,57 | 19.105,57 |

**Fonte**: Coordenação de Orçamento e Finanças – Campus Pinheiral RJ (2016)

Quadro 12: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

| | **Unidade Gestora (UG) do SIAFI** | **Classificação do Objeto Gasto** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código** | **Nome ou Sigla** | **Elemento de Despesa** | **Subitem da Despesa** | | **Total** |
| 158485 | Inst. Fed. do RJ / Campus Pinheiral | 30 - Material de Consumo | 6 | Alimentos para Animais | 597,00 |
| | | | 3 | Combustíveis e Lubrif. P/ Outras Finalidades | 9,94 |
| | | | 1 | Combustíveis e Lubrificantes automotivos | 8,50 |
| | | | 42 | Ferramentas | 598,48 |
| | | | 7 | Gêneros de Alimentação | 529,37 |
| | | | 18 | Materiais e Medicamentos P/ Uso Veterinário | 7,80 |
| | | | 19 | Material de Acondicionamento e Embalagem | 252,50 |
| | | | 96 | Material de Consumo - Pagto Antecipado | 0,01 |
| | | | 21 | Material de Copa e Cozinha | 224,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | 12 | Material de Coudelaria Ou de Uso Zootécnico | 788,00 |
| | | | 16 | Material de Expediente | 79,20 |
| | | | 22 | Material de Limpeza e Prod. de Higienização | 564,40 |
| | | | 28 | Material de Proteção e Segurança | 359,28 |
| | | | 44 | Material de Sinalização Visual e Outros | 82,89 |
| | | | 26 | Material Elétrico E Eletrônico | 3.139,23 |
| | | | 9 | Material Farmacológico | 187,00 |
| | | | 24 | Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações | 3.518,53 |
| | | | 25 | Material P/ Manutenção de Bens Moveis | 924,40 |
| | | | 39 | Material P/ Manutenção de Veículos | 630,00 |
| | | | 11 | Material Químico | 8,00 |
| | | | 99 | Outros Materiais de Consumo | 4,95 |
| | | | 31 | Sementes, Mudas de Plantas e Insumos | 30,00 |
| | | | 23 | Uniformes, Tecidos e Aviamentos | 30,00 |
| | | 39 - Outros Serviços de Terceiros PL - Op. Int. Orc. | 37 | Juros | 23,24 |
| | | | 17 | Manut. e Conserv. de Maquinas e Equipamentos | 4.369,70 |
| | | | 16 | Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis | 535,75 |
| | | | 96 | Outros Serv. de Terceiros PJ-Pagto Antecipado | 0,00 |
| | | | 63 | Serviços Gráficos E Editoriais | 75,20 |

**Fonte**: Coordenação de Orçamento e Finanças – Campus Pinheiral RJ (2016)

## 4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 4.4.1 Manutenção Rodoviária

Não se aplica ao IFRJ.

### 4.4.2 Construção e duplicação de rodovias

Não se aplica ao IFRJ.

### 4.4.3 Manutenção de obras de arte especiais

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.4.4 Sinalização viária

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.4.5 Controle de velocidade nas rodovias

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.4.6 Controle de peso de veículos

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.4.7 Planejamento de obras rodoviárias

Não se aplica ao IFRJ.

#### 4.4.8 Gestão Ambiental

O Instituto vem buscando viabilizar ações no que tange a Gestão ambiental, para tanto, este ano foi convocado, no último concurso público, um profissional na área de Gestão Ambiental (Tecnólogo em Gestão Ambiental) para implementação de ações em 2016.

#### 4.4.9 Desapropriações

Não se aplica.

#### 4.4.10 Gestão da estrutura aquaviária

Não se aplica.

#### 4.4.11 Gestão da estrutura ferroviária

Não se aplica.

**4.4.12 Ordenamento da estrutura fundiária**

Não se aplica.

**4.4.12.1 Informações sobre a regularização de imóveis rurais não incluído no Programa Terra Legal**

Não se aplica.

**4.4.12.2 Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal**

Não se aplica.

**4.4.13 Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento**

Não se aplica.

**4.4.13.1 Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício**

Não se aplica.

**4.4.14 Desenvolvimento de projetos de assentamento**

Não se aplica.

**4.4.14.1 Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico**

Não se aplica.

**4.4.14.2 Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento**

Não se aplica.

**4.4.14.3 Informações consolidadas sobre o cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental em vigor**

Não se aplica ao IFRJ

### 4.4.15 Licenciamento ambiental

O IFRJ possui campus de Niterói em construção e o de São João de Meriti em fase de planejamento pelo proponente. O Campus Niterói possui licença ambiental prévia e a de instalação. Já o campus São João de Meriti possui licença ambiental prévia e a de instalação em andamento.

A licença de supressão de vegetação de Niterói foi concedida pela Prefeitura e está em fase de renovação. Informações suplementares sobre a Obra em Niterói são apresentadas no quadro 13:

Quadro 13: Regularização Dominial do Imóvel – Campus Niterói

| Novo Campus | Regularização Dominial do Imóvel | Observação |
|---|---|---|
| **Niterói** | Licitação por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) com valor estimado pela administração em R$ 14.829.645,80 para construção do Campus Niterói do IFRJ e vencido pela Empresa Enge Prat Engenharia e Serviços LTDA pelo valor contratual de R$ 12.901.375,12.<br>O contrato foi assinado em 29 de outubro de 2015 e a ordem de serviço para 09 de novembro de 2015 com prazo de execução de obra de 547 dias e prazo contratual de 687 dias. A obra se encontra lançada no módulo de obras do SIMEC com uma medição feita e paga no valor de R$220.557,69. | A renovação de uma das licenças apresentou problemas quanto ao censo florístico aprovado anteriormente e agora tendo que ser refeito o que atrapalhou e atrasou o andamento da obra.<br>Contrato,13/2015, Processo Administrativo número 23270.000326/2015-47. |

Fonte: IFRJ (2016)

### 4.4.16 Monitoramento, controle e proteção ambiental

O Instituto vem buscando viabilizar ações no que tange a proteção ambiental, para tanto, este ano foi convocado, no último concurso público, um profissional na área de Gestão Ambiental (Tecnólogo em Gestão Ambiental) para implementação em 2016 de ações que visem o monitoramento, controle e proteção ambiental.

### 4.4.17 Avaliação e controle de substâncias químicas

Foram realizadas avaliações qualitativas de todos os laboratórios de análises do IFRJ, através de inspeção no local de trabalho e análise dos protocolos das práticas realizadas por cada disciplina ministrada em cada ambiente tecnológico.

Além da realização do pedido de compra da bomba de amostragem instantânea e os tubos colorimétricos para as substâncias que são utilizadas de maneira rotineira e que podem provocar danos na saúde dos trabalhadores.

### 4.4.18 Gestão da qualidade ambiental

O Instituto vem buscando viabilizar ações no que tange a gestão da qualidade ambiental, para tanto este ano foi convocado, no último concurso público, um profissional na área de Gestão Ambiental (Tecnólogo em Gestão Ambiental) para implementação em 2016 de ações da Gestão da Qualidade Ambiental.

### 4.4.19 Uso sustentável e gestão da biodiversidade

O Instituto vem buscando viabilizar ações no acerca do Uso Sustentável e a gestão da biodiversidade, para tanto este ano foi convocado, no último concurso público, um profissional na área de Gestão Ambiental (Tecnólogo em Gestão Ambiental) para implementação em 2016 de ações que visem a gestão da biodiversidade.

## 4.5 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Não se aplica.

## 4.6 INFORMAÇÕES SOBRE A CARTEIRA E AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## 4.7 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016

Não se aplica.

## 4.8 PRINCIPAIS PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Informações constam no item 4.17.

## 4.9 DESEMPENHO QUANTO ÀS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.10 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.11 GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.12 PROJETOS DE OBRAS DE AUDIOVISUAL

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.13 RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica ao IFRJ.

**4.13.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Política de Informática/MCTI**

Não se aplica ao IFRJ.

**4.13.2 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/MCTI**

Não se aplica ao IFRJ.

**4.13.3 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus/Suframa**

Não se aplica ao IFRJ.

**4.13.4 Informações sobre convênios firmados nos termos da Lei 8.387/1991**

Não se aplica ao IFRJ.

4.14 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

O IFRJ ainda não definiu seus indicadores e métodos de mensuração dos mesmos para o desempenho operacional, o que será desenvolvido no decorrer do ano de 2016.

**4.14.1 Indicadores específicos**

O IFRJ ainda não definiu seus indicadores e métodos de mensuração dos mesmos, o que será desenvolvido no decorrer do ano de 2016.

**4.14.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional**

O IFRJ ainda não definiu seus indicadores e métodos de mensuração dos mesmos para o desempenho operacional, o que será desenvolvido no decorrer do ano de 2016.

### 4.14.3 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

**INDICADORES DO ACÓRDÃO 2.267/2005**

INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

01 – RC/V = Inscrições/Vagas

Tabela 4: Relação candidato/vaga

| Ano | Nº de inscritos | Oferta de vagas | Indicador RC/V |
|---|---|---|---|
| 2012 | 22.775 | 5.543 | 4,1 |
| 2013 | 38.925 | 5.872 | 6,6 |
| 2014 | 28.304 | 3.531 | 8,02 |
| 2015 | 35.466 | 3.734 | 9,50 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

Tabela5: Relação ingressos/alunos

| Ano | Nº de ingressos | Alunos matriculados | Indicador RI/A |
|---|---|---|---|
| 2012 | 4.842 | 16.630 | 29,1 |
| 2013 | 4.580 | 15.626 | 29,3 |
| 2014 | 3.054 | 14.042 | 21,75 |
| 2015 | 3.575 | 15.896 | 22,49 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

Tabela 6: Relação concluintes/alunos

| Ano | Nº de concluintes | Alunos matriculados | Indicador RC/A |
|---|---|---|---|
| 2012 (C*+IFE) | 2.059 | 16.630 | 12,4 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2013 (C*+IFE) | 1.881 | 15.626 | 12,0 |
| 2014 (C*+IFE) | 1.378 | 14.042 | 9,81 |
| 2015 | 1.328 | 15.896 | 8,35 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

C* - Concluintes
ICH* - integralização de carga horária
IFE* - integralização Fase Escolar

Observar a alteração no indicador da RC/A 2015 que está considerando apenas os Concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Tabela 7: Índice de eficiência acadêmica/concluintes

| Ano | Nº de concluintes | Nº de matriculados finalizados | Indicador IFAC |
|---|---|---|---|
| 2012(C*+IFE*) | 2.059 | 5.826 | 35,3 |
| 2013(C*+IFE*) | 1.881 | 4.726 | 39,8 |
| 2014(C*+IFE*) | 1.378 | 2.696 | 51,11 |
| 2015 | 1.328 | 4.471 | 29,70 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

C* - Concluintes
ICH* - integralização de carga horária
IFE* - integralização Fase Escolar

Observar a alteração no indicador da RC/A 2015 que está considerando apenas os Concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Tabela 8: Índice de retenção do fluxo escolar

| Ano | Nº de alunos retidos | Nº de alunos matriculados | Indicador IRFE |
|---|---|---|---|
| 2012 | 6.254 | 16.630 | 37,6 |
| 2013 | 5.148 | 15.626 | 32,9 |
| 2014 | 5.201 | 14.042 | 37,04 |
| 2015 | 6.330 | 15.896 | 39,82 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

Tabela 9: Relação alunos/docentes em tempo integral

| Ano | Nº de alunos matriculados | Nº de docentes em tempo integral | Indicador RA/DTI |
|---|---|---|---|
| 2012 | 16.630 | 789 | 21,08 |
| 2013 | 15.626 | 799 | 19,60 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2014 | 14.042 | 831 | 16,90 |
| 2015 | 15.896 | 909 | 17,49 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

Tabela 10: Gastos correntes por aluno

| Ano | Gastos Correntes | Nº de alunos matriculados | Indicador GCA |
|---|---|---|---|
| 2012 | 148.964.931,34 | 16.630 | 8.957,60 |
| 2013 | 180.023.645,00 | 15.626 | 11.520,58 |
| 2014 | 207.647.072,05 | 14.042 | 14.787,57 |
| 2015 | 240.292.273,68 | 15.896 | 15.116,52 |

**Fonte**: SISTEC (2016)

Tabela 11: Percentual de gastos com pessoal

| Ano | Total de gastos com pessoal | Gastos Totais (sem Bolsa Formação e eTec) | Indicador PGP |
|---|---|---|---|
| 2012 | 129.178.005,02 | 192.063.302,85 | 67,26% |
| 2013 | 155.216.490,00 | 226.476.771,00 | 68,54% |
| 2014 | 183.444.062,91 | 247.574.818,76 | 74,10% |
| 2015 | 218.490.532,98 | 281.826.964,13 | 77,53% |

**Fonte**: SIAFI (18/12/2015)

Tabela 12: Percentual de gastos com outros custeios

| Ano | Total de gastos com outros custeios | Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec) | Indicador PGOC |
|---|---|---|---|
| 2012 | 35.025.226,86 | 192.063.302,85 | 18,24% |
| 2013 | 41.156.130,00 | 226.476.771,00 | 18,17% |
| 2014 | 42.012.406,88 | 247.574.818,76 | 16,97% |
| 2015 | 41.450.958,30 | 281.826.964,13 | 14,71% |

**Fonte**: SIAFI (18/12/2015)

Tabela 13: Percentual de gastos com investimentos

| Ano | Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras | Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec) | Indicador PGI |
|---|---|---|---|
| 2012 | 18.636.309,25 | 192.063.302,85 | 9,70% |
| 2013 | 19.358.556,00 | 226.476.771,00 | 8,55% |
| 2014 | 10.984.770,65 | 247.574.818,76 | 4,44% |
| 2015 | 10.344.735,93 | 281.826.964,13 | 3,67% |

**Fonte**: SIAFI (18/12/2015)

Tabela 14: Renda familiar per capita – Alunos

| Faixas de Renda | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| RFPA ≤ 0,5 S.M. | 22,79% | 28,11% | 28,73% | 23,75% |
| 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 40,13% | 39,51% | 37,35% | 33,70% |
| 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 14,89% | 12,67% | 12,72% | 13,47% |
| 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 15,66% | 14,17% | 15,81% | 17,18% |
| 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | 2,83% | 2,59% | 3,15% | 3,60% |
| RFPA > 3,5 S.M. | 4,22% | 2,95% | 2,25% | 4,68% |

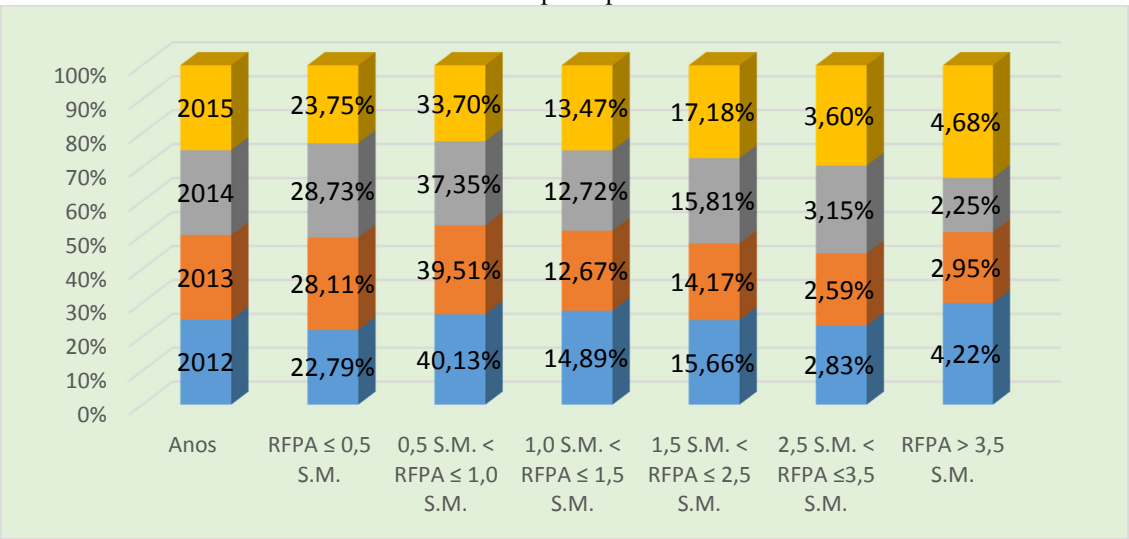
**Fonte**: IFRJ (2016)

Tabela 15: Renda familiar per capita – Alunos 2012-2015

| Anos | RFPA ≤ 0,5 S.M. | 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | RFPA > 3,5 S.M. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 22,79% | 40,13% | 14,89% | 15,66% | 2,83% | 4,22% |
| 2013 | 28,11% | 39,51% | 12,67% | 14,17% | 2,59% | 2,95% |
| 2014 | 28,73% | 37,35% | 12,72% | 15,81% | 3,15% | 2,25% |
| 2015 | 23,75% | 33,70% | 13,47% | 17,18% | 3,60% | 4,68% |

**Fonte**: IFRJ (2016)

Gráfico 1: Renda familiar per capita – Alunos 2012-2015




**Fonte**: IFRJ (2016)

12 – ITCD – Índice de titulação do corpo docente
Índice = (G*1 + A*2 + E*3 + M*4+D*5)/G +A+ E + M + D)

Legenda: G – Graduado; E - Especializado; M – Mestre; D – Doutor; PD – Pós-Doutor

Tabela 16: Corpo Docente: Titulações x Ano

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Nº de graduados | 81 | 68 | 55 | 46 |
| Nº de aperfeiçoados | 2 | 2 | 3 | 1 |
| Nº de especialistas | 93 | 89 | 86 | 81 |
| Nº de mestres | 407 | 405 | 422 | 444 |
| Nº de doutores | 221 | 251 | 281 | 353 |
| Indicador ITCD | 3,85 | 3,94 | 4,03 | 4,14 |

Fonte: SIAPE (2015)

Tabela 17: Corpo Docente: Titulações x Ano

| Ano | Indicador ITCD |
|---|---|
| 2012 | 3,85 |
| 2013 | 3,94 |
| 2014 | 4,03 |
| 2015 | 4,14 |

Fonte: IFRJ (2016)

**Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005**

Tabela 18: Resultados dos indicadores – Acórdão TCU N.º 2.267/2005

| Indicadores | | Fórmula de Cálculo | Exercícios | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
| Acadêmicos | Relação Candidato/Vaga | *1 | 9,50 | 8,02 | 6,6 | 4,1 |
| | Relação Ingressos/Aluno | *2 | 22,49 | 21,75 | 29,3 | 29,1 |
| | Relação Concluintes/Aluno | *3 | 8,35 | 9,81 | 12 | 12,4 |
| | Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes | *4 | 29,70 | 51,11 | 39,8 | 35,3 |
| | Índice de Retenção do Fluxo Escolar | *5 | 39,82 | 37,04 | 32,9 | 37,6 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Administrativos | Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral | *6 | 17,49 | 16,9 | 19,6 | 21,08 |
| | Gastos Correntes por Aluno | *7 | 15.116,52 | 14.787,57 | 11.520,78 | 8.957,60 |
| | Percentual de Gastos com Pessoal | *8 | 77,53 | 74,1 | 68,54% | 67,26% |
| | Percentual de Gastos com outros Custeios | *9 | 14,71 | 16,97 | 18,17% | 18,24% |
| | Percentual de Gastos com Investimentos | *10 | 3,67 | 4,44 | 8,55% | 9,70% |
| Socioeconômico | Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar | *11 | *2015 | *2014 | *2013 | *2012 |
| Gestão de Pessoas | Índice de Titulação do Corpo Docente | *12 | 4,14 | 4,03 | 3,94 | 3,85 |

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2015)

Legenda:

*1 - RC/V = Inscrições / Vagas

*2 - RI/A = Número de ingressos x 100 / Alunos matriculados

*3 - RC/A = Número de concluintes x 100 / Alunos matriculados

*4 – Índice IFAC = Número de concluintes x 100 / Número de Finalizados

*5 – Índice- IRFE = Número de alunos retidos x 100 / Alunos matriculados

*6 - RA/DTI = Alunos matriculados / Docentes em tempo integral

*7 - GCA = Total de gastos
Nº de Matrículas

*8 - PGP (%) = Total de gastos com pessoal x 100 / Gastos Totais

*9 - PGOC (%) = Total de gastos com outros custeios x 100 / Gastos Totais

*10 - PGI (%) = Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras x 100 / Gastos Totais

*11 **– RFPA (%) = Renda familiar per capita - alunos**
RFPA ≤ 0,5 S.M.
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.
RFPA > 3,5 S.M.

*12 – Índice - ITCD = G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5
G + A + E + M + D

*2012

| | |
|---|---|
| RFPA ≤ 0,5 S.M. | 22,79% |
| 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 40,13% |
| 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 14,89% |
| 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 15,66% |
| 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | 2,83% |
| RFPA > 3,5 S.M. | 4,22% |

*2013

| | |
|---|---|
| RFPA ≤ 0,5 S.M. | 28,11% |
| 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 39,51% |
| 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 12,67% |
| 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 14,17% |
| 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | 2,59% |
| RFPA > 3,5 S.M. | 2,95% |

*2014

| | |
|---|---|
| RFPA ≤ 0,5 S.M. | 28,73% |
| 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 37,35% |
| 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 12,72% |
| 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 15,81% |
| 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | 3,15% |
| RFPA > 3,5 S.M. | 2,25% |

*2015

| Faixas de Renda | 2015 |
|---|---|
| RFPA ≤ 0,5 S.M. | 23,75% |
| 0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M. | 33,70% |
| 1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M. | 13,47% |
| 1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M. | 17,18% |
| 2,5 S.M. < RFPA ≤3,5 S.M. | 3,60% |
| RFPA > 3,5 S.M. | 4,68% |

### 4.14.4 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico

Contemplado no item 4.14.3

### 4.14.5 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino superior

Contemplado no item 4.14.3

## 4.15 ACOMPANHAMENTO E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.16 INFORMAÇÕES SOBRE EMPREENDIMENTOS REALIZADOS POR INTERMÉDIO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.17 INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A gestão da Pesquisa compete planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas de pesquisa. Trabalhar em consonância com os parceiros, listados a seguir: CNPq, CAPES, FAPERJ e ANP/PETROBRAS, respeitando o princípio da autonomia autárquica do IFRJ.

A política do IFRJ para pesquisa e desenvolvimento tecnológico consiste no fortalecimento da pesquisa através do estímulo a inovação e transferência de tecnologia articulada com os cursos de pós-graduação e, consequentemente, fortalecendo a integração da pesquisa com o ensino e a extensão.

Quadro 14: Processo finalístico - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológico – PIBICT

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa. | O programa tem como finalidade despertar o interesse e incentivar vocações para as atividades de pesquisa científica e tecnológica entre os acadêmicos regularmente matriculados no IFRJ. |
| 2. Concessão de bolsas de iniciação científica para alunos do ensino médio e graduação. | |
| 3. Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa, pesquisa básica, do desenvolvimento da pesquisa aplicada, da inovação e da transferência de tecnologia para alunos de graduação e/ou de ensino médio. | |
| 4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação e/ou do ensino médio nas atividades de pesquisa científica, tecnológica ou artístico-cultural. | |
| 5. Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa. | |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 15: Processo finalístico - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica - PIVICT

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa. | O programa tem como finalidade proporcionar ao voluntário, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa. |
| 2. Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa, pesquisa básica, do desenvolvimento da pesquisa aplicada, da inovação e da transferência de tecnologia para alunos de graduação e/ou de ensino médio. | |
| 3. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação e/ou do ensino médio nas atividades de pesquisa científica, tecnológica ou artístico-cultural. | |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 16: Processo finalístico - Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e artístico-cultural - Bolsa de Pesquisa Prociência

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Institucionalizar as pesquisas científicas, tecnológicas e artístico-culturais realizadas nos *Campi* do IFRJ; | O programa tem como finalidade contribuir para a consolidação da pesquisa no IFRJ por meio de fomento ao pesquisador em itens de custeio para pesquisa. |
| 2. Desenvolver os projetos de pesquisa que, preferencialmente, estejam em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, principalmente, com o programa institucional de iniciação científica e tecnológica (PIBICT e PIVICT); | |
| 3. Aumentar a produção científica, tecnológica e artístico-cultural; | |
| 4. Melhorar a qualificação de recursos humanos em pesquisa criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa. | |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 17: Processo finalístico - Programa de Apoio à Aquisição de Equipamentos (EQUIPAR)

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Fomentar a formação de redes intergrupos, incluindo os *intercampi*; | O programa tem como finalidade contribuir para a consolidação da pesquisa no IFRJ por meio da aquisição de equipamentos para equipar laboratórios em implantação ou já consolidados |
| 2. Fomentar e induzir a pesquisa e a inovação científica e tecnológica e, preferencialmente, a transferência de tecnologia ao setor produtivo. | |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 18: Processo finalístico - Programa Publique Incentivo a Publicação no Exterior

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Financiar a contratação de serviços de tradução/revisão de artigos científicos para língua estrangeira visando à publicação em revistas internacionais. | O programa tem como finalidade fomentar a divulgação científica no exterior, com fins de estimular o crescimento da publicação qualificada internacional da pesquisa científica no IFRJ. |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 19: Processo finalístico – Programa de Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico - Culturais (PROATC)

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Financiar cotas para auxiliar pesquisadores a custear taxas de inscrição em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais que ocorram em território nacional, bem como passagens aéreas; | O programa tem como finalidade viabilizar a participação de servidores ativos do quadro permanente do IFRJ em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais de abrangência nacional, exclusivamente para apresentação de trabalhos (pôster ou comunicação oral ou palestras ou mesa redonda) de sua autoria ou coautoria. |
| 2. Contribuir para a difusão e acesso às informações científicas, tecnológicas e artístico-culturais desenvolvidas por servidores do IFRJ. | |

Fonte: IFRJ (2016)

Quadro 20: Processo finalístico – Incentivo à prospecção de mapa de oportunidades junto aos arranjos produtivos locais (PROSPECTAR)

| Objetivos | Finalidade |
|---|---|
| 1. Financiar pesquisas que visem identificar os gargalos tecnológicos e sociais dos APLs onde os Campi do IFRJ estão geograficamente situados e aproximar a comunidade na discussão crítica da pesquisa científica e da inovação tecnológica. | O programa tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento de estudos de prospecção tecnológica no IFRJ e à transferência de tecnologias inovadoras, geradas a partir desta, para o setor produtivo no entorno dos *campi*. |

Fonte: IFRJ (2016)

## Indicadores de desempenho dos processos

Os indicadores de desempenho dos processos são obtidos através da supervisão, acompanhamento, avaliação e orientação das políticas de pesquisa.

**Grau de envolvimento de docentes com a pesquisa**

Esse índice tem o objetivo de identificar o grau de envolvimento de servidores docentes com a pesquisa cadastrada no IFRJ, levando em consideração o número de pesquisadores e demais dados registrados na base de dados baseados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq).

Tabela 19: Envolvimento Docente com a Pesquisa

| Envolvimento Docente com a Pesquisa | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Número de Projetos de Pesquisa (PIBICT, PROCIÊNCIA, PIVICT, PFRH/ANP/Petrobras - IFRJ ) | 287 | 296 | 281 | 261# (PIBICT/PROCIÊNCIA /PIVICT) |
| Número de Linhas de Pesquisa* | 210 | 220 | 307 | 337 |
| Número de Grupos de Pesquisa certificado no CNPq | 50 | 54 | 75 | 87 |
| Docentes envolvidos na PQ(1) | 144 | 154 | 271 | 200 |
| Docentes envolvidos com pesquisa(2) | 243 | 277 | 382 | 555 |
| Docentes em exercício(3) | 744 | 744 | 863 | 902 |
| Envolvimento Docente com a Pesquisa, interna e externa ao IFRJ % | 32,7 | 37,2 | 44,3 | 61,5 |
| Envolvimento Docente com a Pesquisa (fomentada pela PROPPI) no IFRJ % | 19,4 | 20,7 | 31,4 | 22,2 |

Fonte: Proppi (2016)

* Sítio do Diretório de Grupos de Pesquisa/ CNPq: http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/index.jsp, extraído em 18/02/2016, às 11h38min

# Em 2015 não foi contabilizado as bolsas do PFRH/ANP/Petrobras – IFRJ, pois os convênios estão terminando.

1) São considerados Docentes e demais servidores envolvidos com a pesquisa em algum dos programas da PROPPI (PIBICT, PIVICT, Prociência)

2) São considerados Docentes envolvidos com a pesquisa, aqueles que são coordenadores de projeto de pesquisa interna ou externa ao IFRJ. (Fonte: Sistema Stela Experta)

3) Docentes em exercício correspondem aos que são efetivos.

DADOS: Coordenação do Programa PFRH/ANP/Petrobras - IFRJ.

A partir da tabela 19 nota-se que aumentou em 68,8% os coordenadores de projeto de pesquisa interna ou externa ao IFRJ, no entanto, devido ao término de projetos do Programa PFRH, observou-se uma redução em 27% nos docentes e demais servidores

envolvidos com a pesquisa em algum dos programas da PROPPI, reduzindo também o envolvimento docente com a pesquisa (fomentada pela PROPPI) em 30%.

## Capacidade de Orientação

Tabela 20: Capacidade de orientação

| Docentes Efetivos | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Mestrado | 388 | 380 | 435 | 428 |
| Doutorado | 216 | 248 | 309 | 361 |
| Total | 604 | 628 | 744 | 789 |

Fonte: Prop pi (2016)

*Não foram computados os professores do quadro temporário e nem os professores com graduação ou especialização. Os Dados correspondem aos relatórios de gestão de cada período avaliado com base no que foi usado para o relatório básico do CNPq. (Fonte – Diretoria Gestão Pessoas – DGP - IFRJ).

Observou-se 6,0% de aumento no número de pesquisadores em relação ao ano de 2014.

## Grau de Envolvimento Discente com a Pesquisa (EDIPQ)

Esse índice tem o objetivo de identificar o grau de envolvimento discente com a pesquisa, levando em consideração o número de alunos matriculados e alunos envolvidos com programa PIBICT e PFRH.

Tabela 21: Envolvimento discente total com a pesquisa

| Envolvimento Discente com a Pesquisa | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Número de Bolsas de PIBIC concedidas pela Instituição | 105 | 78 | 123 | 136 |
| Número de Bolsas de PIBITI concedidas pela Instituição | 69 | 2 | 4 | -- |
| Número de Bolsas de PIBIC Jr. Concedidas pela Instituição | 36 | 33 | 58 | 77 |
| Número de Bolsas de PIBITI Jr. Concedidas pela Instituição | --- | 92 | 67 | 98 |
| Número de Bolsas de PIBIC oferecidas pela CNPq | 23 | 25 | 25 | 25 |
| Número de Bolsas de PIBITI oferecidas pela CNPq | 35 | 37 | 37 | 37 |
| Número de Bolsas de PIBIC EM oferecidas pela CNPq | --- | --- | 30 | 30 |
| Número de Bolsas de PIBIC Jr. Oferecidas pela Faperj | 101 | 34 | 19 | -- |
| Número de bolsas PFRH/ANP/Petrobras | 588 | 916 | 779 | 256 |
| Total de Bolsas aprovadas | 951 | 1217 | 1142 | 659 |
| Número de alunos PIVICT do IFRJ | 29 | 38 | 24 | 19 |
| Número de alunos do Ensino Técnico | 6234 | 5483 | 5034 | 4804 |
| Número de alunos da Graduação | 2723 | 2873 | 2784 | 2154 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Percentual de Discente de Ensino Técnico envolvido com a Pesquisa considerando bolsas externas (FAPERJ e PFRH) | 11,6 | 19,6 | 18,9 | 9,6 |
| Percentual de Discente de Ensino Técnico envolvido com a Pesquisa desconsiderando bolsas externas (FAPERJ e PFRH) | 0,6 | 2,3 | 3,1 | 3,6 |
| Percentual de Discente de Graduação envolvido com a Pesquisa | 4,9 | 4,9 | 6,8 | 9,2 |
| Percentual de Discente Total envolvido com a Pesquisa (EDIPQ) considerando bolsas externas (FAPERJ e PFRH) | 10,6 | 14,6 | 14,6 | 9,5 |

**Fonte:** PROPPI (2016)

**Legenda**

1) Iniciação Científica (PIBIC). O PIBIC é um programa dedicado ao aluno matriculado na Graduação.
2) Iniciação Tecnológica (PIBITI). O PIBITI é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Técnico e na Graduação.
3) Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr). O PIBIC Jr é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Médio ou Técnico.
4) Iniciação Tecnológica Júnior (PIBITI Jr). O PIBITI Jr é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Médio ou Técnico envolvidos em desenvolvimento de inovação.
5) Iniciação Científica Voluntária (PIVICT): O PIVICT é um programa dedicado ao aluno matriculado nos Ensino Médio-Técnico ou Graduação no qual o discente é voluntário.
6) Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC EM). O PIBIC EM é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Médio ou Técnico envolvidos em atividades científicas e tecnológicas básicas.
7) PFRH/ANP/Petrobras: Programa de Formação de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

A partir dos dados da Tabela 3 nota-se uma pequena diminuição no número de bolsas aprovadas decorrente do decréscimo de bolsas concedidas pelo PFRH devido ao término de projetos. No entanto, observa-se também a adição de uma nova modalidade de bolsas (PIBIC EM/CNPq) e um aumento no número de bolsas nas modalidades PIBIC/IFRJ, PIBITI/IFRJ, PIBIC Jr./IFRJ, representando aumento no investimento à pesquisa pelo IFRJ.

## Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq)

### Indicadores gerais do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq)

Esse índice tem o objetivo de identificar o grau correlação entre pesquisadores (P), Doutores (D), Estudantes (E), Técnicos (T) e Linhas de Pesquisa com o número total de grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Tabela 22: Status do diretório de grupos de pesquisa

| Status do Grupo | G | P | D | E | T | L | P/G | D/G | E/G | T/G | L/G |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Censo 2012 | 50 | 281 | 153 | 332 | 10 | 210 | 5,6 | 3,1 | 6,6 | 0,2 | 4,2 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Censo 2013 | 54 | 302 | 164 | 396 | 9 | 220 | 5,6 | 3,0 | 7,3 | 0,2 | 4,1 |
| Censo 2014 | 75 | 400 | 182 | 536 | 10 | 307 | 5,3 | 2,4 | 7,2 | 0,1 | 4,1 |
| Censo 2015 | 87 | 593 | 345 | 558 | 29 | 337 | 6,8 | 4,0 | 6,4 | 0,3 | 3,9 |

**Fonte**: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq (2016)

**Legenda**:
Grupos = G
Pesquisadores = P
Doutores = D
Estudantes = E
Técnicos = T
Linhas de Pesquisa = L

A partir da Tabela 22 é possível visualizar um aumento em todos os quantitativos exceto o de estudantes nos grupos, com uma diminuição das razões relativas ao número de grupos de pesquisa.

## Distribuição dos Grupos de Pesquisa por área do conhecimento (DGP/CNPq)

No presente relatório serão utilizadas as seguintes abreviações para as áreas de conhecimento existentes no IFRJ: Ciências Agrárias (CA), Ciências Biológicas (CB), Ciências Exatas e da Terra (CET), Ciências Humanas (CH), Ciências da Saúde (CS), Ciências Sociais Aplicadas (CSA), Engenharias (E), Lingüística, Letras e Artes (LLA).

Tabela 23: Número de grupos de pesquisa

| | CA | CB | CET | CH | CS | CSA | E | LLA | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 2 | 8 | 10 | 14 | 7 | 3 | 3 | 3 | 50 |
| **2013** | 1 | 10 | 11 | 14 | 8 | 4 | 3 | 3 | 54 |
| **2014** | 3 | 9 | 24 | 17 | 11 | 5 | 3 | 3 | 75 |
| **2015** | 4 | 9 | 28 | 21 | 13 | 4 | 4 | 4 | 87 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

A partir da tabela 23 observa-se um aumento crescente dos grupos de pesquisa na maioria das áreas, acumulando um aumento de 16% no quantitativo de grupos de pesquisa.

## Total de pesquisadores e estudantes registrados nos Grupos de Pesquisa por área do conhecimento

Tabela 24: Capacidade de Orientação 2015

| Capacidade de Orientação | CA | CB | CET | CH | CS | CSA | E | LLA | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total de estudantes | 46 | 100 | 152 | 100 | 92 | 23 | 27 | 18 | 558 |
| Total de pesquisadores | 32 | 54 | 173 | 138 | 113 | 34 | 27 | 22 | 593 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total de Técnicos | 4 | 3 | 7 | 5 | 5 | 3 | 1 | 1 | 29 |
| Linhas de Pesquisa | 15 | 55 | 100 | 59 | 59 | 15 | 16 | 18 | 337 |
| Relação estudante/pesquisador | 1,4 | 1,9 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | 0,7 | 1,0 | 0,8 | 0,9 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

A partir da Tabela 24 nota-se que a área de Ciências Biológicas é a que apresenta a maior relação entre estudantes e pesquisadores/orientadores, enquanto Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas apresentam as menores.

## Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT e PIVICT)

### Demandas observadas através dos processos seletivos

Tabela 25: Avaliação de demandas processo seletivo PIBICT

| Avaliação de Demandas processo seletivo | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Total de bolsas demandadas pelos orientadores | 283 | 378 | 379 | 500 |
| Nº de projetos submetidos | 215 | 233 | 229 | 284 |
| Nº de projetos aprovados | 200 | 195 | 212 | 247 |
| Total de bolsistas | 268 | 267 | 344 | 379 |
| Total de orientadores | 136 | 148 | 162 | 194 |
| Nº médio de bolsistas por orientador (a) | 1,97 | 1,80 | 2,12 | 1,95 |

Fonte: PROPPI (2016)

A partir da Tabela 25 nota-se que apenas o Nº médio de bolsistas por orientador(a) diminuiu, enquanto todos os outros itens aumentaram. Essa redução se deu devido ao aumento no total de orientadores ter sido muito maior que o aumento no total de bolsistas.

### Grau de Produtividade Bibliográfica e de Divulgação Científica dos Projetos aprovados no PIBICT/PIVICT

Esse índice tem o objetivo de identificar o percentual de produções bibliográficas (artigos, capitulo de livros, livros, resumos simples e completos em evento) com relação ao total de trabalhos produzidos e cadastrados na base de dados dos Programas PIBICT/PIVICT.

Tabela 26: Produtividade bibliográfica

| Produtividade Bibliográfica | 2014-2015 | 2014-2015 | % em relação ao todo |
|---|---|---|---|

| | (IFRJ)[1] | (PIBIC/PIVICT)[2] | |
|---|---|---|---|
| Número de artigos em revistas científicas e tecnológica (publicações NACIONAIS) | 271 | 11 | 4,1 |
| Número de artigos em revistas científicas e tecnológica (publicações INTERNACIONAIS) | 227 | 13 | 5,7 |
| Número de resumos simples publicados em anais de eventos científicos e tecnológicos | 583 | 216 | 37,0 |
| Número de trabalhos completos em anais de eventos científicos e tecnológicos | 273 | 75 | 27,5 |
| Número de livros publicados | 54 | 12 | 22,2 |
| Número de capítulos de livro publicados | 112 | 28 | 25,0 |
| Relatórios/Produção técnica | 832 | 183 | 22,0 |
| Produção cultural e artística | 40 | 9 | 22,5 |
| **TOTAL** | **2392** | **547** | **22,9** |
| % de artigos em função do total de produção | 20,8 | 4,4 | --- |
| % de resumos simples em função do total de produção | 24,4 | 39,5 | -- |
| % de trabalhos completos em função do total de produção | 11,4 | 13,7 | --- |
| % de livros/capítulos em função do total de produção | 6,9 | 7,3 | -- |
| Relação de trabalhos de divulgação científica em eventos (resumos) por total de projetos | ----- | 1,2 | --- |
| Relação de produção bibliográfica (artigos, livros, cap) por total de projetos | ----- | 0,3 | --- |
| Relação da produtividade bibliográfica por total de discentes envolvidos na pesquisa | ----- | 1,44 | --- |

**Fonte**: Sistema Stela (2016)

Na edição 2014-2015 dos editais PIBICT/PIVICT, 247 projetos foram financiados e orientados por 194 pesquisadores do IFRJ gerando uma vasta gama de produções bibliográficas, artísticas e culturais. Esses orientadores, que correspondem a 24,6% de pesquisadores mestres e doutores do IFRJ, foram responsáveis, em conjunto com seus alunos e colaboradores, por 22,9% da produção do instituto. Esse fator multiplicativo inferior a unidade pode ser explicado pela natureza da pesquisa inicial desenvolvida em conjunto com os discentes e pela quantidade de projetos novos em relação as renovações de projetos já em andamento. A partir da tabela 8 pode-se observar que ainda existe uma cultura de apresentação de trabalhos em congressos em detrimento de publicações em revistas científicas.

**<u>Programa de fomenta ao pesquisador (PROCIÊNCIA)</u>**

**Grau de Produtividade Bibliográfica e de Divulgação Científica dos Projetos Aprovados com Prociência**

[1] Fonte: Sistema Stela – Experta.
[2] Fonte: Formulário eletrônico de prestação de contas – PROPPI/IFRJ

Esse índice tem o objetivo de identificar o percentual de produções bibliográficas (artigos, capitulo de livros, livros, resumos simples e completos em evento) com relação ao total de trabalhos produzidos e cadastrados na base de dados do Programa Prociência.

Tabela 27: Produtividade bibliográfica (PROCIÊNCIA)

| **Produtividade Bibliográfica - IFRJ** | **2014-2015 (IFRJ)[3]** | **2014-2015 (PROCIÊNCIA)[4]** | **% em relação ao todo** |
|---|---|---|---|
| Número de artigos em revistas científicas e tecnológica (publicações NACIONAIS) | 271 | 9 | 3,3 |
| Número de artigos em revistas científicas e tecnológica (publicações INTERNACIONAIS) | 227 | 8 | 3,5 |
| Número de resumos simples publicados em anais de eventos científicos e tecnológicos | 583 | 110 | 18,9 |
| Número de trabalhos completos em anais de eventos científicos e tecnológicos | 273 | 49 | 17,9 |
| Número de livros publicados | 54 | 13 | 24,1 |
| Número de capítulos de livro publicados | 112 | 21 | 18,8 |
| Relatórios/Produção técnica | 832 | 173 | 20,8 |
| Produção cultural e artística | 40 | 6 | 15,0 |
| **TOTAL** | **2392** | **389** | **16,3** |
| % de artigos em função do total de produção | 20,8 | 4,3 | --- |
| % de resumos simples em função do total de produção | 24,4 | 28,3 | -- |
| % de trabalhos completos em função do total de produção | 11,4 | 12,6 | --- |
| % de livros/capítulos em função do total de produção | 6,9 | 8,7 | -- |
| Relação de trabalhos de divulgação científica em eventos (resumos) por total de projetos | ----- | 1,3 | --- |
| Relação de produção bibliográfica (artigos, livros, cap) por total de projetos | ----- | 0,5 | --- |

**Fonte**: Sistema Stela – Experta (2016)

A partir da tabela 27 é possível observar que os 84 pesquisadores contemplados no PROCIÊNCIA, que equivalem a 10,6% do total de docentes mestres/doutores do IFRJ, respondem por 16,3% do total de produção bibliográfica do Instituto, demonstrando que os pesquisadores contemplados com o Prociência são os principais responsáveis pela produção bibliográfica do IFRJ. Vale ressaltar que a contabilidade da produção dos pesquisadores do IFRJ leva em consideração um período de tempo superior ao da coleta de dados advindos do formulário eletrônico de prestação de contas do PROCIÊNCIA 2014-2015.

[3] Em 2014-2015, foram pagos 84 projetos, totalizando R$216.000,00
[4] Fonte: Formulário eletrônico de prestação de contas – PROPPI/IFRJ

**Divulgação Científica e Tecnológica – JORNADA INTERNA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (JIT)**

Evento, constitui-se, sobretudo, na apresentação de trabalhos que visem à divulgação de resultados dos projetos de pesquisa aos quais estejam vinculados estudantes dos programas institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT (PIBIC, PIBITI, PIBIC Jr., PIBITI Jr., PIBIC EM, PIVICT, Jovens Talentos FAPERJ e Jovens Talentos CAPES). Foi realizada concomitante ao IV Fórum de Inovação, Tecnologia e Educação (Fórum ITE) pela primeira vez em 2 (dois) dias.

Em 2015 com o apoio da FAPERJ garantimos recursos financeiros (projeto aprovado APQ2 no valor de R$8.000,00 - oito mil reais) para custeio de materiais e prestação de serviços. Adicionalmente, esta PROPPI foi contemplada em edital específico do CNPq com a importância de R$18.520,00 (dezoito mil quinhentos e vinte reais) para o mesmo fim. A IX JIT foi realizada no Campus São Gonçalo.

**Programa Ciência sem Fronteiras (CSF)**

Em 2012, O IFRJ aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) através de assinatura do Termo de Adesão. No ano de 2015 não houve processo de seleção e os alunos que participaram foram aprovados no processo de 2014 viajando no segundo semestre. Como de praxe, todas as inscrições no Programa são avaliadas e homologadas pelo IFRJ e posteriormente pela agência financiadora. Foram encaminhados 4 (quatro) alunos pelo Programa CSF no ano de 2015. A distribuição histórica de alunos por Campus pode ser visualizada na tabela a seguir:

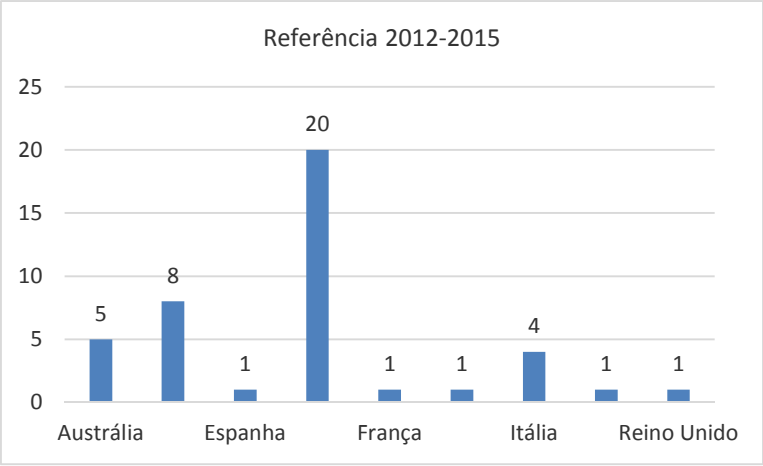
Tabela 28: Quantitativo de alunos que aderiram ao Programa CSF entre 2012–2015

| Campus | Quantidade de alunos |
|---|---|
| Duque de Caxias | 4 |
| Nilópolis | 9 |
| Realengo | 10 |
| Rio de Janeiro | 12 |
| Volta Redonda | 7 |
| **Total** | **42** |

**Fonte**: PROPPI (2016)

No gráfico da figura 2, pode-se visualizar a distribuição de Países que receberam os alunos do IFRJ no período de 2012–2015.

Gráfico 2: Estudantes IFRJ no CSF por país




**Fonte**: PROPPI (2016)

A partir do gráfico 2 conclui-se que os Estados Unidos foi o País que mais recebeu os alunos do IFRJ e que a América do Norte como um todo teve uma ampla vantagem em relação ao continente europeu, recebendo 28 (vinte oito) estudantes ante a 9 (nove) discentes que foram selecionados para estudar na Europa e 5 (cinco) na Austrália.

## Programa Equipar

Desde 2012 o programa Equipar é ofertado anualmente, tendo disponibilizado ao longo de sua existência um montante de R$ 1.134.581,46 e contemplando um total de 22 (vinte e dois) projetos destinados à aquisição de equipamentos para os Campi do IFRJ. Um histórico deste programa pode ser visualizado na tabela e no gráfico a seguir:

Tabela 29: Quantitativo de projetos e de recursos disponibilizados no Programa EQUIPAR entre 2012 –2015

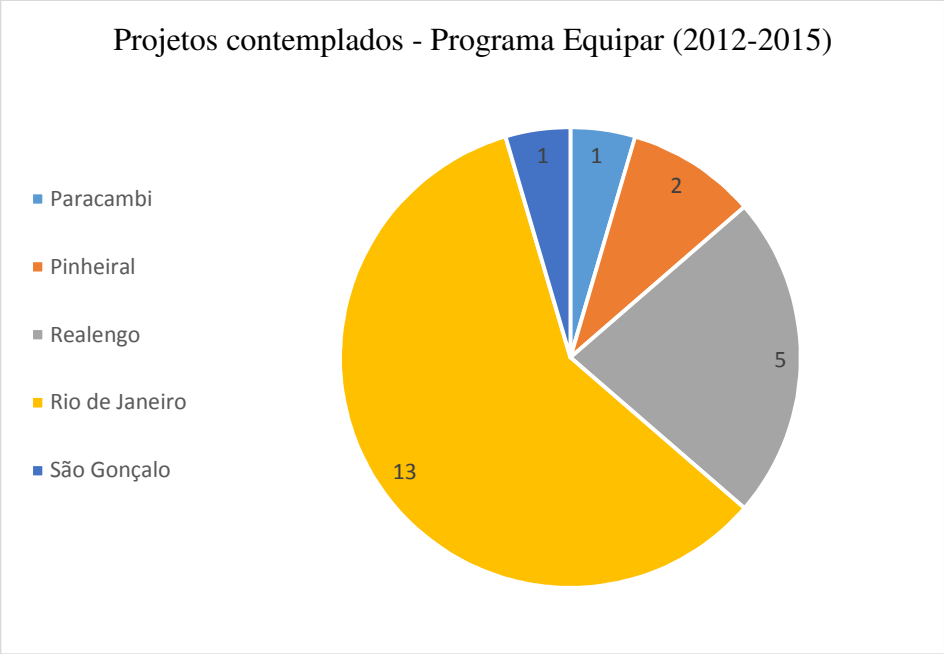
| Ano | Projetos submetidos (S) | Projetos contemplados (C) | Razão S/C | Recurso disponível | Recurso médio por projeto |
|---|---|---|---|---|---|
| 2012[5] | 46 | 9 | 5,1 | R$397.581,46 | R$44.175,72 |
| 2013 | 5 | 5 | 1,0 | R$300.000,00 | R$60.000,00 |
| 2014 | 12 | 6 | 2,0 | R$300.000,00 | R$50.000,00 |
| 2015 | 5 | 2 | 2,5 | R$137.000,00 | R$68.500,00 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

[5] No ano de 2012 foi a única edição onde pesquisadores podiam submeter projetos de maneira individual, daí a distorção na demanda de projetos submetidos.

A partir da tabela 29 é possível concluir que houve uma diminuição no quantitativo de projetos contemplados bem como uma aparente queda na procura pelo programa, vide a relação entre o quantitativo de projetos submetidos em relação aos projetos contemplados. Porém, o valor médio de recurso para cada projeto aumentou na edição de 2015, embora o recurso total disponibilizado neste ano tenha sofrido uma redução considerável. Cabe ressaltar que no edital de 2015 foram oferecidas menos faixas de recurso e as faixas que foram oferecidas eram de alto valor.

Gráfico 3: Distribuição de projetos contemplados por Campus do IFRJ no período de 2012–2015




**Fonte**: PROPPI (2016)

Observando o gráfico 3 observa-se que o Campus Rio de Janeiro foi contemplado em mais da metade dos 22 projetos aprovados no período entre 2012 e 2015 seguido pelo Campus Realengo com 22,7% do total de projetos.

## Programa PROATC

Em sua primeira edição, o programa contemplou 12 (doze) pesquisadores que apresentaram seus trabalhos em reuniões científicas no País tendo suas passagens aéreas/rodoviárias bem como taxas de inscrição limitadas a R$500,00. Foi disponibilizado um montante de R$ 7.239,53 para pagamento de passagens aéreas e R$

3.316,00 para pagamento de taxas de inscrição tendo esses recursos sido provenientes da rubrica de pesquisa aplicada da Instituição.

No Gráfico 4, pode-se visualizar a distribuição de contemplados por Campus:

Gráfico 4: Distribuição de projetos contemplados por Campus do IFRJ no período na edição 2015 do PROATC

**Fonte**: PROPPI (2016)

## Programa PROSPECTAR

Em sua primeira edição, o programa contemplou 4 (quatro) pesquisadores que estão realizando suas pesquisas de prospecção nas áreas do Grupo 1 (Economia Criativa, Tecnologias Sociais, Ensino de Ciências), Grupo 2 (Saúde, Biotecnologia) e Grupo 3 (Química Aplicada/Industrial, Química de Produtos Naturais, Ciência de Alimentos). Foram disponibilizados R$18.000,00 para este programa que se estende no ano corrente com recurso já empenhado no ano de 2015.

## Revistas Científicas

Atualmente o IFRJ possui duas revistas científicas: Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia - ISSN: 1984-5693 e Revista Ciências&Ideias - ISSN: 2176-1477. A revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia foi avaliada pelo sistema Qualis-Capes-MEC com nota B1 em 2013, que significou uma melhora substancial desde a última

avaliação, B4, na sua qualificação. E a Ciências & Ideias com nota B3, que também significou uma melhora substancial desde a última avaliação, B5, na sua qualificação.

**Pós-graduação**

A gestão da pós-graduação compreende a supervisão, acompanhamento, avaliação e orientação aos cursos de Lato e Stricto sensu, aprovados pelo Conselho Superior para o funcionamento nos Campi do IFRJ. O IFRJ oferece atualmente à comunidade nove cursos de especialização (Lato sensu) e quatro cursos de mestrado (Stricto sensu). O Curso de Especialização em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras foi aprovado pelo CONSUP em setembro de 2015 e iniciará suas atividades no primeiro semestre de 2016, sendo ofertado no Campus Arraial do Cabo. Na tabela 30 a seguir são demonstrados os cursos distinguindo seus campi de funcionamento.

Tabela 30: Lista de cursos de Pós-graduação oferecidos pelo IFRJ

| Curso | Campus | Modalidade |
|---|---|---|
| Especialização em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras | Arraial do Cabo | *Lato Sensu* |
| Especialização em Educação de Jovens e Adultos – EJA | Nilópolis | *Lato Sensu* |
| Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (LACE) | Nilópolis | *Lato Sensu* |
| Especialização em Gestão Ambiental | Nilópolis | *Lato Sensu* |
| Mestrado Profissional em Ensino de Ciências | Nilópolis | *Stricto Sensu* |
| Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências | Nilópolis | *Stricto Sensu* |
| Especialização em Educação e Divulgação Científica | Mesquita | *Lato Sensu* |
| Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos | Rio de Janeiro | *Stricto Sensu* |
| Mestrado e Doutorado Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular | Rio de Janeiro | *Stricto Sensu* |
| Especialização em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química | Rio de Janeiro | *Lato Sensu* |
| Especialização em Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional | Rio de Janeiro | *Lato Sensu* |
| Especialização em Ensino de Ciências e Matemática | Volta Redonda | *Lato Sensu* |
| Especialização Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras | São Gonçalo | *Lato Sensu* |

**Fonte**: PROPPI (2016)

**Supervisão, avaliação e indicadores de desempenho**

**Avaliação interna dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu**

A consolidação dos resultados relacionada à avaliação do ano de 2015 está sendo realizada e em maio de 2016 serão apresentados estes dados aos coordenadores dos cursos de pós-graduação com o intuito de serem informados sobre o andamento geral de cada curso e com isso, tem-se a possibilidade de ser avaliado qual parâmetro precisa ser melhorado. Estes resultados nos indicam a qualidade dos cursos e fornecem informações que poderão ser utilizadas para a avaliação e acompanhamento pelo MEC, uma vez que a partir de 2014, todos os cursos de especialização foram cadastrados através do Cadastro Nacional de Cursos de Especialização (e-Mec). A tabela 31 apresenta um resultado prévio e estão indicados o número de questionários respondidos.

Tabela 31**:** Retorno das avaliações realizadas por curso

| Curso | Campus | Egressos | Discentes | Docentes | Secretaria | Coordenador |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Especialização em Educação de Jovens e Adultos | Nilópolis | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação | Nilópolis | 1 | 4 | 1 | 1 | 0 |
| Especialização em Gestão Ambiental | Nilópolis | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Mestrado Profissional em Ensino de Ciências | Nilópolis | 3 | 11 | 4 | 1 | 0 |
| Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências | Nilópolis | 0 | 5 | 3 | 1 | 1 |
| Especialização em Educação e Divulgação Científica | Mesquita | 3 | 2 | 2 | 1 | 0 |
| Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos | Rio de Janeiro | 6 | 7 | 7 | 0 | 0 |
| Mestrado Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular | Rio de Janeiro | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Especialização em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química | Rio de Janeiro | 4 | 8 | 10 | 0 | 1 |
| Especialização em Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional | Rio de Janeiro | 3 | 12 | 6 | 0 | 1 |
| Especialização em Ensino de Ciências e Matemática | Volta Redonda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Especialização Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras | São Gonçalo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

De acordo com os formulários respondidos pelos egressos, discentes, docentes, secretários de pós-graduação e coordenadores, está relacionado abaixo, de maneira global, os gráficos dos principais questionamentos realizados.

Sobre os egressos, cada questão poderá receber uma nota de 0 a 5, onde cada nota representa o seguinte conceito:

0: Não sabe avaliar ou não se aplica.

1: Muito insatisfeito.

2: Insatisfeito.

3: Neutro.

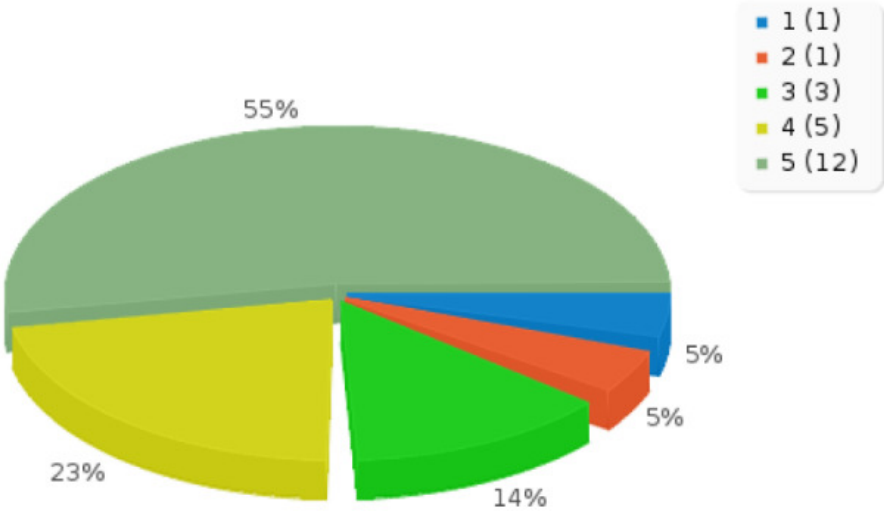
4: Satisfeito.

5: Muito satisfeito.

Foram destacados os seguintes questionamentos:

- Os questionamentos formulados pelos professores focalizaram, estimularam e desencadearam novas ideias?

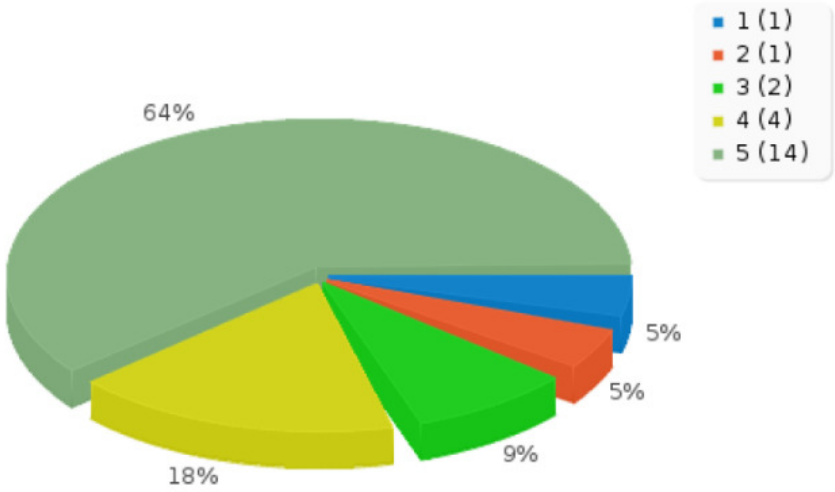
Gráfico 5: Os alunos se sentiram motivados pelos professores




**Fonte**: PROPPI (2016)

- Os professores demonstraram domínio em relação aos assuntos abordados?

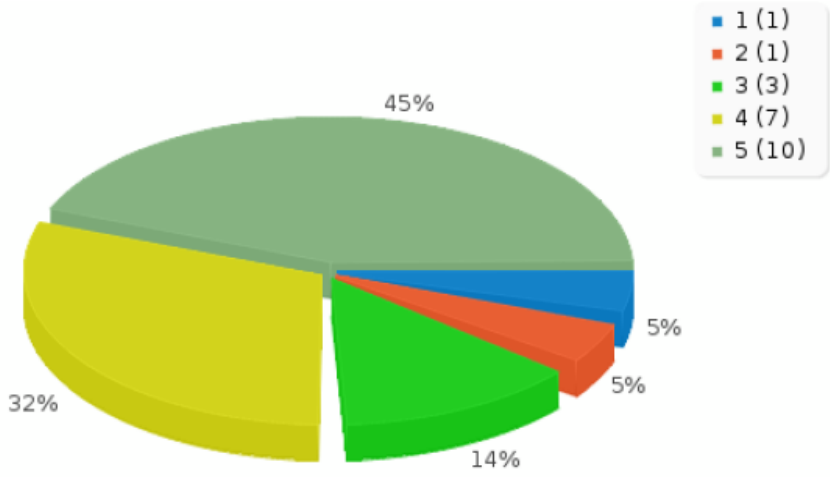
Gráfico 6: Domínio dos professores em relação aos assuntos abordados




**Fonte**: PROPPI (2016)

- Do ponto de vista global, qual nota você atribui ao curso?

Gráfico 7: Satisfação dos alunos em relação ao curso

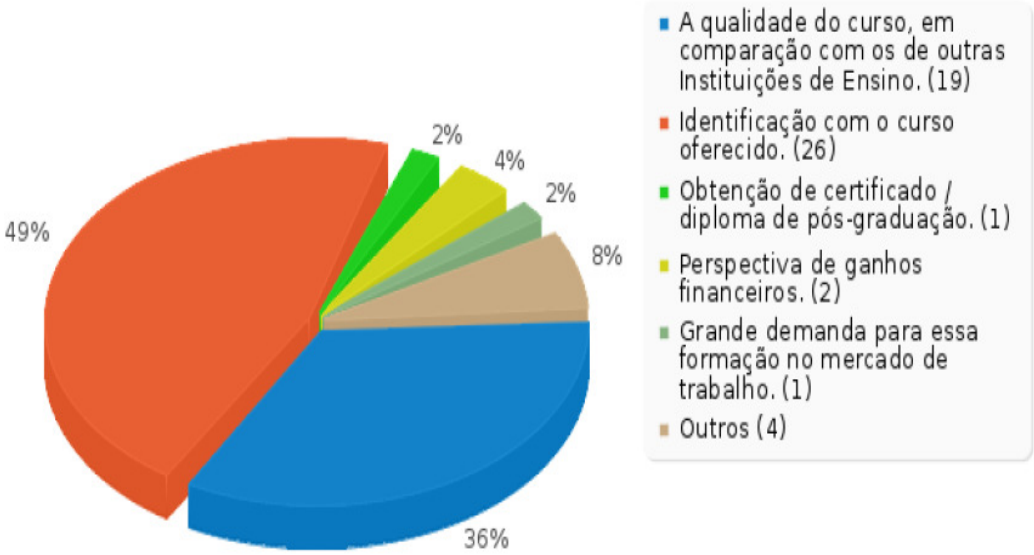



**Fonte**: PROPPI (2016)

Sobre os discentes, destacamos os seguintes questionamentos:

- Motivo da escolha do IFRJ para formação em nível de pós-graduação

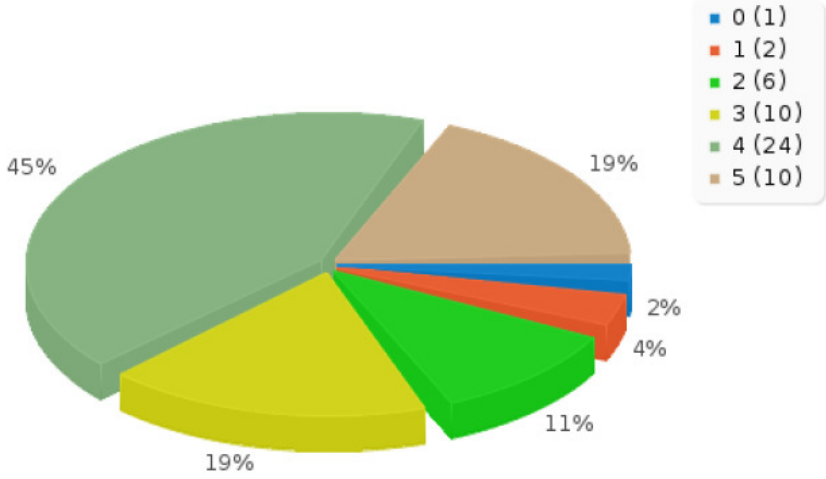
Gráfico 8: Por que escolheu uma Pós-graduação no IFRJ




**Fonte**: PROPPI (2016)

- A Home Page do curso possui todas as informações necessárias ao corpo discente?

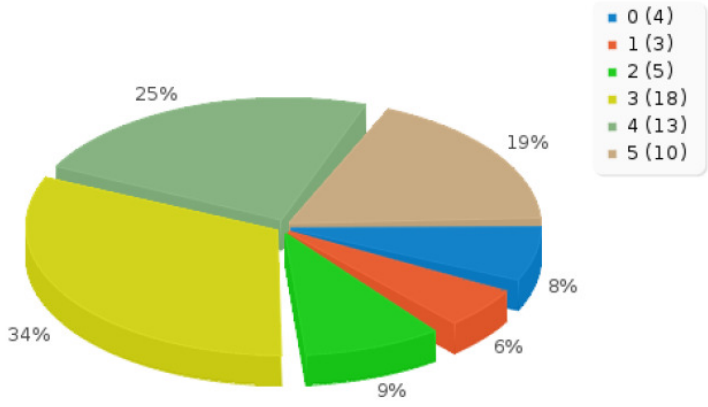
Gráfico 9: Encontra a informação necessária na *home page* do curso




**Fonte**: PROPPI (2016)

- Qual sua avaliação da biblioteca, levando em consideração o seu acervo?

Gráfico 10: Grau de satisfação com o acervo da biblioteca

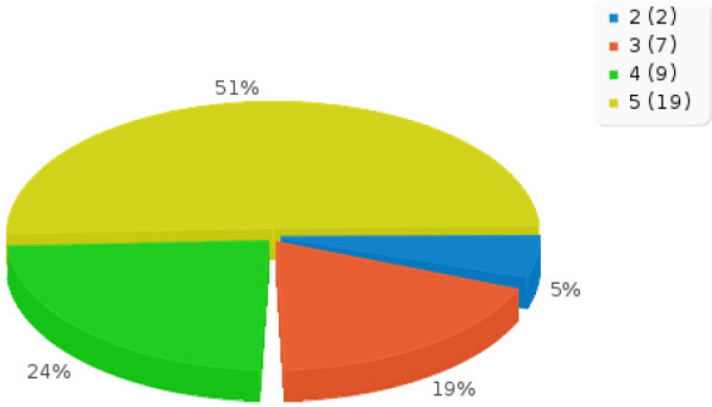



**Fonte**: PROPPI (2016)

Sobre os docentes, destacamos os seguintes questionamentos:

- O Programa/Curso reflete e avalia a relevância e a pertinência do currículo e seu vínculo em relação à pesquisa, aos impactos na instituição e na comunidade do entorno?

Gráfico 11: Grau de relevância e pertinência do currículo

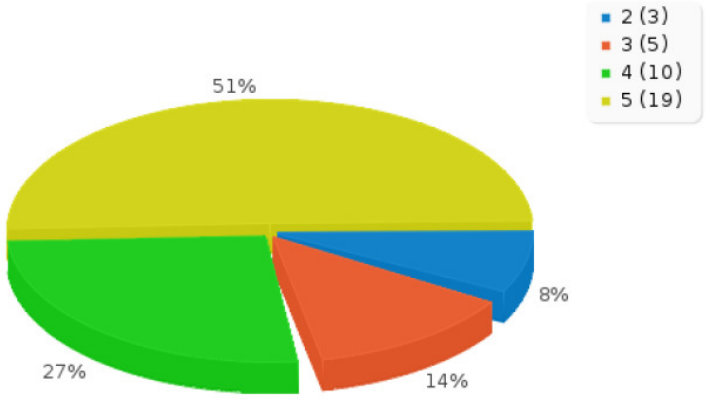



**Fonte**: PROPPI (2016)

- Existe um sistema de comunicação que possibilite a disseminação das informações sobre o Programa/Curso, isso é, a comunicação entre

docente/alunos, docente/secretaria e docente/coordenação oferece suporte necessário a execução das atividades?

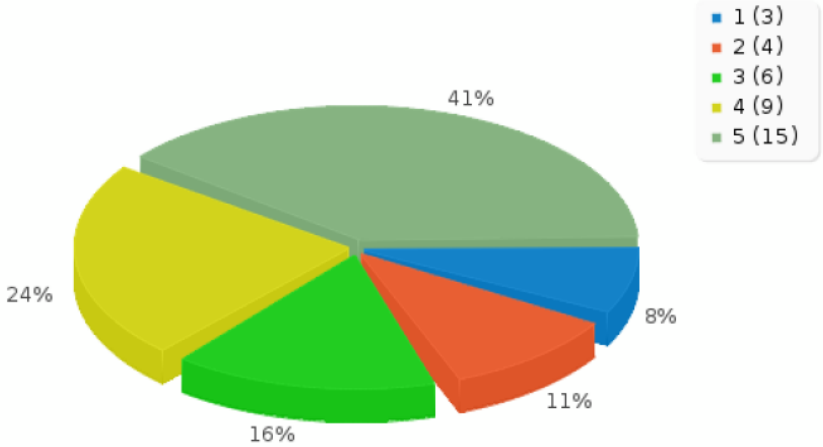
Gráfico 12: Grau de satisfação com sistema de comunicação




**Fonte**: PROPPI (2016)

- O Programa/Curso demonstra iniciativa para estabelecer parcerias, através de convênios e acordos buscando fomento em órgãos de apoio e financiamento e/ou setores produtivos para o desenvolvimento do ensino/pesquisa voltada para a comunidade?

Gráfico 13: Grau de satisfação em relação aos convênios, acordos e parcerias para financiamento do desenvolvimento do ensino/pesquisa




**Fonte**: PROPPI (2016)

**Políticas de Acesso**

A política de acesso para todos os cursos de pós-graduação envolve um concurso público, com lançamento de edital público. O oferecimento de vagas leva em consideração a capacidade do corpo docente em orientar os estudantes e o número de aula/semana. Esta relação está em consonância com o Termo de Metas SETEC/MEC – IFRJ, assinado em 2010. Neste exercício consolidou-se a normatização dos editais de acesso aos cursos, levando-se em consideração a especificidade de cada curso. Os dados informados abaixo com relação aos indicadores e número de vagas oferecidas pela PROPPI nos cursos de Pós-Graduação são finais.

Tabela 32: Número de vagas dos cursos de pós-graduação nos editais

| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – VAGAS OFERECIDAS EM EDITAIS PÚBLICOS | | | |
|---|---|---|---|
| **Campus Nilópolis** | **2013** | **2014** | **2015** |
| Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação | 15 | 15 | 15 |
| Especialização em Educação de Jovens e Adultos – EJA | 15 | 15 | 15 |
| Especialização em Gestão Ambiental | 15 | 10 | 10 |
| Mestrado Profissional em Ensino de Ciências | 10 | 15 | 12 |
| Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências | 10 | 12 | 10 |
| **Campus Rio de Janeiro** | | | |
| Especialização em Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional | 20 | 15 | 15 |
| Especialização em Ensino de Ciências | 15 | 15 | 15 |
| Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia dos Alimentos | 10 | 13 | 13 |
| Mestrado Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular | 0 | 10 | 9 |
| **Campus Volta Redonda** | | | |
| Especialização em Ensino de Ciências e Matemática | 15 | 15 | 15 |
| **Campus São Gonçalo** | | | |
| Especialização Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileira | 18 | 20 | 20 |
| **Campus Mesquita** | | | |
| Especialização em Ensino e Divulgação Científica | 10 | 10 | 21 |
| **Campus Arraial do Cabo** | | | |
| Especialização em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras | -- | -- | 25 |
| **Total de vagas para a Pós-graduação** | 143 | 165 | 195 |

**Fonte**: PROPPI (2016).

## Políticas de permanência

A política de permanência nos cursos de pós-graduação ocorre através de disciplinas de controles de permanência e de acompanhamento do projeto do estudante. Cada aluno, semestralmente, apresenta uma discussão sobre o andamento da redação do trabalho de conclusão de curso (TCC) e dissertação de mestrado. Desta forma, o discente

é permanentemente estimulado a finalizar o curso e o controle de sucesso do projeto é acompanhado pelo orientador e fiscalizado pelo Coordenador de curso e pela PROPPI.

Em 2015, a partir da atualização do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, espera-se que até o final do ano de 2016 todos os cursos de pós-graduação tenham as suas Normas de Credenciamento e Descredenciamento de Docentes assim como a forma de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidas pelos seus Colegiados para aprovação no CAPOG.

Neste mesmo ano, a PROPPI também participou de um grupo de trabalho (GT) para Diagnóstico e Enfrentamento da Evasão no Âmbito do IFRJ que teve como objetivo principal realizar um diagnóstico sobre a temática da "Evasão no IFRJ", na perspectiva de suscitar políticas institucionais, de modo a enfrentar esse problema que atinge os diferentes níveis e modalidades de ensino, a fim de diminuir os índices de evasão institucional e promover a necessidade de tornar público os dados acadêmicos à comunidade, para consulta e pesquisa. Após o término deste GT, um represente de cada Pró-Reitoria de Ensino e de Extensão (PROPPI, PROGRAD, PROET e PROEX) e das Direções de Ensino dos Campi, além de um representante da Diretoria de Pesquisa Institucional, estão participando atualmente da Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos estudantes da rede federal para traçar políticas de permanência do aluno no IFRJ nas diferentes modalidades de ensino.

**Principais parceiros**

A Capes, além de supervisionar o funcionamento dos cursos, estimula os programas de pós-graduação stricto sensu a partir da concessão de bolsas do Programa de Demanda Social (DS), que tem como objetivo oferecer bolsa de estudos para o pós-graduando, garantindo ao programa condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. Neste ano de 2014, foram concedidas duas bolsas ao Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências (PROPEC/MA). Um outro programa, também financiado pela Capes, o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) concedeu uma bolsa PNPD ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (PROPEC/MP). Neste sentido, verifica-se o amadurecimento do Curso em questão, uma vez que obtiveram bolsas a partir do aumento do conceito do Curso, que passou pela avaliação na última trienal com conceito 4 na Capes em 2013.

A Embrapa Agroindústria de Alimentos permanece como parceira em associação permanente no Curso de Mestrado profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PCTA), no campus Rio de Janeiro. Seus funcionários atuam como professores e pesquisadores do curso, além de seção de espaço físico para a realização de aulas e orientação dos alunos do curso. A partir da demanda de um projeto de pesquisa do Curso, foi realizado um convênio com a empresa BENERA para a utilização de insumos para o desenvolvimento de dissertações de alunos do curso.

## Envolvimento dos docentes na Pós-graduação

Tabela 33: Número de docentes envolvidos na Pós-graduação nos últimos quatro anos

| **DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* E *STRICTO SENSU*** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| *Campus Nilópolis* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | 33 | 39 | 52 | 52 |
| *Campus Rio de Janeiro* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | 30 | 35 | 35 | 38 |
| *Campus Paracambi* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | - | 0 | 1 | 1 |
| *Campus Realengo* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | - | 1 | 1 | 1 |
| *Campus Duque de Caxias* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | 1 | 3 | 3 | 3 |
| *Campus Mesquita* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | - | 5 | 5 | 7 |
| *Campus Arraial do Cabo* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | | 0 | 3 | 3 |
| *Campus Volta Redonda* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | - | 15 | 15 | 17 |
| *Campus São Gonçalo* | | | | |
| Docentes envolvidos na PG | - | 11 | 7 | 11 |
| **Total de docentes envolvidos com cursos de pós-graduação** | 96 | 112 | 130 | 150 |
| **Docentes em exercício** | 744 | 744 | 863 | 902 |
| **Envolvimento Docente com a Pós-Graduação (EDPG)** | 12,90 | 15,05 | 15,06 | 16,63 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

## Inovação

A gestão da Inovação compete apoiar e assessorar o IFRJ na interação com a sociedade, promovendo a Inovação, o empreendedorismo e a transferência do conhecimento e das tecnologias para o setor produtivo nacional ou internacional.

## Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT-IFRJ)

Seu objetivo geral é o de gerir a política institucional de Inovação do IFRJ, de acordo com o artigo 16 da Lei de Inovação (Lei 10.973 de 02/12/2004), regulamentada pelo Decreto nº 5.563 de 11/10/2005. Foi efetivamente implantado em 2015.

## Depósitos de patentes

No âmbito da inovação as pesquisas desenvolvidas no IFRJ colaboraram para os seguintes depósitos de patentes e convênios firmados:

Tabela 34: Patentes depositadas

| Patente | Pesquisador responsável | Título |
|---|---|---|
| 01 | Adriano Gomes da Cruz (Campus Rio de Janeiro) | Processo para preparação de requeijão cremoso reduzido de sódio adicionado de *lactobacillus acidophilus* microencapsulado por *spray-chilling* e requeijão cremoso |

**Fonte**: PROPPI (2016)

## Convênios com empresas e instituições

A PROPPI busca a integração de diferentes níveis de ensino e o estímulo de nossos estudantes na interação com empresas, com foco na inovação.

Tabela 35: Relação de convênios firmados pelo IFRJ e empresas parceiras

| Convênio | Empresa | Pesquisador responsável | Área do conhecimento | Ano |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) | João Gilberto da Silva Carvalho (Arraial do Cabo) | Ciências Ambientais | 2015 |
| 02 | Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira IEAPM | João Gilberto da Silva Carvalho (Arraial do Cabo) | Ciências Ambientais | 2015 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 03 | Instituto de Pesquisa Jardim Botânico (JBRJ) | João Gilberto da Silva Carvalho (Arraial do Cabo) | Ciências Ambientais | 2015 |
| 04 | Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) | Aline dos Santos Garcia Gomes (Rio de Janeiro) | Microbiologia | 2015 |
| 05 | Centro de Investigaciones en Antropología Filosófica y Cultural (CIAFIC) | Alcina Maria Testa Braz da Silva (Nilópolis) | Educação | 2015 |
| 06 | Universidade Federal Fluminense (UFF) | Paulo Roberto de Assis Passos | Ensino de Ciências e Tecnologia de Alimentos | 2015 |

**Fonte**: PROPPI (2016)

## Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quadro 21: Plano de metas

| METAS | EXECUÇÃO |
|---|---|
| Padronizar e integrar o sistema de gestão acadêmica | • Foram disponibilizados formulários digitais para serem respondidos pela secretaria, coordenação, alunos egressos, alunos ativos e docentes, além do relatório de gestão dos cursos.<br>• Está sendo implantado o sistema de gestão integrado, e as informações referentes a graduação e a pós-graduação serão as primeiras a serem inseridas, com previsão para o segundo semestre de 2016. |
| Disseminar a cultura de avaliação dos cursos tendo como padrão o modelo da Capes | |
| Desenvolver e aprimorar um sistema integrado de controle e avaliação dos cursos | |
| Ampliar o acesso remoto do sistema acadêmico para os cursos de Pós-graduação | |
| Ampliar o acervo das bibliotecas | • Todos os campi estão interligados ao Portal de Periódicos da Capes, e os pesquisadores conseguem acessar o portal de casa, não sendo o acesso restrito apenas através dos computadores do IFRJ.<br>• Lançado edital interno Equipar para aquisição de equipamentos.<br>• Lançado do edital interno Publique, que objetiva a divulgação de trabalhos científicos para o exterior.<br>• Lançado do edital interno Prospectar, que objetiva contribuir para o desenvolvimento de estudos |
| Ampliar o acesso às bibliotecas | |
| Disponibilizar o acesso remoto às bases de dados da biblioteca | |
| Expandir e aprimorar os ambientes tecnológicos | |
| Qualificar servidores: docentes e técnicos administrativos | |
| Estimular as interações interinstitucionais | |
| Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica | |

| | |
|---|---|
| Desenvolver uma metodologia de prospecção do arranjo produtivo local, para aproximar a pesquisa do IFRJ às demandas locais e possibilitar transferência de tecnologia e geração de inovação. | de prospecção tecnológica no IFRJ e à transferência de tecnologias inovadoras, geradas a partir desta, para o setor produtivo no entorno dos *campi*.<br>• Lançado do edital interno PROATC, que objetiva auxiliar pesquisadores a custear taxas de inscrição em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais que ocorram em território nacional, bem como passagens aéreas.<br>• A PROPPI adquiriu o sistema Stela Experta, que permite localizar a produção bibliográfica, técnica, artística, projetos, orientações e demais trabalhos registrados pelas pessoas que atuam na sua instituição usando uma busca por termos e/ou filtros de pesquisa, que podem incluir informações do autor fornecidas pela própria instituição, como lotação institucional, curso de atuação na graduação/pós-graduação, titulação máxima reconhecida, enquadramento e vínculo institucional, bem como tipo, ano da produção, área do conhecimento, entre outros. |
| Criar bolsas de pesquisa para alunos de pós-graduação | |
| Incentivar a participação dos discentes nas ações de pesquisa e extensão | |
| Implementar projetos conjuntos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica | |
| Estimular a criação e a participação do corpo discente e docente em empresas juniores | |
| Mapear quali-quantitativamente as pesquisas; | |
| Elaborar, testar, aprimorar e promover o uso dos indicadores; | • Estão sendo revisados os regulamentos de lato e stricto sensu, e posteriormente serão submetidos para aprovação no CAPOG.<br>• Após a consolidação dos formulários de avaliação e gestão, serão propostos indicadores para serem divulgados e testados em 2016. |
| Mapear os processos administrativos e pedagógicos da pós-graduação | |
| Aprimorar a gestão dos cursos | |
| Incentivar a elaboração de projetos para atendimento a Editais para captação de fomento | • Onze projetos foram aprovados no edital CNPq nº17/2014 |
| Normatizar orientações para abertura de novos cursos | • Foi proposto um calendário e para abertura de cursos novos. |
| Levantar as demandas locais e as condições operacionais de cada Campus | Em processo |
| Estimular a realização de acordos de cooperação técnica com ICTs | • Foram fechados convênios com: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira IEAPM e Insituto de Pesquisa Jardim Botânico (JBRJ) para |

| | |
|---|---|
| | funcionamento do curso de especialização em Arraial do Cabo;<br>• Centro de Investigaciones en Antropología Filosófica y Cultural (CIAFIC) para o curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências;<br>• Universidade Federal Fluminense (UFF) para os mestrados profissionais Ensino de Ciências e Tecnologia de Alimentos. |
| Incentivar a abertura de cursos em rede com outras ICTs | O IFRJ em parceria com outras instituições participou da submissão de duas APCN para cursos de mestrado profissional, PROFENSINO e PROFEPT. Nesse momento estamos aguardando a resposta da CAPES. |
| Rever o Plano de Qualificação Existente | • Esta etapa será realizada a partir de 2016, envolvendo a comunidade para uma discussão mais ampla da política de qualificação do IFRJ.<br>• Estamos acompanhando os editais de Minter e Dinter da CAPES, avaliando nossas possibilidades de atuação e participação.<br>• Foi criado um grupo de trabalho para construir um curso de capacitação docente em licenciatura.<br>• O curso de SGI será oferecido para servidores do IFRJ e da UFRJ. |
| Prospectar a demanda para oferta de cursos de qualificação | |
| Estabelecer parcerias com ICTs para ofertas de cursos de qualificação | |
| Organizar e coordenar o processo seletivo para as ofertas de qualificação | |
| Definir procedimentos para acompanhamento do processo de qualificação institucional e de sua avaliação. | |

**Fonte**: PROPPI (2016)

## 4.18 INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO - PINMG E SOBRE O PLANO DE EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO – PEX

Não se aplica ao IFRJ

## 4.20 INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.21 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFI NOS POSTOS DIPLOMÁTICOS

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.22 INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE REFORMA CONSULAR

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.23 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO - PQN

A instituição implementou ações relacionadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades do PRONATEC no IFRJ, no ano de 2015, foram ofertadas 800 vagas, como segue:

Quadro 22: Ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação

| CAMPUS | UNIDADES REMOTAS DO CAMPUS | CURSOS | VAGAS |
|---|---|---|---|
| ARRAIAL DO CABO | PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA | -ARTESÃO EM BORDADO À MÃO<br>-PREPARADOR DE PESCADO | 60 |
| NILÓPOLIS | -SECRATARIA MUNICIPAL DE CULTURA<br><br>-SEMAS DE NOVA IGUAÇU | - AGENTE CULTURAL<br><br>-PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN<br><br>-ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO<br>-RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM | 80 |
| RIO DE JANEIRO | - GUARDA MUNIPIPAL<br><br>- POLÍCIA FEDERAL<br><br>- POLÍCIA CIVIL<br><br>-SECRETARIA DE SEGURANÇA | - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS<br><br>- FRANCÊS BÁSICO<br><br>-INGLÊS BÁSICO<br><br>-ESPANHOL BÁSICO | 400 |
| RESENDE | | -CUIDADOR DE IDOSOS<br><br>-CUIDADOR INFANTIL | 40 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| BELFOD ROXO | -CRUZ VERMELHA DO BRASIL | -PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS E CULTURA BRASILEIRA<br><br>-FIGURINISTA | 220 |
| NITEROI | | - AGENTE CULTURAL<br><br>-COSTUREIRO DE MÁQUINA DE OVERLOQUE E RETA<br><br>-OPERADOR DE BENEFICIAMENTO EM PESCADO | 60 |
| **TOTAL** | | | **860 VAGAS** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Dificuldades encontradas:

No ano de 2015 só houve 01 pactuação (2015.2), iniciada tardiamente, o que resultou em um início tardio das turmas, fazendo com que muitos alunos desistissem da matrícula.

Houve Pactuação de 1.000 vagas para a Polícia Militar, entretanto houve dificuldade na seleção de bolsistas por conta do atraso da pactuação e consequente atraso no início dos cursos.

## 4.24 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.25 ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO APROVADO PARA O OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.26 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.27 ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANP

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.28 INFORMAÇÕES SOBRE OS RESSARCIMENTOS PELOS PLANOS DE SAÚDE AO SUS

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.29 ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANATEL

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.30 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A participação em programas de fomento à graduação é incentivada por meio de sensibilização e chamada através de editais internos com ampla divulgação para a comunidade acadêmica. A seguir são elencados os Programas financiados com recursos externos:

**PIBID**

Por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido em parceria com a CAPES, os cursos de licenciatura recebem fomento para desenvolver projetos em escolas públicas, com vistas à elevação da qualidade do ensino de Ciências Exatas e Naturais. Os projetos envolvem pesquisa, ensino e extensão contando com a participação de docentes e discentes dos cursos de Licenciatura (Física, Matemática e Química), docentes da rede pública (Estadual e Municipais) e estudantes da Educação Básica. O PIBID/IFRJ foi implementado em 2007 quando o primeiro projeto institucional foi aprovado, contemplando unicamente os cursos de licenciatura do *campus* Nilópolis. Atualmente o Programa contempla todos os cursos de licenciatura do IFRJ

(Nilópolis, Volta Redonda, Duque de Caxias e Paracambi), concedendo aproximadamente 200 bolsas.

**PET SAÚDE**

O Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET Saúde – IFRJ) iniciou suas atividades em 2012, com 02 (dois) projetos articulados ao Programa Nacional de Reorientação da Formação de Profissionais da Saúde (PRO-SAÙDE). Em 2013, 02 (dois) novos projetos foram aprovados, vinculados aos cursos da área de Ciências da Saúde do *campus* Realengo. O PET Saúde é desenvolvido em articulação com o Ministério da Educação (MEC). Ministério da Saúde (MS), Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ), com ações de intervenção supervisionada em Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial. O PET Saúde – IFRJ envolve aproximadamente 65 (sessenta e cinco) docentes e discentes dos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e, profissionais supervisores da própria Rede Pública de Saúde onde as atividades ocorrem, em sua maioria bolsistas. O Edital de 2012 era válido até 2015, como não houve publicação pelo MS de Edital para continuidade, o Programa teve as suas atividades encerradas em 2015.

**PET**

O Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido em parceria com o MEC, foi implementado no IFRJ em 2011, contando com 03 (três) projetos em distintas áreas do conhecimento: sexualidade humana, produção cultural, nanociência e nanotecnologia. O programa é desenvolvido em 03 (três) *campi* contemplando 36 discentes. O PET é um programa com forte interação com a comunidade externa e vasta produção científica.

**PBP**

O Programa Bolsa Permanência-PBP é voltado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. O PBP é um Programa do governo federal que concede uma bolsa de R$400,00 a estudantes de cursos com a carga horária diária de até 5h e que comprovem por meio da documentação exigida, que necessitam do auxílio. Os cursos do IFRJ contemplados neste Programa são: Bacharelado em Farmácia, Terapia Ocupacional e Ciências Biológicas. Atualmente, 122 estudantes são beneficiados pelo PBP.

**CSF**

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) visa propiciar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores instituições de ensino e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimulando estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, inclusive com a expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos. O Programa é uma iniciativa partilhada entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Em 2015 não houve seleção para participação no Programa. No período de 2012 a 2015 houve a participação de 42 graduandos do IFRJ no CSF.

**Programa Jovens Talentos para Ciência**

O programa de incentivo à iniciação científica, Jovens Talentos para a Ciência, é destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico. Em 2015, apenas 01 estudante do IFRJ foi selecionado para participar do Programa.

Os programas de fomento para o desenvolvimento da graduação são acompanhados por comitês locais, como a Comissão de Acompanhamento do PIBID IFRJ (CAP), Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do PET (CLAA PET) e a Comissão de Gestão e Acompanhamento Local dos Grupos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (CoGAL).

**Programa de Formação de Recursos Humanos Petrobras (PFRH)**

O programa visa fomentar a formação dos alunos dos cursos técnicos, estimular seu desempenho, contribuir para a redução da evasão escolar e despertar o interesse da mão de obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão. O projeto tem como objetivo viabilizar atividades de aprimoramento contínuo e atualização de professores e alunos, fortalecer o intercâmbio e o compartilhamento de conhecimentos entre instituições de ensino e a indústria do setor, além de melhorar ambientes tecnológicos através de investimento em infraestrutura. O financiamento desses itens feito através da oferta de

bolsas de estudo e taxa de bancada objetiva subsidiar a realização do projeto a ser utilizado na compra de equipamentos, material permanente e de consumo, participação em eventos, entre outros.

A execução do programa acontece através de dois convênios, denominados PFRH1 (nº 6000.0071525.11.4), com período de vigência entre dezembro de 2011 e dezembro de 2015, e PFRH2 (nº 6000.0081887.13.4), com período de vigência entre março de 2013 e dezembro de 2016. A gestão do programa é feita pelo Comitê Gestor, enquanto que a operacionalização de tais decisões é executada pelos coordenadores do Programa. O Comitê Gestor de cada convênio é composto por um representante da Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico, um representante da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, um representante da Pró-reitoria de Extensão, um representante da Pró-reitoria de Administração e os dois coordenadores. Segundo convênios assinados, as principais responsabilidades da Petrobras são: o repasse das parcelas de desembolso financeiro, o acompanhamento da avaliação dos cursos contemplados, o controle de atividades por meio de indicadores e a participação anual na Feira de Ciência e Tecnologia. Já, as principais responsabilidades do IFRJ são: o encaminhamento de relatórios semestrais e financeiros dos alunos bolsistas, documentos relacionados a estudos realizados pelos bolsistas, realização anual de Feira de Ciência e Tecnologia, a administração da taxa de bancada e o repasse de recursos das bolsas aos alunos. Nesse sentido, a principal contrapartida do IFRJ em relação ao convênio, é a oferta de estrutura administrativa e acompanhamento pedagógico (por parte dos coordenadores). Cabe destacar que o não funcionamento de uma fundação própria, bem como a inexistência de estrutura administrativa organizada para a implementação e desenvolvimento de ações do programa tem sido agente dificultador para a execução de todas as atividades de forma plena. Uma forma de contornar tal situação foi a absorção de tarefas administrativas pelos professores coordenadores dos convênios e, em 2015, a contratação de dois estagiários para auxiliar nas tarefas.

São atendidos pelo programa  cursos de oito *Campi* do IFRJ, sendo: **Campus Arraial do Cabo** (Meio Ambiente), **Campus Duque de Caxias** (Plásticos na forma concomitante, Petróleo e Gás nas formas integrada e concomitante, Segurança do Trabalho, Química), **Campus Rio de Janeiro** (Biotecnologia**,** Meio Ambiente, Química nas formas integrada e concomitante), **Campus Paracambi** (Eletrotécnica, Mecânica), **Campus Nilópolis** (Controle Ambiental, Química), **Campus Nilo-Peçanha/Pinheiral**

(Meio Ambiente), **Campus Volta Redonda** (Metrologia, Automação Industrial, Eletrotécnica), **Campus São Gonçalo** (Segurança do Trabalho, Química).

A utilização de taxa de bancada para aquisição de equipamentos e custeio em participação de estudantes bolsistas e professores orientadores em eventos científicos é executada mediante autorização prévia da Petrobras, a partir de solicitação encaminhada pelos coordenadores do programa. A aquisição dos itens solicitados segue todos os trâmites internos da instituição incluindo, quando é o caso, licitações. Cada processo de aquisição é aberto e conduzido pelos campi aos quais os bolsistas e/ou orientadores pertencem, com exceção do Campus Arraial do Cabo, que, por não possuir um setor de compras estruturado à época, teve suas compras processadas pelo Campus Reitoria.

Internamente, assim como demais convênios, o PFRH é auditado pelo setor de Auditoria Interna do IFRJ e pelo setor de Auditoria da Petrobras. Durante o ano de 2015 a Petrobras realizou visita a quatro campi para verificar itens adquiridos com recursos do convênio PFRH1 (nº 6000.0071525.11.4). Em relação a Auditoria Interna foram realizadas visitas em dois campi, como consta no Relatório de Auditoria Interna n° 05/2015/AUDIN/IFRJ entregue ao Gabinete da Reitoria.

Durante o ano de 2015, os dois convênios juntos financiaram bolsas para até oitocentos alunos, trabalhando em diversos projetos de ensino, extensão e pesquisa. Parte do recurso para taxa de bancada foi utilizado na estruturação dos laboratórios a fim de subsidiar os vários projetos em andamento. Em 2015 foram desenvolvidas ações de consolidação do programa e encerradas as atividades do PFRH1, restando ainda, por parte dos coordenadores, o acompanhamento, elaboração de relatório de prestação de contas e atendimento às solicitações feitas pela Petrobras. Ainda durante o ano de 2015 foram entregues a Petrobras o segundo relatório de prestação de contas do PFRH1 (período compreendido: 02/03/2013 a 01/04/2014) e o primeiro relatório de prestação de contas do PFRH2 (01/03/2014 a 31/08/2014), com posterior liberação da segunda parcela de recursos financeiros do PFRH2. O prazo final para ajuste de documentação e entrega de relatório final de prestação de contas do PFRH1 ficou definido até 12/04/2016.

A falta de estrutura administrativa própria para atender as especificidades do programa trouxe dificuldades para sua execução, acarretando inclusive atrasos quanto a entrega dos relatórios a Petrobras. A morosidade quanto a entrega de documentação dos campi aos coordenadores, a necessidade dos coordenadores assumirem a execução de ações da esfera administrativa e as trocas de coordenadores (no caso do PFRH1) foram os principais itens identificados como problemáticos para a gestão do programa. No caso

do PFRH1 houve três trocas de coordenadores. Vale destacar que apesar do Programa Formação de Recursos Humanos já estar em desenvolvimento junto as Universidades, o seu lançamento para atender a estudantes do nível de ensino médio e técnico foi implementado a partir de 2011, tendo sido projetado com uma estrutura muito similar a daquela já implementada nas Universidades. Nesse sentido, os próprios representantes da Petrobras já sinalizaram algumas alterações que aconteceriam para o caso de assinatura de novos convênios com os institutos, visando adaptar o programa para a realidade estrutural dos institutos. Muita da experiência adquirida com o PFRH1 já foi considerada para a gestão do PFRH2, havendo ainda alguns entraves estruturais internos a ser superados. O primeiro relatório de prestação de contas do PFRH2, embora tendo sido entregue no período acordado em convênio, precisou ser complementado para atender as solicitações da Petrobras. A empresa alegou que o quantitativo de recursos utilizados no período havia sido inferior a 50 % da primeira parcela liberada, sendo necessário alcançar tal patamar na complementação.

Considerando a fonte financeira do convênio, na qual acontecem as movimentações financeiras, no início do 2015 o saldo remanescente de 2014 referente aos dois convênios foi igual a R$ 73.661,42. Enquanto que ao final do ano de 2015 o saldo remanescente para esta mesma fonte foi igual a R$ 171.259,86. Ainda durante o ano de 2015 houve liberação da segunda prestação de contas do PFRH2, no valor igual a R$ 2.499.357,00. O valor total de pagamentos efetuados ao longo do ano de 2015, para os dois convênios, totalizou R$ 2.027.814,89. Vale destacar que a liberação de recursos financeiros do projeto acontece em uma conta específica, na qual os recursos são aplicados. A utilização de tais recursos acontece em função da demanda de pagamento das bolsas mensais dos estudantes, dos coordenadores, das diárias e passagens de estudantes e orientadores para participação em eventos, de materiais permanentes e de consumo solicitados em cada projeto. Para efetivação de cada pagamento pede-se que seja dada baixa de aplicação do recurso, o qual é depositado em conta para movimentação financeira. Desta forma, os recursos do projeto ficam permanentemente aplicados, havendo correção dos valores aplicados. A utilização do recurso proveniente de aplicação também acontece após autorização da Petrobras.

## 4.31 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS COM CONTRATO DE GESTÃO

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.32 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E RESULTADOS RELACIONADOS A CONTRATOS DE GESTÃO REGIDOS PELA LEI 9.637/1998

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.33 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E DOS RESULTADOS RELACIONADOS A TERMOS DE PARCERIA REGIDOS PELA LEI 9.790/1999

O IFRJ não possui ações e resultados relacionados a termos de parceria regidos pela lei 9.970/1999

## 4.34 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.35 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.36 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.37 INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SOBRE AS AÇÕES RELACIONADAS AO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM GRANDES EVENTOS

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.38 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.39 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CONDUZIDOS PELA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.40 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.41 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.42 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS CONTRATOS DE FRANQUIA DO SERVIÇO POSTAL

O demonstrativo da gestão do contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 23: Gastos com os Correios

| Natureza Despesa Detalhada | | PT | Métrica | Saldo Atual – R$ (Item Inf.) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Item Informação | DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO) | DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO) | DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO) | DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO) |
| 33903947 | SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL | 12363203120RL0033 | | 38.764,04 | 29.794,39 | 8.969,65 | 29.794,39 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 4.43 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS CORPORATIVOS

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.44 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES TÉCNICAS ESPECÍFICAS

A PROET, no ano de 2015, buscou atender os principais objetivos previstos no Planejamento Estratégico Institucional ligados à Pró-Reitoria proposto para o período de 2012 a 2018 em consonância com o Plano de Metas.

**Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos**

No âmbito da ação destinada a *organizar o desenvolvimento dos Cursos Técnicos de nível médio*, as realizações foram:

- Continuidade ao processo de Credenciamento e Atualização dos Cursos Técnicos nos conselhos profissionais;
- Continuidade ao processo de solicitação da documentação dos cursos técnicos do IFRJ junto às direções de ensino dos *campi*. Os documentos foram publicados no sítio-e institucional, entretanto, ainda há documentação pendente;
- Ajuste em itens do regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio após discussão junto à comunidade acadêmica por intermédio de seus representantes no âmbito do Conselho Acadêmico de

Ensino Técnico. O regulamento foi aprovado nesse Conselho e posteriormente assinado pela presidência do Conselho Superior;

- Elaboração do Regulamento de Exercícios Domiciliares, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação, em substituição ao Regulamento de alunas gestantes. O Regulamento foi submetido e aprovado no CAET e CAEG e seguiu para aprovação no Conselho Superior;
- Continuidade do Grupo de Trabalho para coordenar a discussão e acompanhar a elaboração e execução dos calendários escolares de acordo com a legislação vigente, sendo as propostas finais analisadas, validadas e encaminhadas para homologação do Reitor;
- Gerenciamento da oferta de cursos técnicos de nível médio, garantindo a manutenção de, pelo menos, 50% de vagas para estes cursos, sendo atualmente garantidos aproximadamente 70% de vagas para os Cursos Técnicos e, dentre elas, cerca de 50% das vagas destinadas aos Cursos Técnicos Integrados;
- Aprovação, junto ao CAET, de alteração do momento de oferta da disciplina Espanhol. Esta demanda veio do grupo de professores da disciplina e permitirá que cada campus possa definir o melhor momento da oferta;
- Participação no grupo de trabalho para divulgação dos cursos, criado a partir do colégio de dirigentes. Este grupo tem como objetivo aprimorar a divulgação da instituição e de seus cursos, em especial os concomitantes/subsequentes e os da modalidade EJA.

**Quanto ao aprimoramento da qualidade dos Cursos Técnicos de nível médio**

- Foram aprovados pelo CAET os Cursos Técnicos em Arte Circense subsequente, Guia de Turismo concomitante/subsequente e Agroindústria integrado;
- Foram aprovados pelo CAET as alterações nas matrizes do CT em Agroindústria, na modalidade EJA, do CT em Segurança do Trabalho concomitante/subsequente, dos Cursos Técnicos em Agente Comunitário de Saúde e Secretaria Escolar concomitante/subsequente, na modalidade EaD;

- Em parceria com as Direções de Ensino, as Coordenações Técnico Pedagógicas, a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil e demais servidores interessados foi dado continuidade ao processo de avaliação e acompanhamento da recuperação paralela;
- Continuidade do processo de visita aos campi para avaliar, debater, esclarecer e definir encaminhamentos acerca da recuperação paralela;
- Em conjunto com representantes da PROGRAD, DIRAE, PROEX, PROPPI, DIEX, DGA e PRONATEC, participamos da continuidade dos trabalhos do Grupo de Trabalho para Diagnóstico e Enfrentamento da Evasão. O grupo realizou visitas aos campi para debater os resultados em cada contexto e finalizou o trabalho em um evento, para a comunidade, no qual apresentou o relatório final com analises e propostas;
- Conformação de um grupo de discussão sobre os cursos técnicos integrados na modalidade EJA. Este grupo retomou as discussões e encaminhamentos propostos na imersão de 2013 e a partir dos mesmos vem buscando aprimorar os processos organizacionais e pedagógicos ligados e estes cursos.
- Participação no grupo de trabalho sobre a divulgação dos cursos técnicos, criado a partir do colégio de dirigentes. Este grupo vem debatendo estratégias de divulgação da Instituição, em especial os cursos concomitantes/subsequentes e na modalidade EJA;
- Criação do grupo de discussão para organizar um evento sobre o tema avaliação. O grupo optou por incluir o tema formação integrada e decidiu conceber o evento como o ápice do debate.
- Elaboração de um questionário sobre avaliação como estratégia de sensibilização para o debate sobre o tema. O questionário foi enviado para todos os docentes por intermédio dos diretores de ensino;
- Discussão do tema avaliação no CAET. Iniciou-se um debate sobre o papel dos conselhos de classe visando uma possível revisão do Regulamento dos Conselhos de Classe, em especial do artigo que dá a palavra final no conselho de uma turma ao docente;
- A partir de uma demanda do Ministério da Educação foi criado um grupo de discussão acerca da proposta de Base Nacional Comum Curricular. O grupo fomentou o debate nos campi e construiu uma carta a partir do

posicionamento trazido pelos representantes de cada campus. Além disso, realizou um evento para debate o tema em que foram convidados um representante da SETEC e uma professora da UERJ da área de currículo;

- Em conjunto com representantes da PROGRAD, DIRAE, PROEX e PROPPI participamos da Comissão Interna de Permanência e Êxito dos Estudantes – CIPE, criada a partir de uma demanda do MEC. O grupo tem se dedicado a análise de documentos e levantamento de dados institucionais sistematizados que possibilitem, a realização de diagnóstico e sugestões de estratégias a serem adotadas, tanto no estudo, quanto do enfrentamento desta problemática e posteriormente envio para Comissão Central/MEC;
- Participação no Grupo de Trabalho de elaboração de curso de capacitação para os docentes sem licenciatura, em conjunto com as demais pró-reitorias e com os representantes dos *campi*.

Em relação à implementação de políticas de acesso, permanência e sucesso estudantil, as iniciativas foram:

- Acompanhamento da aplicação da Lei de Cotas nº 12.711/2012, a partir da análise dos Editais do Ensino Médio e Técnico;
- Na ausência da Diretoria da Rede de Assistência Estudantil participamos do Comitê Gestor da Assistência Estudantil e contribuímos para o acompanhamento do Programa de Assistência Estudantil (PAE) e publicação no sítio-e institucional dos editais de cada *campi*;
- Participação no grupo de trabalho sobre acessibilidade, criado pela Pró-Reitoria de Extensão.

No tocante ao fortalecimento dos espaços e as formas de gestão democrática, as iniciativas realizadas foram:

- Continuidade do Grupo de Trabalho do calendário, com a participação de servidores e alunos, para coordenar às discussões acerca do ajuste do calendário letivo ao ano civil, buscando ampliar o debate nos campi e

incrementar a participação da comunidade no processo decisório acerca do calendário;

- Continuidade do Fórum para discussão dos processos pedagógicos com as Coordenações Técnico Pedagógicas, Direções de Ensino e a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil, visando uma maior integração e participação dos campi na discussão e elaboração das diretrizes pedagógicas dos cursos técnicos;
- Representação da PROET/IFRJ em eventos ligados à Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Condução do processo coletivo de discussão de temas no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Conselho Acadêmico de Ensino Técnico.

Referente ao fortalecimento e integração das ações, programas e projetos no âmbito do ensino, pesquisa, inovação e extensão, assim como o estabelecimento de parceria e convênios:

- *Acompanhamento do convênio entre o IFRJ e o Instituto Benjamin Constant (IBC) para oferta do Curso Técnico em Massoterapia* - O curso tem o objetivo de oferecer aos reabilitando cegos, baixa visão e surdocegos, condições de acesso ao mercado de trabalho. O IBC é responsável por todo o desenvolvimento do curso e o IFRJ, pelo acompanhamento, registros acadêmicos e certificação, dentre outras atribuições. Em 2015 foi feita a seleção para com 20 vagas;
- *Acompanhamento do convênio entre o IFRJ e a FUNARTE/Escola Nacional de Circo para oferta do Curso Técnico em Arte Circense.* O curso tem o objetivo de oferecer habilitação e reconhecimento aos profissionais Técnicos em Artes Circenses. A Escola Nacional de Circo é responsável por todo o desenvolvimento do curso e o IFRJ, pelo acompanhamento, registros acadêmicos e certificação, dentre outras atribuições. Em 2015 foi feita a seleção para com 60 vagas;
- *Acompanhamento do convênio entre o IFRJ e a Petrobrás – Foram realizadas a II Feira de Ciências e Tecnologia do PFRH e a III Feira de Ciências e Tecnologia do PFRH* - A II Feira de Ciências e Tecnologia do

PFRH ocorreu em 17 de março de 2015, no IFRJ- Campus Rio de Janeiro. O evento contou com a inscrição de 46 trabalhos, pré-selecionados em eventos locais realizados em sete campi do IFRJ durante os eventos tradicionais denominados por Semanas Acadêmicas e Jornadas Científicas. A III Feira de Ciências e Tecnologia do PFRH ocorreu em 04 de novembro de 2015 no IFRH- Campus São Gonçalo. O evento contou com a inscrição de 43 trabalhos. Nos dois eventos os trabalhos apresentados na modalidade pôster pelos estudantes bolsistas que participam do PFRH foram avaliados por avaliadores internos (pesquisadores da instituição) e avaliadores externos (representantes da Petrobras e convidados da Petrobras e do IFRJ). No caso específico da III Feira de Ciências e Tecnologia do PFRH a obrigatoriedade de participação se aplicou apenas aos estudantes do PFRH2, em função da data de realização deste evento ter sido em data posterior ao encerramento de atividades dos estudantes do PFRH1. Ainda assim, foram apresentados 13 trabalhos de projetos associados ao PFRH1;

- *Parceria com a UFRJ visando o desenvolvimento do projeto "Programa de Capacitação e Disseminação da Energia Solar*" – O Programa de Capacitação e Disseminação da Energia Solar tem por objetivo desenvolver as bases e ações necessárias à elaboração de Programas de Educação Profissional para atuação no tema de energia solar, inicialmente no Estado do Rio de Janeiro, com vistas à operacionalização de processos formativos e de aperfeiçoamento de profissionais de áreas afins. Para definir e executar as ações do projeto foi organizado um grupo de trabalho composto por docentes da COPPE/UFRJ, do IFRJ (representando os campi de Volta Redonda e Paracambi, nos quais são ofertados o curso de eletrotécnica e Nilópolis), do CEFET e da FAETEC. Durante o ano de 2015 foram realizadas reuniões para definição e planejamento do curso de capacitação e do material didático-pedagógico para formação de especialistas, como instaladores e projetistas. Também foi encaminhado o Termo de Cooperação Acadêmica e Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre a UFRJ e o IFRJ assinado pelo reitor do IFRJ para coleta de assinatura do reitor da UFRJ;
- *Programas de Governo* – O PRONATEC tem como objetivo a ampliação da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica. Dentre as várias ações desenvolvidas pelo IFRJ no âmbito do PRONATEC, destaca-se a

Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos na forma concomitante ao ensino médio, sendo a PROET responsável pelo acompanhamento pedagógico das turmas inseridas no programa, da mesma forma que o faz para as demais turmas do IFRJ. Durante o ano de 2015 não foram ofertadas novas turmas pelo programa. As aulas das turmas que já estavam em andamento foram encerradas no segundo semestre de 2015, restando apenas a diplomação dos estudantes concluintes. A seguir é apresentada a lista de cursos técnicos ofertados pelo PRONATEC- Técnico entre 2012 e 2015.

Tabela 36: Cursos Técnicos ofertados no PRONATEC entre 2012 e 2015

| Eixo Tecnológico | Curso | Campus |
|---|---|---|
| Informação e Comunicação | Informática para Internet | Engenheiro Paulo de Frontin |
| Informação e Comunicação | Informática | Nilo Peçanha/Pinheiral |
| Controle e Processos Industriais | Eletrotécnica | Volta Redonda |
| Ambiente, Saúde e Segurança | Segurança do Trabalho | São Gonçalo |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## Execução do Plano de Metas ou de Ações

No que tange a execução do Plano de Metas, a PROET atendeu as seguintes metas e compromissos:

**Item 4 – Vagas para os cursos técnicos –** garantia da manutenção de, pelo menos, 50% de vagas para estes cursos, sendo atualmente garantidos, aproximadamente, 70% de vagas para os cursos técnicos;

**Item 6 – Vagas para PROEJA** – garantia da oferta de cursos técnicos no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo ofertado o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática nos campi Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro e o Curso Técnico em Agroindústria no campus Nilo Peçanha/Pinheiral;

**Item 9 – Oferta de cursos a distância** – garantia da oferta de cursos técnicos na modalidade educação a distância, sendo ofertado os cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Escolar e Serviços Públicos.

**Item 10 – Forma de acesso ao ensino técnico** – atendimento a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012, com a previsão nos editais elaborados para processo seletivo aos cursos técnicos para

ingressantes de 2015 de, pelo menos, 50% das vagas reservadas para oriundos de escolas públicas.

## Relação de Cursos e Vagas

Em 2015 tivemos um ligeiro aumento na oferta de vagas de cursos técnicos que já vinham sendo oferecidos e outros novos. Os quadros a seguir apresentam o mapa global dos cursos técnicos do IFRJ, nos campi de ensino Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Nilópolis, Paracambi, Eng. Paulo de Frontin, Nilo Peçanha/Pinheiral, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Volta Redonda para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Tabela 36: Cursos técnicos com vagas ofertadas

| **Campus Arraial do Cabo** | | |
|---|---|---|
| *Curso Integrado ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
| | *1º Semestre* | *2º Semestre* |
| Técnico em Informática | 30 | 30 |
| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | | |
| Técnico em Meio Ambiente | 36 | 36 |
| *Curso Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA* | | |
| Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | 36 | - |

| **Campus Duque de Caxias** | | |
|---|---|---|
| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Petróleo e Gás | 24 | 24 |
| Técnico em Química | 24 | 24 |
| *Curso Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA* | | |
| Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | 36 | 36 |
| *Cursos Concomitantes/ Subsequentes ao Ensino Médio* | | |
| Técnico em Plásticos | 32 | 32 |
| Técnico em Petróleo e Gás | 32 | 32 |
| Técnico em Segurança do Trabalho | 30 | 30 |

| **Campus Nilópolis** | | |
|---|---|---|
| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Controle Ambiental | 60 | 60 |
| Técnico em Química | 30 | 30 |

| | | |
|---|---|---|
| *Cursos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade EJA* | | |
| Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | 35 | 35 |
| *Curso Subsequente ao Ensino Médio* | | |
| Curso Técnico em Arte Circense (Escola Nacional de Circo) | - | 60 |

**Campus Paracambi**

| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Eletrotécnica | 36 | 36 |
| Técnico em Mecânica | 72 | 72 |

**Campus Paulo de Frontin**

| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Informática para Internet | 36 | 36 |

**Campus Pinheiral**

| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Agropecuária | 60 | - |
| Técnico em Informática | 25 | - |
| Técnico em Meio Ambiente | 60 | - |
| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | | |
| Técnico em Informática | 25 | - |
| Técnico em Administração | 30 | 30 |

**Campus Realengo**

| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Massoterapia | - | 20 |

**Campus Rio de Janeiro**

| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Alimentos | 30 | 30 |
| Técnico em Biotecnologia | 30 | 30 |
| Técnico em Farmácia | 30 | 30 |
| Técnico em Meio Ambiente | 30 | 30 |
| Técnico em Química | 30 | 30 |
| *Curso Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA* | | |
| Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | 30 | 30 |
| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | | |
| Técnico em Química | 30 | 30 |

**Campus São Gonçalo**

| *Cursos Integrados ao Ensino Médio* | *Vagas Ofertadas* | |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 2º Semestre |
| Técnico em Química | 36 | 36 |
| *Curso Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio* | | |
| Técnico em Metrologia | 36 | 36 |
| Técnico em Eletrotécnica | 36 | 36 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

As ações desenvolvidas em 2015, no âmbito da graduação, foram divididas em subitens: Acompanhamento dos cursos de graduação; Políticas de Acesso aos cursos de graduação, Políticas de Permanência e Êxito Acadêmico, Políticas de Inclusão, Políticas de formação docente.

**Acompanhamento dos cursos de graduação**

Sobre a atuação do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação, foram executadas, no período de março a dezembro de 2015, 09 (nove) reuniões, cujas respectivas pautas e atas podem ser acessadas através do link http://www.ifrj.edu.br/conselhos/conselho-academico-de-ensino-de-graduacao.

De forma geral, a atuação do CAEG no decorrer de 2015 foi concentrada nas seguintes atividades:

1. Discussão sobre a futura implantação de cursos de Engenharia;
2. Definição de critérios para atendimento a alunos em situação de privação de liberdade e alunos atletas;
3. Discussão sobre a necessidade de elaboração de um plano de acessibilidade e de um Programa de Mobilidade Acadêmica;
4. Alteração do Regimento do CAEG;
5. Alteração da matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Ambiental, do Bacharelado em Produção Cultural e do CST em Processos Químicos;
6. Apreciação dos Regimentos Internos do PIBID e CLAA PET, bem como das seguintes minutas: Regulamento de Concessão de Bolsas; Regulamento do Programa de Monitoria Acadêmica; Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso; Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Licenciatura;

7. Adoção de 50% das vagas de ingresso para as ações afirmativas;
8. Acompanhamento das demandas voltadas à graduação, oriundas do processo de Recredenciamento Institucional;
9. Discussão sobre estratégias de divulgação dos cursos de graduação;
10. Análise da Resolução CNE/CP Nº 2, de 01/07/2015, que define as DCN's para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
11. Discussão sobre política de inclusão de páginas de cursos no domínio IFRJ;
12. Criação da ementa da disciplina "Educação em Direitos Humanos";
13. Discussão sobre a curricularização da extensão.

Desde 2014, o CAEG adotou uma metodologia de trabalho (disponível em http://www.ifrj.edu.br/node/3247) baseado em relatoria a ser empregada nas análises das matérias que prescindirem de uma avaliação aprofundada dos norteadores legais e das demandas de recursos humanos e materiais envolvidas. Em 2015, foram distribuídas 07 (sete) relatorias e emitidos 05 (cinco) pareceres (disponíveis em http://www.ifrj.edu.br/node/3249).

Enfatiza-se ainda, a orientação dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação, em função da complexidade e dos prazos estabelecidos pela legislação educacional.

Em 2015, foram Reconhecidos os Cursos de Bacharelado em Química (campus Nilópolis), Bacharelado em Fisioterapia (campus Realengo) e Licenciatura em Matemática (campus Paracambi).

Um processo de avaliação importante para a Educação Superior do país é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Com base nesse resultado, obtivemos em 2015 a Renovação de Reconhecimento dos Cursos de Licenciatura em Química (campus Nilópolis e Duque de Caxias), CST em Gestão de Produção Industrial (campus Nilópolis), Licenciatura em Matemática (campus Nilópolis e Volta Redonda), Bacharelado em Ciências Biológicas (campus Rio de Janeiro), Licenciatura em Física (campus Volta Redonda).

Tabela 37: Atos regulatórios dos cursos de graduação

| Nome do Curso | Autorização (CONSUP) | Atos Regulatórios Vigentes | *Campus* de oferta |
|---|---|---|---|
| Licenciatura em Química | 2008 | Renovação do Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | Duque de Caxias |
| CST em Jogos Digitais | 2014 | Autorização Curso Presencial informado no sistema e-mec Protocolo Nº 201409616 | Eng. Paulo de Frontin |
| Bacharelado em Ciências Biológicas - Biotecnologia | 2009 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | |
| CST em Gestão Ambiental | 2008 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 822/2014 | Rio de Janeiro |
| CST em Processos Químicos | 2003 | Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 286/2012 | |
| Bacharelado em Química | 2011 | Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 493/2015 | |
| Bacharelado em Produção Cultural | 2012 | Aguardando /visita in loco para Reconhecimento – 06 a 09/03/2016 | |
| CST em Produção Cultural (oferta suspensa) | 2003 | Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 136/2012 | |
| CST em Gestão da Produção Industrial | 2007 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | |
| CST em Química de Produtos Naturais (oferta suspensa) | 2004 | Reconhecimento Portaria SEREC/MEC Nº 237/2013 | Nilópolis |
| Licenciatura em Física | 2004 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 286/2012 | |
| Licenciatura em Matemática | 2008 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | |
| Licenciatura em Química | 2004 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | |
| Licenciatura em Matemática | 2010 | Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 876/2015 | Paracambi |
| Bacharelado em Farmácia | 2007 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC | Realengo |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Nº 822/2014 | |
| Bacharelado em Fisioterapia | 2007 | Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 48/2015 | |
| Bacharelado em Terapia Ocupacional | 2007 | Curso sem conceito ENADE Renovação de Reconhecimento Aberto Processo nº 201509627 | |
| Licenciatura em Física | 2008 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | Volta Redonda |
| Licenciatura em Matemática | 2008 | Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 1.095/2015 | |

**Fonte**: IFRJ (2016)

## Políticas de Acesso aos cursos de graduação

O Processo Seletivo Discente 2015 disponibilizou ao todo 1190 vagas nos cursos de graduação, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), sendo 595 vagas na edição 2015.1 e 595 na edição 2015.2. Conforme política afirmativa aprovada pelo Conselho Superior do IFRJ (Resoluções CONSUP Nº 30/2011 e Nº 32/2011), 40% das vagas foram destinadas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, incidindo sobre esse percentual os critérios socioeconômicos e de raça/etnia, estabelecidos pela Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. O Processo Seletivo ofertado pelo SiSU foi regulamentado pelo Edital Nº 84/2014/IFRJ e seu Edital Complementar Nº 01/2015/IFRJ; e pelo Edital Nº 42/2014/IFRJ e seu Edital Complementar Nº 01/2015/IFRJ.

Os mecanismos de transferência externa, interna e reingresso são políticas de ocupação de vagas ociosas e de estímulo à permanência do estudante no sistema educacional, possibilitando oportunidades de recepção para cursos de maior interesse. Por meio dos Editais Nº 84/2014/IFRJ e Nº 45/2015/IFRJ, no ano de 2015 foram disponibilizadas 321 vagas para Transferência Externa e 130 vagas para Reingresso. O processo de transferência interna foi regulamentado pelo Edital Nº 02/2015/PROGRAD, disponibilizando 140 vagas. O aprimoramento dos critérios de avaliação dos candidatos é uma preocupação constante da PROGRAD, em parceria com as coordenações de curso.

No ano de 2015, o IFRJ ofertou 1638 vagas alastradas entre os 17 (dezessete) cursos de graduação distribuídos em 7 (sete) *campi*, dentre licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia (CST), distribuídas conforme a tabela 38 a seguir.

Tabela 38: Cursos de graduação do IFRJ e vagas em 2015

| *Campus* | Cursos de Graduação | Vagas SISU 2015.1 | Vagas SISU 2015.2 | Vagas Transferência Externa | Vagas Reingresso |
|---|---|---|---|---|---|
| Duque de Caxias | Licenciatura em Química | 40 | 40 | 33 | 9 |
| Rio de Janeiro | Bacharelado em Ciências Biológicas | 30 | 30 | 15 | 6 |
| | CST em Gestão Ambiental | 30 | 30 | 15 | 9 |
| | CST em Processos Químicos | 30 | 30 | 9 | 6 |
| | Bacharelado em Química | 40 | 40 | 15 | 6 |
| Nilópolis | Bacharelado em Produção Cultural | 40 | 40 | 15 | 6 |
| | CST em Gestão da Produção Industrial | 40 | 40 | 06 | 6 |
| | Licenciatura em Física | 40 | 40 | 24 | 9 |
| | Licenciatura em Matemática | 40 | 40 | 27 | 9 |
| | Licenciatura em Química | 40 | 40 | 12 | 6 |
| Paracambi | Licenciatura em Matemática | 40 | 40 | 36 | 15 |
| Realengo | Bacharelado em Farmácia | 30 | 30 | 18 | 6 |
| | Bacharelado em Fisioterapia | 30 | 30 | 21 | 6 |
| | Bacharelado em Terapia Ocupacional | 30 | 30 | 09 | 6 |
| Volta Redonda | Licenciatura em Física | 30 | 30 | 30 | 9 |
| | Licenciatura em Matemática | 30 | 30 | 30 | 9 |
| Eng. Paulo de Frontin | CST em Eng. Paulo de Frontin | 35 | 35 | 6 | 4 |
| | | 595 | 595 | 321 | 127 |
| | **TOTAL** | 1190 | | | |

**Fonte**: IFRJ (2016)

## Políticas de Permanência e Êxito Acadêmico

A Diretoria de Programas para o Desenvolvimento da Graduação ocupa-se da expansão e fortalecimento de ações que possibilitem a permanência e o êxito acadêmico, através da participação em programas de fomento que articulem ensino-pesquisa-extensão, disseminação de informações sobre o ensino de graduação (Recepção aos

Ingressantes, informações no site institucional e outros canais de comunicação) e mapeamento através da Pesquisa Indicadores da Graduação- PIG - que contribui para auxiliar a melhoria da qualidade dos serviços educacionais. Em 2015, a PIG foi reformulada, tendo como objetivo avaliar as disciplinas, o curso e obter a autoavaliação do estudante e foi aplicada aos estudantes da graduação no momento da inscrição em disciplinas.

Um canal importante de comunicação da PROGRAD com os estudantes é a Revista da Graduação, que tem publicação bimestral, virtual, e objetiva divulgar as ações exitosas realizadas nos *campi*, além de informar aos estudantes assuntos relacionados à sua formação. Em 2015, foram publicadas 6 edições da revista abrangendo um total de 2.200 acessos.

A participação em programas de fomento à graduação é incentivada por meio de sensibilização e chamada através de editais internos com ampla divulgação para a comunidade acadêmica.

**Políticas de Inclusão**

Atualmente, o IFRJ adota o sistema de ação afirmativa que reservou, em 2015, 40% das vagas no Ensino de Graduação para estudantes oriundos de escola pública. No Processo Seletivo SISU 2015, das 1.190 vagas anuais ofertadas, foram reservadas 476 vagas para as ações afirmativas. Outra ação dessa Pró-reitoria realizada por meio da Coordenação de Apoio ao Estudante visa ao acompanhamento da Implantação, do Monitoramento e da Avaliação do Sistema de Cotas, cujo foco centra-se no estudante, visando ao desenvolvimento acadêmico permanência e êxito. Nesse sentido, em 2015, foi criado o Programa Incluir IFRJ que visa O INCLUIR IFRJ é o Programa de Ações Afirmativas na Graduação. Visa à implantação, acompanhamento e avaliação das Ações Afirmativas nos cursos de graduação do IFRJ. O acompanhamento dos estudantes se dará por meio:

1. Dos dados coletados pela Pesquisa Indicadores da Graduação, que resultará em relatório específico;
2. Da listagem do SiSU;
3. De questionário próprio enviado anualmente, cujos dados coletados resultarão em relatórios específicos;

4. De estratégias pensadas a partir dos dados coletados, visando a permanência e o êxito dos estudantes.

A Diretoria de Assistência Estudantil do IFRJ foi mais uma ação, com vistas a auxiliar o processo de permanência e êxito acadêmico dos estudantes em seus cursos.

O trabalho dos Núcleos de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNEs) por campus também tem priorizado a inclusão dos portadores de necessidades especiais.

**Políticas de formação docente**

Dentre as ações para formação continuada dos professores e gestores dos cursos de graduação, destaca-se a realização da 1ª Imersão do Ensino de Graduação, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015. O objetivo deste evento foi criar um espaço de discussão de temas voltados à Educação Superior, especificamente ao Ensino de Graduação. A Inclusão, Evasão, Avaliação e a Indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão foram as temáticas abordadas nesta primeira edição. Dentre os palestrantes, estiveram presentes o presidente do Fórum de Dirigentes da Educação, professor Sidinei Cruz Sobrinho (IF Farroupilha), a pró-reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, a Profa. Dra. Irene Cristina de Mello (UFMT) e a Profa. Dra. Raquel Marques Villardi responsável pela implementação das ações afirmativas na UERJ.

### 4.44.1 Superintendência de participações governamentais

Não se aplica.

### 4.44.2 Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural

Não se aplica.

### 4.44.3 Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis

Não se aplica.

#### 4.44.4 Superintendência de Planejamento e Regulamentação

Não se aplica.

#### 4.44.5 Superintendência de Fiscalização

Não se aplica.

#### 4.44.6 Superintendência de Controle de Obrigações

Não se aplica

#### 4.44.7 Superintendência de Relação com Consumidores

Não se aplica.

### 4.45 DESEMPENHO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA - INTERÁGUAS

Não se aplica.

### 4.46 RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO

No decorrer do exercício de 2015 foram executadas todas as ações orçamentárias previstas, apesar da execução efetiva ter-se iniciado tardiamente, tendo em vista as perspectivas de corte orçamentário que dificultaram o planejamento e a priorização das ações.

Com o corte previsto, 10% para custeio e 47% para capital, o planejamento foi refeito no decorrer do exercício deixando de fora aproximadamente os primeiros 4 meses

do ano. Com a readequação do planejamento iniciamos sua execução, no que obtivemos total êxito.

Quanto a parte financeira sofremos muitas críticas dos fornecedores em virtude da falta de regularidade dos repasses financeiros, nos causando uma grande inadimplência. Esta irregularidade financeira atingiu principalmente as empresas que fornecem mão de obra terceirizada, dificultando o pagamento dos funcionários e causando transtornos em relação a serviços essenciais como vigilância e limpeza. Devido a essa situação, algumas das empresas contratadas não quiseram renovar seus contratos, tais como a empresa que prestava serviço de motorista.

Apesar da situação listada, conseguimos executar as ações de forma satisfatória, podendo dizer que a nossa eficácia administrativa melhorou durante o exercício.

## 4.47 INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADORES UTILIZADOS PELA ENTIDADE PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO

O IFRJ ainda não definiu seus indicadores e métodos de medição para monitorar e avaliar a gestão.

## 4.48 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE GESTÃO

Não existiram grandes alterações no ambiente de Gestão. Os fatos mais relevantes foram a execução de concurso público, que se iniciou em novembro de 2015 e tem termino previsto para fevereiro de 2016 onde os novos cargos irão completar a carreira de pessoal no decorrer de nossa gestão. Serão recebidos mais de 80 servidores, somente na reitoria incrementando as áreas de Governança, TI, auditoria, de Pessoal, Orçamentária e Financeira.

A cessão de um novo prédio para localização da Reitoria, que já estava com problemas de acomodação de seus servidores, também será um marco para a gestão. O novo prédio, de 12 (doze) andares triplicará a área útil de trabalho e não terá custo de aluguel, como ocorre no atual. Apesar do acordo ter sido assinado em novembro de 2015 a previsão de mudança é entre abril e maio de 2016.

## 4.49 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE NEGÓCIO

Não se aplica.

## 4.50 INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO

Não se aplica ao IFRJ.

## 4.51 VISÃO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO DAS OBRAS COM RECURSOS DO FUNDO

Não se aplica ao IFRJ.

# 5 GOVERNANÇA

## 5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro foi criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Conselho Superior (CONSUP) de caráter consultivo e deliberativo do IFRJ, é o órgão máximo do Instituto Federal, reger-se -à pelas disposições da lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, do Estatuto do IFRJ e pelas normas específicas do Regimento Interno do Conselho Superior. Possui como órgão de apoio ao processo decisório o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo.

Os Conselhos Acadêmicos, de caráter consultivo, são órgãos de apoio ao Processo Decisório do Conselho Superior e Reitoria no que tange as políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e extensão. Fazem parte dos Conselhos Acadêmicos: o Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (CAET), o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG) e o Conselho de Pesquisa (CAPOG).

A auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRJ e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal atua de forma consistente na defesa judicial e extrajudicial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

## 5.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

O Conselho Superior ( CONSUP) , possui a seguinte composição: o Reitor, como membro nato e presidente; 04 (quatro) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares na forma do Estatuto e do Regimento Interno do IFRJ; 04 (quatro) representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma do estatuto e do regimento

interno do IFRJ; 04 (quatro) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, na forma do estatuto e do regimento interno do IFRJ; 02 (dois) representantes dos egressos da instituição, conforme estabelecido no estatuto e no regimento interno do IFRJ; 06 (seis) representantes da sociedade civil sendo, conforme estabelecido no estatuto e no regimento geral, 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais; 01 (um) representante do ministério da educação; 03 (três) Diretores-Gerais de campi, eleitos na forma do estatuto e do regimento interno do IFRJ; Ex-Reitores do IFRJ.

O Conselho Superior é presidido pelo Reitor do IFRJ, nos afastamentos legais ou em caso de impossibilidade a presidência será exercida pelo substituto legal. Os mandatos serão de dois anos sendo permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando os membros natos.

O Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (CAET) do IFRJ é composto pelo Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico e representações eleitos que atuam diretamente no ensino médio e técnico nos campi que constituem a Instituição, a saber: representação docente, representação discente e representação da Coordenação Técnico Pedagógica - CoTP.

O CAET é integrado por um membro nato, consultivo, o Pró-Reitor de ensino médio e técnico, que tem a sua participação garantida enquanto ocupar o cargo. Os demais conselheiros, deliberativos, são eleitos por seus pares em escrutínio secreto. A eleição dos conselheiros é organizada por Comissão Eleitoral Central composta por três servidores – indicados pelo Conselho. O número de conselheiros é definido da seguinte forma: os representantes docentes são escolhidos por campus na proporção de uma representação (titular/suplente) para cada conjunto de três cursos técnicos, arredondada para cima; os representantes da CoTPs são escolhidos sistemicamente, na proporção de um representação (titular/suplente) para cada conjunto de três campi que ofertem cursos técnicos, arredondada para cima; um representante do conjunto dos alunos de todos os cursos técnicos do IFRJ.

O Conselho Acadêmico de Graduação (CAEG) atualmente é composto por 40 (quarenta) membros deliberativos, sendo: dois representantes (titular e suplente) de cada um dos 17 (dezessete) cursos de graduação; dois representantes (titular e suplente) do conjunto das Coordenações Técnico-Pedagógicas (CoTP) dos campi que possuem cursos de graduação; dois representantes (titular e suplente) do conjunto das Coordenações de Integração Empresa-Escola (CoIEE) dos campi que possuem cursos de graduação e dois representantes (titular e suplente) discentes regularmente matriculados. Como membros consultivos, temos a presença do Pró-Reitor de Ensino de Graduação e de sua

representante legal, a Pró-Reitora Adjunta de Ensino de Graduação, responsáveis pela Presidência do CAEG; na ausência destes, o Pró-Reitor de Ensino de Graduação indica um dos membros do CAEG para presidir a sessão do Conselho.

O Conselho de Pesquisa (CAPOG) é integrado pelo Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, como membro nato e Presidente, e por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos 13 (treze) membros suplentes que representam as áreas de conhecimento estabelecidas pelo CNPq, os docentes e discentes da pós-graduação *lato sensu* e a pós-graduação *Stricto sensu*, e os Técnicos–administrativos que atuam no processo pedagógico no âmbito da pós-graduação, a saber:

1. Membro consultivo, apenas com direito a voto de qualidade:
   a) Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
2. Membros deliberativos:
   a) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências agrárias;
   b) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências biológicas;
   c) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências da saúde;
   d) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências exatas e da terra;
   e) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências humanas;
   f) dois representantes (titular e suplente) da área de ciências sociais e aplicadas;
   g) dois representantes (titular e suplente) da área de engenharias;
   h) dois representantes (titular e suplente) da área de linguística, letras e artes;
   i) dois representantes (titular e suplente) docentes da pós-graduação *Lato sensu*;
   j) dois representantes (titular e suplente) docentes da pós-graduação Stricto sensu;
   l) dois representantes (titular e suplente) discentes da pós-graduação *Lato sensu*;
   m) dois representantes (titular e suplente) discentes da pós-graduação Stricto sensu;
   n) dois representantes (titular e suplente) técnico-administrativos, que atuem diretamente no processo pedagógico.

Na ausência ou impedimento do Pró-Reitor, o CAPOG é presidido pelo seu representante legal. Na ausência ou impedimento de um membro titular, sua representação será constituída pelo respectivo membro suplente.

Os membros suplentes podem participar das sessões, integrar câmaras e comissões, emitir pareceres, participar das discussões, sendo-lhes vetado o voto quando os representantes efetivos estiverem presentes. Todos os representantes do CAPOG são indicados por seus pares, por eleição direta.

Os membros representantes das áreas de conhecimento indicadas, docentes e técnico-administrativos, devem ser servidores do quadro ativo permanente do IFRJ em qualquer regime de trabalho. Os membros representantes devem ser registrados em, pelo menos, um grupo de pesquisa devidamente cadastrado pelo IFRJ junto ao CNPq.

No caso de servidores técnicos administrativos que atuem na Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, em Secretaria de Pós-Graduação, e/ou em Núcleos de Inovação Tecnológica podem participar do processo eleitoral independente de registro em grupo de pesquisa.

Os candidatos a representantes de cada área do conhecimento são eleitos pelos membros dos grupos de pesquisa cadastrados pelo IFRJ junto ao CNPq vinculados à respectiva área de conhecimento. Membros de grupos de pesquisa cadastrados em mais de uma área do conhecimento podem candidatar-se a uma única representação. Membros de grupos de pesquisa cadastrados em mais de uma área do conhecimento tem direito a um único voto.

Os candidatos a representantes discentes são eleitos pelos discentes regularmente matriculados em cada um dos segmentos *Lato sensu* e *Stricto sensu* do IFRJ.

Os candidatos a representantes técnicos administrativos serão eleitos pelos técnicos administrativos.

Os candidatos a representantes dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* no CAPOG devem ser docentes efetivos de, pelo menos, um dos cursos de pós-graduação Lato sensu e Stricto sensu do IFRJ, respectivamente.

Os candidatos a representantes do corpo docente dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* podem candidatar-se a uma única representação, optando entre os cursos de Lato sensu ou Stricto sensu, caso atuem nos dois segmentos. Os docentes dos cursos de pós-graduação têm direito a um único voto, optando por votar para a representação docente dos cursos de *Lato sensu* ou de *Stricto sensu*, caso atuem nos dois segmentos.

Os docentes vinculados a grupos de pesquisa e que também atuam na pós-graduação só podem candidatar-se a uma representação e tem direito a um único voto.

A composição do CAPOG, inclusive o detalhamento da duração dos mandatos de todos seus membros, está sempre disponível a toda a comunidade acadêmica da IFRJ.

Já o Conselho Acadêmico de Atividades de Extensão (CAEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/IFRJ é um órgão colegiado consultivo e instituído pelo Estatuto e Regimento Geral do IFRJ. Tem por finalidade a normatização de questões de extensão e subsidiar as Pró-Reitorias, Reitoria e o Conselho Superior nas discussões que envolvam atividades de extensão, exarando pareceres.

O CAEX é composto pelo Pró-Reitor de Extensão e por conselheiros representantes dos campi eleitos entre os segmentos docente, discente e técnico administrativo, sendo presidido pelo primeiro.

Os candidatos a representantes discentes do Lato sensu e do Stricto sensu devem estar, respectivamente, matriculados em um dos cursos *Lato sensu* ou *Stricto sensu* do IFRJ, e não devem ser docentes efetivos ou técnico-administrativos efetivos do IFRJ.

## 5.3 PAPÉIS E FUNCIONAMENTO DOS COLEGIADOS

Compete ao Conselho Superior: Aprovar as diretrizes para atuação do IFRJ e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar as normas e coordenar o processo de consulta a comunidade escolar para escolha do reitor do IFRJ e dos Diretores-Gerais dos Campi; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização de didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de méritos acadêmicos; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de Gestão Anual emitindo o parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestações de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRJ; autorizar a criação, alteração curricular, suspensão e extinção de cursos no âmbito do IFRJ, bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFRJ, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e Legislação específica; apreciar a proposta pedagógica de cada período letivo de cada campus; elaborar e aprovar o seu próprio Regimento Interno e por fim deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

O Conselho Superior do IFRJ reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros designados e empossados.

O Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico (CAET), assim como os demais conselhos acadêmicos, de caráter consultivo, é um órgão de apoio ao processo decisório da Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico, Conselho Superior e Reitoria do IFRJ no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas especialmente ao ensino, mas também à pesquisa e à extensão. Sendo instituído pelo Estatuto da Instituição e tendo por finalidade subsidiar o Conselho Superior, a Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico e as Diretorias de Campi nas discussões de natureza didático-pedagógica e regimental, no âmbito do ensino médio e técnico.

O CAET se reúne, ordinariamente, em dia e hora determinados em comum acordo com conselheiros no início do período letivo, com a presença da maioria dos seus membros e, extraordinariamente, quando convocados pelo presidente ou por requerimento assinado por, pelo menos, metade dos conselheiros em exercício.

O Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação CAEG é uma instância de caráter consultivo, subsidiando a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o Conselho Superior e a Reitoria nas discussões e processos decisórios no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação.

São atribuições do CAEG:

I – Avaliar as questões didático-pedagógicas e de organização e funcionamento do ensino de graduação, em caráter sistêmico;

II – Avaliar e emitir parecer sobre proposta de criação e extinção de curso de graduação encaminhada pelo Campus proponente, previamente apreciada e aprovada, com registro em ata, pelo Colegiado do referido Campus;

III – Propor encaminhamentos relativos à elaboração, à execução e à atualização do Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ, no que lhe couber;

IV – Definir a política acadêmica dos cursos, fixando os regulamentos referentes ao ensino de graduação e/ou emitindo parecer sobre novas formulações e/ou alterações.

Parágrafo Único. O Conselho Superior, na forma de Resolução, poderá atribuir aos Conselhos Acadêmicos autorização para deliberação de temas específicos.

São atribuições dos Conselheiros:

I – Comparecer às reuniões do Conselho;

II – Votar nas proposições apresentadas, quando membro votante;

III – Contribuir com o debate e apresentar proposições, no âmbito dos assuntos tratados;

IV – Colaborar com comissões para as quais for designado;

V – Relatar os processos que lhes forem atribuídos e sobre eles emitir parecer;

VI – Colher subsídios paras as discussões do respectivo Conselho junto aos servidores do segmento que representa, mantendo-os informados sobre os assuntos discutidos em reuniões e as decisões tomadas.

Enquanto o membro consultivo é nato e não tem direito à voto, exceto no caso de empate, os membros deliberativos são eleitos por seus pares, em escrutínio secreto e têm direito a voto. O processo eleitoral do atual CAEG, organizado por uma Comissão Eleitoral Central formada por três servidores indicados pelo próprio Conselho, ocorreu no período de 06/01/2015 a 20/02/2015[1] e todas as informações acerca da condução deste processo podem ser acessadas através do link http://www.ifrj.edu.br/node/1965.

Os eleitos foram designados para a composição do CAEG através da Portaria Nº 039 de 24 de fevereiro de 2015 (disponível em http://www.ifrj.edu.br/node/3247), para um mandato com duração de 02 (dois) anos.

Caso seja necessária a substituição ou inclusão de uma nova representação, a Diretoria Geral do campus será incumbida de realizar uma eleição no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato vigente e uma nova Portaria de designação será emitida, mediante a definição dos eleitos.

Durante o período de vacância de um curso que não possua representação titular e suplente, a representação do mesmo será de responsabilidade do respectivo Coordenador.

A Secretaria do CAEG é exercida por um servidor da Instituição indicado pelo Presidente e aprovado pelos conselheiros. As reuniões ordinárias ocorrem uma vez a cada bimestre letivo e as extraordinárias quando solicitadas pelo Presidente do Conselho, pela

[1] Conforme o Regimento do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação, o calendário eleitoral não pode exceder 30 (trinta) dias. Em 2015, excepcionalmente, os membros do Conselho então vigente concordaram em ampliar este prazo considerando, inclusive, que o calendário eleitoral seria atravessado pelo período do Carnaval.

Reitoria ou Conselho Superior, bem como também por solicitação de, pelo menos, metade dos conselheiros em exercício.

A convocação para a reunião ordinária é formalizada através de e-mail, enviado a todos os conselheiros com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência à data da reunião, contendo: pauta da reunião; ata da reunião anterior, para análise e documentos que serão discutidos. Para reuniões extraordinárias, a convocação pode ser realizada com até 48 (quarenta e oito horas) de antecedência, salvo em casos que demandem pronunciamento urgentíssimo do Conselho Acadêmico. É de responsabilidade dos conselheiros a divulgação da agenda de reuniões junto aos seus pares.

A impossibilidade de participação do conselheiro titular na reunião deve ser formalizada antes da reunião ou até a reunião seguinte, via e-mail; neste caso, é de sua responsabilidade convocar seu suplente, que assumirá suas atribuições. Perderá o mandato o conselheiro:

I. Que deixar de pertencer ao quadro de pessoal do IFRJ;
II. Que passar à inatividade;
III. Que deixar de exercer, na Instituição, função no segmento ou curso que representa;
IV. Quando extinguir-se o segmento correspondente à sua representação;
V. Que faltar, sem motivo justificado[2], a três reuniões no mesmo ano letivo.

As reuniões são realizadas em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, metade mais um dos conselheiros votantes. Caso contrário, decorridos 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da reunião, ela se realizará em segunda convocação, com qualquer quórum.

É permitida a participação de pessoas externas nas reuniões do CAEG, sem direito a voto. Tal participação poderá ser na condição de “ouvinte”, onde o membro da comunidade acadêmica formaliza seu pedido de participação por escrito, ou na condição de “técnico” ou “especialista” em matérias de discussão, geralmente convocados pela presidência e que se pronunciarão quando solicitados.

Foram executadas, no período de março a dezembro de 2015, 09 (nove) reuniões, cujas respectivas pautas e atas podem ser acessadas através do link: http://www.ifrj.edu.br/conselhos/conselho-academico-de-ensino-de-graduacao. A média

[2] São consideradas faltas justificadas por motivo de: a) doença, inclusive de pessoa da família; b) afastamento a serviço da Instituição; c) falecimento de pais, filhos, irmãos ou respectivos afins, e cônjuges; d) de força maior, a juízo do próprio CAEG.

de participação nas reuniões de 2015 foi de 16 (dezesseis) conselheiros, tanto de forma presencial, como através do recurso de videoconferência.

O CAEG adotou uma metodologia de trabalho (disponível em http://www.ifrj.edu.br/node/3247) baseado em relatoria a ser empregada nas análises das matérias que prescindirem de uma avaliação aprofundada dos norteadores legais e das demandas de recursos humanos e materiais envolvidas. Em 2015, foram distribuídas 07 (sete) relatorias e emitidos 05 (cinco) pareceres (disponíveis em http://www.ifrj.edu.br/node/3249).

O Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CAPOG), tem caráter consultivo em conjunto com os demais conselhos acadêmicos, traça as diretrizes para a orientação e normatização das atividades acadêmicas e participa da elaboração e implementação das linhas de ação que visam à qualidade de ensino, da pesquisa e inovação.

O CAPOG tem por finalidade discutir e avaliar questões de natureza acadêmica, de pesquisa e de inovação, visando, sobretudo, aprimorar o processo ensino-aprendizagem, subsidiando a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPPI), a Reitoria e o Conselho Superior nas discussões de natureza didático-pedagógicas e regimentais, exarando pareceres.

Os pareceres do CAPOG são encaminhados ao Conselho Superior para apreciação e homologação, sendo exaradas sob a forma de resoluções.

Nas questões que considerar pertinente, o Conselho Superior pode delegar competência ao CAPOG para deliberação sobre questões de interesse.

O CAPOG tem as seguintes atribuições:

I. Elaborar propostas de política acadêmica, fixando regulamentos e normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação;
II. Elaborar propostas de política de pesquisa, pós-graduação e inovação, fixando regulamentos e normas para o fortalecimento e a qualidade dos programas institucionais;
III. Fomentar políticas de integração das atividades de ensino, pesquisa e inovação, resguardando o seu princípio de indissociabilidade;
IV. Avaliar propostas de criação e extinção de cursos de pós-graduação, bem como sugerir medidas de atualização e de reformulação curricular de cursos vigentes, encaminhando parecer didático-pedagógico ao Conselho Superior;

V. Propor encaminhamentos relativos à construção, à execução e à atualização do Projeto Político Pedagógico do IFRJ e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ no seu âmbito de competência.

São atribuições dos Conselheiros do CAPOG:

I. Comparecer às reuniões do Conselho;
II. Discutir e votar as proposições apresentadas, quando membro votante;
III. Contribuir com o debate e apresentar proposições, no âmbito dos assuntos tratados.
IV. Colaborar com comissões para as quais forem designados;
V. Relatar os processos que lhe forem atribuídos e sobre eles emitir parecer;
VI. Colher subsídios para as discussões do respectivo Conselho junto aos servidores do segmento que representa, mantendo-os informados sobre os assuntos discutidos em reuniões e as deliberações tomadas;
VII. Quando da sua ausência, notificar a presidência do Conselho e convocar seu suplente.

Perderá o mandato o representante do Conselho:

I. Que deixar de pertencer ao quadro de pessoal ativo permanente do IFRJ;
II. Que passar à inatividade;
III. Que deixar de exercer, na Instituição, função no segmento que representa;
IV. Quando extinguir-se o segmento correspondente à sua representação;
V. Que faltar, sem motivo justificado, a três reuniões no mesmo mandato;
VI. Que se licenciar da instituição por período igual ou superior a 60 dias. Consecutivos;
VII. Que seja cedido ou transferido a outra instituição.
VIII. Que, quando aluno, cancelar a matrícula ou concluir o curso antes do fim do mandato.

Considera-se justificada a ausência do conselheiro à reunião por motivo de:

I. Doença, inclusive de pessoa da família;
II. Afastamento a serviço da Instituição;
III. Falecimento de pais, filhos, irmãos ou respectivos afins, e cônjuges;

IV. De força maior, a juízo do próprio CAPOG.

Justificativa de que trata este artigo deverá ser apresentada à consideração do Conselho até a reunião seguinte em que ocorrer a falta.

Cabe ao CAPOG deliberar sobre o afastamento e a perda de mandato de um membro.

O Conselho Acadêmico de Atividades de Extensão (CAEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/IFRJ é um órgão colegiado consultivo e instituído pelo Estatuto e Regimento Geral do IFRJ. Tem por finalidade a normatização de questões de extensão e subsidiar as Pró-Reitorias, Reitoria e o Conselho Superior nas discussões que envolvam atividades de extensão, exarando pareceres.

São suas atribuições:

I. Avaliar as questões didático-pedagógicas e de organização e funcionamento do ensino, pesquisa e extensão, de caráter sistêmico;
II. Avaliar propostas de criação e extinção de cursos, bem como sugerir medidas de atualização e de reformulação curricular dos cursos vigentes, encaminhando parecer didático-pedagógico ao Conselho Superior do IFRJ;
III. Propor encaminhamentos relativos à construção, à execução e à atualização do Projeto Político Pedagógico do IFRJ e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ, no que lhe couber;
IV. Avaliar regulamentos e normas referentes ao funcionamento do ensino, pesquisa e
V. Extensão, propondo novas formulações ou alterações.

As questões aprovadas pelo CAEX são encaminhadas conforme procedimentos formais na administração pública pelo Presidente do Conselho Acadêmico ao Conselho Superior para aprovação e serem exaradas em forma de Resoluções.

O atual mandato do CAEX se iniciou em 29 de junho de 2015 e se encerrará em 29 de maio de 2017, devendo ser organizadas novas eleições a partir de abril de 2017.

## 5.4 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADOS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Não se aplica.

## 5.5INFORMAÇÕES SOBRE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Não se aplica.

## 5.6 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Não se aplica.

## 5.7 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A unidade de Auditoria Interna (Audin) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro está diretamente subordinada à Reitoria, conforme o artigo 33 do Regimento Geral aprovado pela Resolução n.º 16 do Conselho Superior do IFRJ, de 10 de Agosto de 2011.

A Audin no cumprimento de suas ações planejadas emitiu no decorrer do exercício de 2015: Solicitações de Auditorias (SA), Relatórios de Auditorias (RA), Relatórios Gerenciais, realizou o acompanhamento dos atos publicados na imprensa oficial, além de realizar assessoramento e orientações.

Foram emitidas solicitações de auditoria dirigidas às Direções-Gerais dos *campi* do IFRJ, a Pró-reitoria de Administração, a Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico, a Diretoria de Concursos e Processos Seletivos, dentre outros, referentes aos temas específicos de Gestão Orçamentária, Gestão de Pessoas, Gestão Patrimonial, Gestão de Almoxarifado, Controles Internos e outros. As Solicitações de Auditoria geraram Relatórios de Auditoria por ação programática do PAINT 2015, e por demanda de fiscalização da Controladoria Geral da União. As constatações estão elencadas no Tabela 40.

O IFRJ possui atualmente 3 (três) servidores lotados na auditoria, além de 1 (um) estagiário, conforme quadro abaixo e possui 2 códigos de vagas para a contratação de 2 (dois) auditores:

Tabela 39: Composição da Auditoria

| Lotação | Servidor | Cargo | Subordinação Hierárquica | Função |
|---|---|---|---|---|
| Auditoria Interna/ Reitoria | Danielle Silva de Araujo | Assistente em Administração | Reitor | Chefe da Auditoria Interna |
| Auditoria Interna/ Reitoria | Carlos Alberto Kwasinski de Sá Earp | Assistente em Administração | Chefe da Auditoria Interna | Auditor Interno |
| Auditoria Interna/ Reitoria | Solange Pereira Duque Costa | Auditora Interna | Chefe da Auditoria Interna | Auditora Interna |

**Fonte**: IFRJ (2016)

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, o IFRJ oferece a estrutura física adequada para a realização dos trabalhos: sala, mobiliário, computadores e estrutura de telefonia.

## OUTRAS ATIVIDADES

Pelo Diário Oficial da União D.O.U. foram acompanhados os atos e matérias relativos ao IFRJ, da legislação vigente e das orientações e normativos da CGU e do TCU.

A Audin não recebeu manifestação quanto às decisões e recomendações dos conselhos Superior e de Ética bem como quanto a denúncias.

**Envio à Controladoria-Geral da União através do Sistema de Transferência de Informações**, de dados referentes aos terceirizados do IFRJ. Conforme o Ofício-circular n.º 268/2009/SE/CGU-PR de 11/08/2009, a cada quatro meses, os ministérios do Poder Executivo Federal devem enviar à Controladoria-Geral da União (CGU) informações acerca dos contratos de terceirização de mão-de-obra da respectiva pasta, incluindo as autarquias e fundações vinculadas. O envio do IFRJ se deu baseado no calendário abaixo:

Quadro 24: Calendário de envio de informações

| Mês referenciado | Data de envio |
|---|---|

| | |
|---|---|
| Janeiro | Até 15 de fevereiro |
| Maio | Até 15 de junho |
| Setembro | Até 15 de outubro |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Por problemas a técnicos não foi possível realizar o envio dos dados para o mês de maio de 2015.

Estão pendentes as ações do PAINT/2015 referente as ações:

Quadro 25: Ações pendentes do PAINT

| Ação do PAINT 2015 | Ação | Considerações – AUDIN |
|---|---|---|
| **2.2** | Gestão de Suprimentos – Licitações | Esta auditoria está em andamento, através do processo nº 23270.1079/2015-04 |
| **2.3** | Gestão de Suprimentos – CPGF | Ação 2.3 do PAINT 2016 |
| **3.2** | Gestão de pessoas – Insalubridade e Periculosidade | Ação 3.3 do PAINT 2015, não foi realizada, pois trabalhos de adequação estavam sendo realizados pelo setor de engenharia de Segurança do trabalho, e a ação perderia o objeto. No entanto, esta ação será realizada neste ano, conforme ação 3.3 do PAINT 2016. |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Relacionamos abaixo as ações mais relevantes realizadas no exercício 2015 e respectivas constatações da Auditoria do IFRJ – Auditoria Geral/Reitoria.

Tabela 40: Principais trabalhos e constatações de Auditoria

| Nº do Documento | Ação | Origem da Ação | Área Examinada | Constatações |
|---|---|---|---|---|
| Relatório de Auditoria n.º 01/2015 | Ação 02.03 - Gestão Patrimonial de Bens de uso Especial do IFRJ | PAINT 2015 | *Campi* e Reitoria | Constatação 001 – Ausência de controles. |
| Relatório de Auditoria n.º 02/2015 | Ação 03.02 - Gestão de Recursos Humanos - Concessões de ajuda de custo, indenizações de transporte e mudança de mobiliário | PAINT 2015 | Pró-Reitoria de Administração – PROAD – Diretoria de Gestão de Pessoas | Constatação 001 – Ausência de normatização interna.<br>Constatação 002 – Inconformidades na concessão de ajuda de custo. |

| Nº do Documento | Ação | Origem da Ação | Área Examinada | Constatações |
|---|---|---|---|---|
| | | | Campus Rio de Janeiro | Constatação 001 – Necessidade de gerenciamento dos arquivos públicos |
| | | | Campus Rio de Janeiro | Constatação 002 – Ausência de servidor responsável pela Coordenação de Almoxarifado. |
| | | | Campus Rio de Janeiro | Constatação 003 – Ausência de controle e acompanhamento pela contabilidade da movimentação de entrada e saída dos materiais para confrontar a compatibilidade dos dados contábeis com os do controle realizado. |
| | | | Campus Rio de Janeiro | Constatação 004 – Carência da execução das atribuições inerentes ao cargo de contador, conforme descrição dos cargos técnico-administrativos em educação Lei 11.095, de 12 de janeiro de 2005. |
| | | | Campus Rio de Janeiro | Constatação 005 - Fragilidade no controle da movimentação dos materiais |
| Relatório de Auditoria n.º 03/2015 | Ação 02.07 - Gestão de Patrimonial e de almoxarifado | PAINT 2015 | Campus Rio de Janeiro | Constatação 006 - Verificou-se a inexistência de manual de procedimentos do almoxarifado e sistema informatizado para a realização do controle dos materiais, no entanto, as rotinas de trabalho apresentadas pelo setor mostraram-se adequadas quanto à movimentação de entrada e saída destes. |
| | | | Campus Nilópolis | **Constatação 001 -** Verificou-se a inexistência de manual de procedimentos do almoxarifado e sistema informatizado para a realização do controle, no entanto, as rotinas de trabalho apresentadas pelo setor mostraram-se adequadas quanto à movimentação de entrada e saída de materiais. |
| | | | Campus Nilópolis | **Constatação 002 -** Foi verificado que o *campus* elabora o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA), e encaminha para a Coordenação de Orçamento e Finanças, no entanto, esta Coordenação arquiva o RMA sem realizar nenhum procedimento com os dados constantes no relatório por |

| Nº do Documento | Ação | Origem da Ação | Área Examinada | Constatações |
|---|---|---|---|---|
| | | | | não ter orientações de como proceder. |
| | | | Campus Nilópolis | **Constatação 003 -** Ao realizar a visita, *in loco*, e após aplicar a entrevista foi verificado que o inventário físico dos bens de consumo e tomada de contas do almoxarifado não são realizados pelo setor responsável, conforme menciona o item 8 da IN/SEDAP 205/88 e artigo 88 do Decreto-lei Nº. 200 de 25/02/1967. |
| | | | Campus Nilópolis | **Constatação 004 -** O almoxarifado de materiais de consumo não possui extintor de incêndio estando em desacordo com a Instrução Normativa nº 205-SEDAP/PR, de 08/04/1988. |
| | | | *Campus* São Gonçalo | **Constatação 001 -** Verificou-se a inexistência de manual de procedimentos do almoxarifado para a realização do controle dos materiais. No entanto, as rotinas de trabalho apresentadas pelo setor mostraram-se adequadas quanto à movimentação de entrada e saída destes. |
| | | | *Campus* São Gonçalo | **Constatação 002 -** Foi verificado que o *campus* não elabora o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) conforme Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). |
| | | | *Campus* São Gonçalo | **Constatação 003 -** Após entrevista foi constatado que o responsável pelo almoxarifado de material de escritório não possui portaria de designação estando em desacordo com o Decreto-Lei nº 200/67, art. 12, § único. |
| Relatório de Auditoria n.º 04/2015 | Ação 03.01 - Concessão de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso | PAINT 2015 | Pró-Reitoria de Administração – PROAD – Diretoria de Gestão de Pessoas | **Constatação 001 -** Necessidade de montagem dos processos sobre a Concessão de Gratificação por Encargo de Cursos ou Concursos desde sua origem. |

| Nº do Documento | Ação | Origem da Ação | Área Examinada | Constatações |
|---|---|---|---|---|
| | | | | **Constatação 002 -** Quanto aos critérios estabelecidos relativo a seleção dos servidores para executar as atividades relacionadas, conforme art. 76-A da lei 8.112/1990, foram apresentadas as seguintes manifestações.<br><br>**Constatação 003 -** Contatou-se a inexistência de regulamento e/ou orientação visando instituir a previsão orçamentária e homologação do dirigente máximo da Instituição, contendo planilha de custos com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência conforme art. 60 da Lei 4.320/64 e art. 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000.<br><br>**Constatação 004** - Verificou-se que não é realizado pesquisa preliminar sobre servidores que farão parte das atividades inerentes a cursos, concursos públicos e exames vestibulares.<br><br>**Constatação 005** - Foi observado durante a realização desta auditoria interna o não preenchimento da Declaração de Execução de Atividades conforme § 2º do art. 6º do Decreto nº 6.114/2007. |
| Relatório de Auditoria n.º 05/2015 | Ação 02.06 - Gestão Orçamentária – Verificar os controles das prestações de contas do PFRH | PAINT 2015 | Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico - PROET | Constatação 001 - Impropriedade na condução de procedimento administrativo de bem extraviado. |
| Relatório de Auditoria n.º 07/2015 | Ação 02.05 - Gestão Patrimonial - Inventários Físico e Financeiro d | PAINT 2015 | Pró-reitoria de Administração - PROAD, todos os Campi do IFRJ | Constatação 001 - Fragilidade na gestão patrimonial. |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Após a realização das atividades de auditoria são emitidos relatórios ao quais são encaminhados ao Gabinete da Reitoria para ciência do M. Sr. Reitor. Quando as recomendações não são de ordem sistêmica, uma cópia do relatório é encaminhada aos Diretores Gerais para ciência da recomendação e manifestação, além do envio do Resumo do Relatório ao Conselho Superior.

Os Planos de Providência Permanente Internos (PPI) são solicitados aos gestores responsáveis pela área auditada para atendimento às recomendações oriundas dos relatórios /Notas de Auditorias, para que sejam remetidos de volta à Audin para análise das atividades planejadas/executadas, a fim de atender às recomendações. Na eventualidade de não cumprimento da recomendação, é dada ciência a autoridade competente para considerações e providências.

## 5.8 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Atualmente estão sendo realizados estudos técnicos para a implantação de setor correicional, com previsão para o segundo semestre de 2016, já que a significativa melhoria das condições de espaço físico e infraestrutura com a mudança iminente da Reitoria do IFRJ para o novo prédio no Centro do RJ possibilitará o efetivo funcionamento do referido setor, que terá, dentre outras atribuições a de adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível, realizando acompanhamento permanente dos mesmos.

A atividade correicional utilizará como instrumentos principais a sindicância (investigação preliminar) e o processo administrativo disciplinar, promovendo apuração de irregularidades na administração pública no âmbito do IFRJ.

Nessa perspectiva, a Instituição tem envidado os esforços necessários para a instauração de todos os procedimentos apuratórios necessários/recomendados pelos Órgãos de controle, realizando, inclusive, capacitação de cerca de 17 servidores para a realização dos referidos procedimentos, através de curso *in company* ministrado por professor oriundo da Controladoria Geral da União, na Reitoria do IFRJ, no período de 23/11/2015 à 27/11/2015.

Na tabela 55, apresentamos o panorama atual referente aos procedimentos apuratórios em andamento:

Tabela 41: Procedimentos apuratórios

| Recomendação | Providência adotada |
|---|---|
| Instaurar o procedimento disciplinar adequado referente à recomendação da Auditoria Interna do IFRJ para apuração de responsabilidade em relação a indícios de irregularidade na formação de preços de referência, objeto da constatação 004 | **Solicitação de prorrogação de 120 dias para a instauração do procedimento.**<br>**Justificativa:**<br>A Instituição tem envidado os esforços necessários para a instauração de todos os procedimentos apuratórios necessários/recomendados pela CGU, realizando, inclusive, capacitação de cerca de 17 |

| | |
|---|---|
| do Relatório de Auditoria n° 06/2011, de 31/10/2011. | servidores para a realização dos referidos procedimentos, através de curso *in company* ministrado por professor da CGU, na Reitoria do IFRJ, no período de 23/11/2015 à 27/11/2015.<br>Contudo, há a necessidade de se aguardar a disponibilidade de servidores com mínima experiência para atuação na presidência dos procedimentos juntamente com os servidores recentemente capacitados e demais servidores do quadro deste IFRJ disponíveis para a demanda em questão. |
| Apurar responsabilidade pelas falhas na fiscalização e pela ausência de providências face às irregularidades apontadas nos Memorandos n° 64, 65 e 63 do Campus de Nilópolis, datados de 18/03/2013. | **Solicitação de prorrogação de 120 dias para a instauração do procedimento.**<br>**Justificativa:**<br>A Instituição tem envidado os esforços necessários para a instauração de todos os procedimentos apuratórios necessários/recomendados pela CGU, realizando, inclusive, capacitação de cerca de 17 servidores para a realização dos referidos procedimentos, através de curso *in company* ministrado por professor da CGU, na Reitoria do IFRJ, no período de 23/11/2015 à 27/11/2015.<br>Contudo, há a necessidade de se aguardar a disponibilidade de servidores com mínima experiência para atuação na presidência dos procedimentos juntamente com os servidores recentemente capacitados e demais servidores do quadro deste IFRJ disponíveis para a demanda em questão. |
| Apurar responsabilidade pela aceitação de valores inexequíveis e pela não conferência da proposta encaminhada pela empresa vencedora divergente daquela utilizada durante o pregão, o que ocasionou a majoração do custo fixo anual em R$ 659,0 mil. | **Recomendação atendida.**<br>Procedimento apuratório em andamento.<br>Sindicância Instaurada através do Processo nº 23270000061/2016-68. |
| Instaurar o competente procedimento administrativo para apurar responsabilidade referente à ausência de cobrança da prestação de contas referente a recursos arrecadados relativos aos concursos regidos pelos Editais nº 26/2009, nº 27/2009 e nº 37/2011. | Solicitação de prorrogação de 120 dias para atendimento à demanda.<br>**Justificativa:**<br>Houve solicitação (por parte da presidência do Grupo de Trabalho - GT) de prorrogação, por 150 dias, do prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao GT para levantamento da Situação da Fundação de Apoio ao CEFET de Química – FUNCEFET Química, designado através da Portaria nº 194, de 27/11/2014, estabelecendo-se o prazo de 20/01/2016 para a conclusão dos trabalhos (previsão). |
| Promover a abertura de processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade pela emissão do cartão ticket car destinado ao veículo placa LPK 4469, que não é veículo oficial do IFRJ, e pelo uso continuado do cartão, causando prejuízo ao Erário no montante estimado de R$ 68.282,21 (sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e um reais). | **Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:**<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o |

| | |
|---|---|
| | andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº 017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº 1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.<br>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº 515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial. |
| Promover a abertura de processo administrativo, a fim de apurar a responsabilidade pelo pagamento a título de horas extras sem a efetiva comprovação dos serviços prestados, promovendo, se for o caso, o ressarcimento ao Erário. | **Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:**<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº 017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº 1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.<br>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº 515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial. |
| Instaurar procedimento administrativo, com vistas a apurar a responsabilidade pelas multas referentes às infrações de trânsito, cometidas durante a utilização de veículos oficiais do IFRJ, a fim de que as multas de trânsito ainda não quitadas sejam pagas e seja obtido o devido ressarcimento ao Erário. | **Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:**<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº 66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o |

| | |
|---|---|
| | andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº 017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº 1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº 287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.<br>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº 515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial. |
| Apurar a responsabilidade pela não adoção tempestiva de medidas corretivas das deficiências no gerenciamento da frota de veículo do IFRJ e terceirização de motoristas, apesar das falhas anteriormente identificadas nos Relatórios da Auditoria de Auditoria/AUDIN nº 11/2012, de 12/01/2013, e nº 1/2013, de 9/7/2013 | **Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:**<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº 66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº 1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº 287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.<br>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial. |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 5.9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quadro 26: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | | X |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | X | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | X |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | X | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | X | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | X | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | X | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | X | |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | X | |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | X | |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | X |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | X |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | | X |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | X | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | X |
| **Análise crítica e comentários relevantes:**<br>Cabe ressaltar que o ano de 2015 foi um ano de transformação de Gestão no IFRJ. O Magnífico Sr. Reitor Paulo Roberto de Assis Passos tomou posse em maio/2014 e desde então, a Gestão sofreu mudanças significativas buscando o aprimoramento da mesma. | | | | | |
| **Escala de valores da Avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.<br>**(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.<br>**(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ. | | | | | |

**Fonte**: IFRJ (2016).

### 5.9.1 Relatórios semestrais sobre os controles internos do Banco elaborados em observância à Resolução CMN 2.554/98

Não se aplica ao IFRJ, de acordo com o art. 1º determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e implementação de controles internos voltados para as atividades por elas

desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis).

## 5.10 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

Não se aplica.

## 5.11 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não se aplica

## 5.12 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE

Não se aplica.

## 5.13 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Não se aplica.

## 5.14 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE

Não se aplica.

## 5.15 ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

A Procuradoria Federal atuou de forma consistente na defesa judicial e extrajudicial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, tendo sido responsável pela elaboração de 621 (Seiscentos e Vinte e Um) pareceres, 360 (Trezentos e Sessenta) ofícios, sem contar as centenas de correios eletrônicos com

instruções de toda ordem aos diversos *campi* do Instituto, bem como as inúmeras reuniões e audiências em que se fez representar pelo seu Procurador ou por servidor pertencente ao seu quadro.

Em 2015, por meio de sua atuação consultiva, a Procuradoria foi diretamente responsável pela continuidade do processo de expansão e consolidação do IFRJ, tendo garantido: a expedição de parte da documentação inicial e necessária para a futura implantação dos novos *campi*; a celebração de convênios, acordos de cooperação e de outros ajustes de parceria nacionais e internacionais; a consolidação da aplicação da Lei das Cotas aos editais de concurso do Instituto; o prosseguimento de concursos públicos contestados administrativa ou judicialmente; o cumprimento da jornada máxima de 60 (sessenta) horas semanais para os casos de acumulação legal de cargos ou empregos públicos previstos na Constituição; a defesa dos interesses do IFRJ perante o Ministério Público Federal e inúmeros Conselhos Profissionais; a fiscalização da regularidade formal de todos os processos licitatórios do Instituto, dentre outros.

Para o próximo exercício (2016), a Procuradoria Federal tem por objetivo qualificar os seus atuais servidores e colaboradores (1 Servidor e 2 estagiários), a fim de que possam atuar com qualidade e presteza no desafiador processo de expansão do IFRJ que, inevitavelmente, aumentará a demanda consultiva (já expressiva, conforme demonstram os números apresentados no início deste documento).

# 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

## 6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A ouvidoria do IFRJ foi formalmente institucionalizada em 10 de agosto de 2011, quando foi aprovado o Regimento Geral do IFRJ, através da Resolução nº16 / 2011. O referido serviço tem como objetivos o acolhimento, o registro e a análise de reclamações, elogios, solicitações, sugestões e denúncias da comunidade interna e externa ao IFRJ, assegurados o comprometimento com a ética, a confidencialidade dos registros e a imparcialidade na análise.

O artigo 52, do Regimento Geral do IFRJ, define ainda as atribuições do Ouvidor-Ouvi:

> I - Receber as manifestações do cidadão, acolhendo e registrando, por meio de procedimentos próprios;
> II - Analisar e avaliar os registros, a fim de promover os devidos encaminhamentos institucionais;
> III - Examinar e acompanhar os procedimentos adotados pelas áreas competentes de forma a efetivar as soluções ou os possíveis encaminhamentos para cada caso registrado na Ouvidoria;
> IV - Tratar as respostas das manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações;
> V - Guardar sigilo das manifestações, sem prejuízo dos efetivos procedimentos de mediação e resposta;
> VI - Zelar pelo adequado registro e arquivamento das manifestações e seus desdobramentos;
> VII - Indicar às instâncias competentes as recomendações e as propostas que colaborem para o constante aperfeiçoamento institucional.

Cumpre mencionar que o serviço da ouvidoria não tem como prerrogativa a resolução independente e imediata das manifestações formalizadas. O referido serviço não possui poder deliberativo. Desta forma, ao ouvidor cabe a análise, a síntese, a articulação e principalmente a mediação na solução de conflitos. Por vezes, a solução plena não é cabível ou possível, sendo crucial na análise das ocorrências apontamentos que fomentem o aprimoramento institucional.

As manifestações são formalizadas através do e-mail: ouvidoria@ifrj.edu.br, sendo as mesmas analisadas, categorizadas, numeradas, respondidas e arquivadas através do próprio e-mail institucional.

O referido serviço funciona fisicamente no prédio da Reitoria, subordinado diretamente ao Reitor e conta com um servidor. Destaca-se ainda que a ouvidoria não

funciona em conjunto com o Serviço de Acesso à Informação, tendo este último uma estrutura administrativa própria.

Para o efetivo funcionamento do serviço de ouvidoria, é necessário o comprometimento de toda a instituição, não somente fornecendo pontuais subsídios para o atendimento da demanda, como também elegendo uma práxis cotidiana que fomente o pleno exercício da cidadania. A Ouvidoria contou, de forma geral, com o apoio institucional, assegurando o desenvolvimento de suas ações. Na maioria dos casos, os subsídios necessários foram devidamente fornecidos pelas áreas competentes, a fim de que as respostas da ouvidoria pudessem ser pautadas nos seus preceitos regulamentares. Todavia, é oportuno demarcar que a falta de regulamentação interna detalhada contribui para que algumas áreas não atendam / respondam os protocolos abertos no serviço nos prazos estipulados.

## Dados da Ouvidoria

Tabela 42: Índice de manifestações por área

| ÁREA | PORCENTAGEM DE MANIFESTAÇÕES[1] em 2014 | PORCENTAGEM DE MANIFESTAÇÕES[2] em 2015 |
|---|---|---|
| Atraso ou não pagamento de bolsas | 21,55% | 10,86% |
| Condições físicas dos campi e atendimento dos servidores | 17,67% | 9,43% |
| Concursos | 16,38% | 36,29% |
| Funcionamento do IFRJ | 12,07% | 11,14% |
| Certificação | 9,48% | 10,85% |
| Outros | 8,62% | 0,86% |
| Qualidade do Ensino/Cumprimento do Regulamento | 6,04% | 5,14% |
| Demandas Internas | 3,88% | 3,43% |
| Gestão de Pessoas | 3,88% | 11,43% |
| Transporte Público | 0,43% | 0,57% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 43: Manifestações por categoria

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO | PORCENTAGEM |
|---|---|

[1] São consideradas manifestações todos os protocolos abertos no serviço de ouvidoria. Posteriormente, eles são categorizados conforme a Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria Geral da União (CGU), datada de 05 de novembro de 2014.

[2] Categoria "cursos"em 2015.

| | EM 2015[3] |
|---|---|
| Reclamações | 54,86% |
| Elogios | 0,00%[4] |
| Solicitações | 43,71% |
| Denúncias | 0,57% |
| Sugestões | 0,86% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 44: Índice de manifestações por categoria e área (2015)

| Grandes Áreas | Solicitações | Reclamações | Denúncias | Elogios | Sugestões | Total de Manifestações por área |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Concursos | 48,82% | 49,61% | 1,57% | 0% | 0% | 100% |
| Certificação | 65,79% | 34,21% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Condições físicas dos campi | 5% | 95% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Atraso ou não pagamento de bolsas | 13,16% | 86,84% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Qualidade do ensino/professores/cumprimento do regulamento | 16,67% | 83,33% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| DGP | 22,5% | 70% | 0% | 0% | 7,5% | 100% |
| Transporte público/RioCard | 0% | 100% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Atendimento dos servidores em geral | 0% | 100% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Demandas internas | 58,33% | 41,67% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Cursos | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Outros | 66,67% | 33,33% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| **Total** | **43,71%** | **54,86%** | **0,57%** | **0%** | **0,86%** | **100%** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## ANÁLISE DOS DADOS:

No ano de 2015, foram recebidas 350 manifestações na ouvidoria, sendo 153 solicitações, 192 reclamações, 3 sugestões e 2 denúncias. O maior número de manifestações se concentrou na área de concursos. A referida área também concentrou o maior número de reclamações. Entretanto, a maior parte das manifestações refere-se a empresa contratada para a realização de vários certames do IFRJ (BIORIO), incluindo o maior concurso que o Instituto já promoveu (docentes e técnicos-administrativos), bem como o de maior foco da instituição – o concurso para o ensino médio-técnico.

Cumpre enfatizar que, no caso em tela, o serviço de ouvidoria teve suas ações limitadas por parâmetros legais e administrativos vinculados ao contrato celebrado, já que

[3] Em virtude da mudança de metodologia da ouvidoria, adequando-a a Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria Geral da União (CGU), datada de 05 de novembro de 2014, não foi possível estabelecer nesta tabela um padrão comparativo com o exercício de 2014

[4] Na metodologia aplicada, o enquadramento na categoria "elogio" é realizado quando ela se dá de forma primária, ou seja, a manifestação foi originalmente confeccionada com este objetivo. Este critério não contempla os elogios após a solução/encaminhamento da temática apresentada.

competia a esta empresa privada todo um rol de procedimentos e responsabilidades que estavam fora do alcance desta instituição de ensino. Em aditamento, foram verificados inúmeros problemas no concurso realizado pela supracitada empresa contratada, o que engendrou inclusive a reaplicação de provas. As manifestações vinculadas ao caso foram encaminhadas para a Diretoria de Concursos e por esta para a realizadora do certame, visando a emissão de resposta direta aos interessados. As análises dos problemas apresentados pela empresa contratada embasaram inclusive termos de notificação. A partir do recorte apresentado, desvela-se a configuração atípica da área de concursos como a mais reclamada. Tradicionalmente, em relação à área, a maior parte das manifestações é referente à formalização de dúvidas e pedidos de informação sobre os editais, bem como retificação de formulários, dentre outros itens. Muitos dos pedidos de informação ocorrem em função da disposição do conteúdo do site do IFRJ.

A segunda área mais reclamada no ano de 2015 foi a relacionada aos auxílios estudantis (PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PAE). Considerando a já mencionada atipicidade da área de concursos como a maior reclamada, já que tal status teve origem em problemas de responsabilidade da empresa privada contratada, a área de concessão de auxílios ocupa um lugar de destaque nos índices de reclamação, tendo sido historicamente a mais reclamada. Entretanto, desde a criação de uma Diretoria específica para a criação, o controle e a melhoria das políticas internas relacionadas ao supracitado Programa (a DIRAE), o que se verificou foi uma diminuição no número de manifestações relacionadas a área. A Diretoria, recém recomposta, tem mapeado todos os problemas relacionados aos atrasos nos pagamentos dos auxílios, bem como tem mantido um contato mais direto com os discentes do IFRJ.

É oportuno destacar que muitos manifestantes se sentem apreensivos e temerosos em realizar uma reclamação na Ouvidoria, principalmente os discentes. Todavia, apesar do número absoluto de manifestações no referido serviço não ser considerado tão grande quando comparado ao número total de discentes, uma única reclamação pode retratar (e geralmente retrata) a realidade de um grande número de pessoas.

A terceira área mais reclamada – a área de Gestão de Pessoas – teve seu número de manifestações significativamente aumentado, o que ensejou diversos encaminhamentos internos. No início de 2016 houve uma alteração na equipe de gestão. Destaca-se a necessidade de capacitação técnica da área.

As dúvidas de "primeiro estágio" continuam sendo remetidas equivocadamente ao serviço de ouvidoria, problema comum também em quase todos os serviços de ouvidoria do Brasil. Dito de outra forma, os manifestantes encontram a ouvidoria como primeira forma de obter uma informação, não tendo passado por nenhuma tentativa anterior de obter resposta institucional. Um dos fatores desencadeantes desta utilização equivocada da ouvidoria, no caso do IFRJ, é novamente a disposição das informações no site institucional, cuja interface, por vezes, não é facilitadora.

Pontua-se novamente a necessidade do estabelecimento de um regulamento institucional específico, detalhado e exclusivo do referido serviço. Atualmente, a descrição do mesmo está restrito a um capítulo no Regimento Geral do IFRJ e os demais norteadores estão vinculados à legislação vigente. A oficialização de um Regulamento próprio corroborará para que o serviço cumpra de forma mais efetiva o seu papel social.

Ligado ainda a esta questão, emerge novamente a necessidade de um software que atenda as especificidades da ouvidoria. Sua inexistência é um complicador, tanto no gerenciamento e avaliação dos dados, como na avaliação do serviço. A implantação do SISOUV encontra-se em análise.

Evidencia-se a perspectiva da existência de instalações físicas mais adequadas, que garantam a autonomia do serviço, em virtude do novo prédio da Reitoria, recém adquirido, no Centro do Rio de Janeiro. Todos os procedimentos para a mudança para as novas instalações estão em andamento. Finalizando, ratificamos o desejo de que a Ouvidoria do IFRJ se consolide cada vez mais como um espaço dialógico, referendando a participação da sociedade em geral no aprimoramento do serviço público, fomentando um espaço democrático e de pleno exercício da cidadania.

## 6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar aos usuários dos serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Público Federal, as formas de acesso aos mesmos, bem como os respectivos compromissos estabelecidos e padrões de qualidade almejados no atendimento aos cidadãos.

A Carta de Serviços ao Cidadão do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) constitui-se num documento de grande importância para melhoria dos serviços oferecidos por esta instituição. Para dar mais transparência, nesta constam as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos assim como os documentos e as informações necessárias para acessá-los. A Carta de Serviços ao Cidadão do IFRJ está disponível em: http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/9292.

## 6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

No momento, está em fase de análise o desenvolvimento de mecanismo institucional para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. A ser implementado pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão (DIEX) em parceria com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI).

## 6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES REVELANTES SOB A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no IFRJ foi regulamentado conforme a Portaria nº 055 de 27, de Abril de 2012, que orientou como deve funcionar o atendimento ao cidadão.

O SIC tem sua posição hierárquica ligado ao Gabinete do Reitor e, encontra-se instalado no espaço físico da Reitoria com acesso ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que funciona como porta de entrada única para prestar atendimento, registro, orientação e informação sobre o trâmite de documentos no sentido publicar informações que permitam à sociedade perceber sua implementação no Poder Executivo Federal.

As solicitações dos pedidos de acesso à informação são realizadas na página www.ifrj.edu.br, onde constam as respectivas orientações, esclarecimentos e orientando o acesso direto ao local de registro do pedido na página http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

Conforme a LAI, artigo 40, na Portaria nº 104 de 09/09/2013 foi designado o Servidor como responsável pela implementação da Lei 12.527 no IFRJ, para exercer as seguintes atividades:

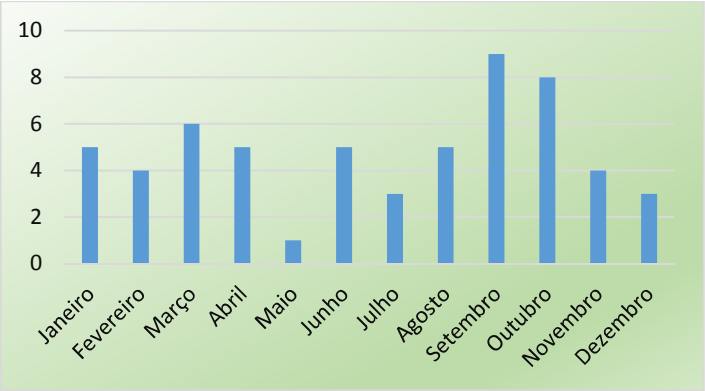
- Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei;
- Monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei;
- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento da LAI e de seus regulamentos.

Em relação a participação em treinamento e eventos nas ações voltadas à ampliar e atualizar conhecimentos, divulgação e, adequada implantação e funcionamento do SIC, o IFRJ foi representado pelo servidor, designado no art. 40, da LAI, no seguintes eventos:

- Seminário de 1 ano da lei de acesso à informação, em 16 de maio de 2013, Brasília/DF
- 2º RedeSIC reuniu autoridades de monitoramento e gestores Esic, em 24 e 25/06/2015 - Brasília-DF tema "Refletindo sobre Informações Pessoais".
- 3º RedeSIC em 24 e 25/06/2015 - Brasília-DF.

Abaixo segue a relação ao registro de trâmite de documentos no período, sendo o total de pedidos 58, totalizando a média mensal em 4,83:

Gráfico 14: Quantidade de pedidos de acesso à informação em 2015




**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 45: Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação – ano 2015

| Mês | Número de pedidos | Evolução mensal |
|---|---|---|
| Janeiro | 5 | - |
| Fevereiro | 4 | -20% |
| Março | 6 | 33.33% |
| Abril | 5 | -16.67% |
| Maio | 1 | -80% |
| Junho | 5 | 80% |
| Julho | 3 | -40% |
| Agosto | 5 | 40% |
| Setembro | 9 | 44.44% |
| Outubro | 8 | -11.11% |
| Novembro | 4 | -50% |
| Dezembro | 3 | -25% |
| **TOTAL** | 58 | |
| **MÉDIA** | 4,83 | |

**Fonte**: IFRJ (2016).

A situação e características dos pedidos de acesso à informação podem ser observadas nas tabelas 46, 47 e 48.

Tabela 46: *Status* dos pedidos

| Status do pedido | Quantidade |
|---|---|
| Em tramitação fora do prazo | 13 |
| Respondidos | 45 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 47: Características dos pedidos de acesso à informação

| Total de perguntas | Total de solicitantes | Média de perguntas por solicitante | Maior número de pedidos por solicitantes | Solicitantes com um único pedido |
|---|---|---|---|---|
| 55 | 52 | 1,25 | 2 | 46 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 48: Temas das solicitações (Top 10)

| Categoria e assunto | Quantidade | % de Pedidos |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| Educação - Profissionais da educação | 14 | 24,14% |
| Educação - Legislação educacional | 11 | 18,97% |
| Educação - Gestão escolar | 4 | 6,90% |
| Educação - Assistência ao estudante | 4 | 6,90% |
| Governo e Política - Administração pública | 3 | 5,17% |
| Educação - Métodos e meios de ensino e aprendizagem | 2 | 3,45% |
| Cultura, Lazer e Esporte - Cultura | 2 | 3,45% |
| Comércio, Serviços e Turismo - Comércio e Serviços | 1 | 1,72% |
| Educação - Educação superior | 1 | 1,72% |
| Educação - Educação profissional e tecnológica | 1 | 1,72% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

A seguir, o gráfico 15 e as tabelas 48 e 49 ilustram as respostas aos pedidos de acesso à informação.

Gráfico 15: Pedidos por tipo de resposta

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 49: Razões da negativa de acesso

| Descrição | Quantidade | % | % de pedidos |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL** | 0 | 0,00% | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 50: Meios de envio de resposta

| Meio | Quantidade | % de pedidos |
|---|---|---|
| Pelo sistema (com avisos por e-mail) | 58 | 100,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

A seguir, estão as informações quanto ao perfil dos solicitantes:

Tabela 51: Perfil dos solicitantes por tipo de pessoa

| Tipos de solicitante | Total | Percentual |
|---|---|---|
| Pessoa Física | 50 | 96,15% |
| Pessoa Jurídica | 2 | 3,85% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 52: Perfil dos solicitantes por gênero

| Gênero | |
|---|---|
| M | 54,00% |
| F | 38,00% |
| Não informado | 8,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 53: Grau de escolaridade dos solicitantes

| Nível de escolaridade | Percentual |
|---|---|
| Ensino Superior | 32,00% |
| Pós-graduação | 22,00% |
| Ensino Médio | 22,00% |
| Mestrado/Doutorado | 14,00% |
| Não informado | 8,00% |
| Ensino Fundamental | 2,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 54: Profissão dos solicitantes

| Profissão | Percentual |
|---|---|
| Servidor público federal | 32,00% |
| Professor | 12,00% |
| Outra | 12,00% |
| Estudante | 10,00% |
| Não informado | 12,00% |
| Empregado - setor privado | 10,00% |
| Servidor público municipal | 6,00% |
| Jornalista | 2,00% |
| Profis. Liberal/autônomo | 2,00% |
| Pesquisador | 2,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 55: Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

| Porte da empresa | Percentual |
|---|---|
| Empresa - grande porte | 50,00% |
| Empresa - PME | 50,00% |

**Fonte**: CGU (2016).

Tabela 56: Origem das solicitações por estados

| Localização dos solicitantes | | | |
|---|---|---|---|
| **Estado** | **Nº de solicitantes** | **% dos solicitantes** | **Nº de pedidos** |
| AM | 1 | 2,00% | 1 |
| BA | 1 | 2,00% | 1 |
| DF | 3 | 6,00% | 3 |
| GO | 1 | 2,00% | 1 |
| MG | 2 | 4,00% | 2 |
| MT | 1 | 2,00% | 2 |
| PI | 1 | 2,00% | 1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| RJ | 29 | 58,00% | 32 |
| RN | 1 | 2,00% | 1 |
| RS | 1 | 2,00% | 1 |
| SP | 5 | 10,00% | 6 |
| TO | 1 | 2,00% | 1 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 6.5 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Os conselhos possuem na sua composição representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. As reuniões do Conselho Superior são abertas à participação da Comunidade do IFRJ, por intermédio de suas representações, porém sem direito a voto. Igualmente, a convite, poderão participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos ou especialistas nas matérias em discussão, pertencentes ou não ao quadro de pessoal do IFRJ.

## 6.6 AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Uma das ações de avaliação foi a implementação, em 2015, da avaliação do curso pelos estudantes. No momento de inscrição em disciplinas, o estudante preenche um formulário *online* onde avalia seu curso no semestre anterior e realiza uma autoavaliação.

## 6.7 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Informamos abaixo, as condições de acessibilidade dos *Campi* do IFRJ:

- Arraial do Cabo: Este Campus dispõe de rampas e banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotáti para deficientes visuais.
- Duque de Caxias: Este Campus dispõe de rampa e banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;

- Engenheiro Paulo de Frontin: Este Campus dispõe de banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de rampas ou elevadores (plataforma) para cadeirantes e piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Mesquita: Este Campus dispõe de rampa e banheiros adaptados para cadeirantes.
- Não dispõe de piso tátil ou podotáti para deficientes visuais;
- -Nilópolis: Este Campus dispõe de rampa e banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Paracambi: Este Campus dispõe de banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de rampas ou elevadores (plataforma) para cadeirantes e piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Pinheiral: Este Campus dispõe de banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de rampas ou elevadores (plataforma) para cadeirantes e piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Realengo: Este Campus dispõe de banheiros adaptados para cadeirantes. Por ser uma construção linear, tendo apenas um pavimento não se faz necessária a construção de rampas ou plataformas para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Rio de Janeiro: Este Campus dispõe de banheiros adaptados e elevadores para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- São Gonçalo: Este Campus do IFRJ funciona no antigo CIEP. Possui rampa e banheiros adaptados para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais;
- Volta Redonda: Este Campus dispõe de banheiros adaptados e plataforma para cadeirantes. Não dispõe de piso tátil ou podotátil para deficientes visuais
- Reitoria: Possui elevador para cadeirantes.

Em todos os Campi e Reitoria se faz necessário a execução de projetos de acessibilidade para adequar o IFRJ, através das reformas necessárias, atender a Legislação em vigor sobre acessibilidade.

## 6.8 INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Não se aplica.

## 6.9 INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Não se aplica.

# 7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

## 7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O IFRJ emitiu o montante de R$ 303.844.095,76 (trezentos e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, noventa e cinco reais e setenta e seis centavos) em empenhos, sendo 87% (oitenta e sete por cento) dos empenhos liquidados, totalizando R$ 269.438.600,74 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos reais e setenta e quatro centavos).

O volume de pagamentos dos empenhos emitidos em 2015 foi de R$ 262.256.967,59 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). Este valor representa 98% (noventa e oito por cento) da liquidação de empenhos.

Os pagamentos totais no ano de 2015 foram de R$ 283.635.195,20 (duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e vinte centavos). A composição deste valor é: restos a pagar processados + restos a pagar não processados + liquidações do exercício.

Dos pagamentos de empenhos emitidos no exercício de 2015, R$ 230.404.280,62 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e trinta milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos) foram destinados a folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas; R$ 776.898,20 (setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte centavos) foram pagamentos de diárias; R$ 7.333.376,30 (sete milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta centavos) foram os valores consumidos por bolsas de estudos e auxílios a estudantes e R$ 23.742.412,47 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e sete centavos) são pagamentos diversos.

## 7.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os recursos são fornecidos pela LOA.

### 7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

Essas informações foram prestadas nos itens 3.7 e 4.3.

### 7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Essas informações foram prestadas no item 4.3

### 7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Essas informações estão contempladas no item 4.17.

## 7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

No momento o IFRJ encontra-se em fase de implementação do sistema de patrimônio que irá realizar a depreciação do patrimônio.

## 7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Não se aplica.

## 7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

No IFRJ, a conformidade contábil é realizada pela Direção Adjunta de Finanças e Contabilidade - DAFC, tanto na Reitoria, como nos *campi* que possuem Unidade Gestora Executora.

As restrições levantadas na conformidade são as que seguem abaixo:

- 302 - Falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
- 315 - Falta/restricao conform. Registros de gestao
- 319 - Falta registro de restricao/conf.regis.gestao
- 603 - Saldo contabil do almox.nao confere c/rma
- 606 - Sld along/indev.contas trans. At.circulante
- 609 - Saldo contabil almox nao confere c/controle634 - Falta avaliacao bens móv/imov/intang/outros
- 640 - Sd contabil bens moveis nao confere c/rmb
- 642 - Falta/evolucao incompativel dep.at.imobiliz.
- 643 - Falta/evol.incompativel amortiz.at.intangível
- 674 - Sld along. /indev ctas transit. Pas.circulante
- 701 - Outros - despesas
- 736 - Falta registro conformidade contabil
- 754 - Saldos along/indevidos- demonst.disponibilid.
- 757 - Sdo alongado/indev. Ctas.trans.receitas – dvp
- 772 - Demais incoerencias – ddr

## 7.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

Este tópico tem o objetivo de evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis do IFRJ. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Quadro 27: Declaração do Contador

| **DECLARAÇÃO DO CONTADOR** | |
|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | **Código da UG** |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO | 158157 |
| | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:<br><br>a) Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, pela ausência de RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, que impossibilita a baixa dos materiais consumidos.<br><br>b) Ativo Permanente do Balanço Patrimonial:<br><br>b.1) Ausência do RMB – Relatório Mensal de Bens Móveis, que impossibilita eventuais lançamentos da reavaliação, redução a valor recuperável, amortização e exaustão, baixa de bens inservíveis e adequada realização da depreciação, bem como dos seus efeitos. (Variações Patrimoniais Ativas e Passivas)<br><br>b.2) Ausência de documentos que amparam lançamentos de baixa e registro correlacionados às obras concluídas.<br><br>b.3) Ausência de relatório para apropriação da amortização dos bens intangíveis.<br><br>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. . | | | |
| **Local** | Rio de Janeiro | **Data** | 22/03/2016 |
| **Contador Responsável** | ISABEL CHRISTINA DE ANDRADE GUEDES COSTA | **CRC nº** | 067223/O-1 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 7.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A NBCT 16.9 estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão e a NBCT 16.10 estabelece critérios e procedimentos para a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. O IFRJ tem conhecimento da obrigatoriedade da adoção dos critérios estabelecidos pelas normas citadas, mas ainda não foi possível a implementação de controles relativos ao patrimônio e almoxarifado de suas unidades (campi).

Encontram dificuldades, ocasionadas pela falta de mão de obra qualificada, para execução destes serviços relacionados à realização de inventários e mensuração de valores pertinentes para cada bem.

Conformidade contábil

No IFRJ, a conformidade contábil é realizada pele Direção Adjunta de Finanças e

Contabilidade - DAFC, tanto na Reitoria, como nos campi que possuem Unidade Gestora Executora.

As restrições levantadas na conformidade são as que seguem abaixo:

- 302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB
- 315 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO
- 319 - FALTA REGISTRO DE RESTRICAO/CONF.REGIS.GESTAO
- 603 - SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA
- 606 - SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE
- 609 - SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE
- 634 - FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS
- 640 - SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB
- 642 - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ
- 643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL
- 674 - SLD ALONG. /INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE
- 701 - OUTROS – DESPESAS
- 736 - FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL
- 754 - SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.
- 757 - SDO ALONGADO/INDEV. CTAS.TRANS.RECEITAS – DVP
- 757 - SDO ALONGADO/INDEV. CTAS.TRANS.RECEITAS – DVP
- 772 - DEMAIS INCOERENCIAS – DDR

As ilustrações abaixo são referentes aos documentos contábeis:

Figura 1: Balanço financeiro

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 1 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| **Receitas Orçamentárias** | **3.363.658,05** | - | **Despesas Orçamentárias** | **303.844.095,76** | - |
| **Ordinárias** | **136.382,80** | - | **Ordinárias** | **68.681.117,37** | - |
| **Vinculadas** | **3.228.211,92** | - | **Vinculadas** | **235.162.978,39** | - |
| Educação | 181.649,43 | - | Educação | 187.009.992,31 | - |
| Seguridade Social (Exceto RGPS) | | - | Seguridade Social (Exceto RGPS) | 275.794,26 | - |
| Operação de Crédito | | - | Operação de Crédito | 45.289.291,39 | - |
| Alienação de Bens e Direitos | | - | Alienação de Bens e Direitos | | - |
| Transferências Constitucionais e Legais | | - | Transferências Constitucionais e Legais | | - |
| Previdência Social (RGPS) | | - | Previdência Social (RGPS) | | - |
| Doações | | - | Doações | | - |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 3.046.562,49 | - | Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 2.487.700,67 | - |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos | | - | Outros Recursos Vinculados a Fundos | 100.199,76 | - |
| Demais Recursos | | - | Demais Recursos | | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | -936,67 | - | | | |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | **316.085.274,83** | - | **Transferências Financeiras Concedidas** | **36.455.318,44** | - |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 289.940.523,46 | - | Resultantes da Execução Orçamentária | 27.672.254,30 | - |
| Cota Recebida | | - | Cota Concedida | | - |
| Repasse Recebido | 262.268.269,16 | - | Repasse Concedido | | - |
| Sub-repasse Recebido | 27.672.254,30 | - | Sub-repasse Concedido | 27.672.254,30 | - |
| Recursos Arrecadados - Recebidos | | - | Recursos Arrecadados - Concedidos | | - |
| Valores Diferidos - Baixa | | - | Valores Diferidos - Baixa | | - |
| Valores Diferidos - Inscrição | | - | Valores Diferidos - Inscrição | | - |
| Correspondência de Débitos | | - | Correspondências de Créditos | | - |
| Cota Devolvida | | - | Cota Devolvida | | - |
| Repasse Devolvido | | - | Repasse Devolvido | | - |
| Sub-repasse Devolvido | | - | Sub-repasse Devolvido | | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 26.144.751,37 | - | Independentes da Execução Orçamentária | 8.783.064,14 | - |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 23.642.690,47 | - | Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 8.465.031,91 | - |
| Demais Transferências Recebidas | | - | Demais Transferências Concedidas | | - |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 2.502.060,90 | - | Movimento de Saldos Patrimoniais | 318.032,23 | - |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | | - | Movimentações para Incorporação de Saldos | | - |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| **Recebimentos Extraorçamentários** | **41.989.419,89** | - | **Despesas Extraorçamentárias** | **21.783.994,04** | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 7.181.633,15 | - | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 7.483.753,20 | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 34.405.495,02 | - | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 13.894.474,41 | - |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 402.069,04 | - | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 395.962,10 | - |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 222,68 | - | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 9.804,33 | - |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | | - | Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento | 67,51 | - |
| Restituições a Pagar | | - | Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores | | - |
| Passivos Transferidos | | - | Pagamento de Passivos Recebidos | | - |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | 222,68 | - | Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior | 2.379,71 | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 2: Balanço financeiro (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 2 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| Arrecadação de Outra Unidade | | - | Transferência de Arrecadação para Outra Unidade | | - |
| Variação Cambial | | - | Variação Cambial | | - |
| Valores para Compensação | | - | Valores Compensados | 1.241,30 | - |
| Valores em Trânsito | | - | Valores em Trânsito | | - |
| DARF - SISCOMEX | | - | Ajuste Acumulado de Conversão | | - |
| Ajuste Acumulado de Conversão | | - | Demais Pagamentos | 6.115,81 | - |
| Demais Recebimentos | | - | | | |
| **Saldo do Exercício Anterior** | **8.588.753,10** | - | **Saldo para o Exercício Seguinte** | **7.943.697,63** | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 8.588.753,10 | - | Caixa e Equivalentes de Caixa | 7.943.697,63 | - |
| **TOTAL** | **370.027.105,87** | - | **TOTAL** | **370.027.105,87** | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 3: Receitas orçamentárias

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 1 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| RECEITA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| **RECEITAS CORRENTES** | **6.063.804,00** | **6.063.804,00** | **3.363.658,05** | **-2.700.145,95** |
| **Receitas Tributárias** | - | - | - | - |
| Impostos | - | - | - | - |
| Taxas | - | - | - | - |
| Contribuições de Melhoria | - | - | - | - |
| **Receitas de Contribuições** | - | - | - | - |
| Contribuições Sociais | - | - | - | - |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | - | - | - | - |
| Contribuição de Iluminação Pública | - | - | - | - |
| **Receita Patrimonial** | **18.198,00** | **18.198,00** | **53.205,87** | **35.007,87** |
| Receitas Imobiliárias | 15.484,00 | 15.484,00 | 18.698,25 | 3.214,25 |
| Receitas de Valores Mobiliários | - | - | - | - |
| Receita de Concessões e Permissões | 2.714,00 | 2.714,00 | 34.507,62 | 31.793,62 |
| Compensações Financeiras | - | - | - | - |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos | - | - | - | - |
| Receita da Cessão de Direitos | - | - | - | - |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - | - |
| **Receitas Agropecuárias** | **230.649,00** | **230.649,00** | **202.842,64** | **-27.806,36** |
| Receita da Produção Vegetal | 7.931,00 | 7.931,00 | 4.219,41 | -3.711,59 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | 222.718,00 | 222.718,00 | 198.623,23 | -24.094,77 |
| Outras Receitas Agropecuárias | - | - | - | - |
| **Receitas Industriais** | - | - | - | - |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | - | - | - | - |
| Receita da Indústria de Transformação | - | - | - | - |
| Receita da Indústria de Construção | - | - | - | - |
| Outras Receitas Industriais | - | - | - | - |
| **Receitas de Serviços** | **839.310,00** | **839.310,00** | **290.064,50** | **-549.245,50** |
| **Transferências Correntes** | **4.975.647,00** | **4.975.647,00** | **2.499.392,00** | **-2.476.255,00** |
| Transferências Intergovernamentais | - | - | - | - |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - | - | - |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - |
| Transferências de Convênios | 4.975.647,00 | 4.975.647,00 | 2.499.392,00 | -2.476.255,00 |
| Transferências para o Combate à Fome | - | - | - | - |
| **Outras Receitas Correntes** | - | - | **318.153,04** | **318.153,04** |
| Multas e Juros de Mora | - | - | 176,18 | 176,18 |
| Indenizações e Restituições | - | - | 317.976,86 | 317.976,86 |
| Receita da Dívida Ativa | - | - | - | - |
| Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS | - | - | - | - |
| Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS | - | - | - | - |
| Receitas Correntes Diversas | - | - | - | - |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | - | - | - | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 4: Receitas orçamentárias (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 2 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| RECEITA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| **Operações de Crédito** | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| **Alienação de Bens** | - | - | - | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - | - |
| **Amortização de Empréstimos** | - | - | - | - |
| **Transferências de Capital** | - | - | - | - |
| Transferências Intergovernamentais | - | - | - | - |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - | - | - |
| Transferência de Pessoas | - | - | - | - |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | - | - | - | - |
| Transferências de Convênios | - | - | - | - |
| Transferências para o Combate à Fome | - | - | - | - |
| **Outras Receitas de Capital** | - | - | - | - |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | - |
| Resultado do Banco Central do Brasil | - | - | - | - |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam. | - | - | - | - |
| Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café | - | - | - | - |
| Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Receitas de Capital Diversas | - | - | - | - |
| **RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | - | - | - | - |
| **SUBTOTAL DE RECEITAS** | **6.063.804,00** | **6.063.804,00** | **3.363.658,05** | **-2.700.145,95** |
| **REFINANCIAMENTO** | - | - | - | - |
| **Operações de Crédito Internas** | - | - | - | - |
| **Mobiliária** | - | - | - | - |
| **Contratual** | - | - | - | - |
| **Operações de Crédito Externas** | - | - | - | - |
| **Mobiliária** | - | - | - | - |
| **Contratual** | - | - | - | - |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** | **6.063.804,00** | **6.063.804,00** | **3.363.658,05** | **-2.700.145,95** |
| **DÉFICIT** | | | **300.480.437,71** | **300.480.437,71** |
| **TOTAL** | **6.063.804,00** | **6.063.804,00** | **303.844.095,76** | **297.780.291,76** |
| **DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA** | - | **99.270,00** | **99.270,00** | - |
| Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro | - | - | - | - |
| Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação | - | 99.270,00 | 99.270,00 | - |
| Créditos Cancelados Líquidos | - | - | - | - |
| Créditos Adicionais Reabertos | - | - | - | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 5: Despesas orçamentárias

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 3 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| | DESPESA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| **DESPESAS CORRENTES** | 241.169.939,00 | 294.324.377,00 | 290.049.898,73 | 266.787.733,31 | 260.843.932,91 | 4.274.478,27 |
| **Pessoal e Encargos Sociais** | 173.029.145,00 | 226.755.151,00 | 218.930.861,76 | 218.490.532,98 | 218.489.462,87 | 7.824.289,24 |
| **Juros e Encargos da Dívida** | - | - | - | - | - | - |
| **Outras Despesas Correntes** | 68.140.794,00 | 67.569.226,00 | 71.119.036,97 | 48.297.200,33 | 42.354.470,04 | -3.549.810,97 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | 29.090.138,00 | 29.189.408,00 | 13.794.197,03 | 2.650.867,43 | 1.413.034,68 | 15.395.210,97 |
| **Investimentos** | 29.090.138,00 | 29.189.408,00 | 13.794.197,03 | 2.650.867,43 | 1.413.034,68 | 15.395.210,97 |
| **Inversões Financeiras** | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida** | - | - | - | - | - | - |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | - | - | - | - | - | - |
| **RESERVA DO RPPS** | - | - | - | - | - | - |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** | 270.260.077,00 | 323.513.785,00 | 303.844.095,76 | 269.438.600,74 | 262.256.967,59 | 19.669.689,24 |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida Interna** | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida Externa** | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** | 270.260.077,00 | 323.513.785,00 | 303.844.095,76 | 269.438.600,74 | 262.256.967,59 | 19.669.689,24 |
| **TOTAL** | 270.260.077,00 | 323.513.785,00 | 303.844.095,76 | 269.438.600,74 | 262.256.967,59 | 19.669.689,24 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | 1.891.669,62 | 9.939.036,06 | 6.323.929,88 | 6.200.605,91 | 3.203.664,77 | 2.426.435,00 |
| **Pessoal e Encargos Sociais** | 116.050,86 | 249.024,19 | - | - | 365.075,05 | - |
| **Juros e Encargos da Dívida** | - | - | - | - | - | - |
| **Outras Despesas Correntes** | 1.775.618,76 | 9.690.011,87 | 6.323.929,88 | 6.200.605,91 | 2.838.589,72 | 2.426.435,00 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | 7.846.336,47 | 9.567.635,75 | 10.625.553,28 | 7.693.868,50 | 61.308,04 | 9.658.795,68 |
| **Investimentos** | 7.846.336,47 | 9.567.635,75 | 10.625.553,28 | 7.693.868,50 | 61.308,04 | 9.658.795,68 |
| **Inversões Financeiras** | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida** | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | 9.738.006,09 | 19.506.671,81 | 16.949.483,16 | 13.894.474,41 | 3.264.972,81 | 12.085.230,68 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | 119.230,99 | 6.987.663,32 | 6.854.248,37 | - | 252.645,94 |
| **Pessoal e Encargos Sociais** | - | 2.080.989,87 | 2.080.960,46 | - | 29,41 |
| **Juros e Encargos da Dívida** | - | - | - | - | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 6: Despesas orçamentárias (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual | | |
| TITULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 4 |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | | |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|
| Outras Despesas Correntes | 119.230,99 | 4.906.673,45 | 4.773.287,91 | - | 252.616,53 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | 651.848,14 | 629.504,83 | - | 22.343,31 |
| Investimentos | - | 651.848,14 | 629.504,83 | - | 22.343,31 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 119.230,99 | 7.639.511,46 | 7.483.753,20 | - | 274.989,25 |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 7: Ativo e passivo

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 1 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| **ATIVO CIRCULANTE** | 11.824.767,63 | 23.782.057,24 | **PASSIVO CIRCULANTE** | 16.339.289,97 | 16.022.952,85 |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | 7.943.697,63 | 8.588.753,10 | **Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo** | 25.773,79 | 2.111.391,96 |
| **Créditos a Curto Prazo** | - | - | **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** | - | - |
| Créditos Tributários a Receber | | - | **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** | 9.798.947,63 | 5.119.524,04 |
| Clientes | | - | **Obrigações Fiscais a Curto Prazo** | - | - |
| Créditos de Transferências a Receber | | - | **Obrigações de Repartição a Outros Entes** | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | | - | **Provisões de Curto Prazo** | - | - |
| Dívida Ativa Tributária | | - | **Demais Obrigações a Curto Prazo** | 6.514.568,55 | 8.792.036,85 |
| Dívida Ativa Não Tributária | | - | | | |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo | | - | | | |
| **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** | 309.749,03 | 12.288.877,01 | | | |
| **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** | - | - | | | |
| **Estoques** | 3.553.012,97 | 2.898.812,88 | | | |
| **VPDs Pagas Antecipadamente** | 18.308,00 | 5.614,25 | | | |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | 120.774.831,10 | 107.521.181,14 | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | - | - |
| **Ativo Realizável a Longo Prazo** | - | - | **Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo** | - | - |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | | - | **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** | - | - |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | | - | **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** | - | - |
| Estoques | | - | **Obrigações Fiscais a Longo Prazo** | - | - |
| VPDs Pagas Antecipadamente | | - | **Provisões de Longo Prazo** | - | - |
| **Investimentos** | - | - | **Demais Obrigações a Longo Prazo** | - | - |
| Participações Permanentes | - | - | **Resultado Diferido** | - | - |
| Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial | | - | **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** | 16.339.289,97 | 16.022.952,85 |
| Participações Avaliadas pelo Método de Custo | | - | - | | |
| (-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes | | - | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| Propriedades para Investimento | - | - | **Patrimônio Social e Capital Social** | - | - |
| Propriedades para Investimento | - | - | **Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)** | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | - | - | **Reservas de Capital** | 5.180,00 | 5.180,00 |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | - | - | **Ajustes de Avaliação Patrimonial** | - | - |
| Investimentos do RPSS de Longo Prazo | - | - | **Reservas de Lucros** | - | - |
| Investimentos do RPSS de Longo Prazo | - | - | **Demais Reservas** | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | - | - | **Resultados Acumulados** | 116.255.128,76 | 115.275.105,53 |
| Demais Investimentos Permanentes | - | - | Resultado do Exercício | 3.334.681,16 | - |
| Demais Investimentos Permanentes | - | - | Resultados de Exercícios Anteriores | 115.275.105,53 | 115.275.105,53 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | - | - | Ajustes de Exercícios Anteriores | -2.354.657,93 | - |
| **Imobilizado** | 119.599.593,33 | 106.621.241,41 | **(-) Ações / Cotas em Tesouraria** | - | - |
| Bens Móveis | 85.559.564,49 | 79.036.136,68 | **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 116.260.308,76 | 115.280.285,53 |
| Bens Móveis | 85.559.564,49 | 79.036.136,68 | | | |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | - | - | | | |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 8: Ativo e passivo (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 2 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| Bens Imóveis | 34.040.028,84 | 27.585.104,73 | | | |
| Bens Imóveis | 34.216.947,67 | 27.739.252,81 | | | |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -176.918,83 | -154.148,08 | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | - | - | | | |
| **Intangível** | **1.175.237,77** | **899.939,73** | | | |
| Softwares | 1.175.029,77 | 899.731,73 | | | |
| Softwares | 1.175.029,77 | 899.731,73 | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | - | - | | | |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 208,00 | 208,00 | | | |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 208,00 | 208,00 | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | - | - | | | |
| Direitos de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| Direitos de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| **Diferido** | - | - | | | |
| Diferido | | - | | | |
| (-) Amortização Acumulada | | - | | | |
| **TOTAL DO ATIVO** | **132.599.598,73** | **131.303.238,38** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **132.599.598,73** | **131.303.238,38** |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO | 2015 | 2014 |
| **ATIVO FINANCEIRO** | **8.027.113,74** | **71.035.640,61** | **PASSIVO FINANCEIRO** | **59.438.626,94** | **99.219.695,20** |
| **ATIVO PERMANENTE** | **124.572.484,99** | **60.267.597,77** | **PASSIVO PERMANENTE** | **9.311,19** | **-53.952.064,45** |
| **SALDO PATRIMONIAL** | | - | **SALDO PATRIMONIAL** | **73.151.660,60** | **86.035.607,63** |

Quadro de Compensações

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | 2015 | 2014 | ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | 2015 | 2014 |
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | **22.221.866,04** | **11.391.165,16** | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | **16.103,47** | **514.831,10** |
| Execução dos Atos Potenciais Ativos | 22.221.866,04 | 11.391.165,16 | Execução dos Atos Potenciais Passivos | 16.103,47 | 514.831,10 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar | - | - | Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong | 22.045.903,69 | 11.215.202,81 | Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên | - | - |
| Direitos Contratuais a Executar | 175.962,35 | 175.962,35 | Obrigações Contratuais a Executar | 16.103,47 | 514.831,10 |
| Outros Atos Potenciais Ativos a Executar | - | - | Outros Atos Potenciais Passivos a Executar | - | - |
| **TOTAL** | **22.221.866,04** | **11.391.165,16** | **TOTAL** | **16.103,47** | **514.831,10** |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 9: Destinação de recursos

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 3 |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO |
|---|---|
| **Recursos Ordinários** | **-7.343.847,73** |
| **Recursos Vinculados** | **-44.067.665,47** |
| Educação | -44.364.992,09 |
| Seguridade Social (Exceto RGPS) | -356.709,99 |
| Operação de Crédito | -188.052,35 |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 942.288,72 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos | -100.199,76 |
| **TOTAL** | **-51.411.513,20** |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 10: Variações patrimoniais quantitativas

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 1 |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **327.718.034,51** | - |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | - | - |
| Impostos | - | - |
| Taxas | - | - |
| Contribuições de Melhoria | - | - |
| **Contribuições** | - | - |
| Contribuições Sociais | - | - |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | - | - |
| Contribuição de Iluminação Pública | - | - |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | - | - |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **546.979,68** | - |
| Venda de Mercadorias | 202.842,64 | - |
| Vendas de Produtos | - | - |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 344.137,04 | - |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | - | - |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Juros e Encargos de Mora | - | - |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | - |
| Descontos Financeiros Obtidos | - | - |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | - | - |
| Aportes do Banco Central | - | - |
| Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras | - | - |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **318.584.666,83** | - |
| Transferências Intragovernamentais | 316.085.274,83 | - |
| Transferências Intergovernamentais | 2.499.357,00 | - |
| Transferências das Instituições Privadas | 35,00 | - |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | - | - |
| Transferências de Consórcios Públicos | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | - | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | - | - |
| **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** | **8.268.234,96** | - |
| Reavaliação de Ativos | - | - |
| Ganhos com Alienação | - | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | - | - |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | 8.268.234,96 | - |
| Reversão de Redução ao Valor Recuperável | - | - |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **318.153,04** | - |
| Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | - | - |
| Resultado Positivo de Participações | - | - |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 11: Variações patrimoniais quantitativas (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 2 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| VPA de Dívida Ativa | | - |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 318.153,04 | - |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **324.383.353,35** | - |
| **Pessoal e Encargos** | **197.789.373,25** | - |
| Remuneração a Pessoal | 154.701.165,82 | - |
| Encargos Patronais | 31.597.001,85 | - |
| Benefícios a Pessoal | 11.491.205,58 | - |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | - | - |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **32.312.520,88** | - |
| Aposentadorias e Reformas | 25.751.167,19 | - |
| Pensões | 6.505.885,80 | - |
| Benefícios de Prestação Continuada | - | - |
| Benefícios Eventuais | - | - |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 55.467,89 | - |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **32.679.132,29** | - |
| Uso de Material de Consumo | 1.841.176,09 | - |
| Serviços | 30.815.185,45 | - |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 22.770,75 | - |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **138.623,28** | - |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - |
| Juros e Encargos de Mora | 137.756,61 | - |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | - |
| Descontos Financeiros Concedidos | 866,67 | - |
| Aportes ao Banco Central | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | - | - |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **36.455.318,44** | - |
| Transferências Intragovernamentais | 36.455.318,44 | - |
| Transferências Intergovernamentais | - | - |
| Transferências a Instituições Privadas | - | - |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | - | - |
| Transferências a Consórcios Públicos | - | - |
| Transferências ao Exterior | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada a Entes | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | - | - |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | **15.475.924,71** | - |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas | - | - |
| Perdas com Alienação | - | - |
| Perdas Involuntárias | 3.889,00 | - |
| Incorporação de Passivos | 6.705.024,07 | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 12: Variações patrimoniais quantitativas (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 3 |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Desincorporação de Ativos | 8.767.011,64 | - |
| **Tributárias** | **59.152,37** | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 56.772,66 | - |
| Contribuições | 2.379,71 | - |
| **Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados** | - | - |
| Custo das Mercadorias Vendidas | - | - |
| Custos dos Produtos Vendidos | - | - |
| Custo dos Serviços Prestados | - | - |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **9.473.308,13** | - |
| Premiações | - | - |
| Resultado Negativo de Participações | - | - |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - |
| Incentivos | 9.405.137,37 | - |
| Subvenções Econômicas | - | - |
| Participações e Contribuições | - | - |
| Constituição de Provisões | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 68.170,76 | - |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | **3.334.681,16** | - |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| | | |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 13: Fluxos das atividades das operações

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO |

| EXERCICIO | PERIODO |
|---|---|
| 2015 | Anual |
| EMISSAO | PAGINA |
| 18/03/2016 | 1 |

VALORES EM UNIDADES DE REAL

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES** | **9.091.352,54** | - |
| **INGRESSOS** | **319.851.224,60** | - |
| **Receitas Derivadas e Originárias** | **864.266,05** | - |
| Receita Tributária | - | - |
| Receita de Contribuições | - | - |
| Receita Patrimonial | 53.205,87 | - |
| Receita Agropecuária | 202.842,64 | - |
| Receita Industrial | - | - |
| Receita de Serviços | 290.064,50 | - |
| Remuneração das Disponibilidades | - | - |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 318.153,04 | - |
| **Transferências Correntes Recebidas** | **2.499.392,00** | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | 2.499.357,00 | - |
| Outras Transferências Correntes Recebidas | 35,00 | - |
| **Outros Ingressos das Operações** | **316.487.566,55** | - |
| Ingressos Extraorçamentários | 402.069,04 | - |
| Restituições a Pagar | | - |
| Passivos Transferidos | | - |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | 222,68 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 316.085.274,83 | - |
| Arrecadação de Outra Unidade | | - |
| Variação Cambial | | - |
| Valores para Compensação | | - |
| Valores em Trânsito | | - |
| DARF - SISCOMEX | | - |
| Ajuste Acumulado de Conversão | | - |
| Demais Recebimentos | | - |
| **DESEMBOLSOS** | **-310.759.872,06** | - |
| **Pessoal e Demais Despesas** | **-239.998.042,46** | - |
| Legislativo | - | - |
| Judiciário | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Administração | - | - |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | - | - |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | - | - |
| Previdência Social | -31.188.884,41 | - |
| Saúde | - | - |
| Trabalho | - | - |
| Educação | -208.809.090,54 | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 14: Fluxos das atividades das operações (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 2 |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Cultura | - | - |
| Direitos da Cidadania | - | - |
| Urbanismo | - | - |
| Habitação | - | - |
| Saneamento | - | - |
| Gestão Ambiental | - | - |
| Ciência e Tecnologia | - | - |
| Agricultura | - | - |
| Organização Agrária | - | - |
| Indústria | - | - |
| Comércio e Serviços | - | - |
| Comunicações | - | - |
| Energia | - | - |
| Transporte | - | - |
| Desporto e Lazer | - | - |
| Encargos Especiais | - | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | -67,51 | - |
| **Juros e Encargos da Dívida** | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | - | - |
| Outros Encargos da Dívida | - | - |
| **Transferências Concedidas** | **-33.900.812,24** | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| A Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| A Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | -33.836.704,24 | - |
| Outras Transferências Concedidas | -64.108,00 | - |
| **Outros Desembolsos das Operações** | **-36.861.017,36** | - |
| Dispêndios Extraorçamentários | -395.962,10 | - |
| Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores | | - |
| Pagamento de Passivos Recebidos | | - |
| Transferências Financeiras Concedidas | -36.455.318,44 | - |
| Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior | -2.379,71 | - |
| Transferência de Arrecadação para Outra Unidade | | - |
| Variação Cambial | | - |
| Valores Compensados | -1.241,30 | - |
| Valores em Trânsito | | - |
| Ajuste Acumulado de Conversão | | - |
| Demais Pagamentos | -6.115,81 | - |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **-9.736.408,01** | - |
| **INGRESSOS** | - | - |
| **Alienação de Bens** | - | - |
| **Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos** | - | - |
| **Outros Ingressos de Investimentos** | - | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Figura 15: Fluxos das atividades das operações (continuação)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCICIO 2015 | PERIODO Anual |
| SUBTITULO | 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA | EMISSAO 18/03/2016 | PAGINA 3 |
| ORGAO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO | VALORES EM UNIDADES DE REAL | |

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| DESEMBOLSOS | -9.736.408,01 | - |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -7.169.619,50 | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -2.566.788,51 | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Estatais | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | -645.055,47 | - |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 8.588.753,10 | - |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 7.943.697,63 | - |

**Fonte**: Secretaria do Tesouro Nacional (2016).

Tabela 57: Revisão Analítica Ativo

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lançamento CCon - Título (4) | 014/2015 Saldo Atual - R$ | AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | ATIVO CIRCULANTE | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL | 7.943.698 | 5,99% |
| | | | | **Total** | **7.943.698** | **5,99%** |
| | | | DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS | 64.245 | 0,05% |
| | | | | OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO | 172.220 | 0,13% |
| | | | | TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR | 73.285 | 0,06% |
| | | | | **Total** | **309.749** | **0,23%** |
| | | | ESTOQUES | ALMOXARIFADO | 2.940.379 | 2,22% |
| | | | | MATERIAIS EM TRANSITO | 0 | 0,00% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | MERCADORIAS PARA REVENDA | 0 | 0,00% |
| | | | OUTROS ESTOQUES | 612.634 | 0,46% |
| | | | **Total** | **3.553.013** | **2,68%** |
| | | VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA PG ANTECIPADA | DEMAIS VPD A APROPRIAR | 12.694 | 0,01% |
| | | | PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR | 5.614 | 0,00% |
| | | | **Total** | **18.308** | **0,01%** |
| | | **Total** | | **11.824.768** | **8,92%** |
| | ATIVO NAO CIRCULANTE | IMOBILIZADO | BENS IMOVEIS | 34.216.948 | 25,80% |
| | | | BENS MOVEIS | 85.559.564 | 64,52% |
| | | | DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA | (176.919) | -0,13% |
| | | | **Total** | **119.599.593** | **90,20%** |
| | | INTANGIVEL | MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS | 208 | 0,00% |
| | | | SOFTWARES | 1.175.030 | 0,89% |
| | | | **Total** | **1.175.238** | **0,89%** |
| | | **Total** | | **120.774.831** | **91,08%** |
| | **Total** | | | **132.599.599** | **100,00%** |
| **Total** | | | | **132.599.599** | **100,00%** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 58: Revisão Analítica Passivo Circulante e Não Circulante

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lançamento / CCon - Título (4) | 31/12/2015 | | 30/09/2015 | | Diferença | | AH(%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% |
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | PASSIVO CIRCULANTE | DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO | OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO | 6.514.381 | 39,87% | 1.435.148 | 16,44% | 5.079.233 | 23,43% | 353,92% | 142,52% |
| | | | | VALORES RESTITUIVEIS | 188 | 0,00% | 32.536 | 0,37% | (32.349) | -0,37% | -99,42% | -99,69% |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **Total** | **6.514.569** | **39,87%** | **1.467.684** | **16,81%** | **5.046.884** | **23,06%** | **343,87%** | **137,15%** |
| | | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP | 9.798.948 | 59,97% | 7.235.563 | 82,88% | 2.563.384 | -22,91% | 35,43% | -27,64% |
| | | | **Total** | **9.798.948** | **59,97%** | **7.235.563** | **82,88%** | **2.563.384** | **-22,91%** | **35,43%** | **-27,64%** |
| | | OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP | BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | | |
| | | | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | | |
| | | | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | 1.070 | 0,01% | 1.070 | 0,01% | 0 | -0,01% | 0,00% | -46,57% |
| | | | PESSOAL A PAGAR | 24.704 | 0,15% | 25.396 | 0,29% | (692) | -0,14% | -2,72% | -48,03% |
| | | | **Total** | **25.774** | **0,16%** | **26.466** | **0,30%** | **(692)** | **-0,15%** | **-2,61%** | **-47,97%** |
| | | OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO | OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | | |
| | | | OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | | |
| | | | **Total** | **0** | **0,00%** | **0** | **0,00%** | **0** | **0,00%** | | |
| | | **Total** | | **16.339.290** | **100,00%** | **8.729.713** | **100,00%** | **7.609.577** | **0,00%** | **87,17%** | **0,00%** |
| | **Total** | | | **16.339.290** | **100,00%** | **8.729.713** | **100,00%** | **7.609.577** | **0,00%** | **87,17%** | **0,00%** |
| **Total** | | | | **16.339.290** | **100,00%** | **8.729.713** | **100,00%** | **7.609.577** | **0,00%** | **87,17%** | **0,00%** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Tabela 59: Revisão Analítica - PL

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lançamento | 31/12/2015 | | 30/09/2015 | | Diferença | | AH(%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | CCon - Título (4) | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% | Saldo Atual - R$ | AV% |
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO R.DE JANEIRO | PATRIMONIO LIQUIDO | RESERVAS DE CAPITAL | OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL | 5.180 | 0,00% | 5.180 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% | 2,09% |
| | | | | **Total** | **5.180** | **0,00%** | **5.180** | **0,00%** | **0** | **0,00%** | **0,00%** | **2,09%** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | RESULTADOS ACUMULADOS | SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS | 112.920.448 | 100,00% | 115.275.106 | 100,00% | (2.354.658) | 0,00% | -2,04% | 0,00% |
| | | | **Total** | **112.920.448** | **100,00%** | **115.275.106** | **100,00%** | **(2.354.658)** | **0,00%** | **-2,04%** | **0,00%** |
| | | **Total** | | **112.925.628** | **100,00%** | **115.280.286** | **100,00%** | **(2.354.658)** | **0,00%** | **-2,04%** | **0,00%** |
| | **Total** | | | **112.925.628** | **100,00%** | **115.280.286** | **100,00%** | **(2.354.658)** | **0,00%** | **-2,04%** | **0,00%** |
| **Total** | | | | **112.925.628** | **100,00%** | **115.280.286** | **100,00%** | **(2.354.658)** | **0,00%** | **-2,04%** | **0,00%** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 16: Revisão analítica VPA

4. Revisão Analítica_VPA

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lancamento CCon - Título (4) | 31/01/2015 Movimento Líquido - R$ | AV% | 28/02/2015 Movimento Líquido - R$ | AV% | Diferença fev-jan Movimento Líquido - R$ | AV% | 31/03/2015 Movimento Líquido - R$ | AV% | Diferença mar-fev Movimento Líquido - R$ | AV% | 30/04/2015 Movimento Líquido - R$ | AV% | Diferença abr-mar Movimento Líquido - R$ | AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT | EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV | VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE | 154.240,09 | 0,48% | 20.930,39 | 0,12% | (133.309,70) | -0,36% | 50.394,98 | 0,23% | 29.464,59 | 0,12% | 7.012,19 | 0,03% | (43.382,79) | -0,21% |
| | | | | Total | 154.240,09 | 0,48% | 20.930,39 | 0,12% | (133.309,70) | -0,36% | 50.394,98 | 0,23% | 29.464,59 | 0,12% | 7.012,19 | 0,03% | (43.382,79) | -0,21% |
| | | | VENDA DE MERCADORIAS | VENDA BRUTA DE MERCADORIAS | 17.280,46 | 0,05% | 0,00 | 0,00% | (17.280,46) | -0,05% | 31.356,44 | 0,15% | 31.356,44 | 0,15% | 557,10 | 0,00% | (30.799,34) | -0,14% |
| | | | | Total | 17.280,46 | 0,05% | 0,00 | 0,00% | (17.280,46) | -0,05% | 31.356,44 | 0,15% | 31.356,44 | 0,15% | 557,10 | 0,00% | (30.799,34) | -0,14% |
| | | | Total | | 171.520,55 | 0,53% | 20.930,39 | 0,12% | (150.590,16) | -0,41% | 81.751,42 | 0,38% | 60.821,03 | 0,26% | 7.569,29 | 0,03% | (74.182,13) | -0,35% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS | TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS | TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS | | | 35,00 | 0,00% | 35,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (35,00) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | | | 35,00 | 0,00% | 35,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (35,00) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Total | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT. | 7.472.790,13 | 23,11% | 2.055.466,69 | 11,55% | (5.417.323,44) | -11,55% | 1.375.660,50 | 6,40% | (679.806,19) | -5,15% | 1.168.782,02 | 4,82% | (206.878,48) | -1,58% |
| | | | | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA | 24.641.061,67 | 76,19% | 15.677.231,83 | 88,12% | (8.963.829,84) | 11,93% | 20.058.775,92 | 93,34% | 4.381.544,09 | 5,22% | 23.065.555,48 | 95,08% | 3.006.779,56 | 1,74% |
| | | | | Total | 32.113.851,80 | 99,30% | 17.732.698,52 | 99,67% | (14.381.153,28) | 0,38% | 21.434.436,42 | 99,74% | 3.701.737,90 | 0,07% | 24.234.337,50 | 99,90% | 2.799.901,08 | 0,16% |
| | | | Total | | 32.113.851,80 | 99,30% | 17.732.733,52 | 99,67% | (14.381.118,28) | 0,38% | 21.434.436,42 | 99,74% | 3.701.702,90 | 0,07% | 24.234.337,50 | 99,90% | 2.799.901,08 | 0,16% |
| | | VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE | | | | | | | | | | | 222,68 | 0,00% | 222,68 | 0,00% |
| | | | | Total | | | | | | | | | | | 222,68 | 0,00% | 222,68 | 0,00% |
| | | | Total | | | | | | | | | | | | 222,68 | 0,00% | 222,68 | 0,00% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 19.680,36 | 0,06% | 37.051,84 | 0,21% | 17.371,48 | 0,15% | 9.871,70 | 0,05% | (27.180,14) | -0,16% | 17.282,85 | 0,07% | 7.411,15 | 0,03% |
| | | | | MULTAS ADMINISTRATIVAS | | | 0,81 | 0,00% | 0,81 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (0,81) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 19.680,36 | 0,06% | 37.052,65 | 0,21% | 17.372,29 | 0,15% | 9.871,70 | 0,05% | (27.180,95) | -0,16% | 17.282,85 | 0,07% | 7.411,15 | 0,03% |
| | | | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | 35.990,00 | 0,11% | 0,00 | 0,00% | (35.990,00) | -0,11% | (35.990,00) | -0,17% | (35.990,00) | -0,17% | 0,00 | 0,00% | 35.990,00 | 0,17% |
| | | | | Total | 35.990,00 | 0,11% | 0,00 | 0,00% | (35.990,00) | -0,11% | (35.990,00) | -0,17% | (35.990,00) | -0,17% | 0,00 | 0,00% | 35.990,00 | 0,17% |
| | | | Total | | 55.670,36 | 0,17% | 37.052,65 | 0,21% | (18.617,71) | 0,04% | (26.118,30) | -0,12% | (63.170,95) | -0,33% | 17.282,85 | 0,07% | 43.401,15 | 0,19% |
| | | Total | | | 32.341.042,71 | 100,00% | 17.790.716,56 | 100,00% | (14.550.326,15) | 0,00% | 21.490.069,54 | 100,00% | 3.699.352,98 | 0,00% | 24.259.412,32 | 100,00% | 2.769.342,78 | 0,00% |
| Total | | | | | 32.341.042,71 | 100,00% | 17.790.716,56 | 100,00% | (14.550.326,15) | 0,00% | 21.490.069,54 | 100,00% | 3.699.352,98 | 0,00% | 24.259.412,32 | 100,00% | 2.769.342,78 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 17: Revisão analítica VPA (2)

4. Revisão Analítica_VPA

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lancamento CCon - Título (4) | 31/05/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/05/2015 AV% | Diferença mai-abr Movimento Líquido - R$ | Diferença mai-abr AV% | 30/06/2015 Movimento Líquido - R$ | 30/06/2015 AV% | Diferença jun-mai Movimento Líquido - R$ | Diferença jun-mai AV% | 31/07/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/07/2015 AV% | Diferença jul-jun Movimento Líquido - R$ | Diferença jul-jun AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT | EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV | VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE | 5.982,08 | 0,02% | (1.030,11) | -0,01% | 5.559,03 | 0,02% | (423,05) | -0,01% | 9.531,10 | 0,03% | 3.972,07 | 0,02% |
| | | | | Total | 5.982,08 | 0,02% | (1.030,11) | -0,01% | 5.559,03 | 0,02% | (423,05) | -0,01% | 9.531,10 | 0,03% | 3.972,07 | 0,02% |
| | | | VENDA DE MERCADORIAS | VENDA BRUTA DE MERCADORIAS | 12.061,87 | 0,05% | 11.504,77 | 0,04% | 25.269,25 | 0,08% | 13.207,38 | 0,03% | 58.061,57 | 0,21% | 32.792,32 | 0,13% |
| | | | | Total | 12.061,87 | 0,05% | 11.504,77 | 0,04% | 25.269,25 | 0,08% | 13.207,38 | 0,03% | 58.061,57 | 0,21% | 32.792,32 | 0,13% |
| | | | Total | | 18.043,95 | 0,07% | 10.474,66 | 0,04% | 30.828,28 | 0,10% | 12.784,33 | 0,03% | 67.592,67 | 0,24% | 36.764,39 | 0,14% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS | TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS | TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Total | | | | | | | | | | | | |
| | | | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT. | 580.777,41 | 2,24% | (588.004,61) | -2,58% | 1.436.249,40 | 4,59% | 855.471,99 | 2,35% | 485.702,21 | 1,73% | (950.547,19) | -2,85% |
| | | | | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA | 17.958.355,07 | 69,32% | (5.107.200,41) | -25,75% | 28.758.832,64 | 91,88% | 10.800.477,57 | 22,56% | 27.435.964,48 | 97,99% | (1.322.868,16) | 6,11% |
| | | | | Total | 18.539.132,48 | 71,57% | (5.695.205,02) | -28,33% | 30.195.082,04 | 96,47% | 11.655.949,56 | 24,90% | 27.921.666,69 | 99,73% | (2.273.415,35) | 3,26% |
| | | | Total | | 18.539.132,48 | 71,57% | (5.695.205,02) | -28,33% | 30.195.082,04 | 96,47% | 11.655.949,56 | 24,90% | 27.921.666,69 | 99,73% | (2.273.415,35) | 3,26% |
| | | VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE | 7.337.132,21 | 28,32% | 7.336.909,53 | 28,32% | 926.855,51 | 2,96% | (6.410.276,70) | -25,36% | 0,00 | 0,00% | (926.855,51) | -2,96% |
| | | | | Total | 7.337.132,21 | 28,32% | 7.336.909,53 | 28,32% | 926.855,51 | 2,96% | (6.410.276,70) | -25,36% | 0,00 | 0,00% | (926.855,51) | -2,96% |
| | | | Total | | 7.337.132,21 | 28,32% | 7.336.909,53 | 28,32% | 926.855,51 | 2,96% | (6.410.276,70) | -25,36% | 0,00 | 0,00% | (926.855,51) | -2,96% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 10.646,09 | 0,04% | (6.636,76) | -0,03% | 147.026,58 | 0,47% | 136.380,49 | 0,43% | 8.524,58 | 0,03% | (138.502,00) | -0,44% |
| | | | | MULTAS ADMINISTRATIVAS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 10.646,09 | 0,04% | (6.636,76) | -0,03% | 147.026,58 | 0,47% | 136.380,49 | 0,43% | 8.524,58 | 0,03% | (138.502,00) | -0,44% |
| | | | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 10.646,09 | 0,04% | (6.636,76) | -0,03% | 147.026,58 | 0,47% | 136.380,49 | 0,43% | 8.524,58 | 0,03% | (138.502,00) | -0,44% |
| | | Total | | | 25.904.954,73 | 100,00% | 1.645.542,41 | 0,00% | 31.299.792,41 | 100,00% | 5.394.837,68 | 0,00% | 27.997.783,94 | 100,00% | (3.302.008,47) | 0,00% |
| Total | | | | | 25.904.954,73 | 100,00% | 1.645.542,41 | 0,00% | 31.299.792,41 | 100,00% | 5.394.837,68 | 0,00% | 27.997.783,94 | 100,00% | (3.302.008,47) | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 17: Revisão analítica VPA (3)

4. Revisão Analítica_VPA

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lancamento CCon - Título (4) | 31/08/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/08/2015 AV% | Diferença ago-jul Movimento Líquido - R$ | Diferença ago-jul AV% | 30/09/2015 Movimento Líquido - R$ | 30/09/2015 AV% | Diferença set-ago Movimento Líquido - R$ | Diferença set-ago AV% | 31/10/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/10/2015 AV% | Diferença out-set Movimento Líquido - R$ | Diferença out-set AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT | EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV | VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE | 24.090,10 | 0,09% | 14.559,00 | 0,05% | 16.166,32 | 0,07% | (7.923,78) | -0,02% | 34.695,75 | 0,13% | 18.529,43 | 0,06% |
| | | | | Total | 24.090,10 | 0,09% | 14.559,00 | 0,05% | 16.166,32 | 0,07% | (7.923,78) | -0,02% | 34.695,75 | 0,13% | 18.529,43 | 0,06% |
| | | | VENDA DE MERCADORIAS | VENDA BRUTA DE MERCADORIAS | 2.378,60 | 0,01% | (55.682,97) | -0,20% | 15.579,99 | 0,07% | 13.201,39 | 0,06% | 2.222,86 | 0,01% | (13.357,13) | -0,06% |
| | | | | Total | 2.378,60 | 0,01% | (55.682,97) | -0,20% | 15.579,99 | 0,07% | 13.201,39 | 0,06% | 2.222,86 | 0,01% | (13.357,13) | -0,06% |
| | | | Total | | 26.468,70 | 0,10% | (41.123,97) | -0,14% | 31.746,31 | 0,13% | 5.277,61 | 0,04% | 36.918,61 | 0,14% | 5.172,30 | 0,00% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS | TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS | TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS | 2.499.357,00 | 9,24% | 2.499.357,00 | 9,24% | 0,00 | 0,00% | (2.499.357,00) | -9,24% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 2.499.357,00 | 9,24% | 2.499.357,00 | 9,24% | 0,00 | 0,00% | (2.499.357,00) | -9,24% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT. | 649.797,96 | 2,40% | 164.095,75 | 0,67% | 474.001,64 | 2,00% | (175.796,32) | -0,40% | 1.469.704,54 | 5,50% | 995.702,90 | 3,50% |
| | | | | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA | 23.876.350,42 | 88,24% | (3.559.614,06) | -9,76% | 23.131.613,48 | 97,70% | (744.736,94) | 9,46% | 25.223.455,59 | 94,35% | 2.091.842,11 | -3,35% |
| | | | | Total | 24.526.148,38 | 90,64% | (3.395.518,31) | -9,09% | 23.605.615,12 | 99,70% | (920.533,26) | 9,06% | 26.693.160,13 | 99,84% | 3.087.545,01 | 0,14% |
| | | | Total | | 27.025.505,38 | 99,88% | (896.161,31) | 0,15% | 23.605.615,12 | 99,70% | (3.419.890,26) | -0,18% | 26.693.160,13 | 99,84% | 3.087.545,01 | 0,14% |
| | | VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 7.018,49 | 0,03% | (1.506,09) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.402,08 | 0,14% | 5.120,11 | 0,02% | (34.300,46) | -0,15% |
| | | | | MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13,59 | 0,00% | 13,59 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (13,59) | 0,00% | 38,69 | 0,00% | 38,69 | 0,00% |
| | | | | Total | 7.032,08 | 0,03% | (1.492,50) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.388,49 | 0,14% | 5.158,80 | 0,02% | (34.261,77) | -0,15% |
| | | | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 7.032,08 | 0,03% | (1.492,50) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.388,49 | 0,14% | 5.158,80 | 0,02% | (34.261,77) | -0,15% |
| | | Total | | | 27.059.006,16 | 100,00% | (938.777,78) | 0,00% | 23.676.782,00 | 100,00% | (3.382.224,16) | 0,00% | 26.735.237,54 | 100,00% | 3.058.455,54 | 0,00% |
| Total | | | | | 27.059.006,16 | 100,00% | (938.777,78) | 0,00% | 23.676.782,00 | 100,00% | (3.382.224,16) | 0,00% | 26.735.237,54 | 100,00% | 3.058.455,54 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 18: Revisão analítica VPA (4)

4. Revisão Analítica_VPA

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lancamento CCon - Título (4) | 31/08/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/08/2015 AV% | Diferença ago-jul Movimento Líquido - R$ | Diferença ago-jul AV% | 30/09/2015 Movimento Líquido - R$ | 30/09/2015 AV% | Diferença set-ago Movimento Líquido - R$ | Diferença set-ago AV% | 31/10/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/10/2015 AV% | Diferença out-set Movimento Líquido - R$ | Diferença out-set AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT | EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV | VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE | 24.090,10 | 0,09% | 14.559,00 | 0,05% | 16.166,32 | 0,07% | (7.923,78) | -0,02% | 34.695,75 | 0,13% | 18.529,43 | 0,06% |
| | | | | Total | 24.090,10 | 0,09% | 14.559,00 | 0,05% | 16.166,32 | 0,07% | (7.923,78) | -0,02% | 34.695,75 | 0,13% | 18.529,43 | 0,06% |
| | | | VENDA DE MERCADORIAS | VENDA BRUTA DE MERCADORIAS | 2.378,60 | 0,01% | (55.682,97) | -0,20% | 15.579,99 | 0,07% | 13.201,39 | 0,06% | 2.222,86 | 0,01% | (13.357,13) | -0,06% |
| | | | | Total | 2.378,60 | 0,01% | (55.682,97) | -0,20% | 15.579,99 | 0,07% | 13.201,39 | 0,06% | 2.222,86 | 0,01% | (13.357,13) | -0,06% |
| | | Total | | | 26.468,70 | 0,10% | (41.123,97) | -0,14% | 31.746,31 | 0,13% | 5.277,61 | 0,04% | 36.918,61 | 0,14% | 5.172,30 | 0,00% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS | TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS | TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS | 2.499.357,00 | 9,24% | 2.499.357,00 | 9,24% | 0,00 | 0,00% | (2.499.357,00) | -9,24% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 2.499.357,00 | 9,24% | 2.499.357,00 | 9,24% | 0,00 | 0,00% | (2.499.357,00) | -9,24% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT. | 649.797,96 | 2,40% | 164.095,75 | 0,67% | 474.001,64 | 2,00% | (175.796,32) | -0,40% | 1.469.704,54 | 5,50% | 995.702,90 | 3,50% |
| | | | | TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA | 23.876.350,42 | 88,24% | (3.559.614,06) | -9,76% | 23.131.613,48 | 97,70% | (744.736,94) | 9,46% | 25.223.455,59 | 94,35% | 2.091.842,11 | -3,35% |
| | | | | Total | 24.526.148,38 | 90,64% | (3.395.518,31) | -9,09% | 23.605.615,12 | 99,70% | (920.533,26) | 9,06% | 26.693.160,13 | 99,84% | 3.087.545,01 | 0,14% |
| | | | Total | | 27.025.505,38 | 99,88% | (896.161,31) | 0,15% | 23.605.615,12 | 99,70% | (3.419.890,26) | -0,18% | 26.693.160,13 | 99,84% | 3.087.545,01 | 0,14% |
| | | VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 7.018,49 | 0,03% | (1.506,09) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.402,08 | 0,14% | 5.120,11 | 0,02% | (34.300,46) | -0,15% |
| | | | | MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13,59 | 0,00% | 13,59 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (13,59) | 0,00% | 38,69 | 0,00% | 38,69 | 0,00% |
| | | | | Total | 7.032,08 | 0,03% | (1.492,50) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.388,49 | 0,14% | 5.158,80 | 0,02% | (34.261,77) | -0,15% |
| | | | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 7.032,08 | 0,03% | (1.492,50) | 0,00% | 39.420,57 | 0,17% | 32.388,49 | 0,14% | 5.158,80 | 0,02% | (34.261,77) | -0,15% |
| | | Total | | | 27.059.006,16 | 100,00% | (938.777,78) | 0,00% | 23.676.782,00 | 100,00% | (3.382.224,16) | 0,00% | 26.735.237,54 | 100,00% | 3.058.455,54 | 0,00% |
| Total | | | | | 27.059.006,16 | 100,00% | (938.777,78) | 0,00% | 23.676.782,00 | 100,00% | (3.382.224,16) | 0,00% | 26.735.237,54 | 100,00% | 3.058.455,54 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 19: Revisão analítica VPA (4)

4. Revisão Analítica_VPA

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | CCon - Subgrupo (3) | Mês Lancamento CCon - Título (4) | 30/11/2015 Movimento Líquido - R$ | 30/11/2015 AV% | Diferença nov-out Movimento Líquido - R$ | Diferença nov-out AV% | 31/12/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/12/2015 AV% | Diferença dez-nov Movimento Líquido - R$ | Diferença dez-nov AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.D E EDUC.,CIEN C.E TEC.DO R.DE JANEIRO | EXPLORAC AO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT | EXPLORAC AO DE BENS E DIR. E PRESTACA O DE SERV | VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE | 7.074,22 | 0,02% | (27.621,53) | -0,11% | 8.460,79 | 0,02% | 1.386,57 | 0,00% |
| | | | | Total | 7.074,22 | 0,02% | (27.621,53) | -0,11% | 8.460,79 | 0,02% | 1.386,57 | 0,00% |
| | | | VENDA DE MERCADO RIAS | VENDA BRUTA DE MERCADO RIAS | 12.986,10 | 0,04% | 10.763,24 | 0,03% | 25.088,40 | 0,07% | 12.102,30 | 0,03% |
| | | | | Total | 12.986,10 | 0,04% | 10.763,24 | 0,03% | 25.088,40 | 0,07% | 12.102,30 | 0,03% |
| | | | Total | | 20.060,32 | 0,06% | (16.858,29) | -0,08% | 33.549,19 | 0,09% | 13.488,87 | 0,03% |
| | | TRANSFER ENCIAS E DELEGACO ES RECEBIDAS | TRANSFER ENCIAS DAS INSTITUICO ES PRIVADAS | TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVO S | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFER ENCIAS INTER GOVERNA MENTAIS | TRANSFER ENCIAS VOLUNTARI AS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | TRANSFER ENCIAS INTRAGOVE RNAMENT AIS | TRANSFER ENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXE C.ORCAME NT. | 1.167.103,18 | 3,54% | (302.601,36) | -1,96% | 7.808.715,69 | 21,59% | 6.641.612,51 | 18,06% |
| | | | | TRANSFER ENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA | 31.803.657,37 | 96,38% | 6.580.201,78 | 2,03% | 28.309.669,51 | 78,28% | (3.493.987,86) | -19,10% |
| | | | | Total | 32.970.760,55 | 99,91% | 6.277.600,42 | 0,07% | 36.118.385,20 | 99,87% | 3.147.624,65 | -0,04% |
| | | | Total | | 32.970.760,55 | 99,91% | 6.277.600,42 | 0,07% | 36.118.385,20 | 99,87% | 3.147.624,65 | -0,04% |
| | | VALORIZAC AO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI | GANHOS COM DESINCOR PORACAO DE PASSIVOS | GANHOS COM DESINCOR PORACAO DE | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 4.024,56 | 0,01% | 4.024,56 | 0,01% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 4.024,56 | 0,01% | 4.024,56 | 0,01% |
| | | | Total | | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 4.024,56 | 0,01% | 4.024,56 | 0,01% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONI AIS AUMENTAT IVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONI AIS AUMENTAT IVAS | INDENIZAC OES E RESTITUICO ES | 8.316,52 | 0,03% | 3.196,41 | 0,01% | 8.017,17 | 0,02% | (299,35) | 0,00% |
| | | | | MULTAS ADMINISTR ATIVAS | 23,11 | 0,00% | (15,58) | 0,00% | 99,98 | 0,00% | 76,87 | 0,00% |
| | | | | Total | 8.339,63 | 0,03% | 3.180,83 | 0,01% | 8.117,15 | 0,02% | (222,48) | 0,00% |
| | | | VARIACAO PATRIMONI AL AUMENTAT IVA A CLASSIFICA | VARIACAO PATRIMONI AL AUMENTAT IVA A CLASSIFICA | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | | Total | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | | 8.339,63 | 0,03% | 3.180,83 | 0,01% | 8.117,15 | 0,02% | (222,48) | 0,00% |
| | | Total | | | 32.999.160,50 | 100,00% | 6.263.922,96 | 0,00% | 36.164.076,10 | 100,00% | 3.164.915,60 | 0,00% |
| Total | | | | | 32.999.160,50 | 100,00% | 6.263.922,96 | 0,00% | 36.164.076,10 | 100,00% | 3.164.915,60 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 20: Variação Patrimonial – VPD

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | Mês Lançamento | 31/01/2015 | | 28/02/2015 | | Diferença fev-jan | | 31/03/2015 | | Diferença mar-fev | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | CCon - Subgrupo (3) | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% |
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | PESSOAL E ENCARGOS | BENEFICIOS A PESSOAL | 848.369,79 | 2,72% | 948.611,52 | 4,85% | 100.241,73 | 2,13% | 938.949,57 | 4,18% | (9.661,95) | -0,68% |
| | | | ENCARGOS PATRONAIS | 2.075.157,91 | 6,66% | 2.042.641,86 | 10,45% | (32.516,05) | 3,80% | 2.210.976,59 | 9,83% | 168.334,73 | -0,62% |
| | | | REMUNERACAO A PESSOAL | 11.068.269,29 | 35,50% | 10.215.701,21 | 52,28% | (852.568,08) | 16,78% | 11.213.097,80 | 49,86% | 997.396,59 | -2,42% |
| | | | Total | 13.991.796,99 | 44,88% | 13.206.954,59 | 67,59% | (784.842,40) | 22,72% | 14.363.023,96 | 63,87% | 1.156.069,37 | -3,72% |
| | | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS | APOSENTADORIAS E REFORMAS | 1.804.906,00 | 5,79% | 1.815.048,51 | 9,29% | 10.142,51 | 3,50% | 1.898.221,19 | 8,44% | 83.172,68 | -0,85% |
| | | | OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC | | | | | | | 2.759,99 | 0,01% | 2.759,99 | 0,01% |
| | | | PENSOES | 473.787,56 | 1,52% | 484.757,94 | 2,48% | 10.970,38 | 0,96% | 489.586,96 | 2,18% | 4.829,02 | -0,30% |
| | | | Total | 2.278.693,56 | 7,31% | 2.299.806,45 | 11,77% | 21.112,89 | 4,46% | 2.390.568,14 | 10,63% | 90.761,69 | -1,14% |
| | | USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | | | | | | | 1.873,01 | 0,01% | 1.873,01 | 0,01% |
| | | | SERVICOS | 2.124.680,27 | 6,81% | 1.398.432,94 | 7,16% | (726.247,33) | 0,34% | 2.600.196,93 | 11,56% | 1.201.763,99 | 4,41% |
| | | | USO DE MATERIAIS DE CONSUMO | 160.989,24 | 0,52% | 222.144,71 | 1,14% | 61.155,47 | 0,62% | 178.932,30 | 0,80% | (43.212,41) | -0,34% |
| | | | Total | 2.285.669,51 | 7,33% | 1.620.577,65 | 8,29% | (665.091,86) | 0,96% | 2.781.002,24 | 12,37% | 1.160.424,59 | 4,07% |
| | | VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA | DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | | | 200,00 | 0,00% | 200,00 | 0,00% | 66,66 | 0,00% | (133,34) | 0,00% |
| | | | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 9.446,17 | 0,03% | 3.644,72 | 0,02% | (5.801,45) | -0,01% | 1.636,74 | 0,01% | (2.007,98) | -0,01% |
| | | | Total | 9.446,17 | 0,03% | 3.844,72 | 0,02% | (5.601,45) | -0,01% | 1.703,40 | 0,01% | (2.141,32) | -0,01% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 3.385.867,10 | 10,86% | 1.689.932,70 | 8,65% | (1.695.934,40) | -2,21% | 2.230.017,34 | 9,92% | 540.084,64 | 1,27% |
| | | | Total | 3.385.867,10 | 10,86% | 1.689.932,70 | 8,65% | (1.695.934,40) | -2,21% | 2.230.017,34 | 9,92% | 540.084,64 | 1,27% |
| | | DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS | DESINCORPORACAO DE ATIVOS | 8.767.011,64 | 28,12% | 0,00 | 0,00% | (8.767.011,64) | -28,12% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | INCORPORACAO DE PASSIVOS | | | 154.554,46 | 0,79% | 154.554,46 | 0,79% | 26.067,40 | 0,12% | (128.487,06) | -0,68% |
| | | | PERDAS INVOLUNTARIAS | 3.889,00 | 0,01% | 0,00 | 0,00% | (3.889,00) | -0,01% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | 8.770.900,64 | 28,13% | 154.554,46 | 0,79% | (8.616.346,18) | -27,34% | 26.067,40 | 0,12% | (128.487,06) | -0,68% |
| | | TRIBUTARIAS | CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | |
| | | | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA | | | 50.739,38 | 0,26% | 50.739,38 | 0,26% | 3.456,35 | 0,02% | (47.283,03) | -0,24% |
| | | | Total | | | 50.739,38 | 0,26% | 50.739,38 | 0,26% | 3.456,35 | 0,02% | (47.283,03) | -0,24% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | | 113,84 | 0,00% | 113,84 | 0,00% | 14.046,86 | 0,06% | 13.933,02 | 0,06% |
| | | | INCENTIVOS | 456.841,74 | 1,47% | 513.097,30 | 2,63% | 56.255,56 | 1,16% | 677.517,67 | 3,01% | 164.420,37 | 0,39% |
| | | | Total | 456.841,74 | 1,47% | 513.211,14 | 2,63% | 56.369,40 | 1,16% | 691.564,53 | 3,08% | 178.353,39 | 0,45% |
| | | Total | | 31.179.215,71 | 100,00% | 19.539.621,09 | 100,00% | (11.639.594,62) | 0,00% | 22.487.403,36 | 100,00% | 2.947.782,27 | 0,00% |
| Total | | | | 31.179.215,71 | 100,00% | 19.539.621,09 | 100,00% | (11.639.594,62) | 0,00% | 22.487.403,36 | 100,00% | 2.947.782,27 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 21: Variação Patrimonial – VPD (2)

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | Mês Lançamento | 30/04/2015 | | Diferença abr-mar | | 30/05/2015 | | Diferença mai-abr | | 30/06/2015 | | Diferença jun-mai | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | CCon - Subgrupo (3) | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% |
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | PESSOAL E ENCARGOS | BENEFICIOS A PESSOAL | 934.704,97 | 4,28% | (4.244,60) | 0,11% | 973.673,04 | 4,13% | 38.968,07 | -0,16% | 971.737,62 | 3,14% | (1.935,42) | -0,98% |
| | | | ENCARGOS PATRONAIS | 2.232.121,09 | 10,23% | 21.144,50 | 0,40% | 2.299.790,67 | 9,75% | 67.669,58 | -0,48% | 2.526.082,60 | 8,17% | 226.291,93 | -1,58% |
| | | | REMUNERACAO A PESSOAL | 11.009.608,49 | 50,47% | (203.489,31) | 0,60% | 11.410.047,46 | 48,38% | 400.438,97 | -2,09% | 15.770.887,51 | 51,04% | 4.360.840,05 | 2,66% |
| | | | Total | 14.176.434,55 | 64,98% | (186.589,41) | 1,11% | 14.683.511,17 | 62,26% | 507.076,62 | -2,72% | 19.268.707,73 | 62,36% | 4.585.196,56 | 0,10% |
| | | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS | APOSENTADORIAS E REFORMAS | 1.894.693,00 | 8,68% | (3.528,19) | 0,24% | 1.916.113,22 | 8,12% | 21.420,22 | -0,56% | 2.898.719,56 | 9,38% | 982.606,34 | 1,26% |
| | | | OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC | 12.909,19 | 0,06% | 10.149,20 | 0,05% | 9.057,34 | 0,04% | (3.851,85) | -0,02% | 2.888,93 | 0,01% | (6.168,41) | -0,03% |
| | | | PENSOES | 488.129,05 | 2,24% | (1.457,91) | 0,06% | 478.789,89 | 2,03% | (9.339,16) | -0,21% | 723.289,06 | 2,34% | 244.499,17 | 0,31% |
| | | | Total | 2.395.731,24 | 10,98% | 5.163,10 | 0,35% | 2.403.960,45 | 10,19% | 8.229,21 | -0,79% | 3.624.897,55 | 11,73% | 1.220.937,10 | 1,54% |
| | | USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 0,00 | 0,00% | (1.873,01) | -0,01% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | SERVICOS | 1.977.469,23 | 9,06% | (622.727,70) | -2,50% | 2.424.460,00 | 10,28% | 446.990,77 | 1,22% | 3.715.763,31 | 12,02% | 1.291.303,31 | 1,74% |
| | | | USO DE MATERIAIS DE CONSUMO | 105.894,00 | 0,49% | (73.038,30) | -0,31% | 154.631,96 | 0,66% | 48.737,96 | 0,17% | 101.899,12 | 0,33% | (52.732,84) | -0,33% |
| | | | Total | 2.083.363,23 | 9,55% | (697.639,01) | -2,82% | 2.579.091,96 | 10,94% | 495.728,73 | 1,39% | 3.817.662,43 | 12,35% | 1.238.570,47 | 1,42% |
| | | VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA | DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | 0,00 | 0,00% | (66,66) | 0,00% | 173,34 | 0,00% | 173,34 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (173,34) | 0,00% |
| | | | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 1.273,14 | 0,01% | (363,60) | 0,00% | 10.003,69 | 0,04% | 8.730,55 | 0,04% | 18.002,07 | 0,06% | 7.998,38 | 0,02% |
| | | | Total | 1.273,14 | 0,01% | (430,26) | 0,00% | 10.177,03 | 0,04% | 8.903,89 | 0,04% | 18.002,07 | 0,06% | 7.825,04 | 0,02% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 2.577.991,07 | 11,82% | 347.973,73 | 1,90% | 3.367.228,17 | 14,28% | 789.237,10 | 2,46% | 2.562.324,13 | 8,29% | (804.904,04) | -5,99% |
| | | | Total | 2.577.991,07 | 11,82% | 347.973,73 | 1,90% | 3.367.228,17 | 14,28% | 789.237,10 | 2,46% | 2.562.324,13 | 8,29% | (804.904,04) | -5,99% |
| | | DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS | DESINCORPORACAO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00% | (26.067,40) | -0,12% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 991.102,56 | 3,21% | 991.102,56 | 3,21% |
| | | | PERDAS INVOLUNTARIAS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | 0,00 | 0,00% | (26.067,40) | -0,12% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 991.102,56 | 3,21% | 991.102,56 | 3,21% |
| | | TRIBUTARIAS | CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | |
| | | | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00% | (3.456,35) | -0,02% | 219,92 | 0,00% | 219,92 | 0,00% | 1.682,92 | 0,01% | 1.463,00 | 0,00% |
| | | | Total | 0,00 | 0,00% | (3.456,35) | -0,02% | 219,92 | 0,00% | 219,92 | 0,00% | 1.682,92 | 0,01% | 1.463,00 | 0,00% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 149,73 | 0,00% | (13.897,13) | -0,06% | 705,08 | 0,00% | 555,35 | 0,00% | 1.293,33 | 0,00% | 588,25 | 0,00% |
| | | | INCENTIVOS | 580.993,79 | 2,66% | (96.523,88) | -0,35% | 538.902,72 | 2,29% | (42.091,07) | -0,38% | 615.223,57 | 1,99% | 76.320,85 | -0,29% |
| | | | Total | 581.143,52 | 2,66% | (110.421,01) | -0,41% | 539.607,80 | 2,29% | (41.535,72) | -0,38% | 616.516,90 | 2,00% | 76.909,10 | -0,29% |
| | | Total | | 21.815.936,75 | 100,00% | (671.466,61) | 0,00% | 23.583.796,50 | 100,00% | 1.767.859,75 | 0,00% | 30.900.896,29 | 100,00% | 7.317.099,79 | 0,00% |
| Total | | | | 21.815.936,75 | 100,00% | (671.466,61) | 0,00% | 23.583.796,50 | 100,00% | 1.767.859,75 | 0,00% | 30.900.896,29 | 100,00% | 7.317.099,79 | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 22: Variação Patrimonial – VPD (3)

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | Mês Lançamento / CCon - Subgrupo (3) | 31/07/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/07/2015 AV% | Diferença jul-jun Movimento Líquido - R$ | Diferença jul-jun AV% | 31/08/2015 Movimento Líquido - R$ | 31/08/2015 AV% | Diferença ago-jul Movimento Líquido - R$ | Diferença ago-jul AV% | 30/09/2015 Movimento Líquido - R$ | 30/09/2015 AV% | Diferença set-ago Movimento Líquido - R$ | Diferença set-ago AV% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | PESSOAL E ENCARGOS | BENEFICIOS A PESSOAL | 934.027,88 | 3,63% | (37.709,74) | 0,49% | 992.932,52 | 3,78% | 58.904,64 | 0,14% | 963.402,79 | 3,77% | (29.529,73) | -0,01% |
| | | | ENCARGOS PATRONAIS | 2.535.055,09 | 9,86% | 8.972,49 | 1,69% | 2.624.178,33 | 9,98% | 89.123,24 | 0,12% | 2.649.781,29 | 10,36% | 25.602,96 | 0,38% |
| | | | REMUNERACAO A PESSOAL | 12.348.482,30 | 48,04% | (3.422.405,21) | -3,00% | 12.855.327,81 | 48,91% | 506.845,51 | 0,87% | 12.795.862,51 | 50,05% | (59.465,30) | 1,14% |
| | | | Total | 15.817.565,27 | 61,53% | (3.451.142,46) | -0,82% | 16.472.438,66 | 62,67% | 654.873,39 | 1,13% | 16.409.046,59 | 64,18% | (63.392,07) | 1,51% |
| | | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS | APOSENTADORIAS E REFORMAS | 1.963.198,91 | 7,64% | (935.520,65) | -1,74% | 2.081.462,66 | 7,92% | 118.263,75 | 0,28% | 2.042.333,56 | 7,99% | (39.129,10) | 0,07% |
| | | | OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC | 5.814,65 | 0,02% | 2.925,72 | 0,01% | 0,00 | 0,00% | (5.814,65) | -0,02% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | PENSOES | 474.918,22 | 1,85% | (248.370,84) | -0,49% | 482.661,56 | 1,84% | 7.743,34 | -0,01% | 478.789,89 | 1,87% | (3.871,67) | 0,04% |
| | | | Total | 2.443.931,78 | 9,51% | (1.180.965,77) | -2,22% | 2.564.124,22 | 9,75% | 120.192,44 | 0,25% | 2.521.123,45 | 9,86% | (43.000,77) | 0,11% |
| | | USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | SERVICOS | 1.813.573,42 | 7,06% | (1.902.189,89) | -4,97% | 2.623.868,02 | 9,98% | 810.294,60 | 2,93% | 2.801.073,48 | 10,96% | 177.205,46 | 0,97% |
| | | | USO DE MATERIAIS DE CONSUMO | 138.387,02 | 0,54% | 36.487,90 | 0,21% | 103.784,07 | 0,39% | (34.602,95) | -0,14% | 110.133,07 | 0,43% | 6.349,00 | 0,04% |
| | | | Total | 1.951.960,44 | 7,59% | (1.865.701,99) | -4,76% | 2.727.652,09 | 10,38% | 775.691,65 | 2,78% | 2.911.206,55 | 11,39% | 183.554,46 | 1,01% |
| | | VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA | DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | 426,67 | 0,00% | 426,67 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (426,67) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 18.342,30 | 0,07% | 340,23 | 0,01% | 6.927,82 | 0,03% | (11.414,48) | -0,04% | 11.763,34 | 0,05% | 4.835,52 | 0,02% |
| | | | Total | 18.768,97 | 0,07% | 766,90 | 0,01% | 6.927,82 | 0,03% | (11.841,15) | -0,05% | 11.763,34 | 0,05% | 4.835,52 | 0,02% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 4.539.232,84 | 17,66% | 1.976.908,71 | 9,37% | 3.864.332,02 | 14,70% | (674.900,82) | -2,96% | 2.056.293,96 | 8,04% | (1.808.038,06) | -6,66% |
| | | | Total | 4.539.232,84 | 17,66% | 1.976.908,71 | 9,37% | 3.864.332,02 | 14,70% | (674.900,82) | -2,96% | 2.056.293,96 | 8,04% | (1.808.038,06) | -6,66% |
| | | DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS | DESINCORPORACAO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 9.008,46 | 0,04% | (982.094,10) | -3,17% | 2.000,00 | 0,01% | (7.008,46) | -0,03% | 31.046,50 | 0,12% | 29.046,50 | 0,11% |
| | | | PERDAS INVOLUNTARIAS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | 9.008,46 | 0,04% | (982.094,10) | -3,17% | 2.000,00 | 0,01% | (7.008,46) | -0,03% | 31.046,50 | 0,12% | 29.046,50 | 0,11% |
| | | TRIBUTARIAS | CONTRIBUICOES | | | | | | | | | 2.379,71 | 0,01% | 2.379,71 | 0,01% |
| | | | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA | 253,09 | 0,00% | (1.429,83) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (253,09) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | 253,09 | 0,00% | (1.429,83) | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (253,09) | 0,00% | 2.379,71 | 0,01% | 2.379,71 | 0,01% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 12.653,42 | 0,05% | 11.360,09 | 0,05% | 1.040,91 | 0,00% | (11.612,51) | -0,05% | 27.598,68 | 0,11% | 26.557,77 | 0,10% |
| | | | INCENTIVOS | 912.501,87 | 3,55% | 297.278,30 | 1,56% | 647.135,46 | 2,46% | (265.366,41) | -1,09% | 1.597.559,16 | 6,25% | 950.423,70 | 3,79% |
| | | | Total | 925.155,29 | 3,60% | 308.638,39 | 1,60% | 648.176,37 | 2,47% | (276.978,92) | -1,13% | 1.625.157,84 | 6,36% | 976.981,47 | 3,89% |
| | | Total | | 25.705.876,14 | 100,00% | (5.195.020,15) | 0,00% | 26.285.651,18 | 100,00% | 579.775,04 | 0,00% | 25.568.017,94 | 100,00% | (717.633,24) | 0,00% |
| Total | | | | 25.705.876,14 | 100,00% | (5.195.020,15) | 0,00% | 26.285.651,18 | 100,00% | 579.775,04 | 0,00% | 25.568.017,94 | 100,00% | (717.633,24) | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Figura 23: Variação Patrimonial – VPD (4)

| Órgão UGE | | CCon - Grupo (2) | Mês Lançamento | 31/10/2015 | | Diferença out-set | | 30/11/2015 | | Diferença nov-out | | 31/12/2015 | | Diferença dez-nov | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | CCon - Subgrupo (3) | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% | Movimento Líquido - R$ | AV% |
| 26433 | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | PESSOAL E ENCARGOS | BENEFICIOS A PESSOAL | 1.000.558,29 | 3,82% | 37.155,50 | 0,06% | 960.145,74 | 2,60% | (40.412,55) | -1,22% | 1.024.091,85 | 2,99% | 63.946,11 | 0,39% |
| | | | ENCARGOS PATRONAIS | 2.623.190,99 | 10,02% | (26.590,30) | -0,34% | 5.119.788,75 | 13,86% | 2.496.597,76 | 3,84% | 2.658.236,68 | 7,77% | (2.461.552,07) | -6,10% |
| | | | REMUNERACAO A PESSOAL | 12.708.018,82 | 48,56% | (87.843,69) | -1,49% | 18.621.158,17 | 50,43% | 5.913.139,35 | 1,87% | 14.684.704,45 | 42,91% | (3.936.453,72) | -7,51% |
| | | | Total | 16.331.768,10 | 62,41% | (77.278,49) | -1,77% | 24.701.092,66 | 66,89% | 8.369.324,56 | 4,48% | 18.367.032,98 | 53,68% | (6.334.059,68) | -13,21% |
| | | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS | APOSENTADORIAS E REFORMAS | 2.034.965,76 | 7,78% | (7.367,80) | -0,21% | 4.076.158,64 | 11,04% | 2.041.192,88 | 3,26% | 1.325.346,18 | 3,87% | (2.750.812,46) | -7,16% |
| | | | OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC | 13.618,46 | 0,05% | 13.618,46 | 0,05% | 8.419,33 | 0,02% | (5.199,13) | -0,03% | 0,00 | 0,00% | (8.419,33) | -0,02% |
| | | | PENSOES | 472.923,64 | 1,81% | (5.866,25) | -0,07% | 969.742,87 | 2,63% | 496.819,23 | 0,82% | 488.509,16 | 1,43% | (481.233,71) | -1,20% |
| | | | Total | 2.521.507,86 | 9,63% | 384,41 | -0,23% | 5.054.320,84 | 13,69% | 2.532.812,98 | 4,05% | 1.813.855,34 | 5,30% | (3.240.465,50) | -8,39% |
| | | USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 20.897,74 | 0,06% | 20.897,74 | 0,06% |
| | | | SERVICOS | 3.114.667,80 | 11,90% | 313.594,32 | 0,95% | 3.166.493,26 | 8,57% | 51.825,46 | -3,33% | 3.054.506,79 | 8,93% | (111.986,47) | 0,35% |
| | | | USO DE MATERIAIS DE CONSUMO | 158.431,62 | 0,61% | 48.298,55 | 0,17% | 157.478,64 | 0,43% | (952,98) | -0,18% | 248.470,34 | 0,73% | 90.991,70 | 0,30% |
| | | | Total | 3.273.099,42 | 12,51% | 361.892,87 | 1,12% | 3.323.971,90 | 9,00% | 50.872,48 | -3,51% | 3.323.874,87 | 9,71% | (97,03) | 0,71% |
| | | VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA | DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 17.403,61 | 0,07% | 5.640,27 | 0,02% | 9.586,14 | 0,03% | (7.817,47) | -0,04% | 29.726,87 | 0,09% | 20.140,73 | 0,06% |
| | | | Total | 17.403,61 | 0,07% | 5.640,27 | 0,02% | 9.586,14 | 0,03% | (7.817,47) | -0,04% | 29.726,87 | 0,09% | 20.140,73 | 0,06% |
| | | TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 3.309.980,25 | 12,65% | 1.253.686,29 | 4,61% | 2.683.310,05 | 7,27% | (626.670,20) | -5,38% | 4.188.808,81 | 12,24% | 1.505.498,76 | 4,98% |
| | | | Total | 3.309.980,25 | 12,65% | 1.253.686,29 | 4,61% | 2.683.310,05 | 7,27% | (626.670,20) | -5,38% | 4.188.808,81 | 12,24% | 1.505.498,76 | 4,98% |
| | | DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS | DESINCORPORACAO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00% | (31.046,50) | -0,12% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 5.491.244,69 | 16,05% | 5.491.244,69 | 16,05% |
| | | | PERDAS INVOLUNTARIAS | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | Total | 0,00 | 0,00% | (31.046,50) | -0,12% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 5.491.244,69 | 16,05% | 5.491.244,69 | 16,05% |
| | | TRIBUTARIAS | CONTRIBUICOES | 0,00 | 0,00% | (2.379,71) | -0,01% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 421,00 | 0,00% | 421,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (421,00) | 0,00% |
| | | | Total | 0,00 | 0,00% | (2.379,71) | -0,01% | 421,00 | 0,00% | 421,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | (421,00) | 0,00% |
| | | OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 250,05 | 0,00% | (27.348,63) | -0,11% | 9.638,77 | 0,03% | 9.388,72 | 0,03% | 680,09 | 0,00% | (8.958,68) | -0,02% |
| | | | INCENTIVOS | 716.300,23 | 2,74% | (881.258,93) | -3,51% | 1.145.965,52 | 3,10% | 429.665,29 | 0,37% | 1.003.098,34 | 2,93% | (142.867,18) | -0,17% |
| | | | Total | 716.550,28 | 2,74% | (908.607,56) | -3,62% | 1.155.604,29 | 3,13% | 439.054,01 | 0,39% | 1.003.778,43 | 2,93% | (151.825,86) | -0,20% |
| | | Total | | 26.170.309,52 | 100,00% | 602.291,58 | 0,00% | 36.928.306,88 | 100,00% | 10.757.997,36 | 0,00% | 34.218.321,99 | 100,00% | (2.709.984,89) | 0,00% |
| Total | | | | 26.170.309,52 | 100,00% | 602.291,58 | 0,00% | 36.928.306,88 | 100,00% | 10.757.997,36 | 0,00% | 34.218.321,99 | 100,00% | (2.709.984,89) | 0,00% |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 7.8 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESAPROPRIADOS

Não se aplica.

## 7.9 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO E REGISTRO CONTÁBIL DOS CRÉDITOS A RECEBER

Não se aplica.

## 7.10 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não se aplica.

## 7.11 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (Lei 4.320/64 e 6.404/1976)

Não se aplica.

## 7.12 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI .404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS

Não se aplica.

## 7.13 REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A CLASSIFICAÇÃO A NOS NÍVEIS DE RISCO E DA AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não se aplica.

## 7.14 INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Não se aplica.

## 7.15 INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS EM QUE ATUA O CONGLOMERADO

Não se aplica.

## 7.16 INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## 7.17 DEMONSTRATIVO ESPECIFICO SOBRE OS SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL

Não se aplica.

## 7.18 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS ELABORADAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECIFICA

Não se aplica.

## 7.19 DESEMPENHO FINANCEIRO DO CONGLOMERADO

Não se aplica.

## 7.20 DEMONSTRAÇÃO E ANALISE DOS DESEMPENHOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Não se aplica.

## 7.21 INFORMAÇÕES SOBRE AS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO DE ITAIPU BINACIONAL

Não se aplica ao IFRJ.

# 8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

## 8.1 GESTÃO DE PESSOAS

### 8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 28: Força de trabalho da UJ

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)** | **0** | **1540** | **82** | **30** |
| 1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 0 | 1540 | 82 | 30 |
| 1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 0 | 1491 | 71 | 30 |
| 2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores de carreira em exercício provisório | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 0 | 49 | 11 | 0 |
| **2. Servidores com Contratos Temporários** | **0** | **57** | **43** | **26** |
| **3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **4. Total de Servidores (1+2+3)** | **0** | **1597** | **125** | **56** |

**Fonte**: SIAPE e Banco de Dados DGP (2016).

## DESCRIÇÃO DOS CAMPI

Tipologias dos Cargos

Servidores em cargos efetivos: Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:

- Membros de poder e agentes políticos: Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo, no âmbito federal, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes do Poder Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas

Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais e os membros do Ministério Público, dentre outros.

- Servidores de Carreira: Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UJ, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:
- Servidores de carreira vinculada ao órgão: servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UJ ou do órgão supervisor da UJ;
- Servidores de carreira em exercício descentralizado: servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;
- Servidores de carreira em exercício provisório: servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UJ. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.527/97;
- Servidores requisitados de outros órgãos e esferas: servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90;
- Servidores com Contratos Temporários: Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003;
- Servidores sem Vínculo com a Administração Pública: Servidores que compõem a força de trabalho da UJ que não têm vínculo com a administração pública, tais como os ocupantes de cargos em comissão.

<u>Lotação</u>

Autorizada: Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UJ. Se para uma determinada tipologia de cargo não houver lotação autorizada por lei, esta coluna deve ser preenchida coma a expressão "não há".

Efetiva: Lotação efetiva de cargos providos na UJ. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

Ingressos e Egressos

Ingressos no exercício: Número de servidores que ingressaram na UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor "0" (zero).

Egressos no exercício: Número de servidores que saíram da UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor "0" (zero).

Total de servidores: Devem ser totalizadas somente as colunas "Lotação Efetiva", "Ingressos..." e "Egressos...).

Quadro 29: Distribuição da lotação efetiva

| **Tipologias dos Cargos** | **Lotação Efetiva** | |
|---|---|---|
| | **Área Meio** | **Área Fim** |
| **1. Servidores de Carreira (1.1)** | **638** | **902** |
| 1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4) | 638 | 902 |
| 1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 594 | 897 |
| 1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 |
| 1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório | 0 | 0 |
| 1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 44 | 5 |
| **2. Servidores com Contratos Temporários** | **0** | **57** |
| **3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública** | 0 | 0 |
| **4. Total de Servidores (1+2+3)** | **638** | **959** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

### 8.1.1.1 Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação Geral de Inovação Tecnológica

Não se aplica.

### 8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro 30 (A.11.3): Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| **Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR** | **Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93** | **Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR** | | |
|---|---|---|---|---|
| | | **Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função** | **Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função** | **Final do Exercício Financeiro** |
| **Autoridades** (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | **0** |
| | **Entregaram a DBR** | **0** | **0** | **0** |
| | **Não cumpriram a obrigação** | **0** | **0** | **0** |
| **Cargos Eletivos** | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | **0** |
| | **Entregaram a DBR** | **0** | **0** | **0** |
| | **Não cumpriram a obrigação** | **0** | **0** | **0** |
| **Funções Comissionadas** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 338 | 0 | **0** |
| | Entregaram a DBR | 269 | 0 | **0** |
| | Não cumpriram a obrigação | 69 | 0 | **0** |

**Fonte**: SIAPE e Banco de Dados DGP (2016).

## 8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Figura 25: Despesas dos pessoal

| Tipologias/ Exercícios | | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | |
| **Membros de poder e agentes políticos** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | | | | | | | | | | |
| | 2014 | | | | | | | | | | |
| **Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | R$ 89.412.761,36 | R$ 31.015.620,71 | R$ 60.116.656,44 | R$ 1.816.124,47 | R$ 9.594.985,25 | R$ 2.776.000,55 | R$ 554.961,56 | | R$ 216.525,94 | R$ 195.503.639,28 |
| | 2014 | R$ 93.714.637,89 | R$ 37.162.125,45 | R$ 13.026.130,70 | R$ 4.649.760,32 | R$ 10.021.695,34 | R$ 2.411.571,93 | R$ 23.198.068,6 | | R$ 1.566.628,93 | R$ 185.750.619,18 |
| **Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | R$ 100.587,05 | R$ 39.887,35 | R$ 13.981,38 | R$ 4.990,74 | R$ 10.756,62 | R$ 2.588,43 | | | | R$ 172.791,56 |
| | 2014 | R$ 89.252,04 | R$ 35.392,5 | R$ 12.405,84 | R$ 4.428,34 | R$ 9.544,47 | R$ 2.296,74 | | | | R$ 153.319,93 |
| **Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | R$ 501.017,69 | | | | | | | | | R$ 501.017,69 |
| | 2014 | R$ 444.558,73 | | | | | | | | | R$ 444.558,73 |
| **Servidores cedidos com ônus** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | R$ 452.641,7 | R$ 179.493,06 | R$ 62.916,21 | R$ 22.458,34 | R$ 48.404,79 | R$ 11.647,89 | | | | R$ 777.561,99 |
| | 2014 | R$ 401.634,16 | R$ 159.266,25 | R$ 55.826,27 | R$ 19.927,54 | R$ 42.950,12 | R$ 10.335,31 | | | | R$ 689.939,65 |
| **Servidores com contrato temporário** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2015 | R$ 2.329.634,8 | | R$ 263.841,67 | R$ 191.888,64 | | | | | | R$ 2.785.365,11 |
| | 2014 | R$ 2.067.111,62 | | R$ 234.109,73 | R$ 170.264,99 | | | | | | R$ 2.471.486,34 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

### 8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

A respeito dos riscos relacionados a gestão de pessoas no IFRJ, podemos elencar alguns pontos que merecem atenção: Não existe um programa para a manutenção do capital intelectual para técnicos administrativos que se aposentam na instituição. Existem servidores antigos e com grande carga de conhecimentos teóricos e práticos em suas áreas de atuação, que uma vez se aposentando, podem pela falta de política de gestão de conhecimento na organização causar sérios problemas no andamento das atividades do órgão.

Em se tratando de Licenças Médicas, é sabido que as condições sanitárias dos servidores de qualquer órgão ou entidade da administração pública, impactará diretamente no rendimento das atividades desenvolvidas no órgão ou entidade.

No caso específico do IFRJ, existe dentro da Diretoria de Gestão de Pessoas, uma Coordenação de Saúde do Trabalhador (CISS), composta por uma equipe multidisciplinar, incluindo profissionais: médicos, psicólogos, assistentes sociais, engenheiros de segurança do trabalho, entre outros profissionais, que tratam efetivamente das questões relativas a saúde do trabalhador, no entanto, se deve apontar a necessidade de levantamento de informações a respeito de quais seriam as possíveis principais causas da ocorrência de licenças-médicas dentro da organização e desta forma verificar a viabilidade da execução de programas para melhoria de fatores relacionados a saúde no ambiente de trabalho e fora dele.

No caso das licenças maternidade no IFRJ, é realizada a abertura de processo de convocação para entrada em exercício de professor substituto. Já para os técnicos administrativos, não existe previsão legal de substituição em caso de licença maternidade, o que pode causar problemas de ordem administrativa para a instituição, em determinadas áreas de atuação das servidoras licenciadas, sem a devida substituição em suas atividades laborais.

O IFRJ é uma jovem instituição e sua estrutura tem crescido diametralmente ao longo de sua existência.

Temos servidores do antigo CEFET-Química e Escolas Técnicas Federais, além disso temos recebido servidores novos, oriundos da iniciativa privada e de outros órgãos e entidades da administração pública. Isso faz com que a cultura organizacional de nosso Instituto ainda esteja em construção. A incipiência dessa cultura, se constitui em fator que demanda grande esforço dos servidores para o desenvolvimento de uma mentalidade de construção e trabalho, com vistas aos objetivos da organização.

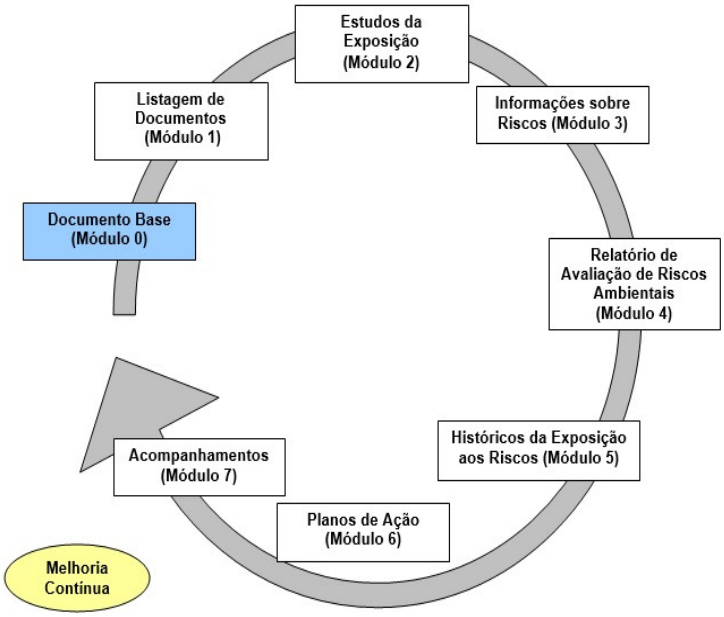
### 8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

O IFRJ implementou o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Com o objetivo de preservar da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, do reconhecimento, da avaliação e do consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes, ou que venham a existir, nos ambientes de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O PPRA é parte integrante do conjunto de ações contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, e tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde do servidor, estando articulado com outros mecanismos, em especial com o Programa de Controle da Exposição a Riscos – PCER.

O programa se encontra definido a partir da seguinte estrutura:

Figura 26: Estrutura do PPRA




Fonte: Setor de Segurança do Trabalho. IFRJ (2016).

Vale ressaltar que o IFRJ criou a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público – CISSP. A CISSP é instituída em todos os Campi e Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

A criação da CISSP considera a necessidade de implementação de ações voltadas para a prevenção de riscos à saúde do servidor público, bem como de instituição de mecanismos capazes de estimular atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança do trabalho, com valorização e estímulo ao comprometimento de todos os envolvidos, na qualidade de agentes transformadores, considerando o disposto no art. 6º, inciso VI, e demais diretrizes gerais para implementação de ações de vigilância nos ambientes de trabalho e promoção à saúde do servidor que constam da Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS), instituída pela Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010, do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quadro 31: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

| **Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas** | **Lotação** | | **Ingressos no Exercício** | **Egressos no Exercício** |
|---|---|---|---|---|
| | **Autorizada** | **Efetiva** | | |
| **1. Cargos em Comissão** | **0** | **79** | **18** | **20** |
| 1. Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 79 | 18 | 20 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 75 | 18 | 20 |
| 1.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 4. Sem Vínculo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5. Aposentados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **2. Funções Gratificadas** | **0** | **259** | **97** | **19** |
| 2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 257 | 96 | 19 |
| 2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas | 0 | 2 | 1 | 0 |
| **3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)** | **0** | **338** | **115** | **29** |

**Fonte**: SIAPE e Banco de Dados DGP (2016).

## DESCRIÇÃO DOS CAMPI

### Tipologias dos Cargos

**Cargos em Comissão:** Servidores que ingressaram na UJ mediante o instituto do provimento em comissão, tomando-se por referência o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas, segundo as especificações a seguir:

- **Cargos de Natureza Especial:** Para efeito deste demonstrativo, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;
- **Grupo Direção e Assessoramento Superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento superior (DAS), dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em cinco (5) tipos diferentes, a saber:
    i. **Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão:** Servidores de carreira que estão vinculados diretamente à UJ ou ao órgão supervisor da UJ;

ii. **Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado:** Servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades em outros órgãos da administração mediante exercício descentralizado de atividade;

iii. **Servidores de Outros Órgãos e Esferas:** Servidores que ocupam cargo DAS na UJ, mas cujo cargo de origem está vinculado a outros órgãos e esferas, por exemplo: servidores originários de estados e municípios;

iv. **Sem Vínculo:** Servidores que anteriormente ao exercício do cargo DAS não mantinham vínculo de qualquer espécie com a administração pública;

v. **Aposentados:** Servidores aposentados da Administração Pública e que exercem cargo DAS.

- **Funções gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em três (3) subtipos diferentes, quais sejam: Servidor de carreira vinculada ao órgão; Servidor de carreira em exercício descentralizado; Servidor de outros órgãos e esferas, segundo a seguinte especificação:
- **Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão:** Servidores de carreira que tenham sido vinculadas diretamente à UJ ou ao órgão supervisor da UJ;
- **Servidor de Carreira em Exercício Descentralizado:** Servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;
- **Servidor de Outros Órgãos e Esferas:** Servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na UJ, tomando-se por referência o disposto no art. 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/90.

**Lotação**

**Autorizada:** Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos em comissão ou função gratificada na UJ. Se para uma determinada tipologia de cargo em comissão ou função gratificada não houver lotação autorizada por lei, esta coluna deve ser preenchida coma a expressão "**não há**".

**Efetiva:** Lotação efetiva de cargos em comissão e de função gratificada na UJ. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo ou função de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

**Ingressos no exercício:** Número de servidores que ingressaram em cada uma das tipologias no exercício de referência.

**Egressos no exercício:** Número de servidores que saíram, considerando cada uma das tipologias, no exercício de referência.

**Total de servidores em cargo e em função:** Totalidade da força de trabalho da UJ composta por servidores com provimento em comissão e funções gratificadas. Devem ser totalizadas somente as colunas "Lotação Efetiva", "Ingressos..." e "Egressos...").

### 8.1.5 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

Informação já consta no item "8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade".

### 8.1.6 Medidas para ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias

Não se aplica ao IFRJ.

### 8.1.7 Demonstração de iniciativas de cobranças de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes

Não se aplica ao IFRJ.

### 8.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Não se aplica.

### 8.1.9 Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes

A Diretoria Rede de Assistência Estudantil (DIRAE) foi criada em junho de 2014 com a responsabilidade da construção e execução da política de assistência estudantil no IFRJ. A requisição para o surgimento dessa estrutura no organograma do IFRJ surge no esteio do reconhecimento das políticas de enfrentamento das desigualdades educacionais determinadas pela renda, pela cor, pela etnia, pelo espaço territorial de pertencimento e pelas múltiplas formas de deficiência.

A DIRAE entende a Assistência Estudantil enquanto um conjunto de estratégias de suporte ao ensino, com vistas à permanência e investimento no processo de formação dos estudantes. O marco legal definidor das ações é o Decreto Nº 7.234/2010 (BRASIL/MEC, 2010), que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES aponta que o público alvo da assistência estudantil é prioritariamente o estudante oriundo da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior, conforme aduz o artigo 5º. Apesar de seus objetivos visarem a redução das desigualdades educacionais presentes na educação superior, o artigo 4º aponta que o PNAES abrange os Institutos Federais, respeitando suas especificidades, áreas estratégias de ensino, pesquisa e extensão e àquelas que atendam às necessidades identificadas pelo seu corpo discente. Assim o IFRJ atende aos estudantes da educação superior e aos estudantes do ensino médio e técnico.

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Art. 3º, § 1º).

A vulnerabilidade socioeconômica é justificativa primeira do PNAES, pois o parágrafo único do artigo 4º define que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Apesar de apresentarmos neste relatório apenas os dados pertinentes ao Programa de Auxílio Permanência, a Assistência Estudantil do IFRJ se materializa na forma de programas que envolvem não só auxílio, como também bolsas e atendimentos especializados (IFRJ, 2011).

A saber:

I. **Auxílio**: benefício oferecido com a finalidade de subsidiar despesas relacionadas às necessidades básicas dos discentes como alimentação, transporte, moradia e outras relacionadas às atividades acadêmicas.

II. **Bolsa**: oferecida aos discente em contrapartida à execução de atividades em programas que, para além da permanência, visam favorecer o êxito estudantil numa perspectiva de interrelação com o ensino, a pesquisa e a extensão.

III. **Atendimento Especializado**: ações de acompanhamento biopsicossocial e pedagógico aos estudantes.

Em 2015, a Assistência Estudantil possuía por rubrica o valor de R$7.125.754,10 distribuída por onze *campi*. Cada campus tem autonomia para executar o Programa e seus recursos dentro do que está previsto pelo Regulamento de Assistência Estudantil do IFRJ. Os valores concedidos para cada tipo de auxílio estão descritos abaixo.

Tabela 61: Valor mensal da concessão de auxílio

| AUXÍLIO | VALOR MENSAL | CONCESSÃO |
|---|---|---|
| Moradia | Até R$300,00 | Cota Mensal por um período de concessão de até 12(doze) meses ao ano. |
| Transporte | Até R$ 250,00 | Cota Mensal por um período de concessão de até 10 (dez) meses ao ano. |
| Alimentação | Até R$ 250,00 | Cota Mensal por um período de concessão de até 10 (dez) meses ao ano. |
| Didático | Até R$ 300,00 | Cota única por semestre. |

**Fonte**: IFRJ (2011).

A partir dos dados coletados, apresentamos um panorama dos alunos atendidos por *campus* no IFRJ em 2015.

Tabela 62: Alunos inscritos/contemplados por campus no Programa de Auxílio Permanência – ano de 2015

| Campus[1] | Universo de alunos | Inscritos no PAE | Contemplados | Demanda reprimida |
|---|---|---|---|---|
| Arraial do Cabo | 237 | 132 | 111 | - |

[1] Só foram listados os campi que executam o Programa de Auxílio Permanência (doravante denominado PAE).

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Duque de Caxias[2] | 803 | 511 | 413 | - |
| Engenheiro Paulo de Frontin | 146 | 81 | 55 | 23 |
| Mesquita | 12 | 1 | 1 | - |
| Nilópolis | 2314 | 757 | 445 | 300 |
| Paracambi | 775 | 206 | 180[3] | 67[4] |
| Pinheiral | 522 | 276 | 220 | 56 |
| Realengo[5] | 641 | 121 | 24 | - |
| Rio de Janeiro | 1724 | 397 | 293 | - |
| São Gonçalo | 403 | 302 | 302 | - |
| Volta Redonda | 682 | 277 | 162 | - |
| **Total** | **8259** | **3061** | **2206** | **446** |

**Fonte**: IFRJ (2011).

Na tabela acima podemos verificar que do universo total de alunos matriculados (8.259) nos *campi* que executam o Programa de Auxílio Permanência cerca de 35% se inscrevem e 24% são contemplados, o que nos leva a pensar em pelo menos duas realidades: a diferença entre o número de inscritos e os contemplados pode representar a demanda reprimida no atendimento à vulnerabilidade dos alunos ou que nesta diferença é possível que os inscritos estejam fora do perfil da assistência conforme prevê o PNAES.

Nos dados informados pelos *campi,* 446 alunos são apresentados como alunos que estão dentro do perfil, mas não puderam ser contemplados por insuficiência de recursos. Este número corresponde a 4,5% do total de matriculados nos *campi* ofertantes do PAE e cerca 13% do total dos inscritos no Programa em situação de vulnerabilidade comprovada. Para além disso, mesmo os contemplados, recebem, por vezes, um único tipo de auxílio.

Diante do cenário brevemente descrito, a DIRAE vem buscando construir ações que possam minimizar o déficit no atendimento das demandas discentes pela assistência. Assim, desenvolveu até então as seguintes ações:

[2] Foram informados dados parciais pelo campus.
[3] Este número corresponde à média de alunos comtemplados nos dois semestres de 2015.
[4] Este número corresponde à média dos auxílios não contemplados em 2015.1. Embora todos os alunos tenham sido contemplados com pelo menos um auxílio nem todos foram atendidos em suas demandas.
[5] Foram informados dados parciais pelo *campus*.

As atividades, abaixo descritas, foram construídas no período de outubro a dezembro de 2015[6].

1. Acompanhamento da execução dos recursos da Assistência Estudantil por meio da análise e acompanhamento dos editais de Programa de Auxílio Permanência;
2. Reuniões periódicas com os representantes dos segmentos estudantis;
3. Acompanhamento e solução de questionamentos dos estudantes quanto à execução da assistência estudantil encaminhadas pela Ouvidoria do IFRJ;
4. Visitas aos campi para a elaboração de plano estratégico de oferta de alimentação e transporte;
5. Elaboração de plano de construção de restaurantes nos campi que ainda não possuem.
6. Acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes através da participação da Comissão Interna de Permanência e Êxito;
7. Participação em grupos de trabalho e fóruns de discussões que tratam de questões pedagógicas que implicam na permanência e êxito dos alunos.

Por fim, consideramos que há um grande caminho a percorrer na consolidação da política de assistência no IFRJ. Destacamos que esta Diretoria está empenhada na tarefa de ampliar o acesso e garantir a permanência dos trabalhadores mais pobres e seus filhos nesta instituição.

### 8.1.10 Contratação de pessoal de Apoio e de estagiários

**Contratação de Pessoal de Apoio**

[6] É importante ressaltar que a gestão atual desta diretoria começou a atuar em outubro de 2015 após seis meses de sua inatividade. Neste período, as demandas da assistência foram encaminhadas por um comitê provisório.

Quadro 32: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

| **Unidade Contratante** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia** | | | | | | |
| **UG/Gestão: 158157** | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | |
| Ano do Contrato | Objeto | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados | Sit. |
| | | | Início | Fim | | |
| 2012 | Manutenção Predial | RDL Asseio e Conservação LTDA – CNPJ: 14.659.386/0001-52 | 02/05/2012 | 31/12/2016 | Nível Fundamental incompleto | Ativo |
| 2014 | Vigilância Patrimonial | PROL Segurança Eireli – CNPJ: 02.606.943/0001-98 | 01/01/2015 | 31/12/2016 | Nível Fundamental Completo | Ativo |
| 2009 | Limpeza e conservação | Nova Rio Serviços Gerais LTDA - CNPJ | 01/01/2009 | 31/12/2015 | Nível Fundamental incompleto | Inativo |
| 2014 | Serviço de motorista | Defender Conservação e Limpeza LTDA | 01/01/2015 | 31/12/2015 | Nível Fundamental Completo | Inativo |

**Fonte**: DALI, IFRJ (2016).

Quadro 33: Composição do quadro de estagiários

| **Nível de escolaridade** | **Quantitativo de contratos de estágio vigentes** | | | | **Despesa no exercício** |
|---|---|---|---|---|---|
| | **1º Trimestre** | **2º Trimestre** | **3º Trimestre** | **4º Trimestre** | **(em R$ 1,00)** |
| 1. Nível superior | 28 | 35 | 29 | 25 | |
| 1.1 Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 1.2 Área Meio | 28 | 35 | 29 | 25 | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2. Nível Médio | 0 | 2 | 0 | 0 | |
| 2.1 Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2.2 Área Meio | 0 | 2 | 0 | 0 | |
| 3. Total (1+2) | 28 | 37 | 29 | 25 | |

**Fonte**: IFRJ (2016).

### 8.1.11 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não se aplica.

### 8.1.12 Contratação de mão de obra temporária

Essas informações estão contempladas no item 8.1.10.

## 8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

A gestão do patrimônio do IFRJ teve início em 2014 após a migração do acervo patrimonial para o Sistema SIGA do MEC e desta forma no ano de 2015 o IFRJ deu a continuidade no tombamento de novos bens, a inclusão dos mesmos no sistema SIGA e a emissão dos termos de responsabilidade.

### 8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Quadro 34: Gestão da frota de veículos próprios da Reitoria

| MARCA | ESPÉCIE | ANO | PLACA | MODELO | RENAVAM | GASTOS MANUT. e ABAST. | TOTAL KM | TOTAL LITROS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORD | PASSEIO | 2011 | KZF 5626 | FOCUS GH 2LFC - Flex | 270916520 | **R$ 4.282,58** | **9.326** | **1.071,71** |
| FORD | PASSEIO | 2011 | LSJ 3437 | FIESTA SEDAN1.6 - Flex | 270918701 | **R$ 6.328,71** | **14.161** | **1.531,08** |
| FORD | PASSEIO | 2011 | KRI 1492 | FIESTA SEDAN1.6 - Flex | 270926321 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| FORD | PASSEIO | 2011 | LLI 5868 | FIESTA SEDAN1.6 - Flex | 270921095 | **R$ 7.784,57** | **18.935** | **1.853,02** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORD | PASSEIO | 2011 | LPS 9396 | FIESTA SEDAN1.6 - Flex | 270919473 | **R$ 7.930,37** | **17.646** | **1.930,83** |
| FORD | PASSEIO | 2011 | KRQ 1481 | FIESTA SEDAN1.6 - Flex | 270922547 | **R$ 1.183,30** | **1.098** | **168,57** |
| FIAT | MINIBUS | 2012 | KWS 3190 | DUCATO - Diesel | 183877551 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| VW | PASSEIO | 2004 | LOW 9956 | SANTANA - Gasolina | 813476747 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| FIAT | PASSEIO | 2005 | KPX 1365 | PALIO ELX - Flex | 855912510 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| M. BENZ | MINIBUS | 1999 | LCR 8538 | 310D SPLINTER - Diesel | 714047198 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| FORD | UTILITÁRIO | 2011 | KPA 4856 | RANGER XL 13P - Diesel | 494260254 | **R$ 0,00** | **00** | **00** |
| FIAT | MINIBUS | 2009 | KOZ 6419 | DUCATO - Diesel | 491804091 | **R$ 3.313,20** | **6.730** | **822,97** |
| | | | | | **Total:** | **R$ 30.822,73** | **67.896** | **7.378,18** |

**Fonte**: IFRJ (2016).

A manutenção da frota abrange todos os tipos de serviços relacionados à manutenção preventiva e corretiva, desde a troca de óleo até uma intervenção mais apurada.

Por ser uma instituição com vários campi, o IFRJ tem a necessidade de utilizar veículos para a locomoção dos servidores e alunos, visando à realização de várias atividades, tais como: administrativas, ensino, pesquisa e extensão, transporte de materiais. Além de atividades necessárias ao bom desempenho das atribuições dos Campi/Reitoria. A frota de veículos é um dos pontos relevantes para o cumprimento da missão institucional. Sua gestão e os procedimentos utilizados no atendimento da demanda, interferem diretamente no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Em 2015, foi revisada a Instrução Normativa nº 001/2011 de abril de 2011 (que estabelece o controle por meio do Sistema de Integrado de gestão Acadêmica (SIGA-ADM) através do grupo de trabalho sendo aguardada em breve a implementação, provavelmente ainda no primeiro semestre de 2016. Para obedecer, às legislações vigentes que regulamentam o uso da frota oficial de veículos, que estão descriminadas a seguir, existe o controle sobre a quilometragem dos veículos, trajeto percorrido da

solicitação, abastecimento e verificação do estado dos veículos. Os adesivos pertinentes as identificações dos veículos oficiais não foram revistas e implementadas em 2015, mas através do grupo de trabalho foi elaborado um plano de ação para atender ao anexo VI da Instrução Normativa 03/2008 do MPOG.

- Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O atendimento das demandas do IFRJ, no setor vinculado a transporte, requer o uso constante de um grande número de veículos de vários tipos, o que seria bastante oneroso, no caso de opção por contrato de locação com serviço de motorista.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011 disciplinam o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio do IFRJ.

A frota de veículos é de extrema importância para o bom funcionamento do Instituto como um todo. Os veículos são imprescindíveis meio de apoio às atividades administrativas e acadêmicas. Indo desde o transporte individual e coletivo de servidores às atividades cuja presença de representantes se faz necessária até transporte de materiais, documentos e autoridades que participem de eventos.

Possuímos hoje um total de 12 veículos, sendo 08 veículos de passeio, 1 veículo utilitário para transporte de carga e passageiros e 03 veículos utilizados no transporte de mais de oito passageiros. A idade média de nossa frota varia, uma vez que tem veículos oficiais datadas de fabricação de 1998 a 2012. Em razão da maioria dos veículos de nossa frota terem sido adquiridos há menos de 06 anos e atenderem as nossas necessidades até o presente momento, não existe um plano de substituição formado.

A atual gestão não participou do processo de aquisição dos veículos que o IFRJ utiliza atualmente, sendo assim a escolha realizada pela gestão anterior foi satisfatória para atender a instituição anteriormente e no presente momento.

Requisição de transporte controlada pela Direção Adjunta de Logística e Infraestrutura em parceria com a Coordenação de Infraestrutura através de planilhas de agendamentos dos veículos, emissão de documentos de autorização de saída de veículos oficiais com a supervisão da direção e coordenação supracitadas. Atualmente tem-se a

implementação dos procedimentos dos quais dispõe a IN nº 01/2011 de abril de 2011, assim como o início da utilização do SIGA Veículos.

**Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte**

Devido a quantidade alta de passageiros em muitas viagens realizadas pelos Campus do IFRJ incluindo alunos, professores, servidores técnicos-administrativos e demais envolvidos, foi realizada a contratação de uma empresa especializada para realizar este tipo de deslocamento utilizando veículos motorizados no transporte de passageiros, cuja lotação exceda oito lugares, excluindo o do motorista. Em casos excepcionais e emergenciais que a nossa frota não atenda podemos utilizar o serviço da empresa, respeitando sempre a franquia mínima estipulada em contrato em prol da economicidade de nossa instituição.

**Informações dos Campi**

**Campus Arraial do Cabo**

O uso da frota de veículos oficiais obedece a Instrução Normativa N° 01/2011, de 18 de abril de 2011. Arraial do Cabo é um município que dista 180km da capital do Estado, onde é situada a Reitoria. Os diretores e demais servidores são convocados com frequência para reuniões de trabalho e necessitam ser transportados. Em muitos casos, também, o carro oficial atende a saídas de campo para recolher material para pesquisa de alunos e de professores ou, ainda, para transportar palestrantes em eventos oficiais.

O campus Arraial do Cabo, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada no quadro 30:

Quadro 35: Frota de veículos – Campus Arraial do Cabo

| Marca | Espécie | Ano Fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavan | Gastos Combustíveis | Gastos Manutenção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | Minibus | 2012/2013 | KPA-6691 | Ducato | 49532117 | R$2.889,86 | R$8.118,00 |
| FIAT | Veículo de passeio | 2007/2007 | LOY-8896 | Palio Weekend | 912020261 | R$7.140,15 | R$4.049,20 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | Veículo de passeio | 2009/2010 | KVC-6791 | Palio Economy | 150614810 | R$6.465,93 | R$- |
| **Total** | | | | | | **R$16.495,94** | **R$12.167,20** |

**Fonte**: IFRJ. Campus Arraial do Cabo (2016).

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011, onde estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais. Foi gasto o total de R$ 28.663,14 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

O controle de saída dos veículos é feito pelos vigilantes e registrado em livro próprio, com as quilometragens percorridas, para que não haja uso indevido do veículo. Quanto à conservação confiamos esta tarefa à observação dos motoristas e da Administração do Campus.

## Campus Duque de Caxias

O campus Duque de Caxias, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada a seguir:

Quadro 36: Frota de veículos – Campus Duque de Caxias

| Marca | Espécie | Ano Fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavan | Gastos Combustíveis | Gastos Manutenção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Renault | Utilitário | 2009/2010 | LPM-9941 | Kango | 183870093 | R$2.202,82 | R$7.607,68 |
| FIAT | Veículo de passeio | 2010/2011 | KRK-3197 | Palio | 294479244 | R$3.894,87 | R$- |
| FIAT | Veículo de passeio | 2012/2013 | LQK-8706 | Ducato | 485203324 | R$- | R$5.499,00 |
| **Total** | | | | | | **R$6.097,69** | **R$13.106,68** |

**Fonte**: IFRJ. Campus Duque de Caxias (2016).

Foi gasto o total de R$ 19.204,37 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

- *Renault Kangoo* adquirido em 2010. Esse veículo foi adquirido com o objetivo de transportar um número maior de servidores para reuniões, visitas e eventos;

- Fiat Palio *Fire Economy* adquirido em 2011, que substituiu o veículo Ipanema que estava sob a responsabilidade do Campus. A aquisição de um veículo menor se baseou em transporte de um número pequeno de servidores para reuniões, visitas e eventos e principalmente na entrega de malotes para a Reitoria no Rio de Janeiro;
- Fiat Ducato *Minibus* adquirido em 2012 com o objetivo de transportar alunos e servidores para reuniões, visitas e eventos. O objetivo principal foi substituir a contratação de transporte para um pequeno número de alunos em visitas técnicas ao invés de um micro-ônibus.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

**Campus Engenheiro Paulo de Frontin**

O campus Engenheiro Paulo de Frontin, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada no quadro 37:

Quadro 37: Frota de veículos – Campus Engenheiro Paulo de Frontin

| Marca | Espécie | Ano Fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavan | Gastos Combustíveis | Gastos Manutenção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GM | Utilitário | 1996/1997 | NBB-9380 | Blazer | 137577117 | R$- | R$- |
| FIAT | Minibus | 2012/2013 | KWG-5559 | Ducato | 489001335 | R$4.585,77 | R$2.622,86 |
| FIAT | Veículo de passeio | 2010/2011 | LPT-8047 | Palio Economy | 280852320 | R$8.847,28 | R$- |
| **Total** | | | | | | **R$13.433,05** | **R$2.622,86** |

**Fonte**: IFRJ. Campus Engenheiro Paulo de Frontin (2016).

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011, onde estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais. Foi gasto o total de R$ 16.055,91 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

Os veículos pertencentes à frota do Campus representam imprescindível meio de apoio a suas atividades administrativas e acadêmicas. Indo desde o transporte

individual e coletivo de servidores e discentes às atividades cuja presença de representantes do campus se faz necessária até transporte de materiais, documentos e autoridades que participem de eventos neste.

Documentos de requisição de transportes é controlada pela Coordenação de Transportes e Direção de Administração do Campus e memorandos de autorização de saída de veículos oficiais do campus.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

## Campus Mesquita

O campus Mesquita, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada abaixo:

Quadro 38: Frota de veículos – Campus Mesquita

| Marca | Espécie | Ano Fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavan | Gastos Combustíveis | Gastos Manutenção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | Utilitário | 2011/2012 | LQN-7028 | Doblo Attractiv | 495887676 | R$4.499,38 | R$1.022,00 |
| FIAT | Veículo de passeio | 2010-2011 | LPS-9393 | Palio Economy | 270914358 | R$1.117,12 | R$- |
| FIAT | Minibus | 2009/2009 | KWS-3190 | Ducato | 183877551 | R$4.423,50 | R$2.587,00 |
| **Total** | | | | | | **R$10.040,00** | **R$3.609,00** |

**Fonte**: IFRJ. Campus Mesquita (2016).

Foi gasto o total de R$ 13.649,00 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

Os veículos são utilizados no transporte de documentos, materiais e no transporte de pessoal a serviço. O Campus Mesquita realiza atividades de itinerantes em escolas, praças e eventos de educação e divulgação científica, por meio do projeto Tenda da Ciência, o que demanda o transporte de diversos experimentos e equipamentos, e da equipe de servidores e alunos que atuam na organização e mediação dessas atividades. Considera-se ainda o transporte de palestrantes e professores convidados para atuarem nas atividades de extensão e ensino. O uso da frota oficial ainda busca o atendimento das necessidades inerentes às funções/cargos disponíveis no campus. O uso dos transportes terceirizados ocorre conforme contrato de serviços transporte rodoviários e ocorre em

função das diversas visitas técnicas realizadas com os alunos do curso de pós-graduação e os cursos de extensão.

O Campus Mesquita atualmente está adequando a gestão do uso dos veículos oficiais para a utilização do sistema informatizado de controle de veículos disponível no IFRJ, considerando a Instrução Normativa nº 01/2011 do IFRJ a qual estabelece as normas referentes ao controle, uso e condução dos veículos oficiais por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – Administrativo (SIGA-ADM). O campus conta com o preenchimento de uma Guia de Controle de Trafego para cada veículo utilizado, com controle da quilometragem inicial e final, a data e horário de saída e retorno, nome do servidor responsável pela solicitação e o endereço do destino, além do controle do abastecimento e da realização de manutenção preventiva.

Considerando o estado de conservação e a idade média da frota dos veículos oficiais não está prevista a substituição da frota no presente momento.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

**Campus Nilópolis**

O campus Nilópolis, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada no quadro 39:

Quadro 39: Frota de veículos – Campus Nilópolis

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FORD | VEICULO DE PASSEIO | 2013 / 2014 | ONL 8921 | FIESTA | R$ 6.639,76 | R$ 267,00 |
| FORD | VEICULO DE PASSEIO | 2014 / 2014 | ONL 8851 | FIESTA | R$ 7.796,35 | R$ 1.641,05 |
| RENAULT | UTILITÁRIO | 2009 / 2010 | LLA-9956 | KANGOO | R$ 155,20 | R$ - |
| FORD | UTILITÁRIO | 2011 / 2012 | LQQ-5227 | RANGER | R$ 4.144,47 | R$ 5.239,80 |
| FIAT | MINIBUS | 2012 / 2013 | LQQ-5225 | DUCATO | R$ 6.941,72 | R$ 9.815,00 |
| TOTAL | | | | | R$ 25.677,50 | R$ 16.962,85 |

Fonte: Relatórios Ticket Car

**Fonte**: IFRJ. Campus Nilópolis (2016).

Foi gasto o total de R$ 42.640,35 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

A frota é essencial para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do campus. O campus possui um formulário para requisição do uso de veículo (com indicação do solicitante, data, local e assinatura do responsável pela autorização) e outro formulário para acompanhamento da saída (com indicação do

motorista, anotação dos quilômetros percorridos, indicação de abastecimento e ocorrências). Além do mais, baseado no princípio da economicidade, procuramos conciliar, sempre que possível, vários serviços em uma única viagem.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

**Campus Paracambi**

O Campus Paracambi, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada a seguir:

Quadro 40: Frota de veículos – Campus Paracambi

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | UTILITÁRIO | 2012 / 2013 | KQN-9867 | DOBLO ATTRACTIV | 495834211 | R$ 3.389,23 | R$ - |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2009 / 2010 | KQV-1035 | PALIO FIRE | 158844742 | R$ 3.302,39 | R$ - |
| FIAT | MINIBUS | 2012 / 2013 | KOY-6533 | DUCATO | 488761263 | R$ 2.577,72 | R$ - |
| VOLKSWAGEN | UTILITÁRIO | 1999 / 2000 | LCY-6419 | KOMBI | 727589709 | R$ - | R$ - |
| TOTAL | | | | | | R$ 9.269,34 | R$ - |

Fonte: Relatórios Ticket Car

**Fonte**: IFRJ. Campus Paracambi (2016).

Foi gasto o total de R$ 9.269,34 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

A utilização, classificação, identificação e especificação da frota do Campus Paracambi são realizadas seguindo a Instrução Normativa No 03, de 15 de maio de 2008, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do campus Paracambi, sendo os mesmos, utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do Campus, pode-se destacar as seguintes utilizações: Transporte de servidores para reuniões sistêmicas, envio de malote entre os diversos Campus do IFRJ, realizar postagem de correspondência oficial, transporte de servidores para realizar cursos oferecidos internamente no IFRJ, porém em outro Campus, transporte de alunos para atividades de campo e visitas técnicas.

O campus Paracambi dispõe de uma agenda interna central para todos os veículos, onde são cadastradas todas as saídas, possibilitando um controle dos veículos, bem como a possibilidade da utilização de uma mesma saída para mais de uma finalidade, otimizando as rotas.

## Campus Pinheiral

O Campus Pinheiral, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada no quadro 41:

Quadro 41: Frota de veículos – Campus Pinheiral

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORD | UTILITÁRIO | 2011 / 2012 | LLU-9107 | RANGER | 512117934 | R$ 5.246,21 | R$ 1.070,00 |
| MERCEDES BENS | MINIBUS | 2009 / 2010 | LLB-5042 | SPLINTER | 192221108 | R$ 3.387,21 | R$ - |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2007 / 2007 | LKI-1762 | UNO | 916165450 | R$ 1.225,36 | R$ - |
| VOLKSWAGEN | CAMINHÃO | 2010 / 2011 | KNY-9549 | CAMINHÃO | 308352351 | R$ 2.233,68 | R$ - |
| HYUNDAI | CAMINHÃO | 2012 / 2013 | KPH-4310 | CAMINHÃO BAÚ | 510436927 | R$ 1.851,96 | R$ - |
| FORD | UTILITÁRIO | 2009 / 2009 | LPI-5709 | COURIER | 127600655 | R$ 1.802,14 | R$ - |
| FIAT | UTILITÁRIO | 2011 / 2011 | LLL-2366 | DOBLO | 310016576 | R$ 7.194,88 | R$ - |
| FIAT | UTILITÁRIO | 2009 / 2009 | KWW-2421 | DOBLO | 135350026 | R$ 5.483,92 | R$ - |
| FIAT | UTILITÁRIO | 2011 / 2011 | KYV-7272 | DOBLO | 308330846 | R$ 9.089,69 | R$ 2.013,81 |
| FIAT | UTILITÁRIO | 2007 / 2008 | KOJ-9329 | DOBLO | 922893055 | R$ 1.987,95 | R$ - |
| VOLKSWAGEN | UTILITÁRIO | 2008 / 2088 | KUW-7271 | KOMBI | 955649765 | R$ 1.736,71 | R$ - |
| MITSUBISHI | UTILITÁRIO | 2008 / 2008 | KUX-8421 | L200(4x4) | 967699355 | R$ 1.410,77 | R$ 2.562,00 |
| MERCEDES BENS | MINIBUS | 2007 / 2007 | LKH-6045 | SPLINTER | 914553330 | R$ 3.482,87 | R$ - |
| VOLKSWAGEN | VEÍCULO DE PASSEIO | 2009 / 2010 | KPP-1563 | PARATI | 192220608 | R$ 5.382,71 | R$ - |
| | TRATOR | 2011 | 1 | TRATOR | | R$ 8.132,89 | R$ - |
| | TRATOR | 2011 | 2 | TRATOR | | R$ 7.135,25 | R$ - |
| | TRATOR | 2011 | 3 | TRATOR | | R$ 5.986,30 | R$ - |
| TOTAL | | | | | | R$ 72.770,50 | R$ 5.645,81 |

Fonte: Relatórios Ticket Car

**Fonte**: IFRJ. Campus Pinheiral (2016).

Foi gasto o total de R$ 78.416,31 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

Algumas atividades administrativas dependem da frota de veículos do campus, devido à sua localização no interior do estado, a uma distância significativa da Reitoria situada na cidade do Rio de Janeiro. Faz se necessário o envio de documentos e o deslocamento de servidores para participação em reuniões no referido órgão. A frota atende também as atividades de ensino, já que permite a condução de alunos, docentes e técnicos administrativos a visitas técnicas, reuniões, fóruns, seminários e eventos

desportivos, assim como o transporte de tutores e professores para aulas presenciais e encontros nos polos de EAD localizados nas cidades de Resende, Rio Claro, Eng. Paulo de Frontin, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Rio das Flores, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Arraial do Cabo e Guapimirim. Como é um campus agrícola com cerca 318 ha, existe a necessidade de transporte de animais, insumos agrícolas, ração, trabalhos no campo (aração, gradagem, semeadura), deslocamento dentro da fazenda, retirada de restos de vegetais e atendimento à Estação de Tratamento de Água. Utilizam-se também os veículos para transporte de produtos do almoxarifado aos setores fisicamente distantes.

A Prefeitura do Campus realiza a gestão do serviço de transporte no IFRJ/CaNP disponibilizando formulários próprios para a solicitação de viagens, as quais devem ser requeridas com prazo mínimo de 15 dias de antecedência para que seja feito o planejamento. As viagens são agendadas de acordo com a demanda, alocando as pessoas da melhor forma possível a fim de se otimizar a utilização dos veículos. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada, destino, horários, motorista e objetivo são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo substituídos ao final de cada mês. Estas informações são disponibilizadas em relatórios mensais emitidos pela Prefeitura do Campus. O controle de combustíveis é realizado a partir dos cupons fiscais gerados pelo uso do cartão de abastecimento Ticket Car. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento são registradas em planilhas individuais por veículo, que são geradas mensalmente. Faz-se também o controle de manutenções preventivas e corretivas em planilhas.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

**Campus Realengo**

O Campus Realengo, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada abaixo:

Quadro 42: Frota de veículos – Campus Realengo

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | MINIBUS | 2012 / 2013 | HKH-0560 | DUCATO | | R$ - | R$ - |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2010 / 2011 | LLJ-1408 | PALIO FIRE | 274454610 | R$ 4.183,72 | R$ - |
| RENALT | UTILITÁRIO | 2009 / 2010 | LLA-9955 | KANGO | 183873939 | R$ 1.832,40 | R$ - |
| TOTAL | | | | | | R$ 6.016,12 | R$ - |

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R$ 6.016,12 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

Baseados no Decreto 6403 de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme item IV, do art. 2º do referido decreto; A importância e impacto do uso da frota no atendimento de todas as demandas de visitas técnicas, de serviços e transporte de documentos para a Reitoria do sistema, bem como, com entidades que mantém contato institucional com o campus.

Vale destacar que continuamos com o objetivo de aquisição de um Micro-ônibus para o campus para atender as diversas demandas existentes, e de alguma forma diminuir os custos com serviços terceirizados de ônibus que são fretados para atender as necessidades do campus (visitas técnicas, aulas passeios, etc.). Justificamos a escolha da aquisição e não locação dos veículos que compõem a frota do Campus Realengo, visto que o campus se encontra em estruturação e implantação. A estrutura de controle do uso da frota é realizada através de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: Nome, matrícula e cargo do condutor, destino, data e hora de saída, retorno, data e hora de chegada, dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de saída e retorno), mais a justificativa de saída. A autorização é feita pelo prefeito do Campus e do Diretor Geral ou seu substituto. As despesas decorrentes são contabilizadas em planilha própria para fins de controle.

**Campus Rio de Janeiro**

O Campus Rio de Janeiro, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada abaixo:

Quadro 43: Frota de veículos – Campus Rio de Janeiro

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORD | UTILITÁRIO | 2011 / 2012 | KWO-4564 | RANGER XL 13P | 489798101 | R$ 5.076,50 | R$ - |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2009 / 2010 | LPK-4403 | PALIO FIRE | 151874905 | R$ 4.432,15 | R$ - |
| TOTAL | | | | | | R$ 9.508,65 | R$ - |

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R$ 9.508,65 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do campus, sendo os mesmos, utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do Campus, pode-se destacar as seguintes utilizações: Translado de servidores entre Campus e Supervisão de Estágio.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

A estrutura de controle do uso da frota é realizada através de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: Nome, matrícula, destino, data e hora de saída, retorno, data e hora de chegada, dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de inicial e final). Segue abaixo modelo:

Figura 26: Formulário de Controle de Tráfego

**ESTRUTURA DE CONTROLE CAMPUS RIO DE JANEIRO**
**DIREÇÃO GERAL/ DA / PREFEITURA**
**CONTROLE DE TRÁFEGO**

| | |
|---|---|
| VEÍCULO / MARCA: | PLACA: |
| CONDUTOR: | |
| KILOMETRAGEM INICIAL: | FINAL: |
| ABASTECIMENTO DIA: / / | TOTAL EM LITROS: |
| OUTRAS DESPESAS: | |
| USUÁRIO DO VEÍCULO: | |
| SAÍDA: | HORA: |
| DESTINO: | |
| ENDEREÇO: | |
| RETORNO: / / | HORA: |

Assinatura do Condutor

Assinatura do Responsável

Assinatura do Solicitante

**Campus São Gonçalo**

O Campus São Gonçalo, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada abaixo:

Quadro 44: Frota de veículos – Campus São Gonçalo

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | MINIBUS | 2012/2013 | LLV-7744 | DUCATO | 524764212 | R$ 1.561,05 | R$ - |
| FIAT | UTILITÁRIO | 2012/2012 | KXX-9500 | DOBLO ATTRACTIV | 514074337 | R$ 5.879,29 | R$ 401,50 |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2010/2011 | KNY-4002 | PALIO FIRE | 270812571 | R$ 2.328,62 | R$ - |
| RENALT | UTILITÁRIO | 2009/2010 | LLA-9952 | KANGO | 183870590 | R$ 2.781,18 | R$ 2.473,00 |
| TOTAL | | | | | | R$ 12.550,14 | R$ 2.874,50 |

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R$ 15.424,64 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

Os veículos Oficiais pertencentes à frota do Campus são utilizados no transporte institucional em apoio as atividades administrativas e acadêmicas. Utilizados no transporte individual e coletivo de servidores e discentes às atividades cuja presença de representantes do campus se faz necessária, transporte de materiais e documentos e de autoridades que participem de eventos neste.

A gestão do serviço de transporte é realizada pela Prefeitura do Campus, que dispõe de formulários próprios para a solicitação de viagens. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada e horários, são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo recolhidos ao final de cada semana.

Já o controle de combustíveis, é realizado a partir dos cupons fiscais, gerados pelo uso do cartão de abastecimento Ticket Car. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento são conferidos e registrados mensalmente pela Prefeitura do Campus. Estas informações são consolidadas em relatórios realizados pela Prefeitura do Campus.

**Campus Volta Redonda**

O Campus Volta Redonda, possui sob sua responsabilidade a frota descriminada abaixo:

Quadro 45: Frota de veículos – Campus Volta Redonda

| Marca | Espécie | Ano fab./Mod. | Placa | Modelo | Renavam | Gastos combustíveis | Gastos manutenções |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FIAT | MINIBUS | 2012 / 2013 | KXH-5799 | DUCATO | 477922740 | R$ 5.202,41 | R$ 323,90 |
| RENALT | UTILITÁRIO | 2009 / 2010 | LPM-9944 | KANGO | 183876709 | R$ 5.053,63 | R$ - |
| FIAT | VEÍCULO DE PASSEIO | 2010 / 2011 | LLI-4106 | PALIO FIRE | 269117474 | R$ 4.468,62 | R$ - |
| FORD | UTILITÁRIO | 2011 / 2012 | KWN-5309 | RANGER | 489988903 | R$ 10.093,60 | R$ 4.238,50 |
| TOTAL | | | | | | R$ 24.818,26 | R$ 4.562,40 |

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R$ 29.380,66 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2015.

A frota de veículos pertencente ao patrimônio IFRJ – Campus Volta Redonda é administrada pela Prefeitura do Campus, a qual compete gerenciar os serviços de transporte.

A legislação que regulamenta a gestão e o uso da frota baseia-se nas seguintes normas:

- Instrução Normativa INT/SLTI/MP 3, de 15/05/2008 - D.O.U. DE 19/05/2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Lei Nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996: Dispõe sobre a condução de veículo oficial; - Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008: Dispõe sobre a
- Utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei n. 1.081, DE 13 de abril de 1950: Dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Normativos internos.

É indispensável atender com eficiência e presteza a demanda na condução das pessoas, dos equipamentos, dos documentos e de outros tipos de demandas correlatas ao transporte institucional, no âmbito IFRJ – campus Volta Redonda, bem como, para aperfeiçoar vários outros serviços que possibilitem, por consequência, a viabilidade dos afazeres das pessoas envolvidas com as atividades imprescindíveis e voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, destacadas como funções institucionais da alçada do IFRJ –

campus Volta Redonda, propiciando qualidade e maximizando o desempenho das pessoas envolvidas nesse processo contínuo de promoção do conhecimento.

A frota de veículo IFRJ-CVR atende aos fins institucionais, integrando locomoção de pessoas para reuniões e eventos com os utilitários necessários às rotinas administrativas do Campus. Destaca-se também a necessidade de locomoção para os municípios vizinhos, devido à realização de parcerias para o atendimento de políticas públicas.

Visando uma prestação eficiente do serviço de transporte, conta-se com a Prefeitura do Campus, a qual é responsável pelo escalonamento dos veículos, autorização para abastecimento, controle de quilometragem, escala dos condutores dos veículos, acompanhamento da manutenção eventual e periódica desses veículos (conserto, revisão, troca de óleo, troca de pneus, dentre outros serviços), entre outros.

Realiza, ainda, o controle da regularidade documental dos automóveis (licenciamentos obrigatórios), a criação de formulários, tabelas e meios eletrônicos de controle de abastecimento, manutenção e deslocamentos, fiscalização dos serviços realizados pelos motoristas.

Quanto à solicitação de viagens, estas são realizadas por meio de um sistema de chamados, no qual o servidor agenda a viagem, com CPF, data e hora de saída e retorno, motivo da viagem e passageiros. Busca-se, então verificar a disponibilidade de veículo e, quando possível, a compatibilização de viagens em um mesmo veículo, visando à economicidade.

No que tange às solicitações de manutenção, estas são realizadas e o processo controlado por meio do contrato com a empresa Ticket Car, bem como o abastecimento dos veículos.

### 8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Em 2015, alguns Campi como Paracambi, Nilópolis e Volta Redonda iniciaram o processo de levantamento do desfazimento dos veículos inservíveis, através de comissões, sendo o mesmo condicionado à posterior implementação em todo o Instituto Federal do Rio de Janeiro.

### 8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 46: Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 158502 | Nº121: 6001 04897 500 2 Nº 125: 6001 04899 500 3 | Uso em serviço público. Propriedade da União. Obs.: consta no livro 3-CT sob o nº 69227 fls.169, transcrito em nome da União Federal o prédio situado na rua Senador Furtado 121 / 125 | Reparos importantes | | | | | **138.537,25** |
| 158486 | 6001 04578 500 1 | Uso em serviço público. Pelo instrumento particular de 27.09.2000, a União Federal, cedeu sob forma de utilização gratuita o imóvel de matrícula 149.720 ao CEFET-Química de Nilópolis, atual IFRJ. O prazo de cessão será de 20 anos contado da data do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos. | Bom | | | | | **107.609,84** |
| 158483 | * | Uso em serviço público. Escritura de doação feita pela Prefeitura Municipal de Nilópolis. | Reparos importantes | | | | | **834.358,68** |
| 158485 | * | * | * | | | | **25.959,03** | **137.047,47** |
| 158488 | 5925 00032 507 7 | Uso em serviço público. Doação feita pelo | Regular | | | | | **98.825,19** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Município de Volta Redonda Através da Lei Municipal 4.399 a União federal com aceitação da Superintendente do Patrimônio da União através da Portaria nº 48 de 22 de agosto de 2012. | | | | | | |
| 158157/152236 (UGR) | 5835 00002 500 4 | Uso em serviço público. Termo de Incorporação ao Patrimônio da União do imóvel situado na Av. Maria Luiza, s/nº-Bairro Sacra Família conforme processo administrativo de nº 05018.001940/2001-30. | 4 | | | | | **112.549,56** |
| 158157/152235 | * | 5 | 5 | | | | | **41.386,83** |
| 158157/152237 | * | Uso em serviço público. Termo de cessão de uso do imóvel feito pelo Município de Arraial do Cabo ao CEFET-Química através do Processo Administrativo nº 3615/06 por um período de 99 anos | regular | | | | | **85.307,66** |
| 158157/154955 | * | Uso em serviço público. Termo de cessão de uso precário em caráter gratuito e de exclusividade com área total de 6.556,00 m². Cedente: Prefeitura Municipal de Resende, cessionário: IFRJ, destinados a instalação, implantação e funcionamento | Reparos importantes. | | | | **863.246,92** | **54.281,90** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | do IFRJ datado de 11 de setembro de 2013, conforme Diário Oficial do Estado do RJ em 01 de outubro de 2013 e Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013. | | | | | | |
| 158157/152234 | * | Uso em serviço público. Terreno de propriedade do IFRJ, escritura de doação constante no livro nº 180, fls 078 do Cartório do 18º Ofício de Niterói. | Não se aplica | 1.958.000,00 | 27/06/2013 | | **6.209.603,23** | |
| 158487 | * | 5 | 3 | | | | | **232.302,76** |
| 158484 | * | 5 | 4 | | | | | **135.018,39** |
| 158482 | * | Uso em serviço público. Autorizado a funcionar através da portaria nº 701 de 9 de junho de 2008 do Ministério da Educação. Termo de cessão de uso conforme procedimento administrativo nº 054.953/07. | Bom | | | | **238.975,63** | **94.387,67** |
| **Total** | | | | | | | **7.337.784,81** | **2.071.613,20** |

**Fonte:** SIAFI Operacional (2016).

### 8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A instituição não possui espaços físicos e imóveis cedidos a órgãos e entidades públicas ou privadas.

### 8.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União

Quadro 47: Situação dos imóveis da União

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado |
| 158502 | Nº121: 6001 04897 500 2 Nº 125: 6001 04899 500 3 | Uso em serviço público. Propriedade da União. Obs.: consta no livro 3-CT sob o nº 69227 fls.169, transcrito em nome da União Federal o prédio situado na rua Senador Furtado 121 / 125 | Reparos importantes | | | |
| 158486 | 6001 04578 500 1 | Uso em serviço público. Pelo instrumento particular de 27.09.2000, a União Federal, cedeu sob forma de utilização gratuita o imóvel de matrícula 149.720 ao CEFET-Química de Nilópolis, atual IFRJ. O prazo de cessão será de 20 anos contado da data do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos. | Bom | | | |
| 158483 | * | Uso em serviço público. Escritura de doação feita pela Prefeitura Municipal de Nilópolis. | Reparos importantes | | | |

**Fonte**: SIAFI (2016).

### 8.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização

Não há ativos imobiliários que se enquadram sobre o Plano Nacional de Desimobilização.

### 8.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 48: Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

| Localização Geográfica | | Quantidade de imóveis locados de terceiras da UJ | |
|---|---|---|---|
| | | Exercício 2015 | Exercício 2014 |
| **Brasil** | **UF 1 Rio de Janeiro** | 1 | 1 |
| **Subtotal Brasil** | | 1 | 1 |
| **Exterior** | | 0 | 0 |
| **Subtotal Exterior** | | 0 | 0 |
| **Total Brasil+ Exterior** | | 1 | 1 |

**Fonte**: IFRJ. Diex (2016).

### 8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim

As principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade fim corresponde a criação de novos Campi para o IFRJ e estão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 49: Regularização Dominial do Imóvel

| Novo Campus | Regularização Dominial do Imóvel | Observação |
|---|---|---|
| **Niterói** | Licitação através de processo Licitatório por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) com valor estimado pela administração em R$ 14.829.645,80 para construção do Campus Niterói do IFRJ e vencido pela Empresa Enge Prat Engenharia e Serviços LTDA pelo valor contratual de R$ 12.901.375,12.<br><br>O contrato foi assinado em 29 de outubro de 2015 e a ordem de serviço para 09 de novembro de 2015 com prazo de execução de obra de 547 dias e prazo contratual de 687 dias. A obra se encontra lançada no módulo de obras do SIMEC com uma medição feita e paga no valor de R$220.557,69. | A renovação de uma das licenças apresentou problemas quanto ao censo florístico aprovado anteriormente e agora tendo que ser refeito o que atrapalhou e atrasou o andamento da obra.<br><br>Contrato,13/2015, Processo Administrativo número 23270.000326/2015-47. |
| **Resende** | Obra de Reforma realizada através de Processo Licitatório por meio de Tomada de Preços no qual a Empresa LINE PRO ENGENHARIA LTDA foi contratada inicialmente pelo valor de R$590.000,00. O prazo de duração do contrato foi de 250 dias contados a partir da assinatura do mesmo e o prazo de execução de 120 dias. Posteriormente um aditivo de valor e prazo foi realizado com as devidas justificativas com um valor correspondente a 12,64% ( R$74.576,92 ) do valor original visando uma melhor solução técnica devido a fatores detectados posteriormente. O Campus Avançado se encontra em funcionamento com as reformas executadas, porém a obra ainda não foi recebida conforme solicitação da empresa uma vez que depois de vários temporais alguns danos foram constatados onde se está averiguando se a empresa contratada tem responsabilidade ou não pelo o ocorrido. Passando o total para R$664.576,92. | O imóvel, por não se tratar originalmente de uma escola, está sendo adaptado e reformado para a implantação da Unidade de Ensino do IFRJ, Campus Avançado Resende.<br><br>Contrato 08/2015, Processo Administrativo número 23270.001231/2014-60.<br><br>A parte reformada já se encontra em funcionamento. |

**Fonte**: IFRJ (2016).

### 8.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

Informação contemplada no item 8.2.5.

### 8.2.10 Informações sobre a infraestrutura física

Quadro 50: Infraestrutura física

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado |
| 158502 | Nº121: 6001 04897 500 2 Nº 125: 6001 04899 500 3 | Uso em serviço público. Propriedade da União. Obs.: consta no livro 3-CT sob o nº 69227 fls.169, transcrito em nome da União Federal o prédio situado na rua Senador Furtado 121 / 125 | Reparos importantes | | | |
| 158486 | 6001 04578 500 1 | Uso em serviço público. Pelo instrumento particular de 27.09.2000, a União Federal, cedeu sob forma de utilização gratuita o imóvel de matrícula 149.720 ao CEFET-Química de Nilópolis, atual IFRJ. O prazo de cessão será de 20 anos contado da data do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos. | Bom | | | |
| 158483 | * | Uso em serviço público. Escritura de doação feita pela Prefeitura Municipal de Nilópolis. | Reparos importantes | | | |
| 158485 | * | * | * | | | |
| 158488 | 5925 00032 507 7 | Uso em serviço público. Doação feita pelo Município de Volta Redonda Através da Lei Municipal 4.399 a União federal com aceitação da Superintendente do Patrimônio da União através da Portaria nº 48 de 22 de agosto de 2012. | Regular | | | |
| 158157/152236 (UGR) | 5835 00002 500 4 | Uso em serviço público. Termo de Incorporação ao Patrimônio da União do imóvel situado na Av. Maria Luiza, s/nº-Bairro Sacra Família conforme processo administrativo de nº 05018.001940/2001-30. | 4 | | | |
| 158157/152235 | * | 5 | 5 | | | |
| 158157/152237 | * | Uso em serviço público. Termo de cessão de uso do imóvel feito pelo Município de Arraial do Cabo ao CEFET-Química através do Processo Administrativo nº 3615/06 por um período de 99 anos | regular | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 158157/154955 | * | Uso em serviço público. Termo de cessão de uso precário em caráter gratuito e de exclusividade com área total de 6.556,00 m². Cedente: Prefeitura Municipal de Resende, cessionário: IFRJ, destinados a instalação, implantação e funcionamento do IFRJ datado de 11 de setembro de 2013, conforme Diário Oficial do Estado do RJ em 01 de outubro de 2013 e Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013. | Reparos importantes. | | | |
| 158157/152234 | * | Uso em serviço público. Terreno de propriedade do IFRJ, escritura de doação constante no livro nº 180, fls 078 do Cartório do 18º Ofício de Niterói. | Não se aplica | 1.958.000,00 | 27/06/2013 | |
| 158487 | * | 5 | 3 | | | |
| 158484 | * | 5 | 4 | | | |
| 158482 | * | Uso em serviço público. Autorizado a funcionar através da portaria nº 701 de 9 de junho de 2008 do Ministério da Educação. Termo de cessão de uso conforme procedimento administrativo nº 054.953/07. | Bom | | | |

**Fonte**: SIAFI (2016).

## 8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 8.3.1 Principais sistemas de informações

Os sistemas fornecidos pela área de tecnologia são fundamentais para as demais atividades do IFRJ, visando sempre utilizar de recursos tecnológicos para melhorias no instituto.

- SIGA-EDU - é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa por várias instituições federais do Brasil. Um sistema desenvolvido pela rede e para a rede. Este serviço automatiza a gestão dos processos institucionais acadêmicos, possibilitando o acesso dos usuários vinculados a IFRJ a realizarem tarefas nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

  Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: DGA
Criticidade para a unidade: Alta

- Sistema @ula - O Sistema Aula – Automação Lógica Acadêmica – é um Sistema Integrado de Administração de instituições de Ensino, informatizando as atividades inerentes ao seu funcionamento, além de facilitar, controlar e agilizar os processos da instituição, o Sistema Aula permite a consolidação de informações relevantes para a sua Gestão, possibilitando a análise da evolução de dados como matrículas, aproveitamento, freqüência e evasão escolar emitindo relatórios como Diários, Atas, Históricos, entre outros.
  Responsável técnico: CODES
  Responsável da área de negócio: DGA
  Criticidade para a unidade: Alta

- Moodle - MOODLE é um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades online, voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite, de maneira simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso online à sua escolha.
  Responsável técnico: CODES
  Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis intra-campus
  Criticidade para a unidade: Alta

- SIGA-ADM - O SIGA-ADM é o sistema de gestão administrativo com diversos módulos: Requisições online; Licitação de materiais e serviços; Controle orçamentário; Controle contábil; Controle de empenhos; Controle de pagamentos; Almoxarifado; Patrimônio; Protocolo; e Recursos Humanos. Atualmente os módulos utilizados são os de requisição online, controle de veículos e protocolo.

Responsável técnico: CODES
Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis intra-campus
Criticidade para a unidade: Média

- Revistas Científicas - Revistas Científicas é Portal com o objetivo de veicular as publicações de interesse das várias áreas de atuação dessa instituição e atuar como interface de produção e troca do conhecimento científico acadêmico.
  Responsável técnico: CODES
  Responsável da área de negócio: PROPPI
  Criticidade para a unidade: Média

- Concurso - A página de Concursos do IFRJ oferece informações atualizadas sobre os concursos internos que são realizados, contando com uma lista dos concursos ativos, em poucos passos é possível que o candidato realize a inscrição.
  Responsável técnico: CODES
  Responsável da área de negócio:
  Criticidade para a unidade: Baixa

- Boletim de Serviço - O Boletim de Serviço funciona como um repositório para Portarias e Ofícios e, a partir dos envios e dados colhidos, gerar estatísticas para o Instituto Federal do Rio de Janeiro
  Responsável técnico: CODES
  Responsável da área de negócio:
  Criticidade para a unidade: Baixa

- Limesurvey - O Limesurvey é um software livre desenvolvido com o objetivo de preparar, publicar e coletar respostas de questionários. Uma vez criado um questionário, ele pode ser publicado Online (questão por questão, grupo a grupo de questões ou tudo em uma única página de questionários). O

Limesurvey permite definir como as questões serão mostradas e variar o formato dos questionários por meio de um sistema de padrões ( templates ). Fornece ainda uma análise estatística básica sobre os resultados dos questionários.

Responsável técnico: CSTI

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis para o negócio

Criticidade para a unidade: Baixa

- Wiki - Este serviço ajuda a organizar as informações sobre os serviços, os sistemas e o parque de infraestrutura do IFRJ, fornecendo também funcionalidade de proteção a informações confidenciais detalhadas sobre o funcionamento destes itens.

  Responsável técnico: CSTI

  Responsável da área de negócio: CSTI

  Criticidade para a unidade: Média

- GLPI - GLPI é uma aplicação integral da Web para gerenciar os problemas de gestão do inventário de hardware e software e a gestão da assistência aos usuários.

  Responsável técnico: CSTI

  Responsável da área de negócio: CSTI

  Criticidade para a unidade: Alta

- Geplanes - O Geplanes é um software de gestão estratégica elaborado para empresas públicas ou privadas. Ele é utilizado na fase de elaboração do planejamento estratégico e na execução das ações. Fazendo uso do Geplanes é possível gerenciar as medidas, as metas e seus desdobramentos, os indicadores e as anomalias. Através de relatórios, de gráficos e do painel de controle os gerentes, coordenadores, diretores e presidentes têm uma visão dos indicadores e da instituição.

  Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis para o negócio
Criticidade para a unidade: média

- Redmine - Redmine é um software livre, gerenciador de projetos baseados na web e ferramenta de gerenciamento de bugs. Ele contém calendário e gráficos de Gantt para ajudar na representação visual dos projetos e seus deadlines (prazos de entrega). Ele pode também trabalhar com múltiplos projetos.
  Responsável técnico: CSTI
  Responsável da área de negócio: CSTI, Todas as áreas com responsáveis para o negócio
  Criticidade para a unidade: Alta

### 8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O Plano Estratégico de TI visa o reconhecimento da comunidade de todo o IFRJ tendo sua função e alto índice de satisfação compreendidos pela mesma, tendo como objetivo avaliar, propor e implementar soluções seguras na área de Tecnologia da Informação e Comunicação com foco nos objetivos estratégicos do IFRJ.

Tendo como objetivo alinhar as ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRJ, promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos para dar suporte às necessidades estratégias de planejamento do IFRJ e identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição se adapte a novas demandas operacionais e tecnológicas.

O Comitê Gestor de TI age analisando, supervisionando e priorizando, em conformidade com as políticas do IFRJ e de seu PDTI, o planejamento anual de aquisições. Além das aquisições, as contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim auxiliando a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação em suas decisões visando uma melhor utilização de seus recursos tecnológicos em prol do IFRJ. O Comitê também tem como missão propor alterações em seu regimento interno.

O Comitê Gestor de TI é composto pela presidência e membros, sendo estes divididos em:

- 1 representante de cada pró-reitora;
- 1 representante da DIEX;
- 3 representantes da DGTI;
- 2 representantes do colégio de dirigentes;
- 2 representantes dos coordenadores de suportes dos campi.

No ano de 2015 ocorram 5 reuniões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação tendo sido tomadas as seguintes decisões.

- Nova composição recebendo um representante da DIEX;
- Classificação das necessidades em projetos;
- Prorrogação de prazo do PDTI e a inclusão das necessidades;
- Construção do plano de ação para cada projeto;

Por conta da forte recessão econômica vivenciada no ano, não foi possível executar todos os projetos, tendo sido executados apenas os mais emergenciais e os de cunho continuo.

**Contratos do ano**

Quadro 51: Contratos Gerados TI

| Contrato | Valor Aplicado |
|---|---|
| Telefonia | R$ 533.993,50 |
| Interligação | R$ 1.337.396,95 |
| Link de fibra optica | R$ 142.073,25 |
| EBC | R$ 10.965,60 |
| Link de Internet | R$ 29.700,00 |
| Outsourcing de Impressão | R$ 1.195.950,45 |
| Manutenção dos datacenters | R$ 618.000,00 |
| Licenciamento de parque computacional | R$ 151.800,00 |
| Telefonia Móvel | R$ 55.304,21 |

**Fonte**: IFRJ (2016).

Atualmente, a força de trabalho de Tecnologia da Informação é composta de servidores públicos alocados na reitoria e nos campi na seguinte disposição:

- Reitoria: 11 servidores e 4 estagiários;
- Maracanã: 3 servidores;

- Nilópolis: 3 servidores;
- Paracambi: 2 servidores;
- Duque de Caxias: 2 servidores;
- Volta Redonda: 3 servidores;
- Realengo: 3 servidores;
- Pinheiral: 3 servidores;
- Mesquita: 1 servidor;
- Paulo de Frontin: 2 servidores;
- Arraial do Cabo: 2 servidores;
- São Gonçalo: 1 Servidor;

Os servidores estão, constantemente, recebendo treinamento tendo em vista aprimorar seus conhecimentos e fornecer assim, um suporte melhor junto às estratégias do IFRJ. No período, os mesmos receberam treinamentos em especial na área de segurança da informação, administração de Banco de Dados, gerenciamento de redes e sistemas. No ano de 2015, os servidores receberam treinamento dos seguintes cursos:

- Administração de Banco de Dados
- Segurança de Redes e Sistemas
- Análise Forense
- Gerência de Redes de Computadores
- Administração de Videoconferência
- Planejamento e Gestão Estratégica de TI
- Tecnologias de Redes sem Fio
- Virtualização de Servidores
- Introdução à Segurança de Redes
- Administração de Banco de Dados
- Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002
- Federação CAFe: Implantação do Provedor de Identidade
- Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP
- Elaboração de PDTI
- Fundamentos de Governança de TI
- Gerenciamento de Projetos de TI
- Gerenciamento de Serviços de TI
- Governança de TI com COBIT

- Planejamento e Contratação de Serviços de TI
- Introdução à Voz sobre IP e Asterisk
- Políticas de Segurança da Informação

### 8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Foi iniciada a análise e pesquisa para a implementação e implantação do serviço de filtro de conteúdo e registro de acesso à internet, também conhecido como proxy. Tal esforço se deve a necessidade de melhor utilização da internet tendo dados concisos para redimensionamento de links de internet. Este projeto, até o presente momento, não indicou necessidades orçamentarias.

Também foi iniciada a reavaliação da forma de interligação dos Campi para redução de custos necessária sem prejuízo para a instituição e suas necessidades. Este projeto encontra-se em fase de desenho das soluções tendo como base a redução em 20% do custo da solução atual de interligação.

Foi implementado o sistema de boletim de serviços pela Coordenação de desenvolvimento de Sistemas da DGTI tendo sido utilizado recursos próprios para o desenvolvimento do mesmo.

Foi reavaliado os processos de gerenciamento de serviços de TI da Instituição tendo como princípio a implantação gradual e dos métodos ITIL e a melhoria continua dos mesmos. Os serviços são apresentados aos clientes através de um catalogo de serviços disponível no portal institucional, tendo as informações básicas para requisição, acesso, suporte ao usuário, politicas próprias de cada serviço. As equipes estão divididas em dois níveis, sendo o primeiro para triagem, atendimento direto ao usuário, chamados procedimentos, e o segundo para projetos e chamados não procedimentos. Foi também implantado um painel de chamados para melhor acompanhamento dos mesmos em tempo real pela equipe de primeiro nível.

## 8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### 8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Informamos que sempre que possível o IFRJ adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, porém no momento ainda não temos uma política institucionalizada de gestão ambiental e sustentabilidade.

No quadro a seguir, demonstramos objetivamente aspectos da gestão ambiental no IFRJ.

Quadro 52: Aspectos da Gestão Ambiental

| **Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis** | | **Avaliação** | |
|---|---|---|---|
| | | **Sim** | **Não** |
| 1. | Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? | | **X** |
| 2. | Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006? | | **X** |
| 3. | As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012? | | **X** |
| 4. | A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8. | | **X** |
| 5. | A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012? | | **X** |
| 6. | O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos? | | **X** |
| 7. | O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? | | **X** |
| | **Caso positivo, indicar o endereço na** *Internet* no qual o plano pode ser acessado. | | |
| 9. | Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? | | **X** |
| | **Caso positivo, indicar o endereço na** *Internet* no qual os resultados podem ser acessados. | | |

**Fonte:** DAAD (2016).

No ano de 2015 o IFRJ inseriu em seus editais de serviços e obras os critérios de sustentabilidade ambiental. As inclusões dos mesmos podem ser verificadas através das seguintes licitações:

- Pregão eletrônico nº 23/2015 Contratação de empresa de limpeza e conservação, onde o Edital exigiu critérios de sustentabilidade tais como: que a licitante opte produtos de limpeza naturais e tomar pequenas providências no dia-a-dia para diminuir o impacto ambiental dos produtos de limpeza convencionais, assim como foi

exigido da licitante elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

- Pregão sistêmico nº 07/2015 Aquisição de Mobiliário, onde a Reitoria do IFRJ atua como participante, também foram adotados os seguintes critérios ambientais, tais como a solicitação de atendimento a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta e atendimento ao Anexo II da Instrução Normativa IBAMA n° 31, de 03/12/2009.

- RDC nº 01/2015 exigência que a empresa licitada atenda o Art. 6 da Instrução Normativa a Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como a exigência de uma declaração da mesma que atenderá aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Ressaltamos que o IFRJ sempre que possível adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

## 8.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

Não se aplica.

### 8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica.

### 8.5.2 Programas e fundos setoriais

Não se aplica.

### 8.5.3 Fundos providos por encargos setoriais

Não se aplica.

### 8.5.4 Fundos de aval ou garantidores de créditos

Não se aplica.

### 8.5.5 Fundos de investimento

Não se aplica.

### 8.5.6 Fundo Partidário

Não se aplica.

### 8.5.7 Fundo de Indenização ao Trabalhador Portuário Avulso

Não se aplica.

### 8.5.8 Fundo de Investimento Setorial do Turismo - Fiset/Turismo

Não se aplica.

### 8.5.9 Fundos de Investimento Setoriais de Reflorestamento e de Pesca - Fiset/Reflorestamento e Fiset/Pesca

Não se aplica.

### 8.5.10 Fundo Socioambiental

Não se aplica.

### 8.5.11 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

Não se aplica.

### 8.5.12 Fundo de Universalização de Telecomunicações

Não se aplica.

### 8.5.13 Fundo de Fiscalização de Telecomunicações

Não se aplica.

### 8.5.14 Fundo Nacional de Aviação Civil

Não se aplica.

## 8.6 INFORMAÇÕES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Não houve depósitos judiciais e extrajudiciais em 2015.

# 9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

## 9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro 53: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

| **Unidade Jurisdicionada** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 01 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.11.1** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **9.11.1.** Promova estudos com vistas a ampliar o quadro de pessoal da sua UAI, de modo a suprir as necessidades de recursos humanos daquela subunidade organizacional (itens 67-77) | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Gabinete do Reitor | | | | | 103622 |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Foram nomeados 2 auditores em fevereiro de 2016 e foi realizada redistribuição de 1 auditora do IF Sudeste de Minas. | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| A contratação de mais auditores propiciará aprimoramento nas atividades da auditoria interna | | | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | | | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | | | | | |

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |

| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |
|---|---|

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.11.2** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

**Descrição da Deliberação**

**9.11.2.** Fomente a prestação de apoio técnico por suas subunidades organizacionais à realização de trabalhos de fiscalização por sua UAI (itens 180-183);

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Gabinete do Reitor | 103622 |

**Síntese da Providência Adotada**

Foi exarada Portaria de nº 078, instituindo normas para atendimento às informações solicitadas pela UAI. (Item 9.11.2)

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Os resultados serão obtidos em longo prazo.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.

Unidade Jurisdicionada

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|---|---|
| 03 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.11.3** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | Código SIORG |
|---|---|

| | |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | |
| **9.11.3.** Estruture mais adequadamente as práticas de planejamento estratégico adotadas pela organização, com vistas a implementação futura de gestão orientada à governança e de gestão de risco (itens 133-151); | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Gabinete do Reitor | 103622 |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Em resposta ao memorando nº 046/2014/AUDIN, vimos informar que a Pró-Reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROAD) deste Instituto Federal é o setor responsável pela adoção de medidas referente ao planejamento estratégico da organização e da identificação de riscos para os objetivos da mesma. (Item 9.11.3 e 9.11.4) | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |
| Unidade Jurisdicionada | |
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | |

| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.11.4** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| | |
|---|---|
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | |
| **9.11.4.** Promova estudos com vistas a estruturar sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos (itens 152-163); | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |

| | |
|---|---|
| Gabinete do Reitor | 103622 |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Em resposta ao memorando nº 046/2014/AUDIN, vimos informar que a Pró-Reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROAD) deste Instituto Federal é o setor responsável pela adoção de medidas referente ao planejamento estratégico da organização e da identificação de riscos para os objetivos da mesma. (Item 9.11.3 e 9.11.4) | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
| **DENOMINAÇÃO COMPLETA** | | | | | **CÓDIGO SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 05 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.11.5** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **9.11.5.** Promova estudos com a finalidade de desenvolver manual de auditoria que estabeleça o conjunto de normas a serem observadas pelos auditores quando da realização de auditorias (itens 177-179); | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Gabinete do Reitor | | | | | 103622 |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Esta recomendação é objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | | | | | |

| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
|---|
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 06 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.12.1.** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **9.12.1.** Promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91); | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 103629 |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | | | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | | | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | | | | | |
| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 07 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | **9.12.2.**<br>**9.12.2.**<br>**9.12.2.**<br>**9.12.2.**<br>**9.12.2.** | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

| **Descrição da Deliberação** |
|---|
| **9.12.2.** Fomente a prática de realizar entrevista de abertura de auditoria, para apresentar objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com propósito de informar achados de auditoria identificados (itens 188-191); |

| **Providências Adotadas** | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | **103629** |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 08 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | 9.12.3. | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

| **Descrição da Deliberação** |
|---|
| **9.12.3.** Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, regras de confidencialidade a serem observadas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209); |

| **Providências Adotadas** | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 103629 |

| **Síntese da Providência Adotada** |
|---|
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. |

| **Síntese dos Resultados Obtidos** |
|---|
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. |

| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
|---|
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 09 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | 9.12.4. | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |

| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|

| | |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | |
| **9.12.4.** Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, salvaguardas de sigilos fiscal, bancário e comercial de informações obtidas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209); | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | **103629** |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 10 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | 9.12.5. | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **9.12.5.** Observe as diretrizes estabelecidas nas IN CGU 7/2006 e SFC 1/2007 (itens 210-215); | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |

| | |
|---|---|
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | **103629** |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| **Unidade Jurisdicionada** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 11 | TC 018.270/2013-1. | **ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário** | 9.12.6 | Notificação | Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **9.12.6.** Avalie o desempenho de suas atividades de fiscalização adotando as seguintes práticas, dentre outras: avaliar a relação custo/benefício de seus trabalhos, monitorar a qualidade de suas auditorias e avaliar a economicidade e eficiência de procedimentos de fiscalização adotados (itens 223-227); | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | **103629** |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Estas recomendações são objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |

| |
|---|
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 12 | TC-021.158/2013-4 | **Acórdão nº 926/2014 - TCU – 2ª Câmara e o Acórdão nº 907/2014 - TCU - 2ª Câmara** | 1.7.1. | Notificação | Ofício 0631/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 20/03/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |

**1.7. Determinar** ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste acórdão, as medidas adotadas para regularizar as ocorrências abaixo transcritas:

**1.7.1.** Cumprimento integral da determinação contida no item 9.9 do Acórdão 2315/2012- TCU-Plenário;

9.9 determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambucano, IFPI, **IFRJ,** IFFluminense, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC), IFSP, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que:

**9.9.1** apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;

**9.9.2** verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;

**9.9.2.1** fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;

**9.9.3** promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;

| |
|---|
| **9.9.4** informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem. |
| **Providências Adotadas** |

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| PROAD | **103621** |

| |
|---|
| **Síntese da Providência Adotada** |
| Estas determinações foram atendidas, conforme acórdão nº 3227/2015 - TCU - 2ª Câmara. |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** |
| Os resultados serão obtidos em longo prazo. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
|---|---|---|---|---|---|
| 13 | TC-021.158/2013-4 | **Acórdão nº 926/2014 - TCU – 2ª Câmara e o Acórdão nº 907/2014 - TCU - 2ª Câmara** | 1.7.2 | Notificação | Ofício 0631/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 20/03/2014 |

| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | 100930 |

| |
|---|
| **Descrição da Deliberação** |
| **1.7. Determinar** ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste acórdão, as medidas adotadas para regularizar as ocorrências abaixo transcritas:<br><br>**1.7.2.** Falhas apontadas pela Auditoria Interna do IFRJ no âmbito dos relatórios de auditoria 3, 10 e 11/2012; |
| **Providências Adotadas** |

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Diretoria de Logística e Infraestrutura | 115881 |

| | |
|---|---|
| Diretoria Geral do Campus Nilo Peçanha | 104859 |
| Diretoria Geral do Campus Paulo de Frontin | 113255 |
| Pró-Reitoria de Adm. Planejamento e Desenvolvimento Institucional | 103621 |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Estas determinações foram atendidas, conforme acórdão nº 3227/2015 - TCU - 2ª Câmara. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Cumprimento da determinação emitida pelo TCU | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** | |
| 14 | TC-021.158/2013-4 | **Acórdão nº 926/2014 - TCU – 2ª Câmara e o Acórdão nº 907/2014 - TCU - 2ª Câmara** | 1.7.3 | Notificação | Ofício 0631/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 20/03/2014 | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | | |
| **1.7. Determinar** ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste acórdão, as medidas adotadas para regularizar as ocorrências abaixo transcritas:<br><br>1.7.3. Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia de Informação, conforme o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº 4/2008, editada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; | | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | | **Código SIORG** |

| | |
|---|---|
| PROAD | **103621** |
| DGTI | **115868** |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Estas determinações foram atendidas, conforme acórdão nº 3227/2015 - TCU - 2ª Câmara. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| O atendimento da recomendação ocasionando assim o aprimoramento da Gestão | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. | |

| **UNIDADE JURISDICIONADA** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 15 | TC-021.158/2013-4 | **Acórdão nº 926/2014 - TCU – 2ª Câmara e o Acórdão nº 907/2014 - TCU - 2ª Câmara** | 1.7.2 | Notificação | Ofício 0631/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 20/03/2014 |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| IFRJ – Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro | | | | | 100930 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| **1.7. Determinar** ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste acórdão, as medidas adotadas para regularizar as ocorrências abaixo transcritas:<br><br>**1.7.2.** Falhas apontadas pela Auditoria Interna do IFRJ no âmbito dos relatórios de auditoria 3, 10 e 11/2012; | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| PROAD | | | | | **103621** |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Estas determinações foram atendidas, conforme acórdão nº 3227/2015 - TCU - 2ª Câmara. | | | | | |

| Síntese dos Resultados Obtidos |
|---|
| Atendimento da recomendação emitida pelo TCU |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| As recomendações produzem efeito autoexplicativo, pois os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública. |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Não há.

## 9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro 57: Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

| Item | Identificação da Recomendação expedida pela OCI | Relatório de Auditoria | Descrição da Recomendação expedida pela OCI | Encaminhamento das providências adotadas à CGU | Última Manifestação do Gestor/Providências Adotadas | Setor Responsável pela Implementação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 11134 | 201314722 | Promover o ressarcimento do valor superfaturado em decorrência do s que, apenas no primeiro ano foi de R$ 1.275.383,69. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 11134: No Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 06/2012, celebrado entre o IFRJ e a empresa RDL Asseio e Conservação Ltda., foi acordado pelo ressarcimento da RDL ao IFRJ, após a redução da diferença de repactuação de março a novembro e as deduções ocorridas em acordo no mês de Novembro de 2014, um montante total de ressarcimento no total de R$ 1.064.285,16. Montante este que tem sido abatido mensalmente e proporcionalmente das notas fiscais de serviço residente durante todo o exercício de 2015. Envio em anexo uma cópia do referido Termo Aditivo devidamente assinado pelos responsáveis. PROAD | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 2 | 56679 | 201211591 | Implementar rotinas sistematizadas para | Janeiro de 2016 | Resposta para a Recomendação 56679 – Esta chefia informa à CGU, que todas as | Audin |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | acompanhar as recomendações oriundas da CGU, do TCU e da própria AUDIN. | | recomendações de auditoria sejam ela originadas na CGU, no TCU ou na própria AUDIN, são acompanhadas através do Sistema de Gerenciamento de projetos o Redmine, e as originadas na CGU, são acompanhadas no Redmine e também no Sistema Monitor é feito o acompanhamento através de planilhas concomitantemente. O Sistema Redmine foi implantado e no decorrer do tempo iremos aperfeiçoá-lo, este Sistema é de grande utilidade e tem otimizado o acompanhamento das recomendações. Cabe ressaltar, que fazemos o envio mensal do Status das Recomendações, através do Relatório Gerencial que é enviado ao Conselho Superior do IFRJ Mensalmente, conforme Instrução Normativa 24 da CGU de 17/11/2015. Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN | |
| 3 | 58590 | 201305881 | Quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, abster-se de dispensar o intervalo obrigatório para refeição dos servidores que trabalham 8 horas diárias. | - | Atendida<br>Motivação: Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação<br>Enviado em: 14/08/2015<br>Data atendimento: 10/07/2015 | DGP |
| 4 | 58595 | 201305881 | Implementar rotina de acompanhamento da execução das metas físicas e financeiras acordadas na Lei Orçamentária Anual, com a definição dos responsáveis e das atividades a realizar, em normativo interno. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 58595: A DAPO está cadastrando os diretores de Administração dos Campi para receber os relatórios de execução orçamentária gerados pelo Tesouro Gerencial, possibilitando assim o acompanhamento da execução das metas financeiras. Em relação às metas físicas, será elaborada uma rotina em conjunto com a PROAD. A definição dos responsáveis para o acompanhamento já está definida no Regimento Geral do IFRJ (Art. 115, | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | inciso V). Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | |
| 5 | 61235 | 201314722 | Aprimorar os controles internos relativos a fiscalização de contratos, adotando rotina de confirmação dos serviços prestados pelos setores demandantes e não somente pelo fiscal do contrato, considerando que várias unidades do IFRJ se localizam em municípios distantes do Rio de Janeiro. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 61235: A gestão atual tem providenciado cursos de gestão e fiscalização de contratos, sendo que em 2014 e 2015 foram providenciados na Reitoria e Campi cerca de 04 turmas de cursos In Company com aproximadamente 100 servidores capacitados. Na DAAD, foi providenciado um servidor para trabalhar no controle e assessoramento aos gestores de contratos. Em paralelo, a atual gestão da Reitoria adotou a metodologia de descentralização dos contratos, nomeando uma equipe de fiscalização aos novos contratos sistêmicos, com fiscais nos Campi e um gestor para cada novo contrato. Por fim, a DALI está elaborando em conjunto com os Campi um manual de fiscalização, objetivando sistematizar, padronizar, estabelecer mecanismos de controle o orientar na fiscalização dos contratos. Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 6 | 80124 | 201211223 | Elaborar organograma da estrutura organizacional administrativa do IFRJ, a fim de definir a hierarquia e as relações de comunicação entre as unidades que compõem o instituto. | - | Atendida<br>Motivação: Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação<br>Enviado em: 14/08/2015<br>Data atendimento: 10/07/2015 | Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | 81545 | 201211591 | Realizar as ações de auditoria previstas no PAINT, apresentando as justificativas para aquelas não executadas. | Janeiro de 2016 | Recomendação 81545 – Ação Considerações Audin 2.2 Gestão de Suprimentos – Licitações - Esta auditoria está em andamento, através do processo nº 23270.1079/2015-04 2.3 Gestão de Suprimentos - CPGF - Ação 2.3 do PAINT 2016 2.4 Gestão Patrimonial – Bens de uso Especial - Ação realizada, Relatório em anexo < RA 012015- Bens de uso especial>. 2.5 Gestão patrimonial – Bens Móveis - Ação realizada processo nº 23270.001053/2015-58, foi realizada a ação 2.5 do PAINT 2015, Inventários Físicos e Financeiros onde abordou-se a Gestão Patrimonial. RA 07/2015 (concluído). 3.2 Gestão de pessoas – Insalubridade e Periculosidade - Ação 3.3 do PAINT 2015, a não realização em 2015 da ação supracitada foi ocasionada pela a realização dos trabalhos de adequação que estavam sendo realizados pelo setor de engenharia de Segurança do trabalho (Cronograma de adequação em anexo <Ação 3.3 Insalubridade e periculosidade>). Porém esta ação será realizada neste ano, conforme ação 3.3 do PAINT 2016. Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN | AUDIN |
| 8 | 81546 | 201211591 | Elaborar e arquivar junto aos papéis de trabalho documentação referente ao planejamento de cada ação de auditoria realizada, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, | Janeiro de 2016 | Resposta a recomendação 81546 – O processo nº 23270.001146/2015-82 está aberto para a elaboração do manual da auditoria Interna, mas já realizamos adequações nos programas de auditoria que serão utilizados no ano de 2016. Chefe da Auditoria Interna | AUDIN |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | oportunidade e extensão. | | | |
| 9 | 81547 | 201411665 | Exigir o pleno cumprimento da Portaria n.º 78/2013, aplicando, sempre que necessário, o disposto em seu item 2, qual seja, a representação junto à autoridade máxima em caso de recusa de atendimento. ~~Instituir normativo que garanta à Auditoria Interna o~~ atendimento tempestivo e obrigatório das informações solicitadas aos setores auditados, bem como acesso irrestrito aos registros e sistemas do IFRJ. | Janeiro de 2016 | Esta chefia informa que as informações solicitadas pela Audin têm sido respondidas tempestivamente pelas Pró-Reitorias e por todos os Campi do IFRJ, Diretorias Sistêmicas e pelo Gabinete do Reitor. Nos trabalhos executados no ano de 2015, a exemplificar o Adendo do Relatório 04-2015 <EM ANEXO>a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, encaminhou todos os dados solicitados. Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN | AUDIN |
| 10 | 82646 | 201305621 | Implementar rotina formal para a reclassificação das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos após a prestação de contas do suprido, conforme item 16.9.1 do Manual Siafi, de forma a adequar a informação contábil. | Janeiro de 2016 | Recomendação 82646: Em atendimento ao memorando no 092/2015/AUDIN/RT, venho informar que foram adotadas as seguintes medidas referente à OS: 201305621, Recomendação 001 e 002 • Foi aprovado através da D.T.S. no 76 de 09 de outubro de 2013 o Manual de Procedimentos para Utilização e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos; • Foi apresentado o referido manual aos supridos e esclarecido as suas principais dúvidas em relação ao assunto; • Foi implementado um | Diretoria Geral do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral / PROAD |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | controle através de planilha de Excel para comtemplar o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas, conforme anexo 1. Direção Geral do Campus Pinheiral | |
| 11 | 82649 | 201305621 | Implementar rotina que contemple o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas por documentos fiscais, de forma a realizar a baixa da responsabilidade do suprido pelo valor efetivamente utilizado e realizar a anulação de empenho correspondente ao valor não aplicado, nos termos do 11.8 da Macrofunção 02.11.21 do Manual Siafi. | Janeiro de 2016 | Recomendação 82649: Em atendimento ao memorando no 092/2015/AUDIN/RT, venho informar que foram adotadas as seguintes medidas referente à OS: 201305621, Recomendação 001 e 002 • Foi aprovado através da D.T.S. no 76 de 09 de outubro de 2013 o Manual de Procedimentos para Utilização e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos; • Foi apresentado o referido manual aos supridos e esclarecido as suas principais dúvidas em relação ao assunto; • Foi implementado um controle através de planilha de Excel para comtemplar o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas, conforme anexo 1. Direção Geral do Campus Pinheiral | Diretoria Geral do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral |
| 12 | 82653 | 201305623 | Realizar a contratação de serviços de ligação de longa distância a partir de telefones fixos do IFRJ, na modalidade licitatória adequada. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 82653: A gestão atual orienta pelo cumprimento da legislação vigente, auxiliando a PROAD na elaboração de Notas Técnicas assim como a geração de Orientações da DLCOF, ambas disponíveis para acesso a todos os servidores do IFRJ, na pasta da PROAD localizada na rede pública. Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 13 | 83101 | 201305623 | Implementar rotina no âmbito do IFRJ para a liquidação (atesto) e o pagamento de faturas de serviços de telefonia em tempo hábil para a realização do | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 83101: Não é de competência da DLCOF o atesto para pagamento de qualquer fatura. A DLCOF orienta pela liquidação, desde que o documento chegue devidamente atestado, o mais rápido possível. Todavia, com o repasse mensal e não integral dos valores liquidados no SIAFI, temos acumulado | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | pagamento até a data do vencimento, evitando novas ocorrências de acréscimos moratórios por atraso de pagamento. | | uma dívida que tem colaborado para o aumento de multas por atraso de pagamento. Já foi solicitado pelo PROAD o envio de financeiro à SPO/MEC para o pagamento, mas até o presente momento não temos recebido os valores suficientes para pagar todas as despesas. Por fim, informo que a PROAD elaborou a Nota Técnica nº 001/2015, que orienta os procedimentos para ateste das faturas/notas fiscais (disponível em Z:\publico\PROAD\Notas Técnicas). Diretoria de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | |
| 14 | 85307 | 241503 | Elaborar planilhas de aferição de serviços e obras de engenharia de forma a comprovar que os serviços efetivamente pagos correspondem aos serviços executados, evitando-se, assim, o adiantamento financeiro a empresas contratadas. | Janeiro de 2016 | O Setor de Engenharia encaminha a Audin resposta à recomendação da CGU n° 85307 relatório 241503: elaborar planilhas de aferição de serviços e obras de engenharia de forma a comprovar que os serviços efetivamente pagos correspondem aos serviços executados, evitando-se assim o adiantamento financeiro a empresas contratadas. Segue anexo planilha e cronograma da administração com o orçamento estimado, bem como boletim de medição com valores contratados após processo licitatório. Medições feitas através deste boletim onde consta o valor contratado, o valor medido e o saldo após cada medição. Cabe ressaltar que tais documentos são usuais deste setor. O processo que deu origem a esta obra foi o de n° 23270.000548/2011-36 e o contrato de n° 08/2012, cujo objeto foi a contratação de Empresa para execução de Obra Pública na forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, para construção de um prédio de salas de aula e outro para biblioteca, no | Engenharia |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Campus Realengo do IFRJ, situado na Rua Carlos Wenceslau n° 343-Realengo-Rio de Janeiro-RJ. Informamos também que as informações aqui enunciadas estão inseridas também no SIMEC - Monitoramento de Obras. | |
| 15 | 127496 | 201112551 | Apurar a responsabilidade pela aquisição com sobrepreço de R$ 67.825,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais) de carteiras escolares, gaveteiros volantes com 3 gavetas, sofás componíveis de 3 lugares e longarinas de 3 lugares, considerando os processos 23270.000754/2011-46, 23270.000774/2011-17, 23272.000396/2011-51, 23273.000114/2011-14, 23274.000160/2011-03, 23275.000410/2011-97, 23276.000681/2011-32, 23278.000236/2011-52, 23272.000029/2010-77, 23276.000401/2010-00, 23069.0070532/2009-61 e 23141.001202/2009-40. | Janeiro de 2016 | Procedimento apuratório em andamento. - Sindicância Instaurada através do Processo nº. 23270.000104/2016-13. Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |
| 16 | 127502 | 201112551 | Implementar sistemática integrada para registro e controle de patrimônio no âmbito do IFRJ. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 127502: A gestão atual finalizou o contrato com a empresa AVM que realizou o serviço de inventário e valoração dos bens. Está sendo mapeado a localização interna por unidade de todo o mobiliário assim como o | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | desenvolvimento no sistema de patrimônio para o cálculo da depreciação. O Coordenador de Patrimônio da Reitoria está desenvolvendo em conjunto com servidores dos Campi os Documentos Institucionais relacionados ao Patrimônio que estão sendo disponibilizados no sítio eletrônico do IFRJ, garantindo o amplo acesso a todos os servidores: http://www.ifrj.edu.br/dlcof/patrimonio. Em tempo, aproveito para informar que a PROAD/DLCOF tem elaborado Notas Técnicas, inclusive as relacionadas ao Patrimônio, e que estão disponíveis a todos os servidores na rede: Z:\publico\PROAD\Notas Técnicas. Com a implantação do novo Sistema de Gestão Integrado, haverá um módulo específico para a gestão patrimonial. Diretoria de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | |
| 17 | 137226 | 201405597 | Levantar as reais condições mecânicas dos veículos do IFRJ e campi a fim de adotar medidas para sanar deficiências que possam impactar sua utilização eficiente em prol do atendimento das atividades finalísticas do Instituto | Janeiro de 2016 | Recomendação de n° 137226:<br>Em resposta à recomendação acima, informo que ao assumir esta Diretoria solicitei aos Campi a realização de um levantamento do estado de cada veículo para iniciar o procedimento de manutenção. Informo ainda que as manutenções corretivas e preventivas têm sido realizadas por todos os Campi e a Reitoria, vide documento de uma solicitação comprobatório em anexo. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 | 137227 | 201405597 | Reestimar o quantitativo de combustível e de despesas com manutenção de veículos estimados para atender as necessidades do IFRJ e campi, tendo em vista que a quantidade estimadas no processo licitatório nº 23270.000188/2011-72 (Pregão Eletrônico nº 9/2011) foram superestimadas, promovendo sua readequação. | Janeiro de 2016 | Recomendação de n° 137227: Informamos que os procedimentos necessários foram tomados, porém reavaliamos os valores do contrato e constatamos que os mesmos eram adequados para a realidade atual. Mesmo com o aumento do custo do litro do combustível, do início do contrato até hoje, a projeção feita do valor global do contrato é o suficiente para atendimento, sendo desnecessária a solicitação de um Termo Aditivo. Quando necessário um aumento excepcional do valor no cartão de um determinado veículo, o Campus solicita a Gestão do contrato com a devida justificativa do acréscimo, sendo a mesma autorizada como crédito adicional. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |
| 19 | 137228 | 201405597 | Promover a abertura de processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade pelo uso indevido do veículo oficial, Ranger, placa KPA 4856, pela autorização para colocar o veículo numa empresa não credenciada pela Ticket Serviços S.A. e pelo abandono do veículo na empresa CAER. | Janeiro de 2016 | Recomendação 137228: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo: 1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000. 2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados. 3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015. 4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial | |
| 20 | 137229 | 201405597 | Promover a abertura de processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade pela emissão do cartão ticket car destinado ao veículo placa LPK 4469, que não é veículo oficial do IFRJ, e pelo uso continuado do cartão, causando prejuízo ao Erário no montante estimado de R$ 68.282,21 (sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e um reais). | Janeiro de 2016 | Recomendação 137229: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo: 1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000. 2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados. 3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015. 4) Em | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor - GR | |
| 21 | 137230 | 201405597 | Efetuar, imediatamente, o cancelamento do cartão magnético ticket car destinado ao veículo não oficial placa LPK 4469. | Janeiro de 2016 | Resposta à Recomendação 137230: Cumprimentando-os cordialmente, Venho através deste, conforme solicitação, prestar os seguintes encaminhamentos referentes à Recomendação de n° 137230: Relato primeiramente que o número do Cartão (3085121003611450) referente a esta Recomendação não consta no sistema, pois o cartão utilizado de forma indevida há época possuía a numeração 3085121003611452, vide relatório em anexo do sistema da TicketCar. Sendo assim, solicito a revisão da recomendação em questão. Informo ainda que no ano de 2014 foi solicitada a 2a (segunda) via do cartão de n° 3085121003611452, onde o mesmo passou a ter a numeração 3085121012827560 (como consta na consulta em anexo enviada pela Empresa Ticket), posteriormente a este procedimento, foi solicitado o cancelamento do cartão magnético de n° 3085121012827560, do veículo oficial de placa LPK 4469, como consta também em anexo. | DALI |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | |
| 22 | 137231 | 201405597 | Adotar providências para o ressarcimento ao Erário do prejuízo estimado em R$ 1.114.941,97 (um milhão, cento quatorze mil, novecentos e quarenta e um mil e noventa e sete centavos), instaurando processo de Tomada de Contas Especiais após esgotadas as medidas administrativas. | Janeiro de 2016 | Recomendação 137231: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor | |
| 23 | 137232 | 201405597 | Adotar medidas no sentido de que seja fixado nos veículos oficiais do IFRJ e Campis adesivos de identificação, conforme previsto na Instrução Normativa nº 3/2008 do Ministério do Planejamento. | - | Atendimento Motivação: Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação Enviado em: 14/08/2015 | DALI |
| 24 | 137233 | 201405597 | Aperfeiçoar os procedimentos internos relativos à fiscalização dos contratos firmados, adotando, entre outros, a prática de relacionar na portaria de nomeação as responsabilidades do gestor/fiscal do contrato, considerando, entre outros aspectos, conhecimentos técnicos, experiências profissionais, a complexidade do objeto contratado, atividades exercidas no seu cargo, observando ainda a não centralização | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 137233: A atual gestão da Reitoria adotou a metodologia de descentralização dos contratos, nomeando uma equipe de fiscalização aos novos contratos sistêmicos, com fiscais nos Campi e um gestor para cada novo contrato. Objetivando capacitar os servidores de forma a viabilizar a descentralização da fiscalização, foi providenciado cursos de gestão e fiscalização de contratos, sendo que em 2014 e 2015 foram providenciados na Reitoria e Campi cerca de 04 turmas de cursos In Company, com aproximadamente 100 servidores capacitados. A DALI está elaborando em conjunto com os Campi um manual de fiscalização, objetivando sistematizar, padronizar, estabelecer mecanismos de controle o orientar na fiscalização dos contratos. Diretoria de Licitações, | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | da fiscalização de diversos contratos no mesmo servidor. | | Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | |
| 25 | 137234 | 201405597 | Promover a abertura de processo administrativo, a fim de apurar a responsabilidade pelo pagamento a título de horas extras sem a efetiva comprovação dos serviços prestados, promovendo, se for o caso, o ressarcimento ao Erário. | Janeiro de 2016 | Recomendação 137234: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo: 1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000. 2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados. 3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015. 4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor | |
| 26 | 137235 | 201405597 | Instaurar procedimento administrativo, com vistas a apurar a responsabilidade pelas multas referentes às infrações de trânsito, cometidas durante a utilização de veículos oficiais do IFRJ, a fim de que as multas de trânsito ainda não quitadas sejam pagas e seja obtido o devido ressarcimento ao Erário. | Janeiro de 2016 | Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor | |
| 27 | 137236 | 201405597 | Aperfeiçoar os procedimentos administrativos relativos à manutenção dos veículos oficiais de forma que as demandas dos campi sejam atendidas de forma tempestiva em prol do alcance da eficiência administrativa. | Janeiro de 2016 | Resposta à Recomendação 137236 Cumprimentando-os cordialmente, Venho através deste, conforme solicitação, prestar os seguintes encaminhamentos referentes à Recomendação de n° 137236: Buscando aperfeiçoar os procedimentos administrativos relativos à manutenção dos veículos oficiais, informo que realizamos uma reunião entre os campi para dirimir todas as dúvidas em relação aos procedimentos administrativos para realização do processo de manutenção dos veículos oficiais. E no momento atual os seguintes trâmites são seguidos: - O Campus informa através de solicitação o motivo da realização da manutenção, seja preventiva, ou corretiva; - O Campus realiza pesquisa nas oficinas da rede credenciada da TicketCar sobre os orçamentos necessários (3 orçamentos), salvo quando a região onde fica localizado possuir apenas uma oficina credenciada, o campus encaminha a justificativa de ter somente uma oficina para ser utilizada, assim respaldando o fato da utilização do reboque | DALI |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | tornar o valor do procedimento desvantajoso; - Após a inclusão dos referidos orçamentos o Campus informa à Gestão do Contrato que houve a inserção dos orçamentos (comprovação em anexo) e após este trâmite o gestor analisa o orçamento mais viável e posteriormente aprova o mesmo, evitando que o orçamento escolhido seja desvantajoso para Administração Pública, informo ainda que é realizada pela Gestão do contrato a averiguação periódica em relação às manutenções existentes no sistema; - A partir deste momento é iniciado o processo e manutenção na oficina. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | |
| 28 | 137237 | 201405597 | Apurar a responsabilidade pela não adoção tempestiva de medidas corretivas das deficiências no gerenciamento da frota de veículo do IFRJ e terceirização de motoristas, apesar das falhas anteriormente identificadas nos Relatórios da Auditoria de Auditoria/AUDIN nº 11/2012, de 12/01/2013, e nº 1/2013, de 9/7/2013 | Janeiro de 2016 | Recomendação 137237: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo: 1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000. 2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados. 3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015. 4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão. 5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor | |
| 29 | 137238 | 201405597 | Estabelecer procedimentos internos que definam as competências e obrigações das áreas envolvidas nas etapas de liquidação e pagamento das despesas, a fim de que o pagamento somente seja realizado com o adequado suporte documental que descreva detalhadamente os serviços efetivamente prestados e produtos entregues, incluindo relatórios e demonstrativos previstos. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 137238: A PROAD elaborou a Nota Técnica nº 001/2015, que orienta os procedimentos para ateste das faturas/notas fiscais (disponível em Z:\publico\PROAD\Notas Técnicas), assim como a DLCOF aprimorou um formulário para verificação do pagamento da despesa atestada pelos setores financeiros do IFRJ (disponível em Z:\publico\PROAD\DLCOF\Formulários de Liquidação). Diretoria de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 30 | 137239 | 201405597 | Adotar as medidas necessárias para a retirada do veículo Ranger, placa KPA 4856, junto à empresa CAER, providenciando o pagamento dos serviços prestados pela | Janeiro de 2016 | Venho através deste, conforme solicitação, prestar os seguintes encaminhamentos referentes à Recomendação de n° 137239: Informo que o veículo oficial, Ranger placa KPA 4856, já foi retirado da empresa CAER, conforme ofício (em anexo à resposta). Informo ainda que foi aberto processo (também | DALI |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | concessionária. | | em anexo à resposta) para o pagamento dos serviços prestados. Por fim, relato que estamos no aguardo da empresa enviar a ordem de serviço correta, para finalizar o processo e encaminhar ao financeiro para o devido pagamento. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | |
| 31 | 137240 | 201405597 | Aperfeiçoar os procedimentos administrativos relativos à manutenção dos veículos oficiais de forma a evitar a ocorrência de despesa antieconômica. | Janeiro de 2016 | Recomendação 137240: Venho através deste, conforme solicitação, prestar os seguintes encaminhamentos referentes à Recomendação de n° 137240: Informo que no ano de 2014 realizamos uma reunião entre os campi e a empresa TicketCar para dirimir todas as dúvidas em relação aos procedimentos administrativos para realização do processo de manutenção dos veículos no referido sistema. E no momento atual os seguintes trâmites são seguidos: - O Campus informa através de solicitação o motivo da realização da manutenção, seja preventiva, ou corretiva; - O Campus realiza pesquisa nas oficinas da rede credenciada da TicketCar sobre os orçamentos necessários (3 orçamentos), salvo quando a região onde fica localizado possuir apenas uma oficina credenciada, o campus encaminha a justificativa de ter somente uma oficina para ser utilizada, assim respaldando o fato da utilização do reboque tornar o valor do procedimento desvantajoso; - Após a inclusão dos referidos orçamentos, o gestor analisa o orçamento mais viável e posteriormente aprova o mesmo, evitando que o orçamento escolhido seja desvantajoso para Administração Pública; Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 32 | 152372 | - | Retirar a Chefe da Auditoria Interna do Grupo de Trabalho. | Janeiro de 2016 | Resposta para a Recomendação 152372 – O Magnífico Reitor especificou através de portaria a participação dos integrantes da Auditoria Interna, in verbis e em anexo: PORTARIA Nº 173 DE 21 DE AGOSTO DE 2015 O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, nomeado pelo Decreto de 06 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2014, empossado no Ministério da Educação no dia 14 de maio de 2014, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE: 1 - Especificar a participação dos servidores da Auditoria interna como sendo exclusivamente de assessoramento nos Grupos de Trabalho deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; 2 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, PAULO ROBERTO DE SSIS PASSOS/Reitor Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN | Audin |
| 33 | 152373 | - | Elaborar rotina que garanta o envio à CGU de todos os relatórios de auditoria emitidos pela unidade no prazo estabelecido no Art. 8º da Instrução Normativa nº 7, de 29 de dezembro 2006. | Janeiro de 2016 | Esta chefia elaborou rotina baseada na IN 24/CGU 17/11/2015. A nova rotina foi encaminhada a Gabinete do Reitor e a Secretaria do Conselho Superior. Encaminhamento da nova Rotina em anexo, e rotina, in verbis: Segue o novo fluxo do processo de envio dos relatórios de auditoria concluídos, em anexo. Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN | Audin |
| 34 | 11490 | 201314722 | Apurar responsabilidade pela aceitação de valores inexequíveis e pela não conferência da proposta | Em Janeiro de 2016 | Procedimento apuratório em andamento. Sindicância Instaurada através do Processo nº. 23270000061/2016-68 Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | encaminhada pela empresa vencedora divergente daquela utilizada durante o pregão, o que ocasionou a majoração do custo fixo anual em R$ 659,0 mil. | | | |
| 35 | 57814 | 201305622 | Nas contratações de objetos variados, promover licitação com adjudicação por itens ou demonstrar a economicidade da opção da contratação por preço global ou itens agrupados mediante cotejo com preços propostos pelas empresas dos ramos dos serviços e fornecimentos desejados, além da evidenciação da existência de um quantitativo razoável de empresas aptas a realizar todos os itens. | Janeiro de 2016 | A DAAD informou que adequou os editais para que a adjudicação seja feita por item.Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 36 | 57815 | 201305622 | Utilizar parâmetros consistentes para verificação da adequação dos preços propostos com os vigentes no mercado, devendo obter no mínimo 3 propostas de preço para cada item, bem como proceder, para determinados | Janeiro de 2016 | A PROAD elaborou a Nota Técnica nº 005/2015 que orienta as pesquisas de preço em conformidade com a IN da SLTI/MPOG nº 07, de 29 de agosto de 2014, com o Caderno de Logística de Pesquisa de Preços do MPOG (2014), e o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Disponível na rede em Z:\publico\PROAD\Notas Técnicas.<br><br>Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | elementos de custo, a exemplo de fornecimento de coffee breaks e foto e filmagem, consulta direta às empresas que atuam no ramo, de forma a atender ao disposto no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013. | | | |
| 37 | 58587 | 201305881 | Estabelecer fluxos de controle para as etapas de registro, cobrança e acompanhamento da regularização de lançamentos na folha de pagamento dos servidores do IFRJ. | Janeiro de 2016 | Resposta à Recomendação 58587 - Nos termos da recomendação: 58587, na qual é solicitado o estabelecimento dos fluxos de controle para as etapas de registro, cobrança e acompanhamento da regularização de lançamentos na folha de pagamento dos servidores do IFRJ, vimos informar que estamos montando os referidos fluxos de controles internos das etapas mencionadas na supracitada recomendação.<br>Diretoria De Gestão de Pessoas - DGP | DGP |
| 38 | 58592 | 201305881 | Estabelecer rotinas de conferência e validação das informações constantes dos Relatórios de Gestão com definição de servidores e áreas responsáveis por cada etapa. | Janeiro de 2016 | Todas as questões relativas ao Relatório de Gestão, incluindo a metodologia de elaboração, conferência das informações, validação das informações, definição das áreas e dos servidores responsáveis por cada etapa, em atendimento à Recomendação CGU 58592, serão objeto de normatização institucional até 30 de março de 2016, após a finalização de estudo sobre o processo, em andamento por esta diretoria.<br>Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão | Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 39 | 65181 | 201314722 | Elaborar memória de cálculo para a definição de quantidade e dos tipos de materiais, mantendo a documentação no processo de licitação. | Janeiro de 2016 | - Cumprimentando-a cordialmente, informo que a DLCOF/DAAD adotou as seguintes providências em relação às recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União CGU: Recomendação n° 65181: Informamos que para o novo edital de licitação com previsão de ser realizado no ano de 2016 estamos o elaborando de forma a atender a recomendação. No contrato atual está sendo adotado a seguinte medida: O gestor do contrato informou que para serviços eventuais o atendimento é realizado somente para serviços emergenciais com a justificativa do setor responsável no campus para o gestor do contrato. Ao receber o pedido o gestor do contrato faz a análise da justificativa e aprova ou não o pedido. A quantidade de material a ser utilizada que consta no pedido para a execução do serviço passou a ser definida caso a caso pela área responsável do Campus junto com o posto de serviço da RDL que atua em cada área (eletricista, bombeiro hidráulico e serviço gerais). Estando o material solicitado na planilha do contrato o gestor do contrato da autorização para a utilização do mesmo e quando o material não consta na planilha é feito pesquisa de mercado com a RDL e mais duas ou três empresas. No caso do valor apresentado pela RDL ser o mais baixo da pesquisa é autorizado a utilização do material, não sendo há a negociação de valores com a empresa, caso a mesma reduza os valores é autorizado, não sendo reduzido os valores não é autorizado a execução por parte do gestor. Todo este tramite vem ocorrendo por correio | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | eletrônico.<br>Diretora Adjunta de Administração - DAAD | |
| 40 | 65245 | 201314722 | Renegociar a contratação relativa ao Pregão n.°04/2012 para a adequação dos itens com sobrepreço. | Janeiro de 2016 | Encaminhamento de resposta da PROAD, em anexo.<br><br>PROAD | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 41 | 82654 | 201305623 | Realizar contato com a setorial contábil com o intuito de obter informações sobre a forma de registro de acréscimos moratórios em contas com código de barras, de forma a efetuar a separação do pagamento pelo serviço prestado dos valores decorrentes de juros e multas por atraso no pagamento, passando a adotar o procedimento que for orientado. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 82654: A CGFC realiza o empenho conjunto de acréscimos moratórios, contudo, ainda está desenvolvimento uma rotina para orientar as Coordenações de Finanças dos Campi para a separação do pagamento. Objetivando a não incidência de juros e multas resultantes do atraso do recolhimento do INSS, a CFGC elaborou um procedimento que envio em anexo. Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 42 | 83601 | 201305881 | Adotar as medidas necessárias para localização dos processos de apuração nº 23278.000230/2012-66 (Portaria nº 169, de 10/12/2012); nº 23270.000810/2012-23 (Portaria nº 127, de 17/09/2012); nº 23270.000679 | Janeiro de 2016 | Recomendação parcialmente atendida.• O processo nº 23270.000810/2012-23 encontra-se disponível para vista/consulta no Gabinete da Reitoria. Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda.<br>Justificativa: • O Gabinete da Reitoria está realizando todos os procedimentos junto à Direção-Geral dos Campi e junto aos setores da Reitoria com vistas à localização dos processos referenciados, uma vez | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | /2011-13 (Portaria nº 118, de 15/09/2011); nº 23270.000474 /2011-38 (Portaria nº 73, de 05/06/2012); nº 23270.000382 /2012-39 (51, de 18/07/2012); nº 23270.000566 /2011-18; e o processo referente à Portaria nº 35, de 01/03/2012. Em caso de insucesso, promover o refazimento, dando continuidade às apurações. | | que, de acordo com a praxe administrativa à ocasião da abertura dos processos e, em conformidade com o relatório conclusivo de cada processo, encaminhava-se o mesmo ao setor competente para ciência e/ou realização da recomendação da comissão. Gabinete do Reitor | |
| 43 | 85306 | 2401581 | Atualizar os dados cadastrados no Sistema - SIMEC referentes às obras executadas pelo CEFET Química Nilópolis/RJ. | Janeiro de 2016 | Setor de Engenharia Memo n°: 40 Rio de Janeiro, 11 de janeiro 2016 Do: Setor de Engenharia. Para: AudinAssunto: Resposta a recomendação da CGU O Setor de Engenharia encaminha a Audin resposta a recomendação da CGU-Relatório n° 241581 relativo as inconsistências nos dados constante no sistema SIMEC-módulo de Monitoramento de Obras conforme relatamos a seguir: a) Quanto ao aditivo: não ocorreu termo aditivo, sendo o valor dos serviços executados que não estavam previsto em contrato no valor de R$ 247.703,10 pagos através de parecer jurídico com apuração de responsabilidade através de sindicância conforme documento em anexo. b) O cadastrador das obras do IFRJ no SIMEC na época era o Engenheiro Flávio de Amorim Silveira cuja matrícula é 0386804 sendo as outras duas matrículas dos Engenheiros fiscais da | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | obra. Documento em anexo lançado em Dados da Obra da página do SIMEC. c) Parece que até esta data da medição n°6 essa ação não era obrigatória ou não existia dessa forma, porém tentei incluir estas informações agora e o sistema não me permitiu, mas encaminho em anexo todas as medições e cronograma do contrato exceto o valor que foi pago através do parecer jurídico, sendo este lançado na página do SIMEC- Execução Orçamentária com documento em anexo. d) Inseridos conforme recomendação da CGU os Projetos na aba Documentos do SIMEC. e) Atendendo a recomendação da CGU valores empenhados e liquidados lançados no campo Execução Orçamentária do SIMEC conforme documento em anexo. O Atendendo a recomendação da CGU lançado no campo Licitação a modalidade de Licitação conforme documento em anexo. g) Atendendo a recomendação da CGU lançado no Campo Contratos a data da assinatura do contrato ( 07/05/2008) conforme documento em anexo. h) Todos os documentos citados se encontram no Campo Documento do SIMEC.Setor de Engenharia | |
| 44 | 127498 | 201112551 | Implementar normativo interno para definir a rotina de aquisição de bens, incluindo os procedimentos para o levantamento de necessidades de aquisição e para a realização de pesquisa de mercado, | Janeiro de 2016 | O Pro-Reitor de Administração encaminhou a NT PROAD 2015.005 - Pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços como providências tomadas. PROAD | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | contendo a solicitação de orçamento a empresas e a realização de pesquisa de preço no SIASG, de forma a assegurar a realização de ampla pesquisa de mercado na aquisição de bens pelo IFRJ. | | | |
| 45 | 127503 | 201112551 | Efetuar o levantamento e o registro patrimonial do mobiliário adquirido no âmbito dos processos nº 23274.000160/2011-03, 23270.000754/2011-46, 23273.000114/2011-14, 23276.000401/2010-00, 23276.000681/2011-32, 23069.070532/2009-61, 23278.000236/2011-52, 23278.000236/2011-52, 23275.00410/2011-97, 23270.000774/2011-17, 23272.000029/2010-77, 23141.001202/2009-40, resultantes de adesão a atas de registro de preços decorrentes dos pregões eletrônicos nº 13/2009, 18/2009, 28/2010 e 02/2011, fazendo a informação constar de processo próprio. | Janeiro de 2016 | - Cumprimentando-a cordialmente, informo que a DLCOF/DAAD adotou as seguintes providências em relação às recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União CGU: Recomendação n° 127503: Foi contratada para efetuar o levantamento e registro dos bens do IFRJ a empresa AVM Avaliações, Consultoria e Projetos Ltda através do contrato n° 20/2012 cujo objeto foi a contratação de empresa especializada<br><br>Diretora Adjunta de Administração - DAAD | DLCOF |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 46 | 128430 | 201318181 | Estabelecer setor/comissão responsável pela apuração de casos de acumulação indevida de servidores. | Janeiro de 2016 | 1. Em resposta ao Memorando n°. 024/2014/AUDIN, que solicita informações quanto ao item n. 08 da SA 201318181/03, vimos informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas deste Instituto Federal é o setor responsável pela apuração dos casos de indícios de acumulação indevida de servidores. | Gabinete do Reitor |
| 47 | 137222 | 201405597 | Promover a abertura de processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade pelo desvio de recursos públicos no montante estimado de R$ 1.114.941,97 (um milhão, cento quatorze mil, novecentos e quarenta e um mil e noventa e sete centavos), por meio da utilização indevida dos cartões Ticket Car | Janeiro de 2016 | Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:<br>1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000.<br>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.<br>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015.<br>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.<br>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial Gabinete do Reitor - GR | |
| 48 | 88284 | 201314722 | Quantificar os gastos com material de consumo, ferramentas e equipamentos já contemplados no preço da mão de obra residente (R$900,00 mensais por funcionário) e que foram pagos indevidamente à parte nas notas fiscais e providenciar o ressarcimento ao erário. | Janeiro de 2016 | Recomendação nº 88284: No Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 06/2012, celebrado entre o IFRJ e a empresa RDL Asseio e Conservação Ltda., foi acordado pelo ressarcimento da RDL ao IFRJ, após a redução da diferença de repactuação de março a novembro e as deduções ocorridas em acordo no mês de Novembro de 2014, um montante total de ressarcimento no total de R$ 1.064.285,16. Montante este que tem sido abatido mensalmente e proporcionalmente das notas fiscais de serviço residente durante todo o exercício de 2015. Envio em anexo uma cópia do referido Termo Aditivo devidamente assinado pelos responsáveis. Diretoria de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças - DLCOF | DLCOF |
| 49 | 127495 | 201112551 | Realizar o planejamento nas aquisições de compras a partir do levantamento das especificações dos materiais e de seus quantitativos | Janeiro de 2016 | Encaminhamento do Regimento interno do Comitê de compras, licitações e contratos do IFRJ e a Portaria 112-2015 – designando os servidores designados para comporem o Comitê de Compras do IFRJ. | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | baseados nas demandas dos setores requisitantes, anexando tais documentos aos próximos processos de compras | | | |
| 50 | 137223 | 201405597 | Estabelecer os parâmetros (parametrização) disponíveis no Sistema de Gerenciamento de Frota, Contrato n.º 09/2011,a fim de que o mesmo seja utilizado de forma eficiente e gerencial, cadastrando, por exemplo: nome dos motoristas; controle permanente da quilometragem indicada no hodômetro; vinculação por meio de senha individual do motorista à operação de débito realizada com o cartão. | Janeiro de 2016 | Recomendação de n° 137223:<br>- Os motoristas já foram cadastrados no Sistema TicketCat, arquivo comprobatório em anexo à resposta. Aproveitamos para informar que todos os motoristas no momento do abastecimento inserem o CPF. - Desde que a atual gestão assumiu, em maio de 2014, está sendo feito o controle da frota, através das solicitações dos setores/servidores, via e-mail, registrando na guia de autorização para a saída, o dia e horário para o local do destino (endereço), quilometragem inicial e final do veículo, nome do motorista, quando existe necessidade de abastecimento (anexamos o cupom de abastecimento com a quantidade de litros e valor à guia desta saída). No final do mês é feito check list de quilometragem, litros e valores do abastecimento total de cada veículo). Este controle foi adotado, em primeira instância, devido ao quadro ainda reduzido de servidores, mas estamos em processo de treinamento para padronização do sistema informatizado SIGA-ADM, no IFRJ, a fim de atender às demandas de controle na utilização da frota de veículos. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |

**Fonte:** IFRJ (2016).

Quadro 55: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

| Item | Identificação da Recomendação expedida pela OCI | Relatório de Auditoria | Descrição da Recomendação expedida pela OCI | Encaminhamento das providências adotadas à CGU | Justificativa para o seu não Cumprimento | Última Manifestação do Gestor/Providências Adotadas | Setor Responsável pela Implementação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 11099 | 201305881 | Instaurar o procedimento disciplinar adequado referente à recomendação da Auditoria Interna do IFRJ para apuração de responsabilidade em relação a indícios de irregularidade na formação de preços de referência, objeto da constatação 004 do Relatório de Auditoria n° 06/2011, de 31/10/2011. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 120 dias para a instauração do procedimento. Justificativa:<br>A Instituição tem envidado os esforços necessários para a instauração de todos os procedimentos apuratórios necessários/recomendados pela CGU, realizando, inclusive, capacitação de cerca de 17 servidores para a realização dos referidos procedimentos, através de curso in company ministrado por professor da CGU, na Reitoria do IFRJ, no período de 23/11/2015 à 27/11/2015. Contudo, há a necessidade de se aguardar a disponibilidade de servidores com mínima experiência para atuação na presidência dos procedimentos juntamente com os servidores recentemente capacitados e demais servidores do quadro deste IFRJ disponíveis para a demanda em questão.<br>Gabinete do Reitor – GR. | Gabinete do Reitor |
| 2 | 11348 | 201314722 | Apurar responsabilidade pelas falhas na fiscalização e pela ausência de providências face às irregularidades apontadas nos Memorandos n.° 64, 65 e 63 do Campus de Nilópolis, datados de 18/03/2013. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Manifestação conforme item 1 – Recomendação 11099 | Gabinete do Reitor |
| 3 | 46790 | 1255787 | Realizar o cálculo do ressarcimento ao erário pelo exercício simultâneo de dedicação exclusiva com outro vínculo dos servidores matrículas n.º 1505616 e 1582007, respectivamente, nos períodos de 13/01/2010 a 31/05/2010 e de 23/10/2008 a 01/02/2009. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de prazo por mais 120 dias, a partir do vencimento, isto é, 11/01/2016. | DGP |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 46791 | 1255787 | Implementar rotinas visando a conferência da compatibilidade de horários dos servidores que acumulam cargos no IFRJ com outros vínculos e da legalidade da acumulação. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de prazo por mais 120 dias, a partir do vencimento, isto é, 11/01/2016. | DGP |
| 5 | 49297 | 201202554 | Implementar rotina de controle adequada que permita a inserção de dados no SISAC dentro do prazo previsto no art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007 (60 dias contados da data da publicação do ato concessório). | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de prazo por mais 120 dias, a partir do vencimento, isto é, 11/01/2016. | DGP |
| 6 | 58591 | 201305881 | Envolver a Diretoria de Gestão de Pessoas no processo de desenvolvimento de indicadores relacionados e/ou de aplicação direta na área de gestão de pessoas, para que os mesmos possam ser mensuráveis e devidamente testados e utilizados na gestão do Instituto. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | DGP |
| 7 | 58593 | 201305881 | Estabelecer normativos internos que definam os procedimentos e fluxos para a abertura, condução de procedimentos apuratórios e arquivamento, do qual deve constar a necessidade de comunicação da instauração de processos ao responsável pelo CGU-PAD. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda. Justificativa:<br>Houve solicitação (por parte da presidência do Grupo de Trabalho - GT) de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao GT para elaboração da estrutura formal do Sistema CGU-PAD, designado através da Portaria nº 054, de 12/04/2013, estabelecendo-se o prazo de 22/02/2016 para a conclusão dos trabalhos (previsão). Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 8 | 58594 | 201305881 | Adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível, fazendo constar do processo os atos praticados no intuito de estabelecer a comissão de apuração e demais atos pertinentes ao andamento da apuração. | Janeiro de 2016 | | Solicitação de prorrogação de 120 dias para atendimento à demanda. Justificativa:<br>A gestão do IFRJ planeja a criação, nos próximos meses, do Setor Correicional, já que a significativa melhoria das condições de espaço físico e infraestrutura com a mudança iminente da Reitoria para o novo prédio no Centro do RJ possibilitará o efetivo funcionamento do referido setor, que terá, dentre outras atribuições, a de adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível, realizando acompanhamento permanente dos mesmos.<br>Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |
| 9 | 80123 | 20111223 | Estabelecer no Estatuto e no Regimento Geral do IFRJ a relação de vinculação da Auditoria Interna com o Conselho Superior, em obediência ao § 3º do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicito prorrogação de prazo, por mais 120 dias, para que o devido encaminhamento para este item possa ser realizado.<br>Chefe da Auditoria Interna - AUDIN | Gabinete do Reitor |
| 10 | 83603 | 201305881 | Efetuar o levantamento de procedimentos disciplinares instaurados no âmbito do IFRJ, a partir de 2006, e realizar o cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Portaria CGU nº 1.043/2007 | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda. Justificativa:<br>Tendo em vista o pedido de desligamento do servidor anteriormente designado como Coordenador do Sistema CGU-PAD, foi designado novo servidor para a função, conforme Portaria 245/GR de 22 de dezembro de 2015. (Conforme anexo).<br>O Gabinete está realizando os procedimentos referentes ao treinamento por parte do servidor designado para utilização satisfatória do sistema e efetivo lançamento das informações/atualização das informações sobre o andamento dos processos, atendendo à recomendação em questão.<br>Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 127497 | 201112551 | Identificada a responsabilidade, providenciar o ressarcimento ao erário pela aquisição com sobrepreço de R$ 67.825,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais) de carteiras escolares, gaveteiros volantes com 3 gavetas, sofás componíveis de 3 lugares e longarinas de 3 lugares, considerando os processos 23270.000754/2011-46, 23270.000774/2011-17, 23272.000396/2011-51, 23273.000114/2011-14, 23274.000160/2011-03, 23275.000410/2011-97, 23276.000681/2011-32, 23278.000236/2011-52, 23272.000029/2010-77, 23276.000401/2010-00, 23069.0070532/2009-61 e 23141.001202/2009-40. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda. Justificativa: Considerando o teor da recomendação, faz-se necessária a análise prévia da Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROAD. Gabinete do Reitor - GR | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 12 | 127501 | 201112551 | Caso o levantamento realizado apresente valor pago não suportado pelos documentos fiscais competentes, instaurar os devidos procedimentos administrativos para apuração de responsabilidade e recuperação do valor pago indevidamente à empresa fornecedora no âmbito do processo nº 23141.001202/2009-40 (Reitoria). | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicito prorrogação de prazo, por mais 120 dias, para que o devido encaminhamento para este item possa ser realizado. Chefe da Auditoria Interna - AUDIN | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 | 137210 | 201112549 | Instaurar o competente procedimento administrativo para apurar responsabilidade referente à ausência de cobrança da prestação de contas referente a recursos arrecadados relativos aos concursos regidos pelos Editais nº 26/2009, nº 27/2009 e nº 37/2011. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 150 dias para atendimento à demanda. Justificativa: Houve solicitação (por parte da presidência do Grupo de Trabalho - GT) de prorrogação, por 150 dias, do prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao GT para levantamento da Situação da Fundação de Apoio ao CEFET de Química – FUNCEFET Química, designado através da Portaria nº 194, de 27/11/2014, estabelecendo-se o prazo de 20/01/2016 para a conclusão dos trabalhos (previsão). Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |
| 14 | 137218 | 201112549 | Solicitar à FUNCEFET Química a devolução do valor de R$ 4.697,70 pago a título de tarifas bancárias em relação ao concurso regido pelo Edital nº 37/2011, considerando que segundo os dispositivos previstos nos parágrafos 1º e 4º da Portaria Interministerial n.° 507/2011, as contas bancárias específicas dos convênios devem ser geridas exclusivamente por instituições financeiras controladas pela União, sendo isentas da cobrança de tarifas bancárias. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de 150 dias para atendimento à demanda. Justificativa: Houve solicitação (por parte da presidência do Grupo de Trabalho - GT) de prorrogação, por 150 dias, do prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao GT para levantamento da Situação da Fundação de Apoio ao CEFET de Química – FUNCEFET Química, designado através da Portaria nº 194, de 27/11/2014, estabelecendo-se o prazo de 20/01/2016 para a conclusão dos trabalhos (previsão). Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |
| 15 | 137219 | 201112549 | Vedar a participação de servidores para prestação de serviços administrativos junto às Fundações de Apoio, remunerados por meio de bolsas destinadas a atividades de ensino, pesquisa e de estímulo à inovação, por falta de previsão legal. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Considerando o teor da recomendação, faz-se necessária a análise prévia da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão – DIEX. Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16 | 137224 | 201405597 | Manter controle diário sobre todas as entradas e saídas dos veículos oficiais do IFRJ e seus campi, por meio dos registros em formulários padronizados pelo IFRJ, os quais devem ser arquivados de acordo com a legislação. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de prazo. O Diretor Adjunto de Logística e Infraestrutura solicitou prorrogação de prazo por mais 60 dias, a partir de 29/11/2015, para a revisão da Instrução Normativa pelo Procurado junto ao IFRJ e posterior autorização do Magnífico Reitor. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |
| 17 | 137225 | 201405597 | Estabelecer a normatização dos procedimentos internos relativos ao gerenciamento da frota de veículos do IFRJ e campi, definindo fluxos, pontos controle e responsabilidades relativos a solicitações de veículos, controles dos abastecimentos, manutenção da frota e acompanhamento da aplicação de multas por infração de trânsito. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Solicitação de prorrogação de prazo. O Diretor Adjunto de Logística e Infraestrutura solicitou prorrogação de prazo por mais 60 dias, a partir de 29/12/2015, para a revisão da Instrução Normativa pelo Procurado junto ao IFRJ e posterior autorização do Magnífico Reitor. Diretoria de Logística e Infraestrutura - DALI | DALI |
| 18 | 10693 | 201314722 | Promover o ressarcimento dos valores pagos em duplicidade (R$ 14.280,00, relativo à reforma do telhado do Campus de Duque de Caxias, NF 151 e 170; R$ 1.045,50, relativo aos materiais diversos para o Campus de São Gonçalo, NF 137 e 149 e R$ 2.850,00, relativo à aquisição de 100 reatores para o Campus de Nilópolis, NF 223). | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 19 | 57820 | 201305623 | Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal voltadas para a contratação por pregão eletrônico no sistema de registro de preços. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | 57821 | 201305623 | Implementar o acompanhamento da quantidade adquirida por item no âmbito de Atas de Registro de Preços utilizadas pelo IFRJ, adotando ações tempestivas para a realização de nova contratação, quando necessário. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 21 | 58588 | 201305881 | Instituir controle de frequência para todos os servidores lotados no IFRJ, desde que não estejam enquadrados em uma das exceções previstas no § 7º do art. 8º do Decreto nº 1.590/95. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | DGP |
| 22 | 58589 | 201305881 | Para os servidores lotados no prédio da Reitoria, remeter as folhas de ponto para a Diretoria de Gestão de Pessoas, nas condições previstas no Decreto nº 1.590/95. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | DGP |
| 23 | 82648 | 201305621 | Adotar as ações necessárias para realizar o registro contábil adequado à devolução do valor de empenho não utilizado nos suprimentos de fundos nº 07/2012 (empenhos 2012NE800423 e 2012NE800424, processo 23276.000699/2012-15) e 08/2012 (empenho 2012NE800413, processo 23276.000724/2012-61). | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Diretoria Geral do Campus Nilo Peçanha - Pinheiral |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 24 | 82650 | 201305623 | Ao realizar aquisições por dispensa de licitação, observar a adequada classificação do fundamento legal e, no caso de dispensa por valor, fazer constar do processo o histórico de consumo anterior à contratação e a perspectiva de gasto para o exercício, de forma a verificar a compatibilidade entre a dispensa por valor e o gasto previsto para o exercício. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 25 | 84386 | 241503 e 241427 | Apresentar nas planilhas orçamentárias dos projetos básicos de obras e serviços de engenharia a composição analítica do BDI de forma a orientar as empresas licitantes acerca de itens não aceitos como custos indiretos e portanto, componentes que não devam integrar a composição do BDI. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 26 | 88285 | 201314722 | Quantificar os valores pagos, incluindo mão de obra e insumos, em desacordo com o pactuado com a empresa, no âmbito do Contrato n.° 06/2012, e providenciar o ressarcimento. No caso dos insumos, utilizar como limite o parâmetro estabelecido no SINAPI. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 27 | 88286 | 201314722 | Quantificar os valores pagos referentes a postos de trabalho sem substituição, atrasos e faltas de funcionários e providenciar o ressarcimento ao erário. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 | 88287 | 201314722 | Exigir a documentação comprobatória dos valores relativos a aquisição/prestação de serviços que compõem as notas fiscais n.° 77, 94, 128, 168 e 169 e providenciar o ressarcimento para o que não foi comprovado. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 29 | 88527 | 201314722 | Exigir da empresa contratada o detalhamento dos orçamentos dos serviços eventuais e das notas fiscais emitidas, bem como encaminhamento de cópia das ordens de serviço, em atendimento ao item 6.3.2. do Contrato n.° 06/2012. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 30 | 127499 | 201112551 | Fazer constar dos processos de aquisição de bens por meio de ata registro de preços o documento referente à remessa da ordem de fornecimento/nota de empenho para a empresa pelo IFRJ, de forma a demonstrar a formalização da demanda para a entrega e a viabilizar a comparação entre itens solicitados e materiais entregues. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 | 127500 | 201112551 | Efetuar o levantamento de todos os itens adquiridos no âmbito do processo nº 23141.001202/2009-40, relativo ao processo conduzido pela Reitoria para adesão à ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº 18/2009, considerando o pagamento de R$ 1.982.873,00 no âmbito do processo, e registrar em processo específico: item adquirido, valor, nota fiscal, empenho e ordem bancária, de forma a demonstrar os itens adquiridos e dar suporte para cada pagamento realizado. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 32 | 128431 | 201318181 | Estabelecer procedimento interno para a verificação de acumulação indevida de servidores e para a apuração dos casos encontrados, como forma de melhoria da gestão. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | DGP |
| 33 | 128432 | 201318181 | Instaurar os processos administrativos e dar andamento à apuração de acumulação indevida dos servidores com matricula SIAPE: nº de 19 SIAPES), no sentido de comprovar a regularização da situação de cada docente, bem como calcular o ressarcimento ao erário, nos casos aplicáveis. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | DGP |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 34 | 137209 | 201112549 | Obter, junto à FUNCEFET Química, as prestações de contas dos recursos relativos aos concursos regidos pelos Editais nº 26/2009, nº 27/2009 e nº 37/2011 e realizar análise conclusiva das prestações de contas dos convênios relacionados, observando os normativos vigentes, sob pena de instauração de tomada de contas especial. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 35 | 137211 | 201112549 | Estabelecer a atividade de acompanhamento da execução de convênios no âmbito do IFRJ, com a designação de responsável, mantendo o registro de sua atuação, nos termos do art. 67 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 36 | 137213 | 201112549 | Estabelecer em normativo interno a área responsável pelo gerenciamento de convênios. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 37 | 137216 | 201112549 | Verificar a compatibilidade entre os valores indicados como serviços administrativos e ressarcimento, no âmbito dos convênios nº 01/2010 e 02/2010, e as efetivas despesas administrativas relativas à execução do convênio ou contrato, realizando a glosa dos valores que não correspondam a despesas administrativas relacionadas ao custo do projeto. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 38 | 137217 | 201112549 | Ao celebrar convênios para a realização de concursos públicos, efetuar estimativa da receita e de gastos, fazendo constar do plano de trabalho, além de indicar a forma de complementação de recursos, no caso de arrecadação inferior aos gastos necessários, fazendo constar do termo de convênio. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 39 | 137220 | 201112549 | Disciplinar as hipóteses de concessão de bolsas e seus referenciais de valores, fixando critérios objetivos e procedimentos de autorização para participação remunerada de professor ou servidor em projeto de ensino, pesquisa ou extensão em atendimento ao parágrafo 1° artigo 7° do Decreto n.° 7.423/2010. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 40 | 137221 | 201112549 | Que o setor responsável pela análise da prestação de contas do convênio verifique se os pagamentos de bolsa para pagamento de atividades administrativas ocorreram sem o pagamento dos devidos tributos considerando o disposto na Solução de Consulta da Receita Federal n.° 74 Cosit, de 31/12/2013. Caso afirmativo, solicitar o pagamento dos impostos ou levantar a relação dos beneficiários e informar à Receita Federal os montantes pagos. | Não houve | O Gestor não se manifestou | O Gestor não se manifestou | Pró-reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 41 | 58596 | 201305881 | Normatize, em caráter complementar à normatização da CGU, a atividade de auditoria interna, observando os seguintes aspectos: a) autoridade da unidade de auditoria interna na organização, incluindo: a.1) autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedade físicas relevantes para executar suas auditorias; a.2) obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pela unidade de auditoria interna, de forma tempestiva e completa; a.3) possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro da organização, quando considerado necessário; b) âmbito de atuação das atividades de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos; c) natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que a unidade de auditoria interna preste à organização; d) participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria; e e) estabelecimento de regras de objetividade e confidencialidade exigidas dos auditores internos no desempenho de suas funções | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Resposta para a Recomendação 58596 – Foi solicitado ao Secretário do Conselho Superior através do memorando nº 165/2015/AUDIN/RT que retire momentaneamente da pauta do Conselho Superior a aprovação do Regimento Interno enviado por meu Substituto na época, para avaliarmos a proposta enviada e a adequação da mesma (memorando em anexo). Diante do exposto solicito a prorrogação de prazo para atendimento desta recomendação por mais 90 dias a contar do dia 30/12/2015. Chefe da Auditoria Interna | Audin |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 42 | 83602 | 201305881 | Efetuar o cadastramento no Sistema CGU-PAD e a atualização das informações sobre o andamento dos processos de apuração relativos às Portarias: 169, de 10/12/2012 (processo nº 23278.000230/2012-66); 127, de 17/09/2012 (processo nº 23270.000810/2012-23); 118, de 15/09/2011 (processo nº 23270.000679/2011-13); 73, de 05/06/2012 (processo nº 23270.000474/2011-38); 51, de 18/07/2012 (23270.000382/2012-39); e 35, de 01/03/2012. | Janeiro de 2016 | Solicitação de prorrogação de prazo, para atender a demanda encaminhada | Recomendação 83602: Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda. Justificativa: Tendo em vista o pedido de desligamento do servidor anteriormente designado como Coordenador do Sistema CGU-PAD, foi designado novo servidor para a função, conforme Portaria 245/GR de 22 de dezembro de 2015. (Conforme anexo). O Gabinete está realizando os procedimentos referentes ao treinamento por parte do servidor designado para utilização satisfatória do sistema e efetivo lançamento das informações/atualização das informações sobre o andamento dos processos. Gabinete do Reitor | Gabinete do Reitor |

**Fonte**: IFRJ (2016).

## 9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 56: Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

| **Dados da Recomendação** | | | | | **Dados Atuais** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Identificação da Recomendação emitida pela CGU** | **Classe** | **Primeira Data Limite para Atendimento** | **Data de Envio** | **Texto** | **Situação Atual** | **Data da Última Manifestação Gestor** | **Última Manifestação Gestor** | **Data do Último Posicionamento CGU** | **Tipo Último Posicionamento CGU** | **Último Posicionamento CGU** | **Pendência** | **Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência** |
| **10693** | **Reposição de valores/bens** | **30/03/2015** | **26/05/2014** | **Promover o ressarcimento dos valores pagos em duplicidade (R$ 14.280,00, relativo à reforma do telhado do Campus de Duque de** | **Monitorando** | | | **23/02/2016** | **Reiteração** | **Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de** | **Para providências do Gestor** | **Monitorando** |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Caxias, NF 151 e 170; R$ 1.045,50, relativo aos materiais diversos para o Campus de São Gonçalo, NF 137 e 149 e R$ 2.850,00, relativo à aquisição de 100 reatores para o Campus de Nilópolis, NF 223).** | | | | | | **prazo.** | | |
| **11134** | **Reposição de valores/bens** | **30/03/2015** | **26/05/2014** | **Promover o ressarcimento do valor superfaturado em decorrência do sobrepreço na contratação, que, apenas no primeiro ano foi de R$ 1.275.383,69.** | **Monitorando** | **14/01/2016** | **Recomendação nº 11134:**<br><br>**No Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 06/2012, celebrado entre o IFRJ e a empresa RDL Asseio e Conservação Ltda., foi acordado pelo ressarcimento da RDL ao IFRJ, após a redução da** | **14/08/2015** | **Reiteração** | **Considerando que a unidade não apresentou manifestação, a recomendação foi reiterada por decurso de prazo.** | **Em análise pela CGU** | **Monitorando** |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **diferença de repactuação de março a novembro e as deduções ocorridas em acordo no mês de Novembro de 2014, um montante total de ressarcimento no total de R$ 1.064.285,16. Montante este que tem sido abatido mensalmente e proporcionalmente das notas fiscais de serviço residente durante todo o exercício de 2015.** | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **Envio em anexo uma cópia do referido Termo Aditivo devidamente assinado pelos responsáveis.**<br><br>**PROAD** | | | | | |
| **137218** | **Reposição de valores/bens** | **05/09/2014** | **06/08/2014** | **Solicitar à FUNCEFET Química a devolução do valor de R$ 4.697,70 pago a título de tarifas bancárias em relação ao concurso regido pelo Edital nº 37/2011, considerando que segundo os dispositivos previstos nos parágrafos 1º e 4º da Portaria Interministerial n.° 507/2011, as contas bancárias específicas dos convênios devem ser geridas exclusivamente por instituições financeiras controladas pela União, sendo isentas da cobrança de** | **Monitorando** | **14/01/2016** | **Recomendação 137218:**<br><br>**Solicitação de prorrogação de 90 dias para atendimento à demanda.**<br><br>**Justificativa:**<br><br>**Houve solicitação (por parte da presidência do Grupo de** | **14/08/2015** | **Reiteração** | **Considerando que a unidade não apresentou manifestação, a recomendação foi reiterada por decurso de prazo.** | **Em análise pela CGU** | **Monitorando** |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **tarifas bancárias.** | | | **Trabalho - GT) de prorrogação, por 150 dias, do prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao GT para levantamento da Situação da Fundação de Apoio ao CEFET de Química – FUNCEFET Química, designado através da Portaria nº 194, de 27/11/2014, estabelecendo-se o prazo de 20/01/2016 para a conclusã** | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **o dos trabalhos (previsão).**<br><br>**(Conforme anexos).**<br><br>**Gabinete do Reitor** | | | | | |
| **137231** | **Reposição de valores/bens** | **14/11/2014** | **15/10/2014** | **Adotar providências para o ressarcimento ao Erário do prejuízo estimado em R$ 1.114.941,97 (um milhão, cento quatorze mil, novecentos e quarenta e um mil e noventa e sete centavos), instaurando processo de Tomada de Contas Especiais após esgotadas as medidas administrativas.** | **Monitorando** | **14/01/2016** | **Recomendação 137231:**<br><br>**Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo:**<br><br>**1)**<br><br>**Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o** | **14/08/2015** | **Prorrogação de prazo de atendimento** | **Embora tenha sido comprovado o encaminhamento, ao Ministério da Educação, do Relatório CGU n.º 201405597, visando à continuidade do processo de apuração dos fatos nele narrados, não foram encaminhados documentos que evidenciassem ter havido a efetiva abertura do processo administrativo de apuração de responsabilidade e/ou outros desdobramento** | **Em análise pela CGU** | **Monitorando** |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000.**<br><br>**2)** | | | **s.**<br><br>**Encaminhado email a DSEDU II em 12/08/2015 a fim de obter informação junto ao MEC.** | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.**<br><br>**3)**<br><br>**Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de** | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015.**<br><br>**4)**<br><br>**Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera** | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.**<br><br>**5)**<br><br>**Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus** | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial**<br><br>**(Documentos comprobatórios anexos).**<br><br>**Gabinete do Reitor** | | | | |

Fonte: IFRJ (2016).

## 9.4 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA A COBRANÇA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA E NÃO PREVIDENCIÁRIA

Não houve medidas administrativas e judiciais para a cobrança da dívida previdenciária e não previdenciária em 2015.

## 9.5 INFORMAÇÕES SOBRE O CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL

O IFRJ não possui trabalhadores terceirizados irregulares.

## 9.6 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO EM BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Não se aplica.

## 9.7 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE CERTIFICADOS DE ENTIDADES BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não se aplica.

## 9.8 INFORMAÇÕES SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS OFICINAS REGIONAIS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PERANTE O INMETRO

Não se aplica.

## 9.9 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Quanto ao cronograma de pagamentos conforme o art. 5º da Lei 8666/93 informamos que o IFRJ vem cumprindo o cronograma, com exceção de pagamento das empresas que prestam serviço de mão de obra terceirizada, visto que as dificuldades financeiras no ano de 2015 impactou no fluxo de caixa da Instituição e o atraso no pagamento dessas empresas prejudica diretamente seus funcionários com atraso de salários, faltas e dificuldade familiares e diante de tal quadro para manter os serviços funcionando regularmente no Instituto essas notas fiscais tiveram tratamento diferenciado.

## 9.10 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO

Não se aplica.

## 9.11 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

## 9.12 INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF DESTINADOS ÀS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Não se aplica.

## 9.13 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não se aplica.

## 9.14 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Não se aplica, não houve por parte da instituição contratação de agência de publicidade e propaganda para executar serviços afins.

Edited with the trial version of
Foxit Advanced PDF Editor
To remove this notice, visit:
www.foxitsoftware.com/shopping

# APÊNDICES E ANEXOS

Quadro– Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, Vanessa de Oliveira, CPF n° 084.769.257-43, Diretora Adjunta de Administração, exercido na Diretoria de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças da Reitoria do IFRJ declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2016.

**Vanessa de Oliveira**

**084.769.257-43**

**Diretora Adjunta de Administração/DLCOF/Reitoria/IFRJ**

| **DECLARAÇÃO DO CONTADOR** | |
|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | **Código da UG** |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO | 158157 |

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

a) Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, pela ausência de RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, que impossibilita a baixa dos materiais consumidos.

b) Ativo Permanente do Balanço Patrimonial:

b.1) Ausência do RMB – Relatório Mensal de Bens Móveis, que impossibilita eventuais lançamentos da reavaliação, redução a valor recuperável, amortização e exaustão, baixa de bens inservíveis e adequada realização da depreciação, bem como dos seus efeitos. (Variações Patrimoniais Ativas e Passivas)

b.2) Ausência de documentos que amparam lançamentos de baixa e registro correlacionados às obras concluídas.

b.3) Ausência de relatório para apropriação da amortização dos bens intangíveis.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. .

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Local** | Rio de Janeiro | **Data** | 22/03/2016 |
| **Contador Responsável** | ISABEL CHRISTINA DE ANDRADE GUEDES COSTA | **CRC nº** | 067223/O-1 |

Edited with the trial version of
Foxit Advanced PDF Editor
To remove this notice, visit:
www.foxitsoftware.com/shopping

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

# PORTARIA Nº 113 DE 27 DE ABRIL DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, nomeado pelo Decreto de 06 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2014, empossado no Ministério da Educação no dia 14 de maio de 2014, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

1 – **Aprovar,** na forma do anexo a esta Portaria, o **Relatório de Gestão - exercício 2015** deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ;

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

**PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS**
**Reitor**